



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AGRESTE DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE ENSINO

**Projeto Pedagógico do Curso de
Licenciatura em Pedagogia**

Garanhuns - PE
2024



REITOR(A)

Airon Aparecido Silva de Melo

VICE-REITOR(A)

Mácio Farias de Moura

PRÓ-REITOR(A) DE ENSINO DE GRADUAÇÃO – PREG

Emanuelle Camila Moraes de Melo Albuquerque Lima

PRÓ-REITOR(A) DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO- PRPPGI

José Romualdo de Sousa Lima

PRÓ-REITOR(A) DE EXTENSÃO E CULTURA – PREC

Marcos Pinheiro Franque

PRÓ-REITOR(A) DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL - PRAE

Joselya Claudino de Araújo

PRÓ-REITOR(A) DE PLANEJAMENTO - PROPLAN

Victor Netto Maia

PRÓ-REITOR(A) DE ADMINISTRAÇÃO - PROAD

José Renato Correia Ferro



EQUIPE TÉCNICA

COORDENADOR(A) DE REGULAÇÃO DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO - CRC

Oseas Bezerra Viana Júnior

COORDENADOR(A) DE PLANEJAMENTO EDUCACIONAL - CPLE

Sarah Jackelliny da Silva Rodrigues

COORDENADOR(A) DE ORIENTAÇÃO PEDAGÓGICA

Larissa Alencar Martins

COORDENADOR(A) GERAL DE ESTÁGIOS - CGE/PREG

Lucineide Barbosa da Silva



NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE – NDE

PRESIDENTE

Elaine Cristina Nascimento da Silva

MEMBRO

Maria José Gomes Cavalcante

MEMBRO

Gloria Maria Duarte Cavalcanti

MEMBRO

Ana Cláudia Oliveira da Silva

MEMBRO

Taynah de Brito Barra Nova

MEMBRO

Valéria Suely Simões Barza

MEMBRO

Jailze de Oliveira Santos



COLEGIADO DE COORDENAÇÃO DIDÁTICA – CCD

PRESIDENTE

Elaine Cristina Nascimento da Silva

MEMBRO

Valéria Suely Simões Barza

MEMBRO

Taynah de Brito Barra nova

MEMBRO

Lucas da Silva Castro

MEMBRO

Caline Mendes de Araújo

MEMBRO

Kátia Costa Lima Corrêa de Araújo

MEMBRO

Paula Rejane Lisboa da Rocha

MEMBRO

Mariel José Pimentel de Andrade

MEMBRO

Luciano Cavalcanti do Nascimento

MEMBRO

Glória Maria Duarte Cavalcanti

MEMBRO

Maria José Gomes Cavalcante

MEMBRO

Maria Edilene Vilaça de Souza

MEMBRO

Rodrigo Lucas Alves da Silva

MEMBRO

Dayane Vieira Leite

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

Atenção: Nesta parte, incluir todas as abreviaturas e siglas utilizadas no documento

AEE	Atendimento Educacional Especializado
CES	Câmara de Educação Superior
CNE	Conselho Nacional de Educação
CONSEPE	Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão
CPA	Comissão Própria de Avaliação
DQV	Departamento de Qualidade de Vida
IACG	Instrumento de Avaliação dos Cursos de Graduação
PDI	Plano de Desenvolvimento Institucional
PIC	Programa de Iniciação Científica
RAAL	Referenciais de Acessibilidade e a Avaliação <i>in loco</i>
SINAES	Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	11
1. IDENTIFICAÇÃO DO CURSO	13
2. ENQUADRAMENTO DO CURSO À LEGISLAÇÃO VIGENTE/BASE LEGAL DO CURSO	15
3. HISTÓRICO DA UFAPE	22
3.1. HISTÓRICO DO CURSO	23
3.2. REQUISITO DE INGRESSO	26
4. JUSTIFICATIVA DE OFERTA DO CURSO	27
4.1. JUSTIFICATIVA PARA A REFORMULAÇÃO DO PPC	29
5. OBJETIVOS DO CURSO	31
5.1. Objetivo geral	31
5.2. OBJETIVOS ESPECÍFICOS	31
6. PERFIL PROFISSIONAL DO EGRESSO	
6.1 DA IMPORTÂNCIA DE COMPREENDER O CENÁRIO E MARCAR NOSSO POSICIONAMENTO	32
6.2 AS NOVAS DISPOSIÇÕES LEGAIS SOBRE A FORMAÇÃO DE PEDAGOGOS	33
6.3 O EGRESSO DO CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA DA UFAPE ESTARÁ APTO A	36
6.4 CAMPO DE ATUAÇÃO PROFISSIONAL	37
7. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR	37
7.1. REFORMULAÇÃO DOS COMPONENTES CURRICULARES	44
7.2. REGIME DE MATRÍCULA	44
7.3. MATRIZ CURRICULAR	45
7.3.1. Síntese dos componentes curriculares obrigatórios	45
7.3.2. Síntese da carga horária total do curso	53
7.4. DIMENSÃO PRÁTICA DOS COMPONENTES CURRICULARES OBRIGATÓRIOS	54
7.5. SÍNTESE DOS COMPONENTES CURRICULARES OPTATIVOS	55
7.6. REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DA MATRIZ DO CURSO	59
7.7. EQUIVALÊNCIA DOS COMPONENTES CURRICULARES	60
7.7.1 Critérios de aproveitamento de Estudos	64
7.8. PROGRAMAS DOS COMPONENTES CURRICULARES OBRIGATÓRIOS E OPTATIVOS	64
7.8.1. Ementa dos componentes curriculares obrigatórios – 1º período	64
7.8.2. Ementa dos componentes curriculares obrigatórios – 2º período	77
7.8.3. Ementa dos componentes curriculares obrigatórios – 3º período	87
7.8.4. Ementa dos componentes curriculares obrigatórios – 4º período	97
7.8.5. Ementa dos componentes curriculares obrigatórios – 5º período	109
7.8.6. Ementa dos componentes curriculares obrigatórios – 6º período	121
7.8.7. Ementa dos componentes curriculares obrigatórios – 7º período	132

7.8.8. Ementa dos componentes curriculares obrigatórios – 8º período	143
7.8.9. Ementa dos componentes curriculares obrigatórios – 9º período	154
7.8.10. Ementa dos componentes curriculares optativos	158
7.9. ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO	219
7.9.1. Estágio curricular supervisionado – relação com a rede de escolas da educação básica	220
7.9.2. Estágio curricular supervisionado – relação teoria e prática	221
7.9.3. Integração com as redes públicas de ensino	221
7.9.4. Estágio supervisionado não obrigatório (ENO)	222
7.9.5. Equiparação de estágio	223
7.9.6. Aproveitamento de atividades laborais	223
7.10. TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (TCC)	224
7.10.1. Formatação do TCC	225
7.10.2. Formalização de orientação	225
7.10.3. Prazos para defesa e entrega da versão final do TCC	225
7.10.4. Avaliação do TCC	226
7.11. ATIVIDADES COMPLEMENTARES CURRICULARES	226
7.12. CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO	228
7.12.1 Modalidades e creditação das ACEX	229
8. CONCEPÇÃO DE ENSINO E DE APRENDIZAGEM	230
8.1. METODOLOGIA DE ENSINO E DE APRENDIZAGEM	230
9. AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM	234
10. INTEGRAÇÃO ENTRE AS ATIVIDADES DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO	234
11. APOIO AO DISCENTE	242
11.1. ACESSIBILIDADE E SUAS NUANCES	248
11.1.1. Mapeamento das demandas de acessibilidade	249
11.1.2. Acessibilidade metodológica	250
12. GESTÃO ACADÊMICA DO CURSO E OS PROCESSOS DE AVALIAÇÃO INTERNA E EXTERNA DO CURSO	251
12.1. COORDENAÇÃO DO CURSO	252
12.2. COLEGIADO DE COORDENAÇÃO DIDÁTICA – CCD	254
12.3. NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE – NDE	254
13. INFRAESTRUTURA DO CURSO	255
13.1. INSTALAÇÕES GERAIS DO CURSO	255
13.2. ESPAÇO DE TRABALHO PARA DOCENTES EM TEMPO INTEGRAL	256
13.3. SALA DE AULA	256
13.4. ACESSO DOS ESTUDANTES A EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA	257
13.5. LABORATÓRIOS	257

13.5.1.	Laboratórios didáticos	257
14.	REFERÊNCIAS	259
15.	ANEXOS E APÊNDICES	265

APRESENTAÇÃO

O Projeto Pedagógico do Curso de Pedagogia (PPC), da Universidade Federal do Agreste de Pernambuco, foi realizado a partir de um contínuo processo de diálogo entre professores, estudantes, técnicos e representantes da comunidade local, envolvidos com a educação da região. Visamos com esse PPC atualizar toda a estrutura do curso de Pedagogia aos desafios da Universidade Pública para os próximos anos, principalmente aqueles relacionados à inovação, à formação docente, ao diálogo de saberes e às diferentes formas de construção de uma cidadania plena que inclui a igualdade de gênero e o respeito às diferenças étnicas, religiosas e culturais.

O debate sobre a construção deste PPC emergiu a partir da demanda de atualização do currículo do curso de Pedagogia e das possíveis demandas do território. Com mais de uma década de existência, temos um curso de alto impacto no território do Agreste Meridional, com alta taxa de empregabilidade, várias oportunidades de bolsas estudantis e um material humano de excelência. Os relatórios institucionais de acompanhamento dos egressos da UFAPE indicam o sucesso dos alunos formados pelo curso a partir do ingresso na carreira profissional, com destaque no setor público, no exercício da docência e em cargos de gestão educacional. O objetivo deste PPC foi a criação de uma nova institucionalidade, capaz de “fortalecer a legitimidade da universidade pública num contexto da globalização neoliberal da educação e com vistas a fortalecer a possibilidade de uma globalização alternativa. As suas áreas principais podem resumir-se nas seguintes ideias: rede, democratização interna e externa, avaliação participativa” (SANTOS, 1989, p. 69).

Nesse sentido, os esforços de modernização do PPC também incluíram uma nova forma de se pensar Ensino, Pesquisa, Extensão e Inovação, considerados os quatro pilares universitários na atualidade. Desta forma, a nova matriz curricular tem como objetivo contribuir para o aprimoramento da formação dos futuros pedagogos em resposta às atuais alterações legais, norteadoras desta formação, bem como das exigências contemporâneas para o trabalho do profissional nos diferentes campos de atuação.

Este PPC responde à legislação vigente, principalmente a Lei n. 9.394/1996, a Lei n. 13.005/2014, a Lei n. 11.645/2008, a Lei n. 12.764/2012, a Lei n. 13.146/2015, a Lei n. 9.795/1999, o decreto n. 5.296/2004, o decreto n. 5.626/2005, a Resolução CNE/CES n. 2/2007, a Resolução CNE/MEC n. 1/2012, a Resolução CNE/MEC n. 2/2012, a Resolução n. 1/2004, a Resolução CNE/CP n. 2/2015, os Referenciais Curriculares para os Cursos de Bacharelado e Licenciatura/2010, Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Graduação em Pedagogia, Licenciatura CNE/CP n 01/2006, acrescentando também as resoluções internas à UFAPE.

Além dos citados objetivos estratégicos e referenciais legais, esse PPC também descreve o histórico do curso de Licenciatura em Pedagogia da UFAPE; seus os objetivos gerais e específicos; o perfil do profissional formado nesta licenciatura; os campos de atuação; os requisitos de ingresso; a organização curricular; os critérios de aproveitamento dos estudos; a metodologia e avaliação do curso; as políticas

institucionais, inclusive às de acessibilidade; além da gestão, funcionamento, infraestrutura do curso e os referenciais bibliográficos que orientaram a elaboração deste documento.

Esperamos com isso, que este Projeto Pedagógico do Curso sirva para nortear a comunidade acadêmica da UFAPE, com transparência e clareza, instrumentalizando os profissionais e sujeitos que compõem o curso de Licenciatura em Pedagogia da instituição.

1. IDENTIFICAÇÃO DO CURSO

IDENTIFICAÇÃO DO CURSO	
Denominação do curso	Curso de Licenciatura em Pedagogia
Modalidade do curso	Presencial
Grau acadêmico do curso	Licenciatura
Código Sistema Acadêmico UFAPE	LPED03
Código INEP	91969
Descrição do perfil	PPC 03 do Curso de Licenciatura em Pedagogia da UFAPE. Perfil válido a partir do semestre 2024.2.
Ano/semestre de início da validade do perfil	2024/2024.2
Regime acadêmico	Crédito
Local de oferta	Avenida Bom Pastor, s/n.º, Boa Vista - Garanhuns/PE, CEP: 55292-278.
Turno(s) de funcionamento	Matutino/vespertino
Periodicidade de oferta	Semestral
Número de vagas oferecidas	80 anuais
Carga horária total do curso	3.581 horas
Carga horária mínima	3.581 horas
Período mínimo de integralização	4 anos e 6 meses (9 semestres)
Período máximo de integralização	7 anos e 6 meses (15 semestres)
Ato regulatório do curso	Portaria de autorização: nº 891 de 12/09/2007. Portaria de renovação de reconhecimento de Curso: nº 1098 de 24/12/2015. Portaria de renovação de reconhecimento de Curso: PORTARIA SERES/MEC Nº 154, DE 21 DE JUNHO DE 2023, publicada no DOU Nº 117, quinta-feira, 22 de junho de 2023.
Área de conhecimento	Humanas / Educação
Titulação conferida aos egressos	Licenciado
Ano e semestre de início do curso	2007.2
Conceito Preliminar do Curso (CPC)	4
Nota do Enade	4
Mantida	Universidade Federal do Agreste de Pernambuco

	Pessoa jurídica de Direito Público – Federal
Responsável	Nome: Airon Aparecido Silva de Melo Cargo: Reitor Telefone: (87) 3764-5501

2. ENQUADRAMENTO DO CURSO À LEGISLAÇÃO VIGENTE/BASE LEGAL DO CURSO

Considerando os dispositivos legais que regulamentam o funcionamento do curso, o Projeto Pedagógico de Curso foi construído, coletivamente, sob a égide das **Leis, Decretos, Resoluções e Pareceres** detalhados no Quadro a seguir:

Quadro 1 - Base legal geral do curso

Lei, Decreto, Resolução, Parecer e Referencial	Escopo
LEI FEDERAL Nº 9.394/1996	Estabelecer as diretrizes e bases da educação nacional
LEI FEDERAL Nº 9.795/1999	Dispor sobre a educação ambiental e instituir a Política Nacional de Educação Ambiental e dar outras providências.
LEI FEDERAL Nº 10.639/2003	Tornar obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira
LEI FEDERAL Nº 10.861/2004	Instituir o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes)
DECRETO Nº 5.296/2004	Estabelecer normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida
RESOLUÇÃO CNE/MEC Nº 1/2004	Instituir as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.
DECRETO Nº 5.626/2005	Dispor sobre o Ensino da Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS.
PARECER CNE/MEC Nº 261/2006	Dispor sobre procedimentos a serem adotados quanto ao conceito de hora-aula e dar outras providências
RESOLUÇÃO CNE/CP Nº 01/2006	Instituir as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia, licenciatura
RESOLUÇÃO CNE/MEC Nº 2/2007	Instituir carga horária mínima e integralização

RESOLUÇÃO CNE/MEC Nº 03/2007	Instituir o conceito de hora-aula
RESOLUÇÃO CNE/CES Nº 2/2007	Dispor sobre carga horária mínima e procedimentos relativos à integralização e duração dos cursos de graduação, bacharelados, na modalidade presencial
LEI FEDERAL Nº 11.788/2008	Dispor sobre o estágio de estudantes
LEI FEDERAL Nº 11.645/2008	Tornar obrigatório o estudo da História e Cultura Afro-Brasileiras e Indígenas
RESOLUÇÃO MEC/CONAES Nº 1/2010	Normatizar o Núcleo docente estruturante (NDE) pela Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (Conaes)
REFERENCIAIS CURRICULARES PARA OS CURSOS DE BACHARELADO E LICENCIATURA/2010	Dispor sobre os nomes dos cursos de graduação, carga horária, perfil do egresso e campo de atuação
LEI FEDERAL Nº 12.764/2012	Instituir a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista.
RESOLUÇÃO CNE/MEC Nº 1/2012	Estabelecer Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos.
RESOLUÇÃO CNE/MEC Nº 2/2012	Estabelecer as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental
LEI FEDERAL N.12.796/2013	Estabelecer as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a formação dos profissionais da educação e dar outras providências.
LEI FEDERAL Nº 13.005/2014	Aprovar o Plano Nacional de Educação- PNE - 2014-2024
LEI FEDERAL Nº 13.146/2015	Instituir a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).
LEI FEDERAL N.13.174/2015	Estabelecer as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir, entre as finalidades da educação superior, seu envolvimento com a educação básica.

RESOLUÇÃO CNE/CP Nº 02/2015	Instituir as Diretrizes Curriculares para a Formação de Professores em Nível Superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada.
RESOLUÇÃO CNE/CP Nº 2/ 2019	Definir as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação).

Quadro 2 – Base legal institucional do curso

Resoluções	Escopo
RESOLUÇÃO CONSEPE Nº 002/2021	Dispor sobre as normas para Projeto de Ensino coordenado por professores e técnicos da Universidade Federal do Agreste de Pernambuco.
RESOLUÇÃO CONSEPE Nº 002/2022	Estabelecer a Política Institucional de Inovação Empreendedora da Universidade Federal do Agreste de Pernambuco.
RESOLUÇÃO CONSEPE Nº 005/2022	Dispor sobre a criação e implementação do Programa de Tutoria da Universidade Federal do Agreste de Pernambuco.
RESOLUÇÃO CONSEPE Nº 006/2022	Dispor sobre a Política de Extensão da Universidade Federal do Agreste de Pernambuco e dá outras providências.
RESOLUÇÃO CONSEPE Nº 007/2022	Dispor sobre a Integralização das Atividades de Extensão como componente curricular dos Cursos de Graduação da Universidade Federal do Agreste de Pernambuco.

RESOLUÇÃO CONSEPE Nº 008/2022	Dispor sobre a criação e implementação do Programa de Atividades de Vivência Interdisciplinar – PAVI – da Universidade Federal do Agreste de Pernambuco – UFAPE.
RESOLUÇÃO CONSEPE Nº 002/2023	Dispor sobre a criação e implementação do Programa de Monitoria da Universidade Federal do Agreste de Pernambuco – UFAPE.
RESOLUÇÃO CONSEPE Nº 003/2023	Dispor sobre a autorização e a utilização de recursos digitais para as defesas de TCC e ESO realizados de forma presencial, SEM a necessidade de alteração dos Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPC).
RESOLUÇÃO CONSEPE Nº 004/2023	Dispor sobre a criação e implementação de normas para Estágio Obrigatório (EO), Estágio Não Obrigatório (ENO), ajuda de custo e equiparação de estágio obrigatório nos cursos de graduação da Universidade Federal do Agreste de Pernambuco (UFAPE).
RESOLUÇÃO CONSEPE Nº 007/2023	Dispor sobre a organização, atribuições e consulta do colegiado e comissões ordinárias dos cursos de graduação da Universidade Federal do Agreste de Pernambuco (UFAPE).
RESOLUÇÃO CONSEPE Nº 008/2023	Instituir a Política de Assistência Estudantil no âmbito da Universidade Federal do Agreste de Pernambuco.
RESOLUÇÃO CONSEPE Nº 009/2023	Dispor sobre a criação e implementação de normas para o aproveitamento de atividades laborais para fins de dispensa de carga horária, parcial ou total, do(s) componente(s) curricular(es) de estágio obrigatório dos cursos de graduação da UFAPE.
RESOLUÇÃO CONSEPE Nº 010/2023	Regulamentar a participação de estudantes de graduação no Programa ANDIFES de Mobilidade no âmbito da UFAPE.

RESOLUÇÃO CONSEPE Nº 011/2023	Dispor sobre a expedição de diploma e estabelecer os procedimentos para o depósito legal de trabalhos de conclusão dos cursos de Graduação da Universidade Federal do Agreste de Pernambuco (UFAPE).
RESOLUÇÃO CONSEPE Nº 012/2023	Dispor sobre a colação de grau requisitos para solicitação de antecipação da colação de grau da Universidade Federal do Agreste de Pernambuco (UFAPE).
RESOLUÇÃO CONSEPE Nº 013/2023	Dispor sobre a Política de Arte e Cultura da Universidade Federal do Agreste de Pernambuco e dá outras providências.
RESOLUÇÃO CONSEPE Nº 03/2024	Dispor sobre a política e normas de admissão temporária do Programa de Professores (as) Visitantes brasileiros (as) e estrangeiros (as) no âmbito da Universidade Federal do Agreste de Pernambuco.
RESOLUÇÃO CONSEPE Nº 04 /2024	Dispor sobre os critérios para solicitação de tratamento excepcional de faltas nos cursos de graduação, de oferta regular da Universidade Federal do Agreste de Pernambuco (UFAPE)
RESOLUÇÃO CONSEPE Nº 010 /2024	Estabelecer procedimentos para elaboração, entrega, aprovação e supervisão dos planos de ensino das disciplinas nos Cursos de Graduação da Universidade Federal do Agreste de Pernambuco.
RESOLUÇÃO CONSEPE Nº 005/2024	Dispor sobre as verificações de aprendizagem, correção e revisão de prova dos cursos de Graduação da Universidade Federal do Agreste de Pernambuco (UFAPE).
RESOLUÇÃO CONSEPE Nº 008 / 2024	Dispor sobre o cômputo das Atividades Curriculares Complementares e Atividades Curriculares de Extensão dos cursos de graduação da Universidade Federal do Agreste de Pernambuco.

RESOLUÇÃO CONSEPE Nº 009 / 2024	Dispor sobre a criação e implementação da Política de Ensino de Graduação da Universidade Federal do Agreste de Pernambuco - UFAPE.
RESOLUÇÃO CONSEPE Nº 011 / 2024	Estabelecer sobre a Política Institucional para a Formação Inicial e Continuada de Professores da Educação Básica da Universidade Federal do Agreste de Pernambuco - UFAPE
RESOLUÇÃO Nº 012 / 2024	Dispor sobre a dispensa do componente curricular de Educação Física nos Cursos de Graduação da UFAPE.
RESOLUÇÃO CONSU Nº 018/2020	Instituir a Comissão de Ética da Universidade Federal do Agreste de Pernambuco, dispõe sobre sua composição e dá outras providências.
RESOLUÇÃO CONSU Nº 002/2021	Dispõe sobre a criação do Núcleo de Inovação Tecnológica e Empreendedorismo (NITE) da Universidade Federal do Agreste de Pernambuco e trata de sua estrutura e organização.
RESOLUÇÃO CONSU Nº 004/2021	Dispõe sobre a autorização para que a Fade/UFPE possa celebrar parcerias/convênios e prestar apoio às atividades de ensino, pesquisa, extensão e desenvolvimento institucional à UFAPE
RESOLUÇÃO CONSU Nº 005/2021	Dispõe sobre a autorização para que a FADURPE/UFRPE possa celebrar parcerias/convênios e prestar apoio às atividades de ensino, pesquisa, extensão e desenvolvimento institucional à UFAPE.
RESOLUÇÃO CONSU Nº 006/2021	Dispõe sobre a criação da “Casa UFAPE de Extensão e Cultura” e dá outras providências.
RESOLUÇÃO CONSU Nº 007/2021	Aprova o Estatuto da Universidade Federal do Agreste de Pernambuco.

RESOLUÇÃO CONSU Nº 003/2022	Aprovar normas para o Programa de Inclusão Digital para discentes da graduação presencial da UFAPE e dar outras providências.
RESOLUÇÃO CONSU Nº 002/2023	Aprovar o Regimento Geral da UFAPE.

3. HISTÓRICO DA UFAPE

A Universidade Federal do Agreste de Pernambuco (UFAPE) tem sua origem no ano de 2018, a partir da Lei Nº 13.651, de 11 de abril de 2018, através do desmembramento da Unidade Acadêmica de Garanhuns (UAG) da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE). Unidade esta que foi criada no ano de 2005, por meio de programa de expansão universitária do governo federal. Desta forma, com a emancipação, a UFAPE assumiu toda a estrutura física, patrimonial e de pessoal da até então UAG/UFRPE.

Em 27 de dezembro de 2018, teve início a vigência do 1º Termo de Colaboração Técnica, celebrado entre o Ministério da Educação (MEC), por intermédio da Secretaria de Educação Superior (Sesu), e a UFRPE, para a implantação da UFAPE, com vigência de 12 (doze) meses, que vem sendo prorrogado ao longo dos últimos anos, mediante celebração de Termo Aditivo, por acordo dos partícipes.

Em 1º de janeiro de 2019, por meio do Decreto nº 9.660, o Poder Executivo vinculou a UFAPE como entidade da administração pública federal. A partir de tal cenário, a Reitoria da UFRPE publicou no dia 30 de janeiro de 2019 a Portaria nº 132/2019-GR, que instituiu a comissão de transição para a implantação da UFAPE, composta tanto por servidores da UFRPE quanto por servidores da UFAPE.

No dia 12 de dezembro de 2019, o prof. Dr. Airon Aparecido Silva de Melo, até então Diretor Geral e Acadêmico da UAG/UFRPE, tomou posse como o primeiro Reitor da UFAPE, em caráter *pro tempore*, mas reitor efetivo a partir de eleição realizada no dia 20 de novembro de 2023. Nas fases subsequentes de sua implementação, a UFAPE teve seu Estatuto aprovado em 20 de abril de 2021, por meio da Portaria nº 194/2021-MEC/Sesu, e o Regimento interno aprovado pelo Conselho Superior *pro tempore*, em 20 de abril de 2023.

No dia 06 de novembro de 2021, foram nomeados os primeiros Pró-Reitores, que ficaram à frente de 7 (sete) Pró-Reitorias: Pró-Reitoria de Administração (PROAD), Pró-Reitoria de Planejamento (PROPLAN), Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas (PROGEPE), Pró-Reitoria de Assistência Estudantil (PRAE), Pró-Reitoria de Extensão e Cultura (PREC), Pró-Reitoria de Ensino e Graduação (PREG), e Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-graduação e Inovação (PRPPGI).

A universidade oferta 07 (sete) cursos de graduação: Licenciatura em Pedagogia, Bacharelado em Agronomia, Bacharelado em Medicina Veterinária, Bacharelado em Zootecnia, Licenciatura em Letras (Português/Inglês), bacharelado em Engenharia de Alimentos e Bacharelado em Ciência da Computação. Quanto aos programas de pós-graduação, oferta 05 (cinco) programas em nível de Mestrado; sendo 04 (quatro) Acadêmicos: Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais (PPCIAM); Programa de Pós-Graduação em Ciência Animal e Pastagens (PPGCAP); Programa de Pós-Graduação em Produção Agrícola (PPGPA); Programa de Pós-Graduação em Sanidade e Reprodução de Animais de Produção (PPGSRAP) e 01 (um) Mestrado Profissional em Letras (Profletras).

A UFAPE está localizada no município de Garanhuns, situado na Região do Agreste Meridional do Estado de Pernambuco. Por sua importância e desenvolvimento, a cidade de Garanhuns atende às cidades que estão ao seu redor, contribuindo para a formação educacional não apenas de seus habitantes, mas de muitos discentes que se deslocam até a cidade das flores para estudar e se aperfeiçoar profissionalmente.

Ressalta-se que, apesar de a Região do Agreste Meridional ser constituída por 26 cidades, todas as instituições de ensino superior estão na cidade de Garanhuns, sendo a UFAPE a única universidade federal localizada nessa região.

3.1. HISTÓRICO DO CURSO

O histórico do curso de Licenciatura em Pedagogia da UFAPE remonta à primeira extensão universitária a ser instalada no país, a Unidade Acadêmica de Garanhuns/UFRPE. A UFRPE, em sintonia com o projeto nacional de expansão universitária, visou a atender às demandas básicas da região do agreste meridional, como a que se registra com relação à formação de professores. A UAG/UFRPE iniciou suas atividades acadêmicas no segundo semestre de 2005, com os cursos de Agronomia, Medicina Veterinária, Zootecnia e Licenciatura Plena em Normal Superior.

O curso de Normal Superior (BARROS-GOMES et al, 2015) iniciou suas atividades pedagógicas, na UAG, em setembro de 2005 (Portaria de autorização: nº 891 de 12/09/2007). Ele foi criado em função da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9394/96), no que diz respeito à regularização da formação de docentes em nível superior, para o ensino da Educação Infantil e das primeiras séries do Ensino Fundamental. A princípio, funcionou com uma turma de 40 alunos e um corpo docente composto por professores de diferentes áreas do conhecimento, atribuindo, assim, ao curso um caráter multidisciplinar, sendo, por sua vez, decisivo para a constituição de uma nova identidade, complexa e plural, pela qual o curso hoje se representa, enquanto Licenciatura em Pedagogia.

Destaque-se, a primeira avaliação externa do curso de Normal Superior da UAG aconteceu em 2006, através do ENADE, obtendo a colocação de 3ª posição no *ranking* nacional, dentre outros 462 cursos. Neste contexto, o vínculo inicial com a Secretaria de Educação de Garanhuns intensificou-se e expandiu-se para outras secretarias de educação dos municípios vizinhos. Isso permitiu uma inversão que constituía uma relação bilateral, ou seja, tanto nossos alunos estavam inseridos nas escolas municipais, quanto os profissionais das escolas municipais estavam inseridos na Universidade, estudando, discutindo, formalizando projetos, organizando eventos.

Neste mesmo ano de 2006, iniciaram-se, em nível nacional, as discussões sobre a natureza e função do curso de Normal Superior, advindas de um confronto com os cursos de Pedagogia, historicamente já reconhecidos no Brasil, como cursos responsáveis pela formação acadêmica de professores para a Educação Infantil e os anos iniciais do Ensino Fundamental. Assim, em fevereiro de 2007, com apenas três semestres de atuação do curso de Normal Superior, tomou-se a decisão de mudar a natureza do curso para

Licenciatura Plena em Pedagogia, mantendo-se os dois princípios norteadores do curso: a interface entre teoria e prática como centro de todo o trabalho pedagógico e a definição do professor como pesquisador, um profissional capaz de gerir e investigar sua prática pedagógica.

O curso adotou, desde seu princípio, a concepção teórico- metodológica de formação de professores presente nas Diretrizes Curriculares Nacionais para formação docente, levando em consideração as questões educacionais e sociais emergentes. Seu objetivo geral foi e continua sendo formar profissionais da educação para atuar na docência na Educação Infantil e no Ensino Fundamental/Anos Iniciais, na pesquisa, na extensão, na gestão educacional dos sistemas de ensino e das unidades escolares de Educação Básica, nas diversas modalidades e demais atividades pedagógicas, visando um constante diálogo com os princípios presentes na atual política de Graduação da UFAPE, que são:

Flexibilidade curricular; II. Formação continuada; III. Gestão colegiada dos cursos; IV. Interdisciplinaridade e organicidade; V. Ensino inclusivo; VI. Formação de qualidade associada ao desenvolvimento humano; VII. Educação como um processo de formação integral; VIII. Indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão; IX. Formação de cidadãos críticos, inovadores e éticos; X. Formação profissional pautada na responsabilidade social; XI. Valorização das pessoas e dos aspectos sócio-histórico-culturais. (PDI UFAPE, 2023, p.131)

Uma vez implantado o curso de Licenciatura em Pedagogia, a partir de 2007, acréscimos de disciplinas foram feitos em função das exigências legais subsequentes, tais como: a inclusão da disciplina de LIBRAS, conforme Lei 10436/2002, em 2010; e a inclusão da disciplina de Educação das Relações Étnico- raciais, conforme exigências da Lei 11645/08, em 2013.

A autorização do curso de Licenciatura em Pedagogia foi garantida através da Portaria nº 866, de 12 de Julho de 2010 e publicada no D.O.U., em 13/7/2010. A seguir, em maio de 2012 foi realizado o 1º processo de avaliação do curso, visando o seu reconhecimento, obtendo o conceito final “4”.

Em 2018, conforme o histórico apresentado, nasceu a Universidade Federal do Agreste de Pernambuco (UFAPE) e neste movimento de construção de uma identidade e autonomia da instituição, o corpo docente do curso de Licenciatura em Pedagogia demonstrou o ensejo de atualização da matriz curricular.

O Núcleo Docente Estruturante (NDE) do curso passou a cumprir uma agenda voltada ao estudo das Diretrizes Curriculares para a formação de professores até a aprovação de sua matriz atual, em 2020, dentre elas a Resolução CNE/CP Nº 02/2015 e, posteriormente, a Resolução CNE/CP nº 2/2019, que revogou a anterior. Nessa agenda o NDE também passou a acompanhar o movimento das entidades dedicadas ao debate nacional em torno da formação dos/as profissionais da educação nos cursos de Pedagogia e Licenciaturas no Brasil, em especial a Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação (ANFOPE) e o Grupo de Trabalho Formação de Professores da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED).

Desta maneira, a nova matriz do curso de Licenciatura em Pedagogia está baseada nas orientações da Resolução CNE/CP N° 02/2015, principalmente em concordância com as críticas apontadas pela ANPEd e ANFOPE sob a Resolução CNE/CP n° 2/2019, que determinava uma matriz pautada em competências e habilidades para a formação de professores/as. Outro determinante precípua diz respeito diretamente às orientações voltadas à Licenciatura em Pedagogia prevendo um processo de especialização em habilitações distintas, em termos de cargas horárias e diplomas, distinguindo e equiparando os professores da educação infantil e das primeiras séries do ensino fundamental (1º ao 5º ano).

Diante desse cenário, o NDE manteve as alterações na matriz do curso alinhadas à Resolução CNE/CP n° 2/2015 reafirmando seu posicionamento em defesa de uma formação ampla e cidadã, comprometida com a defesa da democracia, da cidadania, da justiça, da inclusão e da educação como bem comum.

Em relação às atuais políticas de Ensino, Pesquisa e Extensão da UFAPE, o curso de Licenciatura em Pedagogia tem buscado contemplar os valores profissionais, humanos e sociais da instituição (PDI UFAPE, 2023-2028), proporcionando aos graduandos uma formação baseada em discussões de diferentes temáticas relacionadas à inclusão e equidade social, à diversidade cultural dos variados grupos (quilombolas, indígenas, povos do campo) e que contribua com uma sociedade mais justa e inclusiva, estando em total sintonia com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis (ODS). São 17 ODS internacionais (01 a 17) e 3 ODS nacionais (18, 19 e 20). Na formação dos futuros professores, nosso curso se compromete com o atendimento aos ODS n° 04 (Educação de Qualidade), 05 (Igualdade de Gênero), 10 (Redução das Desigualdades), 16 (Paz, Justiça e Instituições Eficazes), 18 (Igualdade Racial) e 20 (Povos Originários e Comunidades Tradicionais).

Por sua vez, esta formação privilegia uma abordagem interdisciplinar, ampliada por meio da participação dos estudantes em vários programas ofertados pela UFAPE, dentre estes, podemos destacar: o Programa de Monitoria, Residência Pedagógica (PR), Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID) no ensino; Programa Institucional de Iniciação Científica (PIBIC) na pesquisa; Programa Institucional de Bolsa de Extensão – PIBEX, na extensão.

Todo esse esforço de participação em diversas políticas institucionais tem proporcionado ao curso de Licenciatura em Pedagogia o diálogo com as diversas áreas da universidade, compreendendo o “tripé” ensino, pesquisa e extensão. Para tanto, a maioria dos professores coordenam projetos diversos, grupos de estudo e pesquisa, os quais sempre envolvem discentes, bem como parcerias com unidades de ensino básico, agências oficiais de fomento e comunidade local, em seus segmentos sociais, educacionais e culturais.

Ao longo dos anos, o curso tem realizado vários eventos, dentre eles destacamos os Encontros Pedagógicos de Garanhuns (ENPEG) e as Semanas de Pedagogia e o Acolhe, com o objetivo de introduzir os acadêmicos ingressantes no ambiente universitário e ainda apresentar a eles as especificidades do curso de Licenciatura em Pedagogia; bem como, tem participado ativamente dos eventos promovidos âmbito institucional.

Para divulgação da produção acadêmica e dos movimentos sociais relacionados à área da Educação, o curso de Licenciatura em Pedagogia da UFAPE conta com uma Revista científica on-line, de acesso gratuito e sem taxa de cobrança APC (Taxa de Processamento de Manuscrito). Trata-se da Revista Educação e (Trans)formação. Esta foi constituída formalmente em 24 de novembro de 2015, mediante aprovação da Comissão Gestora do Portal de Periódicos da UFRPE e registrada sob o ISSN 2448- 2145. Atualmente já estão disponíveis seis edições desta revista.

Nesta breve retrospectiva histórica, pode-se perceber uma constante preocupação dos docentes do curso de Licenciatura em Pedagogia no desenvolvimento dos valores científicos, humanos e sociais dos egressos, no sentido que estes possam dar sustentação ao exercício profissional e assim contribuir na construção de uma sociedade mais justa e fraterna.

3.2. REQUISITO DE INGRESSO

O acesso ao ensino de graduação na UFAPE se dá através de 7 (sete) formas regulares e especiais de ingresso, como descrito a seguir:

a) SISU

A UFAPE tem como forma principal de ingresso nos seus cursos de graduação o Sistema de Seleção Unificada (SiSU), estabelecido pelo Ministério da Educação que tem como base classificatória a nota do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM)

b) Reintegração

A reintegração no curso refere-se à possibilidade de o discente que perdeu o vínculo com a instituição retornar a fim de integralizar e concluir-lo. A reintegração acontecerá uma única vez e desde que haja vaga ociosa no seu curso de origem de acordo com os critérios estabelecidos em Edital.

c) Transferência interna

A transferência interna, concedida apenas uma vez ao estudante, diz respeito à possibilidade de o discente mudar de curso por outro que também seja ofertado pela instituição conforme critérios estabelecidos em Edital.

d) Transferência externa

No que concerne à transferência externa, é possível o ingresso de outros estudantes de cursos de graduação de outras Instituições de Ensino Superior (IES), autorizados ou reconhecidos pelo Ministério da Educação (MEC), para dar seguimento ao mesmo curso ou área afim, conforme critérios estabelecidos em Edital.

e) Portador de diploma

O ingresso na UFAPE pela portação de diploma diz respeito àqueles estudantes que tenham Diploma ou Certificado de Conclusão de curso de graduação autorizado ou reconhecido pelo Conselho Nacional de Educação (CNE), para continuidade do mesmo curso ou curso de área afim, conforme critérios estabelecidos em Edital.

f) Nota do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM)

Trata-se do processo seletivo realizado por meio do aproveitamento das notas obtidas pelos candidatos que prestam o ENEM, a fim de preencher vagas remanescentes nos cursos de graduação da UFAPE em virtude de não haver candidatos na lista de espera do SiSU.

g) Transferência *ex officio* na forma da lei.

A UFAPE receberá estudantes por meio da transferência *ex officio* de IES vinculadas a qualquer sistema de ensino e em qualquer época do ano e independentemente da existência de vaga, quando se tratar de servidor público federal civil ou militar estudante, que mudar de sede no interesse da administração.

4. JUSTIFICATIVA DE OFERTA DO CURSO

A preocupação com a formação dos educadores no interior do curso de Pedagogia, desde a sua criação, em 1939, é alvo de reflexão e investigação de muitos estudiosos da área (Gadotti e Pino, 1979; Franco e Balleta, 1979; Brzezinski, 1996; Freitas, 2002). A história deste curso no Brasil é marcada pela incerteza quanto à sua finalidade e, dessa forma, pela incerteza de que profissional deveria formar. Assim, não são poucas as reflexões, as críticas e propostas de reformulação para tal curso, já que a complexidade da identidade desse profissional acarreta diferentes propostas de formação, segundo os diferentes entendimentos da especificidade de sua formação.

Hoje, é visível a grande efervescência intelectual na área de Educação, e ela tem redefinido os rumos das discussões sobre formação de professores. Ainda vivenciamos acirradas discussões e inquietações relacionadas às políticas de formação profissional, seja no nível da Educação Básica, seja na formação em Nível Superior e todas envolvem os diversos segmentos sociais e variadas categorias profissionais.

Nesse cenário de embates, a universidade pública precisa, então, marcar posição e construir caminhos formativos para os professores que, de fato, estejam cada vez mais em sintonia com a defesa da escola pública e democrática, criadora de direitos. A elaboração do novo Projeto Pedagógico do Curso de Graduação em Licenciatura em Pedagogia emerge, justamente, pela necessidade de cumprir, da melhor forma possível, esse objetivo de formar professores comprometidos com as mudanças sociais, culturais

e políticas. Adequar o currículo às novas demandas da sociedade é, portanto, de suma importância quando se busca a qualidade dessa formação docente.

Para compreender a importância dessa qualidade mencionada, precisamos antes compreender o contexto socioeconômico e educacional atual, no qual a Universidade Federal do Agreste de Pernambuco, local da oferta desse curso de Licenciatura em Pedagogia, está situada. A Mesorregião do Agreste como um todo, embora tenha aumentado o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), ainda se encontra abaixo do desempenho da média estadual e nacional. As notas divulgadas pelo Ministério da Educação (Fonte: <http://ideb.inep.gov.br/resultado>), referentes ao ano de 2021, indicam que Garanhuns obteve um índice de 4,7 (Anos iniciais) e 4,8 (Anos Finais). Os resultados do IDEB de Garanhuns se assemelham à grande parte dos estados localizados no Nordeste do país, região onde se concentra uma das piores situações no IDEB (2021), revelando assim o tamanho das desigualdades socioeconômicas existentes no Brasil que se refletem no desempenho escolar, na formação docente e na qualidade do ensino ofertado nas redes públicas dos estados da região.

Embora o município de Garanhuns se configure como um importante Polo Educacional e tenha alcançado um índice de Desenvolvimento Humano – IDHM de 0,664, considerado de classificação média, a maioria dos municípios da região apresenta baixo IDHM, ficando nas faixas de classificação tidas como baixo (0,500 - 0,599) e muito baixo (0,000 - 0,499). Mesmo que a variável educação tenha evoluído na última década, provavelmente pelas iniciativas estaduais e, principalmente, federais de interiorização da educação, sobretudo da educação superior, o nível de escolaridade ainda é baixo. Segundo o IBGE (Censo 2010), em Garanhuns, a população com 15 anos ou mais apresenta a taxa de analfabetismo de 17,6%; a distribuição da população por escolaridade é de 28,23% - sem instrução/1º Ciclo do Ensino Fundamental incompleto e de 16,39% - 1º ciclo completo /2º ciclo do incompleto do Ensino Fundamental. As informações apresentadas atestam a importância de um curso de Licenciatura em Pedagogia comprometido com as transformações sociais.

Os baixos índices de desenvolvimento da educação básica da região e a carência de alternativas educacionais que viabilizem a promoção do sucesso acadêmico dos alunos, particularmente daqueles oriundos de comunidades populares, egressos de escolas públicas da região e/ou residentes em áreas rurais, nos motivam para a realização das mudanças necessárias para que o referido curso possa criar ainda mais situações que favoreçam a redução das desigualdades sociais e possibilitem a construção de um espaço acadêmico comprometido com a produção de conhecimento prático e científico, significativos no contexto local, regional e nacional.

Esta decisão em reestruturar o currículo do Curso de Licenciatura em Pedagogia demarca, portanto, o compromisso institucional em promover e contribuir com uma educação de qualidade numa perspectiva inclusiva e equitativa (ODS 04), tanto a nível superior como na Educação Básica, pois somos também responsáveis pela formação dos novos professores e professoras das redes de ensino.

Além das demandas de cunho mais social, as mudanças propostas também buscam superar certas limitações do currículo em vigor, apontadas, por exemplo, em

pesquisas realizadas com egressos do curso (ALENCAR et al, 2018). Entre tais limitações foram citadas a necessidade de maior prática durante a formação inicial, entendido como uma maior imersão escolar e exercício da docência, gestão e atividades relacionadas, sendo sugerida maior carga horária para estágio supervisionado, eventos e a implantação de um laboratório escola (escola de aplicação), entre outras.

Reafirmamos, neste PPC, a docência como a base da identidade do pedagogo. O curso de Licenciatura em Pedagogia da UFAPE assume o compromisso de formar professores que compreendam as complexas relações entre a educação e a sociedade, pensem e realizem a existência humana, pessoal e coletiva, e o trabalho pedagógico com vistas à transformação da realidade social, à superação dos processos de exploração e dominação, à construção da igualdade, da democracia, da ética e da solidariedade.

4.1 JUSTIFICATIVA PARA A REFORMULAÇÃO DO PPC

Em resposta à atividade de organização da nova matriz curricular do Curso de Licenciatura em Pedagogia, a partir do ano de 2018, o Núcleo Docente Estruturante (NDE) do curso passou a cumprir uma agenda voltada ao estudo das Diretrizes Curriculares para a formação de professores em nível superior e para a formação continuada (Resolução CNE/CP N° 02/2015) que, à época, por ser a orientação oficial atual, determinava a estrutura e organização dos cursos de licenciatura no país. Dentre as suas ações o NDE também assumiu o compromisso de acompanhar o movimento das entidades dedicadas ao debate nacional em torno da formação dos/as profissionais da educação nos cursos de Pedagogia e Licenciaturas no Brasil, em especial a Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação (ANFOPE) e o Grupo de Trabalho Formação de Professores da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd).

Importante apresentar alguns esclarecimentos que determinaram o trabalho do NDE do curso de Licenciatura em Pedagogia e que culminaram na matriz curricular atual, aprovada em 2020. Primeiramente, destacamos que no final do ano de 2019, na fase de implementação das Diretrizes de 2015, o Conselho Nacional de Educação aprovou a Resolução CNE/CP nº 2/2019, que instituiu as novas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação). Essa aprovação se deu sob inúmeras críticas das instituições de ensino superior e das entidades da área de educação que, em documento conjunto, ainda na fase de discussão da proposta, solicitaram o seu arquivamento por representar uma desconfiguração dos cursos de formação de professores (ANFOPE, 2024).

Em concordância com as críticas apontadas sob a Resolução CNE/CP nº 2/2019, destacamos ainda as profundas alterações sugeridas ao curso de Licenciatura em Pedagogia, dentre elas a configuração determinada que remete a um processo de especialização da formação do pedagogo em habilitações distintas, em dois itinerários possíveis, o que distingue e equipara, em termos de cargas horárias e diplomas, os professores da educação infantil e dos anos iniciais do ensino fundamental (1º ao 5º ano).

Diante desse cenário o NDE manteve as alterações na matriz do curso alinhadas à Resolução CNE/CP nº 2/2015 rejeitando a Resolução CNE/CP nº 2/2019 – que pautava-se em princípios de competências e habilidades para a formação de professores/as – e mantendo-se os seguintes compromissos: base comum nacional como conjunto de princípios e não como prescrição curricular e pedagógica; concepção de docência como ação educativa que pressupõe o ensino e as demais funções necessárias a sua plena realização; sólida formação científica e cultural; sólida formação no domínio de conteúdos e metodologias, linguagens e tecnologias; articulação entre formação inicial e continuada, articulação entre formação e valorização profissional e entre ensino, pesquisa e extensão como princípio pedagógico essencial à articulação entre teorias e práticas e ao aprimoramento profissional (ANPED et. Al., 2020).

No momento atual, diante da aprovação da Resolução do CNE n. 04/2024 que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para Formação Inicial em Nível Superior de Profissionais do Magistério da Educação Escolar Básica, o NDE do Curso de Licenciatura em Pedagogia inicia novo ciclo de estudo acerca das recentes determinações advindas da Resolução para que os encaminhamentos acerca da elaboração de uma nova matriz ocorra de forma responsável, consciente e transparente, contando com o necessário engajamento da comunidade acadêmica que compõe o curso e coerentes aos princípios que orientam a formação docente em nosso curso, a saber: uma formação ampla e cidadã, comprometida com a defesa da democracia, da cidadania, da justiça, da inclusão e da educação como bem comum.

Não confundindo docência com apenas regência de sala de aula, o Curso de Licenciatura em Pedagogia da UFAPE confirma sua opção em formar professores e insiste na importância e na dignidade do trabalho docente, sobretudo dos que, na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental, trabalham para fundar no rigor, na crítica e na criação os alicerces do processo formativo.

É esperado, por sua vez, que as alterações curriculares propostas provoquem, também, mudanças nas práticas pedagógicas dos professores do Curso. Para Sacristán (2000), quando definimos um currículo estamos definindo também as funções da própria universidade e a maneira particular de enfocá-la num momento histórico e social determinado, para um nível ou modalidade de educação, numa trama institucional. Se a prática docente se configura como o currículo em ação, ocorre por vezes, conflitos e confrontos em torno do mundo cultural onde forças contrárias a mundialização procuram se fortalecer e se organizar de modo a fortalecer as bases locais.

Apontamos, ainda, como justificativa para a necessidade de realizarmos essa reestruturação curricular, o fato de que, desde a versão anterior do nosso PPC, datada do ano de 2007, novas orientações legais foram criadas para os cursos de licenciatura. Essas determinações legais exigem mudanças que influenciam, inclusive, em nossa forma de conceber o curso de Licenciatura em Pedagogia e conseqüentemente na própria dinâmica curricular (disciplinas, carga-horária, conteúdos, formas de abordagens, entre outros aspectos).

Destacamos ainda a nossa opção em manter, no currículo atual, pressupostos fundamentais já sinalizados no currículo anterior, dentre eles: a definição de um projeto

que assume a docência como a base da formação do professor, a sólida formação teórica, a intrínseca relação dessa teoria com a prática, o compromisso social e político do educador e a consolidação da formação de professores para os níveis iniciais de ensino da Educação Básica, em curso de nível superior. Resta ser dito, em síntese, que essa opção é também uma forma de intensificar cada vez mais a reflexão e atuação da Universidade em áreas sociais, particularmente, na área de Educação.

5. OBJETIVOS DO CURSO

5.1. OBJETIVO GERAL

Formar profissionais da educação para atuar na docência, na Educação Infantil e no Ensino Fundamental/Anos Iniciais, na pesquisa, na extensão, na gestão educacional dos sistemas de ensino e das unidades escolares de Educação Básica, nas diversas modalidades e demais atividades pedagógicas, visando a um constante diálogo com os princípios da equidade social, da democracia, da cidadania, dos direitos humanos, do respeito à diversidade de gênero, raça e religião e com a realidade do território do Agreste Meridional.

5.2. OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Debater os conteúdos clássicos e contemporâneos da área da educação, propiciando referenciais teórico-metodológicos que formem o profissional da educação qualificado e atento à realidade local;
- Desenvolver competências em diferentes modalidades de ensino escolar e suas especificidades que possibilitem a atuação pedagógica em espaços escolares e não escolares, a fim de responder às demandas regionais;
- Garantir uma formação pluralista que assegure a atuação docente de forma ética, crítica e criativa na gestão da sala de aula, na organização da escola e nos sistemas de ensino;
- Garantir o desenvolvimento de diferentes práticas de pesquisa que permitam a reflexão e a produção de novos conhecimentos na área da educação, em constante diálogo com as demandas do território do Agreste Meridional;
- Desenvolver atividades de extensão que possam intervir na realidade educacional local;
- Formar profissionais conscientes de sua historicidade para que sejam socialmente referenciados em prol de formular e orientar seus projetos educativos futuros;
- Contribuir com a troca de experiência entre a Universidade e escolas da Educação Básica, compartilhando saberes das mais diversas áreas de educação.

6. PERFIL PROFISSIONAL DO EGRESSO

6.1 Da importância de compreender o cenário e marcar nosso posicionamento

O reconhecimento do Projeto Pedagógico do curso (PPC), superando-o como um documento escrito, aponta para a nossa compreensão como um orientador do trabalho coletivo e das práticas docentes-discentes. Essa concepção reverbera na ideia do PPC como um processo de aproximações sucessivas entre a prática pedagógica realizada no curso e o que se pensa sobre a educação, sobre ensino, os conteúdos do ensino e os estudantes, além de apontar a compreensão que se tem da tarefa social da universidade (e em particular do curso de Licenciatura em Pedagogia da UFAPE) e o trabalho que nela (nele) se realiza, apontando as intenções de trabalho da universidade e do curso na formação desses profissionais. Este movimento, de se pensar e idealizar no documento as concepções e objetivos imbricados no cotidiano da graduação, reflete as intenções com as quais o curso se compromete em materializar.

Enquanto documento que propõe este movimento, o PPC passa a exigir do seu corpo docente-discente ser reconhecido como um processo coletivo de investigação pedagógica, como nos aponta Santiago (2012), apoiada nas contribuições da obra de Paulo Freire (1996, 1986, 1978), como um processo de desenvolvimento profissional realizado na dependência de uma perspectiva crítica:

A criticidade é uma capacidade inerente à pessoa, um atributo indispensável aos profissionais da educação. Ela é resultado da compreensão e do exercício do sujeito da vida, da história, da cultura e do conhecimento. Inscreve-se na natureza inconclusa do sujeito, na leitura e na dinamicidade da sociedade e no caráter da infinitude do conhecimento (p.100).

Partindo destes pressupostos, este documento surge do reconhecimento do tempo histórico em que vivemos, das mudanças ocorridas atualmente no campo educacional que repercutem diretamente no papel do professor que passa a ser questionado e redefinido a partir das recentes discussões acerca da profissionalização docente. Cientes de que este debate surge como consequência dos novos arranjos legais que se debruçam sobre a concepção de educação, escolarização e processos de aprendizagem, o curso de Licenciatura em Pedagogia da UFAPE vem, através do seu PPC, firmar o compromisso com uma formação docente baseada nas legislações atuais e consonante com os objetivos de oferta de uma formação crítica, baseada na reflexão da práxis pedagógica, que reverbera em profissionais comprometidos com a melhoria da qualidade de ensino no país e na construção de um mundo mais justo e solidário. Com este movimento, como salientado antes, buscamos também contribuir com o atendimento dos ODS nº 04, 05, 10, 16, 18 e 20.

A construção de um perfil para o aluno egresso leva em conta o projeto pedagógico dos cursos de licenciatura oferecidos pela UFAPE, uma vez que tem como finalidade formar profissionais com as competências necessárias para atuar na educação básica da região do Agreste Meridional de Pernambuco, nas redes públicas e privadas de ensino, bem como, em outras áreas de sua atuação existentes nesta região e nas demais

regiões do país. Assim, os egressos dos cursos de licenciatura da UFAPE reúnem em sua formação competências práticas e teóricas, capazes de analisar criticamente o seu fazer e redimensionar suas ações, com compromisso e ética profissional. Essas são características importantes adquiridas ao longo da construção de um profissional a partir da ação-reflexão sobre seus saberes, das relações humanas vivenciadas na sua formação inicial.

6.2 As novas disposições legais sobre a formação de Pedagogos

O curso de Licenciatura em Pedagogia da Universidade Federal do Agreste de Pernambuco firma o compromisso com a oferta de uma formação crítica alicerçada na docência que, partilhando os constructos freireanos reforçados por Souza (2009), compreende a formação de professores como o resultado, sobretudo, da prática pedagógica de/entre sujeitos (docentes e discentes), de/entre instituições (IES formadoras e escolas de Educação Básica), num dado momento histórico.

Os últimos anos, diante dos novos arranjos legais impulsionados pela Política Nacional de Formação de Professores que estabelece como fundamento uma Base Nacional de Formação Docente para nortear o currículo de formação de professores, têm exigido das instituições de ensino superior atenção aos documentos que balizam as práticas de formação docente, não apenas para enquadrar os cursos de Licenciaturas na estrutura organizacional exigida, mas, principalmente, para garantir a efetiva formação do pedagogo fundamentada nos princípios de interdisciplinaridade, contextualização, democratização, pertinência e relevância social, ética e sensibilidade afetiva e estética.

Partindo do reconhecimento da autonomia da universidade como instituição responsável pela formação inicial de professores de nível superior, o curso compromete-se com uma formação inicial pautada nos atuais documentos normativos, orientadores da formação inicial do licenciado em Pedagogia e compreende que as instituições formadoras em articulação com os sistemas de ensino, em regime de colaboração, deverão promover, de maneira articulada, a formação inicial dos pedagogos para viabilizar o atendimento às suas especificidades nas diferentes etapas e modalidades de educação básica, observando as normas específicas definidas pelo Conselho Nacional de Educação (CNE).

Desta forma, respaldados pela Resolução CNE/CP Nº 1, de 15 de maio de 2006, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia, e pela Resolução Nº 2, de 1º de julho de 2015 que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada, e amparados nos dispositivos normativos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996, defendemos os princípios da educação brasileira.

O Curso de Licenciatura em Pedagogia da UFAPE reconhece que a igualdade de condições para o acesso e a permanência na escola (ODS nº 04); a liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber; o pluralismo de

ideias e de concepções pedagógicas; o respeito à liberdade e o apreço à tolerância; a valorização do profissional da educação; a gestão democrática do ensino público; a garantia de um padrão de qualidade (ODS nº 04); a valorização da experiência extraescolar; a vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais; o respeito e a valorização da diversidade étnico-racial (ODS nº 18), entre outros, constituem princípios vitais para a melhoria e democratização da gestão e do ensino. Desta forma, reitera o papel das instituições de educação básica e de seus processos de organização e gestão de projetos pedagógicos que, ao lado dos cursos de Licenciatura, cumprem, sob a legislação vigente, um papel estratégico na formação para o exercício da docência na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental.

Respeitando as orientações das Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia, a Licenciatura em Pedagogia da UFAPE se compromete em propiciar, por meio de estudos teórico-práticos, investigação e reflexão crítica, o planejamento, execução e avaliação de atividades educativas; a aplicação ao campo da educação, de contribuições, entre outras, de conhecimentos como o filosófico, o histórico, o antropológico, o ambiental-ecológico, o psicológico, o linguístico, o sociológico, o político, o econômico, o cultural (Art.2º§2º). Com base nessas orientações, visa formar o egresso apto a assumir sua profissão, tal qual exige o perfil do pedagogo, no exercício da ética e com compromisso visando à construção de uma sociedade justa, equânime, igualitária, bem como demonstrar consciência da diversidade, respeitando as diferenças de natureza ambiental-ecológica, étnico-racial, de gêneros, faixas geracionais, classes sociais, religiões, necessidades especiais, escolhas sexuais, entre outras, garantindo o atendimento às metas relacionadas aos ODS nº 04, 05, 10, 16, 18, 20.

Corroborando com Tardif e Lessard (2005), reiteramos nossa compreensão sobre a importância do papel dos professores nas sociedades contemporâneas, pois o grupo se constitui como uma das categorias profissionais chave para se entender as mudanças que vêm ocorrendo na sociedade brasileira, “pelo papel social, político e cultural que desempenham, porque são responsáveis pelo processo de socialização das crianças e jovens realizado crescentemente pela via escolar” (Barreto, 2011, p.40).

Entretanto, destacamos que o aumento de sua importância na dinâmica social é acompanhado pela perda do prestígio do trabalho docente, que, de acordo com Barretto (2011), decorre da crise da escola em face da universalização da escolaridade e da diminuição do valor relativo dos certificados que ela fornece, bem como da perda do monopólio que detinha a instituição escolar sobre a transmissão do saber autorizado, sendo traduzida em baixos salários, quando comparados às profissões com a mesma exigência de escolarização, e em insatisfatórias condições de trabalho e carreira.

Este quadro nos mostra os desafios atuais da docência, que ao tempo em que reconhece o papel central do professor no processo de construção de uma nova sociedade, convive com o desprestígio social da categoria e nos desvela os mecanismos que sustentam os acirrados embates sobre os modelos de formação docente postos na atualidade.

No que diz respeito à estrutura do curso de Pedagogia, respeitada a diversidade do contexto no qual a Universidade Federal do Agreste de Pernambuco é localizada, bem

como a autonomia pedagógica da instituição, como nos é garantido por lei, o curso se compromete com as exigências legais, a nível federal e institucional, atualizando sempre suas práticas e orientações normativas a fim de garantir o respeito aos princípios que norteiam a educação brasileira.

Ancorados nas contribuições de Souza (2009), corroboramos com a compreensão de que a formação de professores deve ser objeto da prática pedagógica dos cursos de Licenciatura. Por sua vez, entendemos a formação de professores como o resultado de uma práxis pedagógica, ou seja de ações coletivas institucionais, formada pelas interações de diferentes sujeitos (docentes, discentes e gestores) na construção dos conhecimentos e no trabalho dos/ com os conteúdos pedagógicos epistemologicamente.

Reconhecemos também que o curso de Licenciatura em Pedagogia deva tratar da reflexão e teoria dos problemas sócio educacionais, de suas possibilidades, limites, exigências a serem enfrentadas na prática educativa ou, mais adequadamente, na práxis pedagógica, através da pesquisa, do ensino e da extensão. Sendo assim, o curso de propõe a intensificar, no campo educacional, a conexão da Universidade com a sociedade, contribuindo para a construção de um horizonte ético nas relações interpessoais, econômicas, políticas e pedagógicas, por meio da formação de pedagogos, profissionais da educação, da extensão, da pesquisa educacional e da elaboração técnica no campo do ensino, da aprendizagem, da ação social e da avaliação. Contribui-se, assim, com a consolidação de uma nova cultura pedagógica e política.

Diante do panorama apresentado, reiteramos o compromisso do curso de Licenciatura em Pedagogia da UFAPE, em adequar-se às exigências legais, principalmente na defesa de uma formação docente assumida como política de Estado, capaz de articular as instituições formadoras e seus projetos com vistas ao cumprimento precípua da função social da escola: a de assegurar a todos e todas, indistintamente, o direito ao conhecimento, instrumento valioso para compreender e transformar a realidade.

Salientamos, portanto, que o perfil profissional do egresso do curso de Pedagogia da UFAPE, pauta-se por princípios éticos, democráticos, de equidade social e interdisciplinar, com vistas ao desenvolvimento de práticas educativas e curriculares inovadoras em espaços escolares e não escolares. A pluralidade desses conhecimentos vivenciados ao longo da formação profissional, também possibilitará ao egresso a resolução de situações imprevistas em suas práticas profissionais cotidianas, nos diferentes campos de atuação profissional, considerando-se a realidade do território do Agreste Meridional, associadas às novas demandas sociais apresentadas pelo mundo do trabalho.

Este perfil encontra-se em consonância com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial e Continuada dos Profissionais do Magistério da Educação Básica - Resolução CNE/CP nº 2/2015 e contempla um amplo e sólido repertório de conhecimentos teóricos- práticos com seus aportes históricos, filosóficos, sociológicos, antropológicos, culturais, psicológicos e estéticos que visam à integralidade da formação humana.

6.3 O egresso do curso de Licenciatura em Pedagogia da UFAPE estará apto a:

- ✓ atuar profissionalmente com compromisso social, ético e político em busca da qualidade dos processos de ensino e aprendizagem e por uma sociedade democrática, justa e de equidade social ODS nº 04, 05, 10, 16, 18 e 20);
- ✓ fazer uma leitura crítica do mundo e dos processos educativos em busca de superar os desafios que se colocam para a educação na sociedade contemporânea (ODS nº 04);
- ✓ compreender as relações entre a teoria e a prática nos processos educativos, em contextos escolares e não escolares, com base no domínio dos conteúdos de áreas específicas, pedagógicos, didáticos e metodológicos (ODS nº 04);
- ✓ exercer a polivalência do ensino em Língua Portuguesa, Matemática, Ciências, História, Geografia, Artes, Educação Física, de forma interdisciplinar e adequada às diferentes fases do desenvolvimento humano (ODS nº 04);
- ✓ educar e cuidar crianças de zero a cinco anos, visando ao desenvolvimento integral nos aspectos físicos, emocionais, afetivos, cognitivo/linguísticos e sociais, com o entendimento dela como um ser em sua totalidade, tomando como referência as interações e brincadeiras como eixos do trabalho pedagógico da Educação Infantil (ODS nº 04);
- ✓ educar crianças de seis a nove anos, fortalecendo o seu desenvolvimento e aprendizado de forma lúdica e interdisciplinar em práticas curriculares inovadoras que garantam os direitos de aprender a leitura e escrita e o cálculo; de conhecer o ambiente natural e social; de vivenciar experiências em relação às artes, a tecnologia educacional, ao sistema político e dos valores e princípios em que se embasam a sociedade (ODS nº 04);
- ✓ trabalhar com crianças com deficiência em diferentes níveis da organização escolar, fortalecendo o processo de inclusão e assegurando os direitos de aprendizagem, interações e cidadania dessas crianças (ODS nº 04 e 10);
- ✓ atuar na educação de jovens e adultos, assegurando o desenvolvimento de práticas curriculares inovadoras e adequadas às suas histórias de vida, características sociais e condições de trabalho (ODS nº 04 e 10);
- ✓ atuar na educação do campo, com o entendimento de valorizar e preservar suas culturas e reafirmar o seu pertencimento étnico (ODS nº 04, 18 e 20);
- ✓ atuar com tecnologias educacionais, de forma crítica, em práticas curriculares inovadoras voltadas para o ensino, a pesquisa e extensão (ODS nº 04);
- ✓ atuar na organização e gestão dos processos educativos nas instituições de ensino e nos órgãos municipais, no planejamento, na coordenação, execução, no acompanhamento e na avaliação de projetos político-pedagógicos das práticas educativas escolares e não escolares (ODS nº 04);
- ✓ realizar projetos e pesquisas no campo educacional embasados na relação entre teoria e prática, nos contextos sociais e educativos e nos seus significados (ODS nº 04);
- ✓ trabalhar considerando a heterogeneidade dos alunos, seus níveis de desenvolvimento cognitivo, as condições socioespaciais, culturais e econômicas, a religiosidade e os vínculos familiares (ODS nº 04).

6.4 Campo de atuação profissional

O profissional egresso do curso de Pedagogia estará habilitado a atuar como docente na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental; nas modalidades da Educação de Jovens e Adultos, Educação Especial e Educação do Campo. As atividades de docência compreendem ainda a atuação na gestão de processos educativos e gestão de instituições de educação básica, na pesquisa, avaliação e socialização de seus resultados, em contextos escolares e contextos não escolares.

Quanto à atuação profissional do Pedagogo em contextos não escolares, esta poderá ocorrer em: organizações não governamentais (ONGs), empresas, hospitais, museus, e órgãos de planejamento, avaliação e consultoria educacional, de acordo com os espaços que se apresentem no contexto local.

7. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada (BRASIL, 2015) determina a carga horária para as dimensões formativas:

Art. 13. Os cursos de formação inicial de professores para a educação básica em nível superior, em cursos de licenciatura, organizados em áreas especializadas, por componente curricular ou por campo de conhecimento e/ou interdisciplinar, considerando-se a complexidade e multirreferencialidade dos estudos que os englobam, bem como a formação para o exercício integrado e indissociável da docência na educação básica, incluindo o ensino e a gestão educacional, e dos processos educativos escolares e não escolares, da produção e difusão do conhecimento científico, tecnológico e educacional, estruturam-se por meio da garantia de base comum nacional das orientações curriculares.

§ 1º Os cursos de que trata o caput terão, no mínimo, 3.200 (três mil e duzentas) horas de efetivo trabalho acadêmico, em cursos com duração de, no mínimo, 8 (oito) semestres ou 4 (quatro) anos, compreendendo:

- I.- 400 (quatrocentas) horas de prática como componente curricular, distribuídas ao longo do processo formativo;
- II.- 400 (quatrocentas) horas dedicadas ao estágio supervisionado, na área de formação e atuação na educação básica, contemplando também outras áreas específicas, se for o caso, conforme o projeto de curso da instituição;
- III.- pelo menos 2.200 (duas mil e duzentas) horas dedicadas às atividades formativas estruturadas pelos núcleos definidos nos incisos I e II do artigo 12 desta Resolução, conforme o projeto de curso da instituição;
- IV.- 200 (duzentas) horas de atividades teórico-práticas de aprofundamento em áreas específicas de interesse dos estudantes, conforme núcleo definido no inciso III do artigo 12 desta Resolução, por meio da iniciação científica, da iniciação à docência, da extensão e da monitoria, entre outras, consoante o projeto de curso da instituição.

Ainda considerando as diretrizes explicitadas (BRASIL, 2015), o currículo deste Curso organiza-se em três núcleos que se articulam para a efetivação da formação inicial, que ora reproduzimos em sua integralidade:

“I - Núcleo de estudos de formação geral, das áreas específicas e interdisciplinares, e do campo educacional, seus fundamentos e metodologias, e das diversas realidades educacionais, articulando:

- a. princípios, concepções, conteúdos e critérios oriundos de diferentes áreas do conhecimento, incluindo os conhecimentos pedagógicos, específicos e interdisciplinares, os fundamentos da educação, para o desenvolvimento das pessoas, das organizações e da sociedade;
- b. princípios de justiça social, respeito à diversidade, promoção da participação e gestão democrática;
- c. conhecimento, avaliação, criação e uso de textos, materiais didáticos, procedimentos e processos de ensino e aprendizagem que contemplem a diversidade social e cultural da sociedade brasileira;
- d. observação, análise, planejamento, desenvolvimento e avaliação de processos educativos e de experiências educacionais em instituições educativas;
- e. conhecimento multidimensional e interdisciplinar sobre o ser humano e práticas educativas, incluindo conhecimento de processos de desenvolvimento de crianças, adolescentes, jovens e adultos, nas dimensões física, cognitiva, afetiva, estética, cultural, lúdica, artística, ética e biopsicossocial;
- f. diagnóstico sobre as necessidades e aspirações dos diferentes segmentos da sociedade relativamente à educação, sendo capaz de identificar diferentes forças e interesses, de captar contradições e de considerá-los nos planos pedagógicos, no ensino e seus processos articulados à aprendizagem, no planejamento e na realização de atividades educativas;
- g. pesquisa e estudo dos conteúdos específicos e pedagógicos, seus fundamentos e metodologias, legislação educacional, processos de organização e gestão, trabalho docente, políticas de financiamento, avaliação e currículo;
- h. decodificação e utilização de diferentes linguagens e códigos linguístico sociais utilizadas pelos estudantes, além do trabalho didático sobre conteúdos pertinentes às etapas e modalidades de educação básica;
- i. pesquisa e estudo das relações entre educação e trabalho, educação e diversidade, direitos humanos, cidadania, educação ambiental, entre outras problemáticas centrais da sociedade contemporânea;
- j. questões atinentes à ética, estética e ludicidade no contexto do exercício profissional, articulando o saber acadêmico, a pesquisa, a extensão e a prática educativa;
- l) pesquisa, estudo, aplicação e avaliação da legislação e produção específica sobre organização e gestão da educação nacional.

II - Núcleo de aprofundamento e diversificação de estudos das áreas de atuação profissional, incluindo os conteúdos específicos e pedagógicos, priorizadas pelo projeto pedagógico das instituições, em sintonia com os sistemas de ensino, que, atendendo às demandas sociais, oportunizará, entre outras possibilidades:

- a. investigações sobre processos educativos, organizacionais e de gestão na área educacional;
- b. avaliação, criação e uso de textos, materiais didáticos, procedimentos e processos de aprendizagem que contemplem a diversidade social e cultural da sociedade brasileira;
- c. pesquisa e estudo dos conhecimentos pedagógicos e fundamentos da educação, didáticas e práticas de ensino, teorias da educação, legislação educacional, políticas de financiamento, avaliação e currículo.
- d. aplicação ao campo da educação de contribuições e conhecimentos, como o pedagógico, o filosófico, o histórico, o antropológico, o ambiental-ecológico, o psicológico, o linguístico, o sociológico, o político, o econômico, o cultural;

III - Núcleo de estudos integradores para enriquecimento curricular, compreendendo a participação em:

- a. seminários e estudos curriculares, em projetos de iniciação científica, iniciação à docência, residência docente, monitoria e extensão, entre outros, definidos no projeto institucional da instituição de educação superior e diretamente orientados pelo corpo docente da mesma instituição;
- b. atividades práticas articuladas entre os sistemas de ensino e instituições educativas de modo a propiciar vivências nas diferentes áreas do campo educacional, assegurando aprofundamento e diversificação de estudos, experiências e utilização de recursos pedagógicos;
- c. mobilidade estudantil, intercâmbio e outras atividades previstas no PPC;
- d. “atividades de comunicação e expressão visando à aquisição e à apropriação de recursos de linguagem capazes de comunicar, interpretar a realidade estudada e criar conexões com a vida social” (BRASIL, 2015).

Os núcleos de estudos e aprofundamento deverão proporcionar aos estudantes, concomitantemente, experiências cada vez mais complexas e abrangentes de construção de referências teórico-metodológicas próprias da docência, além de oportunizar sua inserção na realidade social e laboral de sua área de formação. Por isso, as práticas docentes deverão ocorrer ao longo do curso, desde seu início.

A dinamicidade do projeto pedagógico do Curso de Licenciatura em Pedagogia deverá ser garantida por meio da organização de atividades acadêmicas, tais como: iniciação científica e inovação tecnológica, extensão, seminários, monitorias, estágios, participação em eventos científicos, atividades práticas e/ou de campo, e outras alternativas de caráter científico, político, cultural e artístico.

De forma mais didática, a organização curricular do Curso de Licenciatura em Pedagogia é apresentada nesta seção a partir de dois pontos, a saber: a estrutura curricular, os conteúdos curriculares.

Com relação à estrutura curricular do curso, a mesma foi organizada a partir das Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada (BRASIL, 2015), concomitantemente à Política de Ensino de Graduação da UFAPE, disposta no Plano de Desenvolvimento

Institucional da universidade. Lembramos que são princípios norteadores da Política de Ensino de Graduação da UFAPE a **flexibilidade**, a **interdisciplinaridade** e a **acessibilidade metodológica/pedagógica**.

Com relação aos conteúdos curriculares, podemos observar tais princípios na disposição dos componentes curriculares presentes na matriz curricular adotada pelo curso de Licenciatura em Pedagogia. Nela priorizou-se o percurso acadêmico dos licenciandos, buscando um currículo não enrijecido no qual os discentes consigam a integralização no tempo adequado. Para tanto consideramos o baixo número de disciplinas que exigem pré-requisitos, bem como a disposição sequencial dos componentes curriculares que contribuem para que a interdisciplinaridade se apresente enquanto prática pedagógica comum dos docentes do curso durante a trajetória acadêmica dos pedagogos em formação. Isto se torna possível, por exemplo, a partir da disposição, em um mesmo período, de disciplinas de metodologias do ensino de diferentes componentes curriculares (por exemplo, no 4 e no 6º períodos as disciplinas de FUNDAMENTOS E METODOLOGIAS NO ENSINO DE CIÊNCIAS e FUNDAMENTOS E METODOLOGIAS NO ENSINO DE MATEMÁTICA, bem como no 5º e no 7º períodos as disciplinas FUNDAMENTOS E METODOLOGIA DO ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA, FUNDAMENTOS E METODOLOGIAS NO ENSINO DE ARTES e FUNDAMENTOS E METODOLOGIAS NO ENSINO DE GEOGRAFIA), favorecendo, assim, a realização de atividades interdisciplinares em parceria entre diferentes docentes dentro da mesma turma. Percebemos a interdisciplinaridade em interlocução direta com a flexibilidade da estrutura do curso e as observamos no desenvolvimento de atividades e de projetos de ensino-aprendizagem que as valorizam. Isto porque, na medida em que os discentes vivenciam uma única atividade - por exemplo, o planejamento e a execução de um projeto didático interdisciplinar - envolvendo, ao mesmo tempo, diferentes componentes curriculares, há uma otimização do tempo pedagógico e eles podem se dedicar de forma mais intensa à realização desta atividade, ao invés de precisar dedicar esforço para o planejamento e vivência de projetos em separado para cada disciplina.

O respeito à acessibilidade metodológica/pedagógica sempre foi ponto de atenção desta graduação. Com registros de matrículas de alunos na modalidade de Educação Especial, na perspectiva inclusiva, no curso desde as primeiras turmas diplomadas, a atual matriz preza e estimula a perspectiva inclusiva em sua prática pedagógica e conta com o apoio da Secretaria/ Núcleo de acessibilidade da UFAPE. Através destas instâncias contamos com o suporte de intérpretes de Libras, bem como equipamentos de produção audiovisual para alunos deficientes visuais, a fim de que todos os alunos tenham condições de integralizarem o curso no tempo adequado. Interessante destacar que programas de Tutoria tendem a estimular a participação discente na garantia do acompanhamento dos licenciandos.

Neste sentido, o princípio da *inclusão* norteará o processo de ensino e aprendizagem, garantindo que os professores, ao realizarem suas avaliações, promovam adaptações em função das necessidades educacionais especiais dos estudantes, conforme orienta a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei Federal nº 9.394/1996). Para os alunos que são considerados público-alvo da educação inclusiva

(pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e com altas habilidades/superdotação), os docentes poderão utilizar, dentre outras estratégias, as seguintes adaptações avaliativas: *dilatação de tempo de avaliação, apresentações de trabalhos em dupla, em equipes ou individual, prova oral, individualizada, sinalizada, ampliada, em Braille, em Libras, com recurso de tecnologias assistivas, permanência de profissional de apoio ou intérprete de Libras em sala*, por exemplo, como orienta a Lei Brasileira da Inclusão, nº 13.146/2015, que dispõe sobre a importância da adoção, implementação, organização e aprimoramento dos mecanismos de avaliação acessível em todos os campos da acessibilidade.

Destacamos que a disciplina de Libras, conforme orienta o Decreto nº 5.626/2005, é um dos componentes curriculares de natureza obrigatória, bem como o componente Educação Inclusiva. Em relação às temáticas “Educação em Direitos Humanos” e a “Educação Ambiental”, em atendimento à Resolução CNE/MEC nº 1/2012, a Lei nº 9.795/1999 e a Resolução CNE/MEC nº 2/2012; as mesmas serão trabalhadas, no currículo do Curso, de forma transversal. Ou seja, perpassando pelas disciplinas do curso uma vez que tais temáticas são relevantes para uma formação ética, responsável e cidadã, em consonância com o que está disposto no Plano de Desenvolvimento Institucional da UFAPE.

A estrutura curricular pensada a partir da perspectiva inclusiva, e a sequência curricular proposta na intenção de um fluxo contínuo, quase sem exigências de pré-requisitos, foi proposta na intenção de estímulo à interdisciplinaridade. Ela permeia todo o percurso da graduação através de atividades que envolvem mais de um componente curricular, bem como na organização da prática pedagógica dos docentes do curso, com ênfase na formação do licenciando em Pedagogia.

A consideração da natureza dos conteúdos curriculares entre obrigatórios e optativos, além de partirem do respeito ao perfil do egresso e das orientações presentes nas DCN, foi observado as recomendações do Plano de Desenvolvimento Institucional da UFAPE que dispõe sobre a organização e execução dos conteúdos. Segundo o documento, a UFAPE leva em consideração:

- a) a formação sólida, crítica e democrática vinculada às dimensões epistemológicas e científicas de cada área de conhecimento;
- b) a articulação de teorias e práticas, mediadas pelas dimensões política e técnica, considerando os princípios éticos de cada área de formação;
- c) o princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, contextualizado aos cotidianos

Ainda vale salientar que, na escolha dos componentes curriculares, a flexibilidade, a interdisciplinaridade e a acessibilidade metodológica foram fundamentais para a trajetória de formação profissional dos discentes, considerando os conteúdos que são base para a sua formação. Nesse sentido, os componentes

curriculares optativos apontam como saída viável para a flexibilidade do currículo, pensados a partir do perfil do egresso.

A disposição dos componentes curriculares entre os períodos priorizou o potencial de articulação entre as disciplinas através de trabalhos interdisciplinares, estimulando a relação entre as disciplinas com alta carga horária teórica e os componentes com maior carga horária prática, incentivando o desenvolvimento de projetos de ensino e atividades entre docentes e discentes do mesmo período.

Neste sentido, a flexibilidade na estrutura curricular, o respeito ao princípio da acessibilidade pedagógica bem como a interdisciplinaridade estimulada pela matriz, permitiram a distribuição dos componentes curriculares planejados para que o futuro pedagogo tenha a possibilidade de antecipar a conclusão do seu curso.

Para uma melhor visualização de como os componentes curriculares estão distribuídos no curso, levando em conta os critérios acima e o perfil do egresso desejado, em consonância com as DCN, deve-se atentar para o quadro a seguir:

Quadro 3 – Componentes curriculares

COMPONENTES CURRICULARES DOS NÚCLEOS DE CONHECIMENTO DO CURSO DE PEDAGOGIA		
NÚCLEO DE CONHECIMENTO	COMPONENTE CURRICULAR	CARGA HORÁRIA
Núcleo de conteúdos básicos	Produção de Texto Acadêmico	60h
	Psicologia do Desenvolvimento	60h
	Educação no Campo	60h
	História da Educação	60h
	Sociologia da Educação	60h
	Ideologia, discurso e prática pedagógica	60 h
	Psicologia da Aprendizagem	60 h
	Políticas Educacionais e Organização Escolar Brasileira	60 h
	Filosofia da Educação	60 h
	Avaliação da Aprendizagem	60 h
	Didática	60 h
	Educação Infantil I	60 h
	Relações Étnico-raciais	60 h
	Educação Infantil II	60 h
	Gestão Escolar	60 h
	Educação Inclusiva	60 h
	Projeto de Monografia	60 h
Educação de Jovens e Adultos	60 h	
Motricidade Humana	60 h	

	Língua brasileira de sinais – Libras	60 h	
	Tecnologias na Educação	60 h	
	Optativa I	60 h	
	Optativa II	60 h	
	Optativa III	60 h	
	Educação Física A	30 h	
Núcleo de conteúdos específicos	Fundamentos e metodologias no Ensino das Ciências I	75 h	
	Fundamentos e metodologias no Ensino de História I	75 h	
	Fundamentos e metodologias no Ensino de Matemática I	75 h	
	Fundamentos e metodologia no Ensino de Língua Portuguesa II	75 h	
	Fundamentos e metodologias no Ensino de Artes I	75 h	
	Fundamentos e metodologias no Ensino de Geografia I	75 h	
	Fundamentos e metodologia no Ensino de Língua Portuguesa II	75 h	
	Fundamentos e metodologias no Ensino das Ciências II	75 h	
	Fundamentos e metodologias no Ensino de História II	75 h	
	Fundamentos e metodologias no Ensino de Matemática II	75 h	
	Fundamentos e metodologias no Ensino de Artes II	75 h	
	Fundamentos e metodologias no ensino de Geografia II	75 h	
	Núcleo de conteúdos Profissionalizantes	Prática educacional, pesquisa e extensão I	75 h
		Prática educacional, pesquisa e extensão II	75h
TCC 1		60 h	
TCC 2		60 h	
Estágio I – Educação Infantil		75 h	
Estágio II – Anos iniciais do Ensino Fundamental		75 h	
Estágio III - Gestão Escolar		75 h	
Estágios IV - Contextos não escolares		75 h	
Estágio V - Modalidades de Ensino de EJA, Educação		105h	

	Especial e Educação do Campo.	
--	-------------------------------	--

7.1. REFORMULAÇÃO DOS COMPONENTES CURRICULARES

Foram realizadas as seguintes alterações nas disciplinas optativas abaixo:

- a) A disciplina “Estudos disciplinares e interdisciplinares em matemática, ciências da natureza, ciências humanas e sociedade” teve sua nomenclatura alterada para “Processos Interdisciplinares na Construção de Conhecimento”.
- b) A disciplina “Teorias Curriculares” teve sua nomenclatura alterada para “Currículo, subjetividade e cultura”.

Vale salientar que tanto a carga horária como o conteúdo das ementas destas disciplinas não foram alterados.

7.2. REGIME DE MATRÍCULA

O curso está organizado pelo sistema de crédito, sendo cada crédito correspondente a 15h. Os componentes curriculares que serão ofertados estão distribuídos considerando a seguinte tipologia: obrigatórios e optativos (atendendo a carga horária estipulada e dentre o rol de disciplinas ofertadas, o aluno escolhe cursar aquelas de seu interesse).

A maioria das disciplinas possui 60h (4 créditos) ou 75h (5 créditos). Algumas disciplinas possuem pré-requisito, ou seja, para serem cursadas o graduando precisará ter cursado determinada(s) disciplina(s) estabelecida(s) na ementa, anteriormente. Destacamos, porém, que a maioria das disciplinas não possuem pré-requisito, o que favorece ao graduando cumprir os créditos obrigatórios antes do tempo previsto (9 semestres).

Especificamente em relação às disciplinas optativas, elas também não possuem, em sua maioria, pré-requisito, podendo ser cursadas desde o primeiro período. Apenas duas optativas possuem pré-requisito. Na lista abaixo apresentamos estas disciplinas e destacamos a partir de qual período o estudante poderá cursá-las:

- Linguagem Corporal na Educação Infantil (4º período)
- Práticas docentes na Educação infantil (5º período)

Para integralização do Curso, além das disciplinas obrigatórias e optativas, o aluno precisará elaborar um Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) e ser avaliado por banca examinadora, como especificado no item 7.10 deste documento. Além disso, o discente precisa cursar cinco Estágios Obrigatórios Supervisionados para a integralização do curso. Ainda será necessário que o mesmo participe do Exame Nacional de Cursos de Graduação – ENADE, por este se constituir como Componente Curricular obrigatório, nos cursos que participam do exame.

7.3. MATRIZ CURRICULAR

7.3.1 Síntese dos componentes curriculares obrigatórios

No Quadro 4 estão expostos os períodos nos quais os componentes obrigatórios estão organizados no curso. Salientamos, ainda, a existência da disciplina obrigatória EDUF3001 - Educação Física A (30h), a qual deve ser cursada pelo discente em qualquer período do curso no contraturno.

Quadro4 – Matriz curricular

MATRIZ CURRICULAR								
Período: 1º								
Cód.	NOME	CARGA HORÁRIA					PRÉ-REQUISITO	EQUIVALÊNCIA
		TEÓRICA	PRÁTICA	PCC	SEMI-PRESENCIAL/EAD	TOTAL		
UAG 00220	Educação do Campo	30h	15h	15h	–	60h	–	–
UAG 00224	Produção Textual Acadêmico	30h	15h	15h	–	60h	–	–
UAG00222	Psicologia do Desenvolvimento	60h	–	–	–	60h	–	–
UAG00223	Sociologia da Educação	60h	–	–	–	60h	–	–
UAG00221	História da Educação Brasileira	60h	–	–	–	60h	–	–
Atividades Complementares								
Carga horária total						300h		
Período: 2º								
Cód.	NOME	CARGA HORÁRIA					PRÉ-REQUISITO	EQUIVALÊNCIA
		TEÓRICA	PRÁTICA	PCC	SEMI-PRESENCIAL/EAD	TOTAL		

UAG00225	Filosofia da Educação	60h	-	-	-	60h	-	-
UAG00226	Ideologia, Discurso e Prática Pedagógica	60h	-	-	-	60h	-	-
UAG00228	Prática, Educacional, Pesquisa e Extensão I	30h	30h	15h	-	75h	-	-
UAG00229	Psicologia da Aprendizagem	60h	-	-	-	60h	Psicologia do desenvolvimento	-
UAG00227	Políticas Educacionais e Organização da Educação Escolar Brasileira	60h	-	-	-	60h	-	-
Atividades Complementares								
Carga horária total						315h		
Período: 3º								
Cód.	NOME	CARGA HORÁRIA					PRÉ-REQUISITO	EQUIVALÊNCIA
		TEÓRICA	PRÁTICA	PCC	SEMI-PRESENCIAL/EAD	TOTAL		
UAG00231	Didática	30h	15h	15h	-	60h		-
UAG00233	Educação Infantil I	30h	15h	15h	-	60h	Psicologia do Desenvolvimento	-
UAG00234					-		Prática Educacional	-

	Prática Educacional, Pesquisa e Extensão II	30h	30h	15h		75h	I, Pesquisa e Extensão I	
UAG 00230	Avaliação da aprendizagem	30h	15h	15h	–	60h	–	–
UAG 00232	Educação das relações étnico-raciais	30h	15h	15h	–	60h	–	–
Atividades Complementares								
Carga horária total						315h		
Período: 4º								
Cód.	NOME	CARGA HORÁRIA					PRÉ-REQUISITO	EQUIVALÊNCIA
		TEÓRICA	PRÁTICA	PCC	SEMI-PRESENCIAL/EAD	TOTAL		
UAG 00235	Educação Infantil II	30h	15h	15h	–	60h	Educação Infantil I	–
UAG 00301	Estágio Curricular I – Educação Infantil	30h	45h	–	–	75h	–	–
UAG 00236	Fundamentos e Metodologias no Ensino de Ciências I	45h	15h	15h	–	75h	–	–
UAG 00237	Fundamentos	45h	15h	15h	–	75h	–	–

	e Metodo logias no Ensino de História I							
UAG 00238	Funda mentos e Metodo logias no Ensino de Matem ática I	45h	15h	15h	–	75h	–	–
Atividades Complementares								
Carga horária total						360h		
Período: 5º								
Cód.	NOME	CARGA HORÁRIA					PRÉ-REQUISITO	EQUIVALÊNCIA
		TEÓRICA	PRÁTICA	PCC	SEMI-PRESENCIAL/EAD	TOTAL		
UAG 00302	Estágio Curricu lar II - Anos iniciais do Ensino Funda mental	30h	45h	–	–	75h	Estágio Curricular I	
UAG 00242	Gestão Escolar	60h	–	–	–	60h	–	
UAG 00240	Funda mentos e Metodo logias no Ensino	45h	15h	15h	–	75h	–	

	de Artes I							
UAG 00241	Fundamentos e Metodologias no Ensino de Geografia I	45h	15h	15h	–	75h	–	
UAG 00245	Fundamentos e Metodologias no Ensino de Língua Portuguesa I	45h	15h	15h	–	75h	–	–
Atividades Complementares								
Carga horária total						360h		
Período: 6º								
Cód.	NOME	CARGA HORÁRIA					PRÉ-REQUISITO	EQUIVALÊNCIA
		TEÓRICA	PRÁTICA	PCC	SEMI-PRESENCIAL/EAD	TOTAL		
UAG 00303	Estágio Curricular III – Gestão Escolar	30h	45h	–	–	75h	Estágio Curricular II	-
UAG 00244	Fundamentos e Metodologias no Ensino de	45h	15h	15h	–	75h	Fundamentos e Metodologias no Ensino de	-

	Ciências II						Ciências I	
UAG 00245	Fundamentos e Metodologias no Ensino de História II	45h	15h	15h	-	75h	Fundamentos e Metodologias no Ensino de História I	-
UAG 00246	Fundamentos e Metodologias no Ensino de Matemática II	45h	15h	15h	-	75h	Fundamentos e Metodologias no Ensino de Matemática I	-
UAG00243	Educação Inclusiva	30h	15h	15h	-	60h	-	-
Atividades Complementares								
Carga horária total						360h		
Período: 7º								
Cód.	NOME	CARGA HORÁRIA					PRÉ-REQUISITO	EQUIVALÊNCIA
		TEÓRICA	PRÁTICA	PCC	SEMI-PRESENCIAL/EAD	TOTAL		
UAG 00247	Estágio Curricular IV - Contextos não escolares	30h	45h	-	-	75h	Estágio Curricular III	-
UAG 00249	Fundamentos e Metodologias no	45h	15h	15h	-	75h	Fundamentos e Metodologias no	-

	Ensino de Artes II						Ensino de Artes I		
UAG 00250	Fundamentos e Metodologias no Ensino de Geografia II	45h	15h	15h	-	75h	Fundamentos e Metodologias no Ensino de Geografia I	-	
UAG 00248	Fundamentos e Metodologias no Ensino de língua Portuguesa II	45h	15h	15h	-	75h	Fundamentos e Metodologias no Ensino de língua Portuguesa I		
UAG 00251	Projeto de Monografia	15h	30h	15h	-	60h	Produção de Texto Acadêmico, PEPE I e PEPE II		
Atividades Complementares									
Carga horária total						360h			
Período: 8º									
Cód.	NOME	CARGA HORÁRIA					PRÉ-REQUISITO	EQUIVALÊNCIA	
		TEÓRICA	PRÁTICA	PCC	SEMI-PRESENCIAL/EAD	TOTAL			
UAG 00252	Educação de Jovens e Adultos	30h	15h	15h	-	60h	História da educação brasileira; Didática.	-	
UAG 00254	Língua Brasileira de Sinais-Libras	30h	15h	15h	-	60h	-	-	
UAG 00253	Estágio V	30h	75h	-		105h	-	-	

	Modalidades de Ensino de EJA, Educação Especial e Educação do Campo.				-			
UAG 00256	Trabalho de Conclusão de Curso I (TCC I)	15h	45h	-	-	60h	-	-
UAG 00255	Motricidade Humana	30h	15h	15h	-	60h	--	-
Atividades Complementares								
Carga horária total						345h		
Período: 9º								
Cód.	NOME	CARGA HORÁRIA					PRÉ-REQUISITO	EQUIVALÊNCIA
		TEÓRICA	PRÁTICA	PCC	SEMI-PRESENCIAL/EAD	TOTAL		
UAG 00257	Trabalho de Conclusão de Curso 2 (TCC II)	15h	45h	-	-	60h	-	-
UAG00258	Tecnologias na Educação	30h	15h	15h	-	60h	-	-
	Optativa I*	60 h	-	-	-	60 h	-	-
	Optativa II*	60 h	-	-	-	60 h	-	-

	Optativa III*	60 h	–	–	–	60 h	–	–
Atividades Complementares								
Carga horária total mínima						300h		

7.3.2 Síntese da carga horária total do curso

No Quadro 5 apresentamos a síntese da carga horária total do curso de licenciatura em Pedagogia da UFAPE.

Quadro 5 – Síntese da carga horária total do curso

DETALHAMENTO DAS CARGAS HORÁRIAS	CARGA HORÁRIA	PERCENTUAL EM RELAÇÃO À CARGA HORÁRIA TOTAL DO CURSO
Componente Curricular Obrigatório (Disciplinas Obrigatórias (c.h) + ESO (c.h) + TCC/Projeto Final de Curso (c.h) + Optativas (c.h)	2280 + 405 +180+ 180 = 3045	85%
Atividades curriculares complementares	210	5,0%
Atividades curriculares de extensão	326	10%
CARGA HORÁRIA TOTAL	3.581	100%

Fonte: Própria

7.4. DIMENSÃO PRÁTICA DOS COMPONENTES CURRICULARES OBRIGATÓRIOS

O Parecer CNE Nº 15/2005 esclarece que “a prática como componente curricular é o conjunto de atividades formativas que proporcionam experiências de aplicação de conhecimentos ou de desenvolvimento de procedimentos próprios ao exercício da docência.” Sendo assim, uma concepção de Prática como Componente Curricular (PCC) implica entendê-la como uma dimensão do conhecimento que está presente, nos cursos de formação, tanto durante os estágios (nos momentos em que se exercita a atividade profissional fora da universidade), quanto nos momentos em que se trabalha a reflexão sobre a atividade profissional nas salas de aula da universidade.

Dessa forma, a carga horária de 400h da PCC (em consonância com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial e Continuada dos Profissionais do Magistério da Educação Básica - Resolução CNE/CP nº 2/2015), no Curso de

Licenciatura em Pedagogia da Universidade Federal do Agreste de Pernambuco, está distribuída em diferentes disciplinas desde o início do curso, se estendendo ao longo dos períodos em que são oferecidas e permeando/articulando toda a formação inicial do professor.

As disciplinas especificamente voltadas para atividades práticas são: Prática educacional, pesquisa e extensão I e II e Estágio curricular I ao V. No entanto, no interior de várias disciplinas que constituem os componentes curriculares do curso, a dimensão prática estará presente de modo a promover reflexões sobre o conteúdo nela aprendido e sua transposição didática na atuação profissional do aluno como professor da educação básica formal e de outros espaços não escolares de educação.

Por sua vez, essa articulação entre o conhecimento ensinado na universidade e o uso deste conhecimento fora dela poderá ser realizada de diversas maneiras, dentre as quais: a) Realização de oficinas; b) Análise, construção e socialização de materiais didáticos; c) Elaboração e aplicação de instrumentos avaliativos; d) Elaboração de planejamento; e) Acesso a relatos de pedagogos sobre a sua atuação; f) Reflexão teórica acerca de situações vivenciadas por docentes em contextos de educação formal e não formal; g) Leitura e análise de propostas curriculares da Rede Pública de Ensino; h) Leitura e análise de pesquisas acadêmicas sobre aspectos práticos da Educação Básica; i) Acesso a produções acadêmicas que articulem a teoria estudada e a prática vivenciada. Vale ressaltar que tais atividades podem ser realizadas tanto em sala de aula, no horário da aula, quanto em momentos extraclasse.

Em todas essas alternativas, há, primordialmente, uma busca por relacionar teoria e prática. Todavia, a PCC não se restringe apenas à discussão entre a relação teoria e a prática: trata-se de um processo mais amplo, no qual aprendiz, além de “saber” e de “saber-fazer”, deve “compreender” criticamente e de forma reflexiva o que faz e porque faz.

7.5. SÍNTESE DOS COMPONENTES CURRICULARES OPTATIVOS

O elenco de componentes optativos previstos para o curso estão detalhados no Quadro 6, a seguir:

Quadro 6 – Síntese dos componentes optativo

COMPONENTES CURRICULARES OPTATIVOS							
ÁREA/EIXO:							
CÓD.	NOME	CARGA HORÁRIA					PRÉ-REQUISITO
		TEÓRICA	PRÁTICA	PCC	SEMI-PRESENCIAL/ EAD	TOTAL	

PED00 003	Alfabetização e Letramento	45	15			60h	
UAG00 275	Aspectos conceituais e didáticos de conteúdos específicos de matemática	60				60h	
UAG00 261	Avaliação em Língua Portuguesa	60				60h	
UAG00 270	Currículo, Subjetividade e Cultura	45h	15h			60h	
EDUC 3076	Educação a Distância	45h	15h			60h	
UAG00 267	Educação e Cidadania	60h					
UAG00 265	Educação do campo II	60h				60h	
UAG00 266	Educação e Epistemologias do Sul	60h					
UAG00 215	Educação e Relações de Poder	60h					
PED00 007	Pedagogia em espaços não escolares	45h	15h			60h	
UAG00 264	Educação Popular	60h					
UAG00 278	Ensino de História e Cinema	45h	15h			60h	
UAG00 269	Financiamento em	60h				60h	

	Educação						
UAG00 280	Fundamentos e princípios teórico-metodológicos da Pedagogia Freireana	60h				60h	
EDUC 3094	Identidade, Cultura e Sociedade	60h				60h	
UAG00 287	Introdução ao raciocínio lógico-matemático	60h				60h	
UAG00 284	Introdução à Computação na Educação Básica	45h	15h			60h	
PED00 004	Jogos e Ludicidade no Ensino de Ciências e Matemática	30h	30h			60h	
UAG00 273	Jogos na Construção do Conhecimento	60h				60h	
UAG00 277	Jogos, Brinquedos e Brincadeiras	30h	30h			60h	
UAG00 272	Linguagem Corporal na Educação Infantil	50h	10h			60h	UAG002 33 Educação Infantil I
UAG00 279	Metodologias de ensino	45h	15h			60h	

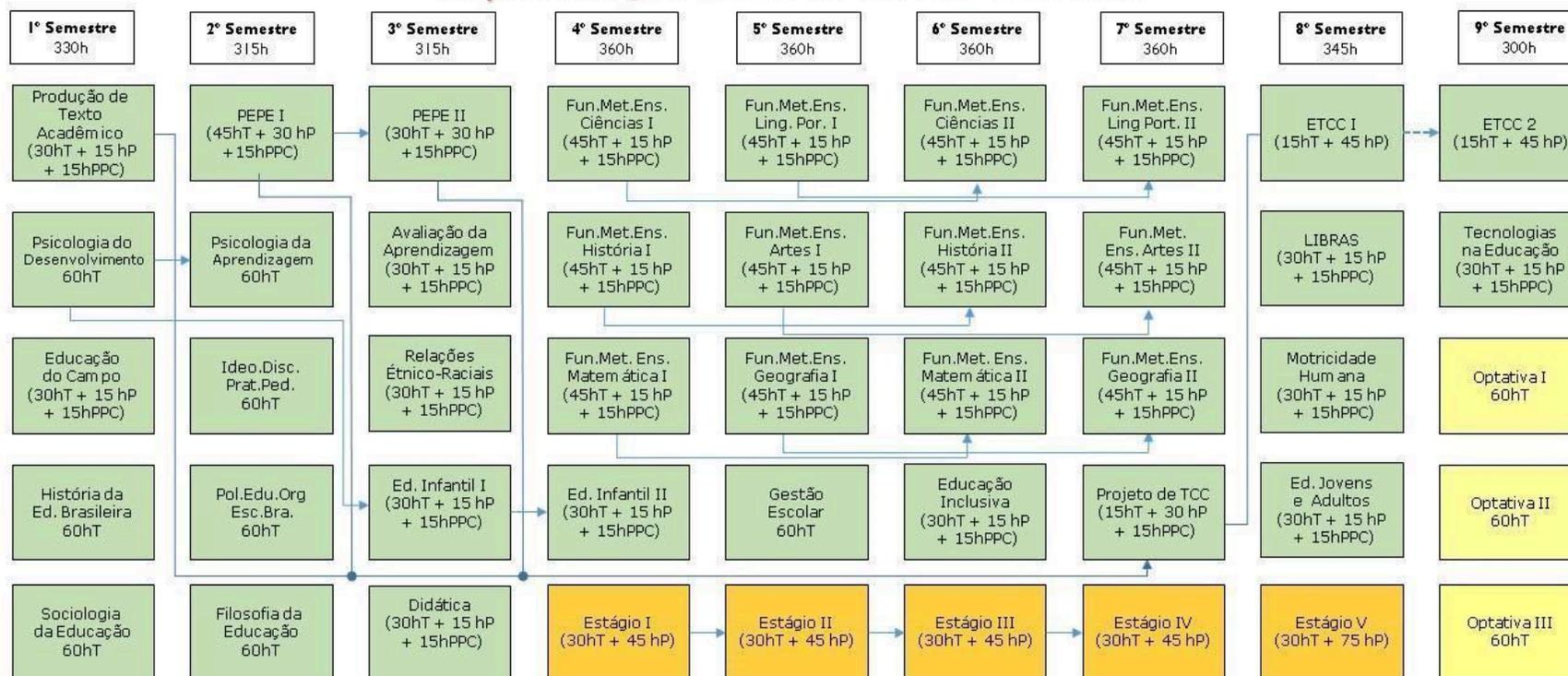
	na EJA						
UAG00 259	Organização do trabalho pedagógico no ensino de língua portuguesa	60h				60h	
UAG00 271	Práticas docentes na educação infantil	50h	10h			60h	UAG002 33 Educação Infantil I
UAG00 274	Projetos Interdisciplinares na Construção do Conhecimento	30h	30h			60h	
UAG00 276	Surdez, linguagem e sociedade	60h				60h	
UAG00 283	Tecnologias e o ensino de ciências	45h	15h			60h	
UAG00 281	Tecnologias da informação e comunicação na prática docente e na gestão educacional	45h	15h			45h	
PED00 005	Tópicos Especiais em Psicologia e Educação I	60h				60h	
PED00 006	Tópicos Especiais em Psicologia e Educação II	60h				60h	

UAG00 268	Trabalho e educação	60h				60h	
--------------	------------------------	-----	--	--	--	-----	--

Fonte: Própria

7.6. REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DA MATRIZ DO CURSO

Representação Gráfica da Matriz Curricular



Pré-requisito
 Correquisito
 hPCC – Prática como Componente Curricular
 hT – Carga Horária Teórica
 hP – Carga Horária Prática

Legenda	Atividades	Quantidade de horas	Porcentagem relativa
	Disciplinas Obrigatórias (incluindo 405 horas de PCC)	2.460 horas	68,7%
	Disciplinas Optativas	180 horas	5%
	ESO	405 horas	11,3%
	Atividades Curriculares Complementares	210 horas	5,9%
	Atividades Curriculares de Extensão	326 horas	9,1%
	Total	3581 horas	100%

O ENADE corresponde a um componente curricular obrigatório.

7.7. EQUIVALÊNCIA DOS COMPONENTES CURRICULARES

Desde a sua implantação, o Curso de Licenciatura em Pedagogia da UFAPÉ já implementou duas matrizes curriculares: Perfil 1/2006 e Perfil 2/2020. Esta é, portanto, a nossa terceira matriz curricular, cuja vigência tem início em 2024.2 (Perfil 3 /2024). O quadro abaixo apresenta as equivalências entre as disciplinas dos três perfis.

Vale salientar que na ocasião da implementação do perfil anterior (Perfil 2/2020), visando facilitar o processo de migração dos estudantes, foram criadas disciplinas complementares que cursadas juntamente com as obrigatórias, de menor carga horária, possibilita a equivalência entre elas. Ex: Ao cursar a disciplina de Didática (45h) da matriz antiga, mais uma disciplina complementar relativa à didática de 15h, o aluno será dispensado da disciplina Didática (60h) da Matriz nova, pois serão consideradas equivalentes.

Contudo, na migração dos estudantes do perfil anterior (Perfil 2/2020) para este atual (Perfil 3 /2024) isto não será necessário, tendo em vista que as cargas-horárias das disciplinas equivalentes são idênticas.

Quadro 7 – Quadro de equivalência

QUADRO DE EQUIVALÊNCIA ENTRE PERFIS								
MATRIZ ATUAL (PERFIL 3/2024)			MATRIZ ANTIGA (PERFIL 2/2020)			MATRIZ ANTIGA (PERFIL 1/2006)		
CÓDIGO	C.H.	COMPONENTE CURRICULAR	CÓDIGO	C.H.	COMPONENTE CURRICULAR	CÓDIGO	C.H.	COMPONENTE CURRICULAR
UAG 00239	75	Fundamentos e Metodologias no Ensino da Arte I	UAG 00239	75	Fundamentos e Metodologias no Ensino da Arte I			
UAG 00230	60	Avaliação da Aprendizagem	UAG 00230	60	Avaliação da Aprendizagem	EDUC 3039	45	Avaliação da Aprendizagem
							15	Disciplina complementar relativa à Avaliação da Aprendizagem
UAG 00236	75	Fundamentos e Metodologias no Ensino das Ciências I	UAG 00236	75	Fundamentos e Metodologias no Ensino das Ciências I			
UAG 00231	60	Didática	UAG 00231	60	Didática	EDUC 3040	45	Didática
							15	Disciplina

								complementar relativa à Didática
UAG 00252	60	Educação de Jovens e Adultos (EJA)	UAG 00252	60	Educação de Jovens e Adultos (EJA)	EDUC 3050	45	Educação de Jovens e Adultos (EJA)
							15	Educação de Jovens e Adultos (EJA)
EDUF3001	30	Educação Física	EDUF3001	30	Educação Física	EDUF3001	30	Educação Física
UAG 00233	60	Educação Infantil 1	UAG 00233	60	Educação Infantil 1	EDUC 3035	45	Fundamentos da Educação Infantil
							15	Disciplina complementar relativa à Fundamentos da Educação Infantil
UAG 00235	60	Educação Infantil II	UAG 00235	60	Educação Infantil II			
UAG 00243	60	Educação Inclusiva	UAG 00243	60	Educação Inclusiva	EDUC 3055	45	Educação Inclusiva
							15	Disciplina complementar relativa à Educação Inclusiva
UAG 00301	75	Estágio I - Educação Infantil	UAG 00301	75	Estágio I - Educação Infantil	EDUC 3041	75	Estágio I
UAG 00302	75	Estágio II - Anos iniciais do Ensino Fundamental	UAG 00302	75	Estágio II - Anos iniciais do Ensino Fundamental	EDUC 3043	75	Estágio II
UAG 00303	75	Estágio III - Gestão Escolar	UAG 00303	75	Estágio III - Gestão Escolar	EDUC 3045	75	Estágio III
UAG 00247	75	Estágio IV - Contextos não escolares	UAG 00247	75	Estágio IV - Contextos não escolares	---	---	---
UAG 00252	105	Estágio V - Modalidades de Ensino de EJA, Educação Especial e Educação do Campo	UAG 00252	105	Estágio V - Modalidades de Ensino de EJA, Educação Especial e Educação do Campo	EDUC 3046	75	Estágio IV
UAG 00225	60	Filosofia da Educação	UAG 00225	60	Filosofia da Educação			
UAG	75	Fundamentos e	UAG	75	Fundamentos e			

00241		Metodologias no Ensino de Geografia I	00241		Metodologias no Ensino de Geografia I			
UAG 00242	60	Gestão Escolar	UAG 00242	60	Gestão Escolar	EDUC 3033	45	Gestão Escolar
							15	Disciplina complementar relativa à Gestão Escolar
UAG 00237	75	Fundamentos e Metodologias no Ensino de História I	UAG 00237	75	Fundamentos e Metodologias no Ensino de História I			
UAG 00226	60	Ideologia, Discurso e Prática pedagógica	UAG 00226	60	Ideologia, Discurso e Prática pedagógica	EDUC 3002	45	Ideologia, Discurso e Prática pedagógica
							15	Disciplina complementar relativa à Ideologia, Discurso e Prática pedagógica
UAG 00254	60	Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS)	UAG 00254	60	Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS)	EDUC 3090	45	Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS)
							15	Disciplina complementar relativa à Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS)
UAG 00239	75	Fundamentos e Metodologia no Ensino de Língua Portuguesa I	UAG 00239	75	Fundamentos e Metodologia no Ensino de Língua Portuguesa I			
UAG 00238	75	Fundamentos e Metodologia no Ensino de Matemática I	UAG 00238	75	Fundamentos e Metodologia no Ensino de Matemática I			
UAG 00249	75	Fundamentos e Metodologias do Ensino da Arte II	UAG 00249	75	Fundamentos e Metodologias do Ensino da Arte II			
UAG 00248	75	Fundamentos e Metodologias do Ensino da Língua Portuguesa II	UAG 00248	75	Fundamentos e Metodologias do Ensino da Língua Portuguesa II			
UAG 00246	75	Fundamentos e Metodologia no Ensino de	UAG 00246	75	Fundamentos e Metodologia no Ensino de Matemática II			

		Matemática II						
UAG 00244	75	Fundamentos e Metodologia no Ensino das Ciências II	UAG 00244	75	Fundamentos e Metodologia no Ensino das Ciências II			
UAG 00250	75	Fundamentos e Metodologia no Ensino de Geografia II	UAG 00250	75	Fundamentos e Metodologia no Ensino de Geografia II			
UAG 00245	75	Fundamentos e Metodologia no Ensino de História II	UAG 00245	75	Fundamentos e Metodologia no Ensino de História II			
UAG 00224	75	Metodologia do Estudo e Produção Textual II	UAG 00224	75	Metodologia do Estudo e Produção Textual II			
UAG 00227	60	Políticas Educacionais e Organização Escolar Brasileira	UAG 00227	60	Políticas Educacionais e Organização Escolar Brasileira			
UAG 00228	75	Prática Educacional Pesquisa e Extensão I	UAG 00228	75	Prática Educacional Pesquisa e Extensão I			
UAG 00234	75	Prática Educacional Pesquisa e Extensão I	UAG 00234	75	Prática Educacional Pesquisa e Extensão I			
UAG 00251	60	Projeto de monografia	UAG 00251	60	Projeto de monografia			
UAG 00256	60	Elaboração do Trabalho de Conclusão de curso I	UAG 00256	60	Elaboração do Trabalho de Conclusão de curso I	EDUC 3020	45	Prática Educacional Pesquisa e Extensão VII (PEPE VII)
							15	Disciplina complementar relativa à Prática Educacional Pesquisa e Extensão VII
UAG 00257	60	Elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso II	UAG 00257	60	Elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso II	EDUC 3021	90	Prática Educacional Pesquisa e Extensão VIII (PEPE VIII)

7.7.1 Critérios de aproveitamento de Estudos

O aproveitamento de estudos corresponde à dispensa de cumprimento de disciplinas regulares do curso, quando a mesma ou uma equivalente em conteúdo e carga horária são cumpridas em outro curso superior, seja no âmbito da UFAPE ou de outra instituição.

Na UFAPE, a dispensa de disciplinas encontra-se normatizada pela Resolução CEPE/UFRPE nº 442/2006. Para que sejam creditadas, as disciplinas cursadas deverão:

- a) ser equivalentes em, pelo menos, 80% (oitenta por cento) do conteúdo programático às correspondentes disciplinas que serão dispensadas;
- b) ter carga horária igual ou superior àquela das disciplinas a serem dispensadas;
- c) ser oferecidas regularmente pela Instituição onde foram cursadas como integrantes do currículo de um curso devidamente reconhecido.

O pedido de dispensa da disciplina será dirigido ao coordenador do curso do solicitante, através de requerimento, acompanhado de histórico escolar ou declaração e do programa da disciplina a ser creditada. No requerimento deverão ficar esclarecidos códigos e denominações da disciplina a ser creditada e da disciplina a ser dispensada. Os pedidos de dispensa serão analisados por docentes representantes dos cursos e homologados pelo CCD.

Em se tratando de disciplina cursada na UFAPE, a dispensa será analisada e decidida diretamente pelo Coordenador, que informará ao CCD das dispensas, sendo obrigatório o registro em ata.

Existe a possibilidade de abreviação do tempo de formação para os alunos que demonstrem extraordinário aproveitamento nos estudos, como previsto na Lei nº 9.394/96, no Art. 47, § 2º.

7.8. PROGRAMAS DOS COMPONENTES CURRICULARES OBRIGATÓRIOS E OPTATIVOS

7.8.1. Ementa dos componentes curriculares obrigatórios – 1º período



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AGRESTE DE PERNAMBUCO

Av. Bom Pastor, S/N. - Boa Vista - CEP 55292-270 - Garanhuns - PE

CNPJ: 35.872.812/0001-01

PROGRAMA DE COMPONENTE CURRICULAR			
COMPONENTE CURRICULAR	Educação do Campo	CÓDIGO	UAG00220
NÚCLEO DE CONHECIMENTO	Núcleo de conteúdos básicos	PERÍODO DE OFERTA	1º

CH TEÓRICA	30	CH PRÁTICA	15	CH EAD	-	CH PCC	15	CH TOTAL	60
CARÁTER DA DISCIPLINA	(X) OBRIGATÓRIA () OPTATIVA					NÚMERO DE CRÉDITOS	04		
MODALIDADE DE OFERTA	(X) Semestral () Anual					REQUISITO DE CARGA HORÁRIA			
PRÉ-REQUISITO	NÃO EXISTE.					CÓDIGO			
EQUIVALÊNCIA(S)	NÃO EXISTE.					CÓDIGO			
EMENTA	O campo enquanto território. Questão Agrária no Brasil. Histórico da Educação do Campo. Teoria Pedagógica da Educação do Campo. Escolas do Campo.								
PRÁTICA COMO COMPONENTE CURRICULAR	(Quando houver para o curso)								
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO	<ol style="list-style-type: none"> 1. A Questão Agrária Brasileira 2. Educação do Campo – Conceito 3. Educação do Campo e MST 4. Novos desafios da Educação do Campo 5. Comunicação ou Extensão? 								
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	<p>ARROYO, M.G.; CALDART, R.S.& MOLINA, M.C.(Orgs..) Por uma Educação do Campo. Petrópolis: Vozes, 2004.</p> <p>CALDART, Roseli (et all). Dicionário da Educação do Campo. Expressão Popular, Rio de Janeiro, 2012.</p> <p>DE CARLI, Caetano. Sonhos de Abril. A Luta Pela Terra e a Reforma Agrária no Brasil e em Portugal. Os casos de Baleizão e Eldorado dos Carajás. Tese de Doutorado, Universidade de Coimbra. Centro de Estudos Sociais, Coimbra 2014.</p> <p>FERREIRA, Fabiano de Jesus e BRANDÃO, Elias Canuto. Educação do Campo: Um olhar histórico, uma realidade concreta. Revista Eletrônica de Educação. Ano V. No. 9 jul/dez 2011.</p> <p>FREIRE, Paulo. Comunicação ou Extensão?. 8ª edição, Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1983</p> <p>MST – Setor de Educação (Org.). II Encontro Nacional de Educadores e Educadoras da Reforma Agrária. Luziânia, DF, 2015..</p>								
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	<p>BENZAQUEN, Julia. UniTerra: Una Universidad de los Movimientos Sociales. Revista del Centro Telurico de Investigaciones Teóricas CISMA. N5. 2 año. 2014.</p> <p>DE CARLI, Caetano. Os Movimentos Campesinos. Em: <i>Sonhos de Abril. A Luta Pela Terra e a Reforma Agrária no Brasil e em Portugal. Os casos de Baleizão e Eldorado dos Carajás</i>. Tese de Doutorado, Universidade de Coimbra. Centro de Estudos Sociais, Coimbra 2014.</p> <p>MST –Setor de Educação (Org.) Boletim da Educação, n. 9. Educação no MST, Balanço 20 Anos, Dezembro de 2004</p> <p>SANTOS, Boaventura de Sousa, Nunes, João Arriscado e Meneses, Maria Paula. Introdução: Para Ampliar o Cânone da Ciência: a diversidade epistemológica do mundo. Em SANTOS, Boaventura de Sousa (org.). <i>Semear outras soluções: os caminhos da biodiversidade e dos conhecimentos rivais</i>. Civilização Brasileira, 2005.</p> <p>FERNANDES, Bernardo Mançano. Diretriz de uma Caminhada, em: ARROYO, Miguel G., CALDART, Roseli, MOLINA, Mônica C. (Org.) <i>Por uma Educação do Campo</i>. 4ª. Edição, Petrópolis. Vozes, 2009. P. 133-146</p> <p>FREIRE, Paulo. Pedagogia do Oprimido. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982.</p> <p>MST –Setor de Educação (Org.) Boletim da Educação, n. 9. Educação no MST, Balanço 20 Anos, Dezembro de 2004</p>								

SANTOS, Boaventura de Sousa **"Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências"** *Revista Crítica de Ciências Sociais*. 63, 237-280. 2002

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Para Além do Pensamento Abissal: das linhas globais a uma ecologia dos saberes.** *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 78, 2007 3- 46

ANTONIO, Severino. **Educação e Transdisciplinaridade.** Rio de Janeiro: Lucerna, 2002.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais 1^a a 4^a séries.** 3^a ed. 2001.

ARROYO, M.G.; CALDART, R.S.& MOLINA, M.C.(Orgs..) **Por uma Educação do Campo.** Petrópolis: Vozes, 2004.

LEITE, S.C. **Escola Rural: urbanização e políticas educacionais.** São Paulo: Cortez. 1999.

MOURA, Abdalaziz. **Princípios e Fundamentos da Proposta Educacional de Apoio ao Desenvolvimento Sustentável - PEADS.** Glória de Goitá: Serta. 2003.

SOARES, Ana Maria D. e OLIVEIRA, Lia Maria T. de. **Ensino Técnico Agropecuário: "novas" perspectivas ou uma velha receita?** In: MOREIRA, Roberto José (Org.). *Identidades Sociais: ruralidades no Brasil contemporâneo.* Rio de Janeiro: DP&A. 2005.

SOUZA, Maria Antônia de. **Educação do Campo: Propostas e Práticas Pedagógicas do MST.** Petrópolis: Vozes. 2006.

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AGRESTE DE PERNAMBUCO**

Av. Bom Pastor, S/N. - Boa Vista - CEP 55292-270 - Garanhuns - PE

CNPJ: 35.872.812/0001-01

PROGRAMA DE COMPONENTE CURRICULAR										
COMPONENTE CURRICULAR		Educação Física A					CÓDIGO		UAG3001	
NÚCLEO DE CONHECIMENTO		Núcleo de conteúdos básicos			PERÍODO DE OFERTA					
CH TEÓRICA	-	CH PRÁTICA	30	CH EAD	-	CH PCC	-	CH TOTAL	30	
CARÁTER DA DISCIPLINA		<input checked="" type="checkbox"/> OBRIGATÓRIA <input type="checkbox"/> OPTATIVA				NÚMERO DE CRÉDITOS		2		
MODALIDADE DE OFERTA		<input checked="" type="checkbox"/> Semestral <input type="checkbox"/> Anual				REQUISITO DE CARGA HORÁRIA				
PRÉ-REQUISITO		NÃO EXISTE.				CÓDIGO				
EQUIVALÊNCIA(S)		NÃO EXISTE.				CÓDIGO				
EMENTA		Proporcionar aos acadêmicos condições para a prática esportiva, visando estimular suas atividades físicas, sociais e psicológicas, tendo como objetivo desenvolver o hábito de praticar esportes de forma regular, contribuindo para a manutenção e/ou melhoria da qualidade de vida.								
PRÁTICA COMO COMPONENTE CURRICULAR										
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO		Percepção corporal e conhecimento do corpo; Ginástica; Jogos; Jogos de Tabuleiro; Treinamento Funcional; Dança; Modalidades Esportivas: Voleibol, Basquete e Futsal; Lutas; Saúde; Educação Física e Sociedade.								
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		ALBERTE, H. e ROTHEMBERG, L. Ensino de Jogos Esportivos . Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1984. COLETIVO DE AUTORES. Metodologia do ensino da Educação Física . São Paulo: Cortez, 1992. MCARDLE, William, et al. Fisiologia do Exercício - Energia, Nutrição e Desempenho humano. Guanabara Koogan, 2003.								
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR		APOLO, Alexandre. Futsal : metodologia e didática na aprendizagem. 2.ed. São Paulo: Phorte, 2007. BOJIKIAN, João Crisóstomo Marcondes. Ensinando Voleibol . 5ed. São Paulo: Phorte, 2012. CANFIELD J, REIS C. Aprendizagem Motora no Voleibol . Santa Maria: JTC Editor, 1998. CARNAVAL, Paulo Eduardo. Cinesiologia da Musculação . Rio de Janeiro: Sprint, 2001.								

SCHMIDT, Richard A.; WRISBERG, Craig A. **Aprendizagem e performance motora**: uma abordagem da aprendizagem baseada na situação. 4. ed. Porto Alegre: ARTMED, 2010. 415 p. ISBN 9788536318486 (broch.).



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AGRESTE DE PERNAMBUCO

Av. Bom Pastor, S/N. - Boa Vista - CEP 55292-270 - Garanhuns - PE

CNPJ: 35.872.812/0001-01

PROGRAMA DE COMPONENTE CURRICULAR										
COMPONENTE CURRICULAR		História da Educação Brasileira					CÓDIGO	UAG00221		
NÚCLEO DE CONHECIMENTO		Núcleo de conteúdos básicos			PERÍODO DE OFERTA	1º PERÍODO				
CH TEÓRICA	60H	CH PRÁTICA	-	CH EAD	-	CH PCC	-	CH TOTAL	60	
CARÁTER DA DISCIPLINA		(X) OBRIGATÓRIA () OPTATIVA				NÚMERO DE CRÉDITOS	04			
MODALIDADE DE OFERTA		(X) Semestral () Anual				REQUISITO DE CARGA HORÁRIA	-			
PRÉ-REQUISITO		NÃO EXISTE.				CÓDIGO				
EQUIVALÊNCIA(S)		NÃO EXISTE.				CÓDIGO				
EMENTA		Práticas de educação oficiais e alternativas na América portuguesa; a experiência do Brasil, e sua articulação com a Capitania de Pernambuco, 1500 - 1822. A educação no Brasil, e sua relação com a educação na província de Pernambuco, durante a construção do estado brasileiro no período imperial, 1822-1889. A educação no Brasil na primeira república, e sua articulação com a educação no estado de Pernambuco, 1889-1930.								
PRÁTICA COMO COMPONENTE CURRICULAR		-								
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO		<ul style="list-style-type: none"> • A colonização portuguesa e a montagem do sistema colonial. • Os jesuítas; a educação e a expansão da fé. As aulas régias. Práticas educacionais públicas e privadas ao longo do processo de construção do estado brasileiro, 1822-1889. • A Primeira República e a formação das almas. • Práticas educacionais públicas e privadas ao longo do período republicano. • O entusiasmo pela educação e o otimismo pedagógico. 								
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		<p>GONÇALVES FILHO, Carlos Antônio Pereira. Escola de primeiras letras o ensino público primário em Pernambuco durante a segunda metade do século XIX. Tese de doutorado em História. UFPE, Recife, 2016. Disponível em https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/17549 Acesso em 04/01/2018.</p> <p>SAVIANI, Dermeval. História das ideias pedagógicas no Brasil. 4 Campinas: Editora Autores Associados, 2013, 472 p.</p> <p>SILVA, Adriana Maria Paulo da Silva Paulo da. Processos de construção das práticas de escolarização em Pernambuco, em fins do século XVIII e primeira metade do século XIX. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2007.</p>								
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR		<p>GALVÃO, Ana Maria de Oliveira. Saberes Consentidos Conhecimentos Negados O acesso à instrução feminina no início do século XIX em Pernambuco. Dissertação de mestrado em Educação. UFPE, Recife, 2002. Disponível em https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/17414/1/ESCOLA%20DE%20PRIMEIRAS%20LETRAS%20%281%29.pdf Acesso em 04/01/2018.</p>								

MOURA, Vera Lúcia Braga de. **Pequenos aprendizes assistência à infância desvalida em Pernambuco no século XIX**. Dissertação de mestrado em História. UFPE, Recife, 2003. Disponível em <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/7790>. Acesso em 04/01/2018.

NAGLE, Jorge. **Educação e Sociedade na Primeira República**. São Paulo: EPU; Rio de Janeiro: Fundação Nacional de Material Escolar, 1974.

PESSOA, Marcela Sabrina de Albuquerque. **A educação durante a República Velha em Pernambuco um estudo sobre a reforma Educacional de Carneiro Leão entre os anos 1928 e 1930**. Dissertação de mestrado em Educação. UFPE, Recife, 2015. Disponível em <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/15041>. Acesso em 04/01/2018.

SANTOS, Yan Soares. **A sociedade propaganda da instrução pública e suas ações de qualificação profissional em Recife (1872-1903)**. Dissertação de mestrado em Educação. UFPE, Recife, 2014. Disponível em <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/12919>. Acesso em 04/01/2018.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AGRESTE DE PERNAMBUCO

Av. Bom Pastor, S/N. - Boa Vista - CEP 55292-270 - Garanhuns - PE

CNPJ: 35.872.812/0001-01

PROGRAMA DE COMPONENTE CURRICULAR										
COMPONENTE CURRICULAR		PRODUÇÃO DE TEXTO ACADÊMICO					CÓDIGO	UAG00224		
NÚCLEO DE CONHECIMENTO		Núcleo de conteúdos básicos			PERÍODO DE OFERTA	1º PERÍODO				
CH TEÓRICA	30H	CH PRÁTICA	15H	CH EAD	-	CH PCC	15H	CH TOTAL	60H	
CARÁTER DA DISCIPLINA	(X) OBRIGATÓRIA () OPTATIVA					NÚMERO DE CRÉDITOS	04			
MODALIDADE DE OFERTA	(X) Semestral () Anual					REQUISITO DE CARGA HORÁRIA				
PRÉ-REQUISITO	NÃO EXISTE					CÓDIGO				
EQUIVALÊNCIA(S)	Metodologia do Estudo e Produção Textual I Metodologia do Estudo e Produção Textual II					CÓDIGO	EDUC3006 EDUC3008			
EMENTA	Atividade de produção textual como social e cognitiva. Produção e compreensão de gêneros acadêmicos. Normas da escrita científica (ABNT).									
PRÁTICA COMO COMPONENTE CURRICULAR	Nesta disciplina, a prática será vivenciada através da leitura, análise, produção, revisão, reescrita e apresentação de textos acadêmicos, tais como resenha, artigo, fichamento e resumo.									
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO	1. Produção textual como atividade social e cognitiva; 2. Capacidades envolvidas no ato de produzir um texto; 3. Gêneros acadêmicos: resumo, resenha, artigo científico, ensaio, entrevista e seminário; 4. Aspectos formais da escrita científica: notas de rodapé, citações, referências bibliográficas; 5. Elementos gramaticais característicos da escrita formal.									
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	FARACO, C. A. & TEZZA. Prática de textos para estudantes universitários . Petrópolis, Vozes, 1992. GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa . 5. ed. São Paulo: Atlas, 2001. LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. Metodologia do trabalho científico: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos . 7ed. São Paulo: Atlas, 2009. LAVILLE, Christian; DIONNE, Jean; SIMAN, Lana Mara de Castro. A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas . Porto Alegre: Artmed, Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 1999. MACHADO, A. R.; LOUSADA, E. G.; ABREU-TARDELLI, L. S. Planejar gêneros acadêmicos . São Paulo: Parábola editorial, 2005.									
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	CARVALHO, Maria Cecília (org.) Construindo o saber: metodologia científica – fundamentos e técnicas . 13. ed., Campinas, SP: Papyrus, 2002. MACHADO, A. R.; LOUSADA, E. G.; ABREU-TARDELLI, L. S. Resenha . São Paulo: Parábola editorial, 2004.									

MACHADO, A. R.; LOUSADA, E. G.; ABREU-TARDELLI, L. S. **Resumo**. São Paulo: Parábola editorial, 2004.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 22. ed. São Paulo: Cortez, 2001.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AGRESTE DE PERNAMBUCO

Av. Bom Pastor, S/N. - Boa Vista - CEP 55292-270 - Garanhuns - PE

CNPJ: 35.872.812/0001-01

PROGRAMA DE COMPONENTE CURRICULAR										
COMPONENTE CURRICULAR		PSICOLOGIA DO DESENVOLVIMENTO					CÓDIGO	UAG00222		
NÚCLEO DE CONHECIMENTO		Núcleo de conteúdos básicos			PERÍODO DE OFERTA	1º PERÍODO				
CH TEÓRICA	60H	CH PRÁTICA	-	CH EAD	-	CH PCC	-	CH TOTAL	60H	
CARÁTER DA DISCIPLINA		(X) OBRIGATÓRIA () OPTATIVA				NÚMERO DE CRÉDITOS				
MODALIDADE DE OFERTA		(X) Semestral () Anual				REQUISITO DE CARGA HORÁRIA				
PRÉ-REQUISITO		NÃO EXISTE.				CÓDIGO				
EQUIVALÊNCIA(S)		Psicologia, Sociedade e Educação Teorias Psicológicas do Desenvolvimento				CÓDIGO		EDUC3007 PSIC3001		
EMENTA		Introdução ao estudo da Psicologia. Estudo dos vários fatores que influenciam o desenvolvimento humano, considerando a visão de ser humano multideterminado. Estudo das fases e dos principais aspectos do desenvolvimento humano. Contribuições teóricas da Psicologia da Educação.								
PRÁTICA COMO COMPONENTE CURRICULAR		(Quando houver para o curso)								
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO		<ul style="list-style-type: none"> ✓ A Condição Humana; ✓ Bases Históricas do Conhecimento Psicológico; ✓ Abordagens Teóricas da Psicologia Científica: Behaviorismo, Gestalt, Psicanálise; ✓ Desenvolvimento Humano: O Ciclo Vital; ✓ Fatores que determinam o ser humano: ambientais, sociais, históricos e culturais; ✓ Aspectos do Desenvolvimento Humano: cognitivo, afetivo, social e moral; ✓ As especificidades de cada fases do Desenvolvimento Humano; ✓ As Contribuições da Psicologia para a Educação. 								
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		<p>BEE, H. A Criança em Desenvolvimento. Porto Alegre: Artes Médicas, 2003.</p> <p>BOCK, A. et al. Psicologias: uma introdução ao estudo da Psicologia. São Paulo: Ed. Saraiva, 2002.</p> <p>CARRARA, K. et.al. Introdução à Psicologia da Educação: seis abordagens. São Paulo: AVERCAMP Editora, 2004.</p>								
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR										

COLL, C.S., PALACIOS, J. & MARCHESI, A. **Desenvolvimento Psicológico e Educação: Psicologia Evolutiva**. Porto Alegre: Artmed, 1995.

PAPALIA, D. E. & OLDS, S.W. **Desenvolvimento Humano**. Porto Alegre: Artes Médicas, 2000.

SCHULTZ, D. P. **História da Psicologia Moderna**. São Paulo: Thomson Learning, 2004.

SPERLING, A. P; MARTIN, K. **Introdução à Psicologia**. São Paulo: Pioneira Thompson, 2003.

WINNICOTT, D. W. **Os bebês e suas mães**. 3. Ed. São Paulo: Martins Fontes, 2006.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AGRESTE DE PERNAMBUCO

Av. Bom Pastor, S/N. - Boa Vista - CEP 55292-270 - Garanhuns - PE

CNPJ: 35.872.812/0001-01

PROGRAMA DE COMPONENTE CURRICULAR										
COMPONENTE CURRICULAR		SOCIOLOGIA DA EDUCAÇÃO					CÓDIGO		UAG00223	
NÚCLEO DE CONHECIMENTO		Núcleo de conteúdos básicos			PERÍODO DE OFERTA		1º período			
CH TEÓRICA	60H	CH PRÁTICA	-	CH EAD	-	CH PCC	-	CH TOTAL	60H	
CARÁTER DA DISCIPLINA		(X) OBRIGATÓRIA () OPTATIVA				NÚMERO DE CRÉDITOS		04		
MODALIDADE DE OFERTA		(X) Semestral () Anual				REQUISITO DE CARGA HORÁRIA		NÃO EXISTE		
PRÉ-REQUISITO		NÃO EXISTE				CÓDIGO				
EQUIVALÊNCIA(S)		NÃO EXISTE				CÓDIGO				
EMENTA		Conceitos e abordagens da Sociologia através da história. Natureza e sentido da Sociologia da Educação no pensamento clássico. Manifestações da cultura brasileira: cultura popular, cultura de massa, Homogeneização da sociedade e suas relações com o processo educativo. Multiculturalismo: diferença de classe.								
PRÁTICA COMO COMPONENTE CURRICULAR		(Quando houver para o curso)								
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO		1. Sociologia da Educação: origem, conceitos, linhas de pensamento teórico e fundamentos. 2. A prática pedagógica e suas dimensões sociais e políticas. 3. A Educação, a Sociedade e o processo de construção social. 4. As representações sociais e a cultura política. 5. Processos sociais básicos; instituições, socialização e sociabilidade. 6. Educação e sua relação com o controle social. 7. Instâncias da Educação - o Público X o Privado.								
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		BRASIL, Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica. Proposta de diretrizes para a formação inicial de professores da educação básica, em cursos de nível superior. Brasília, Maio de 2000. CHAUI, Marilena. O que é ideologia. São Paulo; Brasiliense, 1986. CUNHA, Luiz Antônio e GÓES, Moacyr de. O Golpe na Educação. Rio de Janeiro, RJ. Jorge Zahar Editor Ltda, 1994. GADOTTI, M. Perspectivas atuais da educação. Porto Alegre: Artes Médicas. RS, 2000. GANDIN, D. Escola e transformação social. RJ: Editora Vozes, 1988.178 p. GIDDENS, Anthony. Sociologia. Madrid: Alianza Editorial, 1996. GUARESCHI, Pedrinho A. Sociologia Crítica: alternativas de mudança. 56ª ed. Porto Alegre: Edipucrs, 2004.								

	<p>LARAIA, Roque de Barros. Cultura: um conceito antropológico. Rio de Janeiro; Jorge Zahar Editor, 2004.</p> <p>LOMBARDI, J. Claudinei, SAVIANI, Dermeval. Marxismo e educação: debates contemporâneos. Campinas, SP. Autores Associados, 2008.</p> <p>MARTINS, José de Sousa. Sociabilidade do homem simples. 2ª ed. SP: Contexto, 2008.</p> <p>MEKSENAS, Paulo. Sociologia da Educação. 9ª ed. São Paulo: Loyola, 2000.</p> <p>RODRIGUES, Alberto Tosi. Sociologia da educação. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.</p> <p>SILVA, Tomaz Tadeu da (org.) Trabalho, educação e prática social. Por uma teoria da formação humana. Porto Alegre: Artes Médicas, 1991.</p> <p>TORRES, Carlos Alberto. Teoria crítica e sociologia política da educação. São Paulo: Cortez, 2003</p>
<p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</p>	<p>LARAIA, Roque de Barros. Cultura: um conceito antropológico. Rio de Janeiro; Jorge Zahar Editor, 2004.</p> <p>LOMBARDI, J. Claudinei, SAVIANI, Dermeval. Marxismo e educação: debates contemporâneos. Campinas, SP. Autores Associados, 2008.</p> <p>CHAUÍ, Marilena. O que é ideologia. São Paulo; Brasiliense, 1986.</p> <p>MARTINS, José de Sousa. Sociabilidade do homem simples. 2ª ed. SP: Contexto, 2008.</p> <p>SILVA, Tomaz Tadeu da (org.) Trabalho, educação e prática social. Por uma teoria da formação humana. Porto Alegre: Artes Médicas, 1991.</p> <p>TORRES, Carlos Alberto. Teoria crítica e sociologia política da educação. São Paulo: Cortez, 2003.</p>

7.8.2. Ementa dos componentes curriculares obrigatórios – 2º período

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AGRESTE DE PERNAMBUCO**

Av. Bom Pastor, S/N. - Boa Vista - CEP 55292-270 - Garanhuns - PE

CNPJ: 35.872.812/0001-01

PROGRAMA DE COMPONENTE CURRICULAR										
COMPONENTE CURRICULAR		Filosofia da Educação					CÓDIGO		UAG00225	
NÚCLEO DE CONHECIMENTO		Núcleo de conteúdos básicos			PERÍODO DE OFERTA		2º PERÍODO			
CH TEÓRICA	60H	CH PRÁTICA	-	CH EAD	-	CH PCC	-	CH TOTAL	60	
CARÁTER DA DISCIPLINA		(X) OBRIGATÓRIA () OPTATIVA				NÚMERO DE CRÉDITOS		04		
MODALIDADE DE OFERTA		(X) Semestral () Anual				REQUISITO DE CARGA HORÁRIA		-		
PRÉ-REQUISITO		NÃO EXISTE.				CÓDIGO				
EQUIVALÊNCIA(S)		Fundamentos Sócio Histórico Filosóficos I Fundamentos Sócio Histórico Filosóficos II				CÓDIGO		EDUC3004 EDUC3022		
EMENTA		Filosofia e educação na Antiguidade Clássica Ocidental. O teocentrismo cristão e o debate filosófico sobre a educação no período medieval. Contribuições da filosofia para a educação na Idade Moderna. O mundo contemporâneo; reflexões filosóficas sobre a educação.								
PRÁTICA COMO COMPONENTE CURRICULAR		-								
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO		O surgimento da Filosofia na Grécia Antiga e sua contribuição para a educação. Retórica e verdade: O confronto entre Platão e os Sofistas. Platão: O idealismo, a natureza humana e a finalidade da educação. A Idade Moderna e a educação. O idealismo de Kant e o problema da emancipação do homem. O Historicismo de século XIX e a educação. Marx; educação e alienação do trabalho. A condição política pós-moderna e a educação. A ética da cidadania. As virtudes cívicas.								
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		HELLER, Agnes; FEHÉR, Ferenc. A condição política pós-moderna . Tradução Maros Santarrita. 2 Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. KANT, Immanuel. Resposta à pergunta: "O que é Iluminismo" . Tradução Artur Morão. Disponível em: < http://www.lusosofia.net/textos/kant_o_iluminismo_1784.pdf . Acesso: 05/05/2010.								

	<p>MARX, Karl. Manuscrito econômico-filosófico. Tradução, apresentação e notas de Jesus Ranieri. São Paulo: Boitempo, 2004.</p> <p>PLATÃO. Tradução de Carlos Alberto Nunes. A República. Pará: Editora Universitária UFPA, 2000.</p>
<p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</p>	<p>ADORNO, Theodor W. Educação e emancipação. 3 ed. Tradução Wolfgang Leo Maar. São Paulo: Paz e Terra, 2009.</p> <p>AGOSTINHO, Santo. De Magistro. Tradução Bento Silva Santos. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.</p> <p>AQUINO, Tomás . Sobre o Ensino. Tradução Luiz Jean Lauand. São Paulo: Martins Fontes, 2000.</p> <p>ARISTOTELES. Ética a Nicômacos. Tradução de Mário da Gama Kury. 4ª Ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.</p> <p>FOUCAULT, Michel. Microfísica do Poder. 21 ed. São Paulo: Graal, 2005.</p>



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AGRESTE DE PERNAMBUCO

Av. Bom Pastor, S/N. - Boa Vista - CEP 55292-270 - Garanhuns - PE

CNPJ: 35.872.812/0001-01

PROGRAMA DE COMPONENTE CURRICULAR										
COMPONENTE CURRICULAR		Ideologia, Discurso e Prática Pedagógica					CÓDIGO		UAG00226	
NÚCLEO DE CONHECIMENTO		Núcleo de conteúdos básicos			PERÍODO DE OFERTA		2º período			
CH TEÓRICA	60H	CH PRÁTICA	-	CH EAD	-	CH PCC	-	CH TOTAL	60H	
CARÁTER DA DISCIPLINA		(X) OBRIGATÓRIA () OPTATIVA				NÚMERO DE CRÉDITOS		04		
MODALIDADE DE OFERTA		(X) Semestral () Anual				REQUISITO DE CARGA HORÁRIA		NÃO EXISTE.		
PRÉ-REQUISITO		NÃO EXISTE.				CÓDIGO				
EQUIVALÊNCIA(S)		Ideologia - Discurso e Prática pedagógica Disciplina complementar relativa à Ideologia, Discurso e Prática Pedagógica				CÓDIGO		EDUC3002		
EMENTA		Ideologia e Ciências sociais. Linguagem, discurso e construção da realidade. Representação Social e Política, Produção e reprodução dos Discursos na prática pedagógica.								
PRÁTICA COMO COMPONENTE CURRICULAR		Práticas desportivas que estimulem suas atividades físicas, sociais e psicológicas, como tentativa para desenvolver o hábito de praticá-las de forma regular, buscando manter e/ou melhorar a qualidade de vida.								
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO		1. Conceituação básica: Estado, poder, Ideologia, discurso, prática pedagógica etc. 2. Poder, Política, Relações Políticas e Relações de Poder. 3. Ideologia, Modo de Produção e Reprodução. 4. Introdução à Análise do Discurso. 5. Representações sociais e políticas. 6. LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 7. Proposta de Diretrizes para a formação de Professores 8. Movimentos Sociais e Educação.								
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		ANDRADE, Maria Antônia Alonso de. Cultura política, identidade e representações sociais . Recife: FJN, Ed. Massangana, 1999. ALTHUSSER, Louis. Sobre a Reprodução . Petrópolis, RJ: vozes, 1999. BELLERATE, Bruno. Teoria da Didática . São Paulo; Cortes, 1993. BITTAR, Eduardo C. B.. Curso de Filosofia Política . São Paulo; Editora Atlas, 2005. BRANDÃO, Helena Negamine. A Análise do Discurso . (s.d.). In. Introdução à Análise do Discurso. Campinas: Editora da Unicamp. BRASIL, Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica. Proposta de diretrizes para a formação inicial de professores da educação básica, em cursos de nível superior . Brasília, Maio de 2000. CHAUÍ, Marilena. O que é ideologia . São Paulo; Brasiliense, 1986. ORLANDI, Eni. Análise de discurso . Campinas; Pontes, 1999.								

	THOMPSON, John B. Ideologia e Cultura Moderna . Petrópolis; Vozes,1999.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	<p>ANDRADE, Maria Antônia Alonso de. Cultura política, identidade e representações sociais. Recife:FJN, Ed. Massangana, 1999.</p> <p>BRASIL, Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica. Proposta de diretrizes para a formação inicial de professores da educação básica, em cursos de nível superior. Brasília, Maio de 2000.</p> <p>CHAUÍ, Marilena. O que é ideologia. São Paulo: Brasiliense, 1986.</p> <p>ORLANDI, Eni. Análise de discurso. Campina: Pontes, 1999.</p> <p>THOMPSON, John B. Ideologia e Cultura Moderna. Petrópolis: Vozes,1999.</p>



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AGRESTE DE PERNAMBUCO

Av. Bom Pastor, S/N. - Boa Vista - CEP 55292-270 - Garanhuns - PE

CNPJ: 35.872.812/0001-01

PROGRAMA DE COMPONENTE CURRICULAR										
COMPONENTE CURRICULAR		Políticas Educacionais e Organização Escolar Brasileira					CÓDIGO		UAG00227	
NÚCLEO DE CONHECIMENTO		Núcleo de conteúdos básicos			PERÍODO DE OFERTA		2º PERÍODO			
CH TEÓRICA	60H	CH PRÁTICA	-	CH EAD	-	CH PCC	-	CH TOTAL	60	
CARÁTER DA DISCIPLINA		(X) OBRIGATÓRIA () OPTATIVA				NÚMERO DE CRÉDITOS		04		
MODALIDADE DE OFERTA		(X) Semestral () Anual				REQUISITO DE CARGA HORÁRIA		-		
PRÉ-REQUISITO		NÃO EXISTE.				CÓDIGO				
EQUIVALÊNCIA(S)		Políticas Públicas em Educação Legislação Educacional				CÓDIGO		EDUC3023 EDUC3034		
EMENTA		Estudo crítico da realidade educacional brasileira, explorando sua estrutura organizacional e seus determinantes histórico, políticos e sociais. Princípios, objetivos e características da Educação Básica e suas modalidades, problematizada como direito fundamental da pessoa humana enquanto elemento de reflexão e intervenção no contexto da formação docente. Fundamentos básicos do financiamento da educação. Políticas de formação docente para a Educação Infantil e anos iniciais do Ensino Fundamental.								
PRÁTICA COMO COMPONENTE CURRICULAR										
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO		<ul style="list-style-type: none"> • Análise crítica compreensiva das políticas educacionais: aspectos sociopolíticos e históricos. • Os princípios da legislação educacional brasileira. • As principais Leis educacionais a partir dos anos de 1930. • O processo de elaboração da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) Lei Federal nº 4.024/ 1961, Lei Federal nº 5.692/1971 e a atual (LDB) - Lei Federal nº 9.394/1996. • A atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei Federal nº 9.394/1996) e suas implicações na formação de professores para a Educação Infantil e atuação nos anos iniciais do Ensino Fundamental. • Fundamentos do financiamento da Educação Básica. • A escola na atual LDB e os programas do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. • As mudanças atuais na legislação da Educação Básica 								
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		<ol style="list-style-type: none"> 1. AZEVEDO, Janete M. Lins de. A educação como política Pública: polêmica do nosso tempo. São Paulo: Autores Associados, 2004. 2. CAMARGO, Ieda (org). Gestão e Políticas da educação. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2006. 								

	<p>3. DOURADO, Luiz Fernandes; Paro, Vitor Henrique (orgs.). Políticas Públicas e educação básica. São Paulo: Xamã, 2001.</p>
<p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</p>	<p>1. FERREIRA, Naura Syria Carapeto (org.). Políticas Públicas e gestão da educação: Polêmicas, fundamentos e análises. Brasília: Liber Livro Editora, 2006.</p> <p>2. BRANDÃO, Carlos da Fonseca. LDB passo a passo: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/96), comentada e interpretada artigo por artigo. 2ª ed. atualizada. São Paulo: Avercamp, 2005.</p> <p>3. BRZEZINSKI, Iria (org.). LDB interpretada: diversos olhares se inter cruzam. São Paulo: Cortez, 1997.</p> <p>4. MENESES, João Gualberto de Carvalho (org). Educação Básica, Políticas Públicas, Legislação e Gestão. São Paulo: Pioneira</p> <p>5. CURY, Carlos Roberto Jamil. Legislação Educacional Brasileira. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.</p>



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AGRESTE DE PERNAMBUCO

Av. Bom Pastor, S/N. - Boa Vista - CEP 55292-270 - Garanhuns - PE

CNPJ: 35.872.812/0001-01

PROGRAMA DE COMPONENTE CURRICULAR										
COMPONENTE CURRICULAR		PRÁTICA EDUCACIONAL E PESQUISA I – PEPE I					CÓDIGO		UAG00228	
NÚCLEO DE CONHECIMENTO		Núcleo de conteúdos Profissionalizantes			PERÍODO DE OFERTA		2º PERÍODO			
CH TEÓRICA	30H	CH PRÁTICA	30H	CH EAD	-	CH PCC	15H	CH TOTAL	75H	
CARÁTER DA DISCIPLINA		(X) OBRIGATÓRIA () OPTATIVA				NÚMERO DE CRÉDITOS		5		
MODALIDADE DE OFERTA		(X) Semestral () Anual				REQUISITO DE CARGA HORÁRIA		Não existe		
PRÉ-REQUISITO		Não existe				CÓDIGO				
EQUIVALÊNCIA(S)		Prática Educacional Pesquisa e Extensão I (PEPE I) Metodologia da Pesquisa em Educação I				CÓDIGO		EDUC3014 EDUC3005		
EMENTA		<p>Conhecimento científico, saberes, ciência e pesquisa científica. Função social da pesquisa e da ciência. O método científico e a prática da pesquisa. Tipos e características de pesquisa. Instrumentalização metodológica da pesquisa. Pesquisas qualitativas e quantitativas. Bases legais que orientam as práticas de pesquisa na formação do pedagogo. A dimensão institucional da escola. O projeto de pesquisa e o relatório de pesquisa. Pesquisas em contextos escolares, em nível local/regional.</p>								
PRÁTICA COMO COMPONENTE CURRICULAR		<p>A partir das discussões feitas conforme conteúdo que as antecedem, os alunos farão pesquisas de campo, com abordagem qualitativa, em contextos escolares, em nível local (Garanhuns) e regional (municípios onde acadêmicos do curso de Licenciatura de Pedagogia residem), na perspectiva institucional.</p>								
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO		<ol style="list-style-type: none"> 1. Introdução ao Conhecimento Científico <ul style="list-style-type: none"> ● Definição de conhecimento científico e saberes ● Relação entre saberes e ciência ● Papel da pesquisa científica na produção de conhecimento 2. Método Científico e Prática da Pesquisa <ul style="list-style-type: none"> ● Fundamentos do método científico ● Etapas da pesquisa científica ● Técnicas de coleta e análise de dados 3. Tipos e Características de Pesquisa <ul style="list-style-type: none"> ● Pesquisa qualitativa: princípios e metodologias ● Pesquisa quantitativa: abordagens e instrumentos 								

	<ul style="list-style-type: none"> ● Pesquisa mista: integração de abordagens qualitativas e quantitativas ● Tipos de pesquisa <ol style="list-style-type: none"> 4. Instrumentalização Metodológica da Pesquisa <ul style="list-style-type: none"> ● Seleção de métodos e técnicas de pesquisa ● Elaboração de instrumentos de coleta de dados ● Análise e interpretação de resultados 5. Bases Legais na Formação do Pedagogo <ul style="list-style-type: none"> ● Legislação educacional relacionada à pesquisa ● Ética na pesquisa com seres humanos ● Normas e padrões para a elaboração de projetos de pesquisa 6. Dimensão Institucional da Escola <ul style="list-style-type: none"> ● Organização e funcionamento da escola ● Desafios e oportunidades da pesquisa educacional no contexto escolar 7. Elaboração de Projeto de Pesquisa e Relatório de Pesquisa <ul style="list-style-type: none"> ● Estrutura e elementos do projeto de pesquisa ● Normas técnicas para a redação de relatórios científicos 8. Pesquisas em Contextos Escolares, em Nível Local/Regional <ul style="list-style-type: none"> ● Desenvolvimento de pesquisas aplicadas à realidade escolar ● Apresentação e divulgação dos resultados de pesquisa
<p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</p>	<p>ANDRÉ, M. E. D. A. de. Etnografia da Prática Escolar. Campinas: Papyrus, 2001.</p> <p>BRASIL. RESOLUÇÃO No 2, DE 1o DE JULHO DE 2015. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada.</p> <p>BRASIL. RESOLUÇÃO CNE/CP No 1 DE 15 DE MAIO DE 2006. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de graduação em Pedagogia, licenciatura.</p> <p>GIL, A. C. Métodos e técnicas de pesquisa social. São Paulo: Atlas, 2008.</p> <p>GOLDENBERG, Mirian. A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em ciências sociais. 11. ed. Rio de Janeiro: Record, 2009.</p> <p>LAKATOS & MARCONI. Fundamentos de Metodologia Científica. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.</p>
<p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</p>	<p>ANDRADE, M. M. Introdução à metodologia do trabalho científico. 9. Ed. São Paulo: Atlas, 2009.</p> <p>OLIVEIRA, Maria Marly de. Como fazer pesquisa qualitativa. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2007.</p> <p>SEVERINO, Antônio Joaquim. Metodologia do trabalho científico. 1. ed. São Paulo: Cortez, 2013.</p>



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AGRESTE DE PERNAMBUCO

Av. Bom Pastor, S/N. - Boa Vista - CEP 55292-270 - Garanhuns - PE

CNPJ: 35.872.812/0001-01

PROGRAMA DE COMPONENTE CURRICULAR										
COMPONENTE CURRICULAR		PSICOLOGIA DA APRENDIZAGEM					CÓDIGO	UAG00229		
NÚCLEO DE CONHECIMENTO		Núcleo de conteúdos básicos			PERÍODO DE OFERTA	2º PERÍODO				
CH TEÓRICA	60H	CH PRÁTICA	-	CH EAD	-	CH PCC	-	CH TOTAL	60H	
CARÁTER DA DISCIPLINA		(X) OBRIGATÓRIA () OPTATIVA				NÚMERO DE CRÉDITOS				
MODALIDADE DE OFERTA		(X) Semestral () Anual				REQUISITO DE CARGA HORÁRIA				
PRÉ-REQUISITO		PSICOLOGIA DO DESENVOLVIMENTO				CÓDIGO		UAG 00222		
EQUIVALÊNCIA(S)		TEORIA PSICOLÓGICA DA APRENDIZAGEM I TEORIA PSICOLÓGICA DA APRENDIZAGEM II				CÓDIGO		PSIC3002 PSIC3003		
EMENTA		Estudo das diferentes abordagens da Psicologia sobre o processo de desenvolvimento cognitivo e de aprendizagem. Conceitos fundamentais e as principais implicações sobre os processos educacionais. A prática docente e sua relação com as teorias da aprendizagem. Estudo do papel da subjetividade na aprendizagem.								
PRÁTICA COMO COMPONENTE CURRICULAR		(Quando houver para o curso)								
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO		<ul style="list-style-type: none"> ✓ Visão Geral das Concepções Psicológicas do Desenvolvimento e da Aprendizagem: Concepções Ambientalista, Inatista e Interacionista; ✓ Conceitos Fundamentais e Concepção de Aprendizagem no Comportamentalismo/Behaviorismo; ✓ Conceitos Fundamentais e Concepção de Aprendizagem no Construtivismo; ✓ Conceitos Fundamentais e Concepção de Aprendizagem na Psicologia Sócio-Histórica; ✓ Perspectivas atuais em Psicologia Cognitiva e da Aprendizagem; ✓ Relações entre Afetividade e Cognição; ✓ Concepções de Inteligência e o Desenvolvimento Intelectual. 								
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		BECKER, Fernando: Educação e construção de Conhecimento. In: BECKER, Fernando. Educação e construção do conhecimento . Porto Alegre: Artmed, 2001. OLIVEIRA, Martha. Aprendizado e desenvolvimento: um processo sócio-histórico . São Paulo: Scipione, 1997. COLL, C., PALACIOS, J. & MARCHESI, A. Desenvolvimento psicológico e educação – Psicologia evolutiva. v. 2, 2ª.edição. Porto Alegre: Artmed, 2004.								

**BIBLIOGRAFIA
COMPLEMENTAR**

CORREIA, M. (org.) **Psicologia e Escola: uma parceria necessária.** Campinas, SP: Alínea Editora, 2004.

REGO, T. **Vygotsky: uma perspectiva histórico-cultural da educação.** Petrópolis-RJ: Editora Vozes, 1995.

SYSENCK, M. W.; KEANE, M. T. **Manual de psicologia cognitiva.** São Paulo: ArtMed.

VYGOTSKY, L. S. **A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores.** 7 edição. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

VYGOTSKY, L. S. **Pensamento e Linguagem.** São Paulo: Martins Fontes, 2008.

7.8.3. Ementa dos componentes curriculares obrigatórios – 3º período



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AGRESTE DE PERNAMBUCO

Av. Bom Pastor, S/N. - Boa Vista - CEP 55292-270 - Garanhuns - PE

CNPJ: 35.872.812/0001-01

PROGRAMA DE COMPONENTE CURRICULAR										
COMPONENTE CURRICULAR		AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM					CÓDIGO		UAG00230	
NÚCLEO DE CONHECIMENTO		Núcleo de conteúdos básicos			PERÍODO DE OFERTA		3º PERÍODO			
CH TEÓRICA	30	CH PRÁTICA	15	CH EAD	-	CH PCC	15	CH TOTAL	60	
CARÁTER DA DISCIPLINA		(X) OBRIGATÓRIA () OPTATIVA				NÚMERO DE CRÉDITOS		04		
MODALIDADE DE OFERTA		(X) Semestral () Anual				REQUISITO DE CARGA HORÁRIA				
PRÉ-REQUISITO		NÃO EXISTE.				CÓDIGO				
EQUIVALÊNCIA(S)		Avaliação da Aprendizagem Disciplina complementar relativa à Avaliação				CÓDIGO		EDUC3039		
EMENTA		PRESSUPOSTOS TEÓRICO E METODOLÓGICO DA AVALIAÇÃO. CONHECIMENTO E ANÁLISE DOS SISTEMAS DE AVALIAÇÃO NO BRASIL. CONCEPÇÕES, PLANEJAMENTO, PROCESSOS E INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM. PRINCÍPIOS DA AVALIAÇÃO INCLUSIVA.								
PRÁTICA COMO COMPONENTE CURRICULAR		Avaliação da aprendizagem no cotidiano escolar.								
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO		1. Concepções de avaliação; 2. Avaliação e planejamento; 3. Relações entre concepções de conhecimento e concepções de avaliação; 4. Relações entre concepções de aprendizagem e concepções de avaliação; 5. A avaliação da aprendizagem na LDBEN Nº 9.394/96. 6. Sistemas de avaliação e de exames de larga escala: SAEB, Prova Brasil, e ENCCEJA. 7. Funções da avaliação; 8. Instrumentos de avaliação; 9. Significados e análise do erro na avaliação da aprendizagem; 10. Relações entre fenômenos didáticos e avaliação da aprendizagem								
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		HOFFMAN, Jussara. Avaliação: mito e desafio. Uma perspectiva construtivista. 34ª ed. Porto Alegre: Educação e Realidade, 2005. _____. Avaliação Mediadora. 2ª ed. Porto Alegre: Mediação, 2003. LUCKESI, C. C. Avaliação da aprendizagem escolar. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2005. SILVA, Janssen Felipe. Avaliação na perspectiva formativa- reguladora. Porto Alegre: Mediação, 2006.								

**BIBLIOGRAFIA
COMPLEMENTAR**

ANASTASIOU, Lea das Graças Camargos. Avaliação, Ensino, aprendizagem: anotações para ações em currículo com matriz integrativa. In: **Encontro Nacional de Didática e Prática de Ensino**, XIII, 2006, Recife. Novas subjetividades, currículo, docência e questões pedagógicas na perspectiva da inclusão social. Recife: Bagaço, 2006. p. 69-90.

BARLOW, Michel. **Avaliação escolar**: mitos e realidades. Porto Alegre: Artmed, 2006.

CORDEIRO, Jaime. Os instrumentos de avaliação. In: **Didática**. São Paulo: Contexto, 2007. cap. 6, p. 158-164.

DAVIS, C.; ESPOSITO, I. L. O Papel e a Função do Erro na Avaliação Escolar. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**. Brasília, nº. 72, p. 196-206, maio/ago. 2013.

ESTEBAN, Maria Tereza. (Org.). **Avaliação**: uma prática em busca de novos sentidos. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

MORETTO, Vasco Pedro. A prova operatória: ressignificando a Taxionomia de Bloom. In: _____. **Prova**: um momento privilegiado de estudo não um acerto de contas. 3. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AGRESTE DE PERNAMBUCO

Av. Bom Pastor, S/N. - Boa Vista - CEP 55292-270 - Garanhuns - PE

CNPJ: 35.872.812/0001-01

PROGRAMA DE COMPONENTE CURRICULAR										
COMPONENTE CURRICULAR		DIDÁTICA					CÓDIGO		UAG00231	
NÚCLEO DE CONHECIMENTO		Núcleo de conteúdos básicos			PERÍODO DE OFERTA		3º PERÍODO			
CH TEÓRICA	30	CH PRÁTICA	15	CH EAD	-	CH PCC	15	CH TOTAL	60	
CARÁTER DA DISCIPLINA		(X) OBRIGATÓRIA () OPTATIVA				NÚMERO DE CRÉDITOS		04		
MODALIDADE DE OFERTA		(X) Semestral () Anual				REQUISITO DE CARGA HORÁRIA				
PRÉ-REQUISITO		NÃO EXISTE.				CÓDIGO				
EQUIVALÊNCIA(S)		Didática Disciplina complementar relativa à Didática				CÓDIGO		EDUC3040		
EMENTA		PRESSUPOSTOS TEÓRICOS, HISTÓRICOS, FILOSÓFICOS E SOCIAIS DA DIDÁTICA. DIMENSÕES POLÍTICO-SOCIAIS, TÉCNICAS E HUMANAS DA DIDÁTICA E SUAS IMPLICAÇÕES NO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM. SABERES DA PRÁTICA DOCENTE. A PRÁXIS DIDÁTICA: CURRÍCULO, PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO.								
PRÁTICA COMO COMPONENTE CURRICULAR		A partir das discussões feitas dos conteúdos estudados, os alunos realizarão de entrevistas com professores da educação infantil ou do Ensino Fundamental (anos iniciais) sobre os saberes envolvidos na prática docente e sobre planejamentos. Realizarão observações de aula para análise à luz das tendências pedagógicas.								
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO		<ol style="list-style-type: none"> Objeto de estudo da Didática Pressupostos teóricos, históricos, filosóficos e sociais da Didática – a organização do trabalho didático na história da educação. Educação formal, não formal e informal As diferentes “pedagogias” e suas implicações no processo de ensino e aprendizagem. Profissão professor: regulação, formação e prática docente. Saberes e posturas necessárias a(o) educadora(or) na contemporaneidade. Elementos constitutivos da práxis docente: currículo, planejamento e avaliação 								
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998 LIBÂNEO, J. C. Didática. São Paulo: Cortez, 1994. VEIGA, Ilma Passos A. A prática pedagógica do professor de didática. Campinas, SP: Papyrus, 1989 PIMENTA, Selma Garrido. Didática e formação de professores. São Paulo: Cortez, 1997. SAVIANI, Dermeval. Escola e democracia: teorias da educação, a curvatura da vara, onze teses sobre educação e política. Campinas, SP: Autores Associados, 1999.								

**BIBLIOGRAFIA
COMPLEMENTAR**

- CANDAU, Vera M. **Rumo a uma nova didática**. Rio de Janeiro: Vozes, 1989.
- CANDAU, Vera M. (Org.). **A didática em questão**. 10. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.
- FRANCO, Maria Amélia; PIMENTA, Selma Garrido (orgs). **Didática: Embates contemporâneos**. SP: Edições Loyola, 2010
- HOFFMANN, J. **Avaliação: mito & desafio: uma perspectiva construtivista**: Porto Alegre: Mediações, 2007.
- LIBANEO, José Carlos. **Tendências Pedagógicas na prática escolar**. Disponível: https://praxistecnologica.files.wordpress.com/2014/08/tendencias_pedagogicas_libaneopdf. Acesso em 16/09/2018.
- _____. **Pedagogia e pedagogos para quê? Educar**, Curitiba, n.17, 2001. Disponível em: http://www.educaremrevista.ufpr.br/arquivos_17/libaneopdf Acesso em 18/05/2019.
- TARDIF, Maurice. LESSARD, Claude. **Ofício de professor: histórias, perspectivas e desafios internacionais** SP: Vozes, 2008.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AGRESTE DE PERNAMBUCO

Av. Bom Pastor, S/N. - Boa Vista - CEP 55292-270 - Garanhuns - PE

CNPJ: 35.872.812/0001-01

PROGRAMA DE COMPONENTE CURRICULAR										
COMPONENTE CURRICULAR		Educação das Relações Étnico-Raciais					CÓDIGO		UAG00232	
NÚCLEO DE CONHECIMENTO		Núcleo de conteúdos básicos			PERÍODO DE OFERTA		3º PERÍODO			
CH TEÓRICA	30H	CH PRÁTICA	15H	CH EAD	-	CH PCC	15H	CH TOTAL	60H	
CARÁTER DA DISCIPLINA		(X) OBRIGATÓRIA () OPTATIVA				NÚMERO DE CRÉDITOS		04		
MODALIDADE DE OFERTA		(X) Semestral () Anual				REQUISITO DE CARGA HORÁRIA				
PRÉ-REQUISITO		NÃO EXISTE.				CÓDIGO				
EQUIVALÊNCIA(S)		NÃO EXISTE.				CÓDIGO				
EMENTA		Formação das identidades brasileiras: elementos históricos. Conceitos de raça, racismo e etnia. Relações sociais e étnico-raciais. Preconceito, estereótipo, etnia, interculturalidade. Epistemologia e pensamento Decolonial. A Educação indígena no Brasil, historicidade e perspectivas teórico-metodológicas. Ensino e aprendizagem na perspectiva da pluralidade cultural. Pluralidade étnica do Nordeste e de Pernambuco: especificidades e situação sócio-educacional. Multiculturalismo e Transculturalismo crítico. Movimentos sociais e políticas públicas de ações afirmativas.								
PRÁTICA COMO COMPONENTE CURRICULAR		As práticas curriculares se efetivam por meio da articulação teoria-prática no interior da disciplina, de modo a propiciar aos estudantes a reflexão-ação sobre temas envolvidos em sua atuação profissional e a vivência de experiências em sala de aula e no contexto e ensino.								

<p style="text-align: center;">CONTEÚDO PROGRAMÁTICO</p>	<ol style="list-style-type: none"> 1. Identidade nacional e relações étnico-raciais <ol style="list-style-type: none"> 1.1. Colonialismo e Educação 1.2. A Construção da Identidade Nacional e a problemática étnico-racial brasileira 1.3. A Construção do Mito da Democracia Racial – uma Pedagogia do Silêncio 1.4. O Racismo e a Educação nos espaços institucionais e formativos brasileiros. 2. Movimentos sociais negros e indígenas e a educação <ol style="list-style-type: none"> 2.1. Iniciativas, Lutas e Experiências Educativas dos Movimentos Sociais Negros 2.2. Movimentos Sociais negros indígenas nos anos 70 e 80 e a problemática Educacional 2.3. Dialogando com as experiências contemporâneas dos movimentos sociais negros e indígenas pernambucanos. 3. A educação indígena e as relações étnico-raciais na contemporaneidade <ol style="list-style-type: none"> 3.1. A Lei 10.639/03 e das Diretrizes Curriculares para Educação das Relações Étnico-Raciais. 3.2. Educação e a lei 11.645/08 no Brasil 3.3. As políticas de Ações Afirmativas Educacionais e a desconstrução da pedagogia do silêncio e da insensibilidade. 4. Educação das relações étnico-raciais na contemporaneidade <ol style="list-style-type: none"> 4.1. Interculturalidade, Multiculturalismo e Transculturalismo. 4.2. Perspectivas teórico-metodológicas pós-coloniais e educação. 5. Raça e produção de conhecimento. <ol style="list-style-type: none"> 5.1. Relações entre ciência, racismo e etnocentrismo. 5.2. Colonialidade e conhecimento: genocídio e epistemicídio. 5.3. Epistemologias no plural. 5.4. Produção e pluralidade de conhecimentos.
<p style="text-align: center;">BIBLIOGRAFIA BÁSICA</p>	<p>ALMEIDA, Silvio Luiz de. Racismo estrutural. São Paulo: Sueli Carneiro/Pólen, 2019.</p> <p>ANDRADE, J. A. de; SILVA, T. A. A. da. (org.). O ensino da temática indígena: subsídios didáticos para o estudo das sociodiversidades indígenas. Recife: Edições Rascunhos, 2017.</p> <p>FONSECA, Maria Nazareth Soares. (org.). Brasil afro-brasileiro. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010.</p> <p>MUNANGA, Kabengeue. Superando o racismo na escola. Brasília, MEC, 2005.</p>
<p style="text-align: center;">BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</p>	<p>BRASIL. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Indígena. Brasília: MEC/CNE 10/05/2012.</p> <p>SILVA, Aracy Lopes da; GRUPIONI, Luís Donizete Benzi (org.). A temática indígena na escola: novos subsídios para professores de 1º e 2º graus. Brasília, MEC/MARI/UNESCO, 1995.</p> <p>CASHMORE, Ellis. Dicionários de Relações Étnicas e Raciais. São Paulo-SP: Summus, 2000.</p> <p>MEC/SECAD. Orientações e Ações para a Educação das Relações Étnico-raciais. Brasília-DF: MEC/SECAD, 2006.</p> <p>PINHEIRO, Bárbara Carine Soares. Como ser um educador antirracista: Para familiares e professores. São Paulo: Planeta do Brasil, 2023. 160p.</p> <p>SCHWARCZ, Lilia M. O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil. 1870-1930. São Paulo: Cia das Letras, 2011.</p> <p>HALL, Stuart. A identidade cultural na pós-modernidade. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva, Gracira Lopes Louro. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.</p>



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AGRESTE DE PERNAMBUCO

Av. Bom Pastor, S/N. - Boa Vista - CEP 55292-270 - Garanhuns - PE

CNPJ: 35.872.812/0001-01

PROGRAMA DE COMPONENTE CURRICULAR										
COMPONENTE CURRICULAR		EDUCAÇÃO INFANTIL I					CÓDIGO		UAG00233	
NÚCLEO DE CONHECIMENTO		Núcleo de conteúdos básicos			PERÍODO DE OFERTA		3º			
CH TEÓRICA	30H	CH PRÁTICA	15H	CH EAD	-	CH PCC	15H	CH TOTAL	60H	
CARÁTER DA DISCIPLINA		(x) OBRIGATÓRIA () OPTATIVA				NÚMERO DE CRÉDITOS		04		
MODALIDADE DE OFERTA		(x) Semestral () Anual				REQUISITO DE CARGA HORÁRIA				
PRÉ-REQUISITO		PSICOLOGIA DO DESENVOLVIMENTO				CÓDIGO		UAG00222		
EQUIVALÊNCIA(S)		Fundamentos da Educação Infantil Disciplina complementar relativa à Fundamentos da Educação Infantil				CÓDIGO		EDUC3035		
EMENTA		Estudo sobre o conceito social de infância e as diferentes concepções de infância; Bases históricas sobre as origens das instituições de educação infantil; principais ideias e pensadores da educação infantil; legislação que regulamenta a educação de crianças de zero a cinco anos: Constituição Federal, DCNEI, LDBEN, ECA e demais legislações estaduais e municipais; Planos Estaduais e Municipais de Educação; A formação de professores para atuar na educação infantil.								
PRÁTICA COMO COMPONENTE CURRICULAR		A parte prática desta disciplina acontecerá a partir da possibilidade de visita às instituições de Educação Infantil de municípios próximos e de observações das práticas docentes nas escolas do município de Garanhuns e circunvizinhos, chamando atenção para a visão sobre a criança, às práticas e as rotinas vivenciadas (10h)								
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO		<p>INFÂNCIAS E O CONTEXTO INICIAL DO ATENDIMENTO ÀS CRIANÇAS</p> <ul style="list-style-type: none"> -As diferentes concepções acerca da infância; A compreensão da construção social da infância; Especificidades do ser criança; - As primeiras instituições de atendimento à infância na Europa e no Brasil; - As principais ideias sobre a educação infantil: pensadores e educadores que contribuíram ou contribuem para o desenvolvimento de práticas que atendam as especificidades infantis; <p>REGULAMENTAÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL</p> <ul style="list-style-type: none"> -Legislação que regulamenta a educação infantil; <p>FORMAÇÃO DOCENTE: ASPECTOS DA PRÁTICA</p> <ul style="list-style-type: none"> -- Implicações do caráter pedagógico na formação e prática docente: planejamento e rotina; Perfil do profissional para atuar na educação infantil; - A importância do brincar e a ludicidade como um dos princípios da prática pedagógica. 								

<p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</p>	<p>BRASIL, Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil / Secretaria de Educação Básica. – Brasília : MEC, SEB, 2010. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/diretrizescurriculares_2012.pdf</p> <p>BARBOSA, M. C. PROJETO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA MEC E UFRGS PARA CONSTRUÇÃO DE ORIENTAÇÕES CURRICULARES PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL. MEC/ SEB, Brasília, 2009. http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/relat_seb_praticas_cotidianas.pdf</p> <p>GOULART, Iris Barbosa. Piaget: experiências básicas para utilização pelo professor. 29. ed. Petrópolis, RJ: Vozes</p> <p>COX, M. V. Desenho da criança. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007. xii, 270 p.</p> <p>PANIAGUA, G.; PALACIOS, J. Educação Infantil: resposta educativa à diversidade. Tradução: Fátima Murad. – Porto Alegre: Artmed, 2007.</p>
<p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</p>	<p>BARBOSA, M.C.S; HORN, M. G. S. Projetos Pedagógicos na Educação Infantil. Porto Alegre: Artmed, 2008.</p> <p>RODRIGUES, M. B. C.; M. C. (org.). O espaço pedagógico na pré-escola. – Porto Alegre: Mediação, 2009.</p> <p>KISHIMOTO, T.M. (org) Jogo, brinquedo, brincadeira e a educação, São Paulo: Cortez. 1999.</p> <p>OLIVERIA, Z. R (org). Educação Infantil: muitos olhares. São Paulo: Cortez, 2001.</p> <p>BRANDÃO, A.C.P., ROSA, E.C.S.R. Ler e escrever na Educação Infantil: discutindo práticas pedagógicas. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010.</p>



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AGRESTE DE PERNAMBUCO

Av. Bom Pastor, S/N. - Boa Vista - CEP 55292-270 - Garanhuns - PE

CNPJ: 35.872.812/0001-01

PROGRAMA DE COMPONENTE CURRICULAR										
COMPONENTE CURRICULAR		PRÁTICA EDUCACIONAL E PESQUISA II – PEPE II					CÓDIGO		UAG00234	
NÚCLEO DE CONHECIMENTO		Núcleo de conteúdos Profissionalizantes			PERÍODO DE OFERTA		3º PERÍODO			
CH TEÓRICA	30H	CH PRÁTICA	30H	CH EAD	-	CH PCC	15H	CH TOTAL	75H	
CARÁTER DA DISCIPLINA		(X) OBRIGATÓRIA () OPTATIVA				NÚMERO DE CRÉDITOS		5		
MODALIDADE DE OFERTA		(X) Semestral () Anual				REQUISITO DE CARGA HORÁRIA		Não existe		
PRÉ-REQUISITO		Prática Educacional e Pesquisa I				CÓDIGO		UAG00228		
EQUIVALÊNCIA(S)		Prática Educacional Pesquisa e Extensão II (PEPE II) Pesquisa Qualitativa em Educação				CÓDIGO		EDUC3015 EDUC3013		
EMENTA		O professor pesquisador: a dimensão pedagógica/instrucional da escola. Instrumentalização metodológica da pesquisa de campo, especificamente, a pesquisa-ação. Pesquisa em contextos escolares formais e não-formais, local/regional, articuladas com a realidade escolar.								
PRÁTICA COMO COMPONENTE CURRICULAR		A partir das discussões feitas conforme conteúdo que as antecedem, os alunos farão pesquisas de campo, com abordagem qualitativa, em contextos escolares, em nível local (Garanhuns) e regional (municípios onde acadêmicos do curso de Licenciatura de Pedagogia residem), na perspectiva pedagógica..								
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO		<ol style="list-style-type: none"> 1. O Professor Pesquisador: Conceitos e Fundamentos <ul style="list-style-type: none"> • Definição e características do professor pesquisador • Importância da pesquisa na prática pedagógica • Papel da pesquisa na formação contínua do professor 2. Dimensão Pedagógica/Instrucional da Escola <ul style="list-style-type: none"> • Organização curricular e práticas pedagógicas • Intervenção pedagógica 3. Instrumentalização Metodológica da Pesquisa de Campo <ul style="list-style-type: none"> • Métodos e técnicas de pesquisa qualitativa e quantitativa • Planejamento e execução de pesquisas de campo • Análise e interpretação de dados na pesquisa educacional 4. Pesquisa-Ação como Estratégia de Investigação <ul style="list-style-type: none"> • Fundamentos e princípios da pesquisa-ação • Ciclos de planejamento, ação, observação e reflexão • Aplicação da pesquisa-ação na resolução de problemas educacionais 5. Pesquisa em Contextos Escolares Formais e Não-Formais <ul style="list-style-type: none"> • Características e desafios da pesquisa em contextos escolares 								

	<ul style="list-style-type: none"> • Exploração de ambientes educativos não-formais (museus, centros culturais, etc.) • Articulação entre pesquisa e prática pedagógica no contexto escolar <p>6. Pesquisa em Contextos Locais e Regionais</p> <ul style="list-style-type: none"> • Identificação de temas relevantes para a pesquisa educacional local/regional • Diagnóstico de necessidades e interesses da comunidade escolar • Pesquisa de campo em comunidades escolares e entorno • Elaboração de projetos de intervenção e relatório de pesquisa
<p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</p>	<p>ANDRÉ, M. E. D. A. de. Etnografia da Prática Escolar. Campinas. Papirus, 2001.</p> <p>BRASIL. RESOLUÇÃO No 2, DE 1o DE JULHO DE 2015. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada.</p> <p>BRASIL. RESOLUÇÃO CNE/CP No 1 DE 15 DE MAIO DE 2006. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de graduação em Pedagogia, licenciatura.</p> <p>GIL, A. C. Métodos e técnicas de pesquisa social. São Paulo: Atlas, 2008.</p> <p>GOLDENBERG, Mirian. A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em ciências sociais. 11. ed. Rio de Janeiro: Record, 2009.</p> <p>LAKATOS & MARCONI. Fundamentos de Metodologia Científica. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.</p>
<p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</p>	<p>ANDRADE, M. M. Introdução à metodologia do trabalho científico. 9. Ed. São Paulo: Atlas, 2009.</p> <p>OLIVEIRA, Maria Marly de. Como fazer pesquisa qualitativa. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2007.</p> <p>SEVERINO, Antônio Joaquim. Metodologia do trabalho científico. 1. ed. São Paulo: Cortez, 2013.</p> <p>THIOLLENT, M. Metodologia da Pesquisa-Ação. São Paulo, Cortez, 1992.</p>

7.8.4. Ementa dos componentes curriculares obrigatórios – 4º período



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AGRESTE DE PERNAMBUCO

Av. Bom Pastor, S/N. - Boa Vista - CEP 55292-270 - Garanhuns - PE

CNPJ: 35.872.812/0001-01

PROGRAMA DE COMPONENTE CURRICULAR										
COMPONENTE CURRICULAR		EDUCAÇÃO INFANTIL II					CÓDIGO		UAG00235	
NÚCLEO DE CONHECIMENTO		Núcleo de conteúdos básicos			PERÍODO DE OFERTA		4º			
CH TEÓRICA	30H	CH PRÁTICA	15H	CH EAD	-	CH PCC	15H	CH TOTAL	60H	
CARÁTER DA DISCIPLINA		<input checked="" type="checkbox"/> OBRIGATÓRIA <input type="checkbox"/> OPTATIVA				NÚMERO DE CRÉDITOS		04		
MODALIDADE DE OFERTA		<input checked="" type="checkbox"/> Semestral <input type="checkbox"/> Anual				REQUISITO DE CARGA HORÁRIA				
PRÉ-REQUISITO		Educação Infantil I				CÓDIGO		UAG00233		
EQUIVALÊNCIA(S)		Educação Infantil e Currículo Linguagem Oral na Educação Infantil				CÓDIGO		EDUC3051 EDUC3058		
EMENTA		<p>Concepções sobre currículo; documentos e dispositivos oficiais nacional e estadual e municipal sobre o Currículo da Educação Infantil: Referencial Curricular Nacional a Base Nacional Curricular Comum e o Currículo da Educação Infantil: especificidades e identidades curriculares. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI); as linguagens da criança; Fala, oralidade, escrita e letramento; Possibilidades de trabalho com a linguagem na Educação Infantil: gêneros textuais orais; leitura e literatura infantil; Avaliação e Registro na Educação Infantil</p>								
PRÁTICA COMO COMPONENTE CURRICULAR										
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO		<p>Educação Infantil e Currículo</p> <ul style="list-style-type: none"> - As diferentes concepções acerca do currículo - O Currículo na Educação infantil: convergências e divergências - Possibilidades de abordagens curriculares: RCNEI, BNCC e Propostas pedagógicas; <p>Avaliação e registro</p> <ul style="list-style-type: none"> - O processo de avaliação na educação infantil: possibilidades; - A importância do registro na prática docente <p>Linguagem na Educação Infantil</p> <ul style="list-style-type: none"> - As linguagens da criança - Distinções entre fala, oralidade, - Os gêneros orais 								

	<p>- A escrita e a prática do letramento na educação infantil</p> <p>- Leitura e literatura na educação infantil</p>
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	<p>BRASIL, 2017. Base Nacional Comum Curricular-Educação Infantil. MEC/SEB, Brasília, 2017. Disponível em http://download.basenacionalcomum.mec.gov.br/</p> <p>PERNAMBUCO, 2019. Currículo de Pernambuco- Educação Infantil. Secretaria de Educação do Estado de Pernambuco. disponível em https://observatoriodeeducacao.institutounibanco.org.br/cedoc/detalhe/tf-curriculo-de-pernambuco-educacao-infantil-e-ensino-fundamental,5e4fb0e0-69b4-4a03-8bbd-9a594a8cd2ef</p> <p>LLEIXÀ ARRIBAS, Teresa. Educação infantil: desenvolvimento, currículo e organização escolar. 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2004. 395 p.</p> <p>ARCE, Alessandra; MARTINS, Lígia Márcia. Quem tem medo de ensinar na educação infantil?: em defesa do ato de ensinar. 2. ed. Campinas, SP: Alínea, 2010. 218p.</p> <p>COTIDIANO escolar, formação de professores (as) e currículo. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008. 175p.</p>
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	<p>ARRIBAS, T. L... [et al.]. Educação Infantil: desenvolvimento, currículo e organização escolar. Tradução: Fátima Murad. – 5. ed. – Porto Alegre: Artmed, 2004.</p> <p>CRAIDY, C. M.; KRAECHER, G. E. P. S. (org.). Educação Infantil: pra que te quero? – Porto Alegre: Artmed, 2001.</p> <p>FARIA, Vitória Líbia Barreto de; SALLES, Fátima. Currículo na educação infantil: diálogo com os demais elementos da proposta pedagógica. São Paulo: Scipione, 2007. 127 p</p> <p>RODRIGUES, M. B. C.; M. C. (org.). O espaço pedagógico na pré-escola. – Porto Alegre: Mediação, 2009.</p> <p>LOPES, A.C.T. Educação Infantil e registro de práticas. São Paulo: Cortez, 2009.</p>



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AGRESTE DE PERNAMBUCO

Av. Bom Pastor, S/N. - Boa Vista - CEP 55292-270 - Garanhuns - PE

CNPJ: 35.872.812/0001-01

PROGRAMA DE COMPONENTE CURRICULAR										
COMPONENTE CURRICULAR		ESTÁGIO I - Educação Infantil					CÓDIGO		UAG00301	
NÚCLEO DE CONHECIMENTO		Núcleo de conteúdos Profissionalizantes			PERÍODO DE OFERTA		4º período			
CH TEÓRICA	30	CH PRÁTICA	45	CH EAD	-	CH PCC	-	CH TOTAL	75	
CARÁTER DA DISCIPLINA		(X) OBRIGATÓRIA () OPTATIVA				NÚMERO DE CRÉDITOS		05		
MODALIDADE DE OFERTA		(X) Semestral () Anual				REQUISITO DE CARGA HORÁRIA		Não há requisito de carga horária para esse componente curricular.		
PRÉ-REQUISITO		Não há requisito de carga horária para esse componente curricular.				CÓDIGO				
EQUIVALÊNCIA(S)		Estágio I				CÓDIGO		EDUC3041		
EMENTA		Realização de Estágio Supervisionado – docência na Educação Infantil. Análise e reflexão da prática docente através de atividades de análise, planejamento, intervenção e avaliação da práxis pedagógica em escolas da educação infantil, como momento de articulação entre teoria e prática.								
PRÁTICA COMO COMPONENTE CURRICULAR		Análise e reflexão da prática docente através de atividades de análise, planejamento, intervenção e avaliação da práxis pedagógica em escolas da educação infantil, como momento de articulação entre teoria e prática.								
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO		1. Análise crítica das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. 2. Análise crítica da Base Nacional Comum Curricular. 3. Análise da prática docente e currículo na Educação Infantil. 4. Compreender o processo de organização do trabalho pedagógico da escola, especificamente na Educação Infantil, em suas múltiplas determinações. 5. Compreender o Estágio como processo de investigação científica e espaço para a relação teoria-prática. 6. Compreender o lúdico na construção interdisciplinar da aprendizagem. 7. Orientação, planejamento e execução de projeto de intervenção interdisciplinar, com 80 acompanhamento do professor supervisor, em instituições de Educação Infantil. 8. Registro formal de todo o processo (elaboração de carta pedagógica, de projeto de intervenção interdisciplinar e de relatório de atividades realizadas). 9. Elaboração de relato de experiências.								
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		BARBOSA, M. C. S. Por amor e por força: rotinas na educação Infantil . Porto Alegre: Artmed, 2006. (p.35 a 45)								

CORSINO, P. Trabalhando com Projetos na Educação Infantil in: CORSINO, P.(Org). **Educação Infantil: cotidiano e políticas**. Campinas, SP: Autores Associados, 2012 (Coleção educação contemporânea).

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil**. Brasília: MEC, SEB, 2010.

DRUMOND, V. Estágio e formação de docentes de educação infantil em Cursos de Pedagogia. **Olh@res**, Guarulhos, v.1, n.1, p. 183-206, maio 2013.

GIROTTO, C. G. S.; CASTRO, R. M. de. O estágio curricular e a didática na formação de professores: desafios e possibilidades. **Educação**, Santa Maria, v. 38, n. 1, p. 177-190, jan./abr. 2013.

PANIAGUA, G e PALÁCIOS, J. Organização das atividades da sala de aula. In: PANIAGUA, G e PALÁCIOS, J. **Educação Infantil: resposta educativa à Diversidade**. Porto Alegre: Artmed, 2007.(p.151 à 169).

PIMENTA, S. G.; GHEDIN, E. (Orgs). **Professor Reflexivo no Brasil: gênese e crítica de um conceito**. São Paulo: Cortez, 2002.

**BIBLIOGRAFIA
COMPLEMENTAR**

ARROYO, M. G. **Ofício de Mestre: imagens e auto-imagens**. São Paulo: Cortez, 2003. BARBOSA, Ivone Garcia. Educação Infantil brasileira e a Emenda Constitucional nº 59/2009: dificuldades e perspectivas de construção de uma proposta educativa de qualidade. In: SALTO PARA O FUTURO. Os desafios da universalização da educação básica. Ano XXI, Boletim 16, novembro 2011. p. 13-22.

CARVALHO, Anna Maria Pessoa de. **Os estágios nos cursos de licenciatura**. São Paulo: Cengage Learning, 2012.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

GUIMARAES, V. S. **Formação de Professores: saberes, identidade e profissão**. São Paulo: Papirus, 2004.

LEGRAND, L.. **Célestin Freinet**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2010.

NASCIMENTO, M. L.; CAMPOS, M. M.; COELHO, R. C. F. As políticas e a gestão da educação infantil. **Retratos da Escola**, Brasília, v.5, n.8, p. 201-214, jul./dez. 2011.

OLIVO, S.; LIMA, M. C. **Estágio supervisionado e trabalho de conclusão de curso**. São Paulo: Thompson Pioneira, 2006.

PICONEZ, S. C.; BERTHOLO, C. **A prática de ensino e o estágio supervisionado**. São Paulo: Papirus, 1994.

RÖHRS, H. **Maria Montessori**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2010.

ROJAS, J. **O lúdico na construção interdisciplinar da aprendizagem: uma pedagogia do afeto e da criatividade na escola.** Rio de Janeiro: ANPED, 2002.

SILVA, A. F da. Escolarização obrigatória e formação de professores para a educação infantil. **Retratos da Escola**, Brasília, v.5, n.8, p. 371-383, jul./dez. 2011

SILVA, J. C.; ARCE, .. Infância, conhecimento e função docente nos documentos do MEC destinados à educação infantil: uma análise à luz da psicologia histórico-social. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, n. 39, p. 119-135, set. 2010.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AGRESTE DE PERNAMBUCO

Av. Bom Pastor, S/N. - Boa Vista - CEP 55292-270 - Garanhuns - PE

CNPJ: 35.872.812/0001-01

PROGRAMA DE COMPONENTE CURRICULAR										
COMPONENTE CURRICULAR		Fundamentos e Metodologias no Ensino de História I					CÓDIGO	UAG00237		
NÚCLEO DE CONHECIMENTO		Núcleo de conteúdos específicos			PERÍODO DE OFERTA	4º período				
CH TEÓRICA	45h	CH PRÁTICA	15h	CH EAD	-	CH PCC	15h	CH TOTAL	75h	
CARÁTER DA DISCIPLINA	<input checked="" type="checkbox"/> OBRIGATÓRIA <input type="checkbox"/> OPTATIVA					NÚMERO DE CRÉDITOS	05			
MODALIDADE DE OFERTA	<input checked="" type="checkbox"/> Semestral <input type="checkbox"/> Anual					REQUISITO DE CARGA HORÁRIA	Não há requisito de carga horária para esse componente curricular			
PRÉ-REQUISITO	NÃO EXISTE.					CÓDIGO				
EQUIVALÊNCIA(S)	História na Prática Pedagógica I História na Prática Pedagógica II					CÓDIGO	EDUC3024 EDUC3030			
EMENTA	Pressupostos teórico-metodológicos da produção do conhecimento histórico. Mudanças na historiografia ao longo do tempo e suas implicações nos processos de ensino e aprendizagem da História na educação básica. Conceitos básicos no ensino de História – tempo, espaço, sujeito histórico, fontes históricas, cultura, identidades, memória e narrativa. História do ensino de História. História nos programas e referenciais curriculares. Pressupostos da educação para as relações étnico raciais e para os direitos humanos; legislação e políticas públicas – etnia, raça, gênero, diferença, igualdade, diversidade, desigualdade, multiculturalismo, interculturalidade.									
PRÁTICA COMO COMPONENTE CURRICULAR	As atividades destinadas à carga horária de prática como componente curricular na disciplina de História na Prática Pedagógica I têm por objetivo construir as aproximações necessárias entre as diferentes formas de atuação do historiador na pesquisa e no ensino. Assim, o exercício de selecionar, recortar, descrever, analisar e interpretar diferentes documentos para explicar os acontecimentos ao longo do tempo, torna-se fundamental na perspectiva do estudo da história por meio da investigação. Nessa linha, o trabalho pedagógico em sala de aula toma como foco a problematização das temáticas e sua respectiva averiguação através da prática da pesquisa orientada, com análise e interpretação de documentos como currículos, livros didáticos, legislação, narrativas de professor e alunos, imagens, entre outros, que possibilitem ampliar a compreensão dos estudantes sobre as formas de construção do conhecimento histórico, bem como conhecer a									

	<p>trajetória da própria disciplina e sua importância na contemporaneidade, sobretudo, no que diz respeito ao tratamento de temas sensíveis como etnia, raça, gênero, diferença, diversidade, desigualdade, democracia, ideologia e memória.</p>
<p style="text-align: center;">CONTEÚDO PROGRAMÁTICO</p>	<p>Unidade 1</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Pressupostos teórico-metodológicos da História; 2. Conceitos estruturantes do conhecimento histórico e suas relações com o ensino de história (tempo, espaço, sujeito histórico, fontes históricas, cultura, identidades, memória e narrativa); 3. Temas, problemas e fontes de pesquisa no ensino de História; 4. Processo de constituição da disciplina escolar História; 5. Ensino de História: questões curriculares no tempo presente. <p>Unidade 2</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Propostas curriculares nos contextos das últimas décadas do século XX e início do XXI; 2. Mudanças e permanências nas propostas curriculares para o Ensino de História nos anos iniciais do Ensino Fundamental e Educação de Jovens e Adultos; 3. O Ensino de História, as Leis 10.639 e a 11.645 e a educação para as relações étnico raciais; 4. Ensino de História: embates contemporâneos e suas dimensões políticas, éticas, culturais e educacionais (conceitos de etnia, raça, gênero, igualdade, diversidade, diferença, desigualdade, multiculturalismo e interculturalidade).
<p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</p>	<p>BLOCH, Marc. Apologia da História, ou, O Ofício de Historiador. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.</p> <p>CANDAU, Vera Maria Ferrão; OLIVEIRA, Luiz Fernandes. Pedagogia Decolonial e Educação Antirracista e Intercultural no Brasil. Educação em Revista. Belo Horizonte, v. 26, nº 01, abr. 2010, pp. 15-40. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-46982010000100002&script=sci_abstract&tlng=pt.</p> <p>FREITAS, Itamar. Fundamentos teórico-metodológicos para o Ensino de História (Anos Iniciais). São Cristóvão. UFS, 2010.</p>
<p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</p>	<p>ALENCAR, Anderson Fernandes de; SILVA, Tarcia Regina (Orgs.). Educação e Desafios do Tempo Presente. Curitiba: CRV, 2017.</p> <p>BRASIL. Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa. Ciências Humanas no Ciclo de Alfabetização. Caderno 09. Brasília: MEC, SEB, 2015. Disponível em: http://pacto.mec.gov.br/materiais-listagem/item/64-caderno-9-ciencias-humanas-no-ciclo-de-alfabetizacao.</p> <p>BRASIL, Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. Educação anti-racista: caminhos abertos pela Lei Federal nº 10.639/03. Brasília. 2005. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias</p>

[=6 58- vol2antirac-pdf&Itemid=30192](#)

CERRI, Luis Fernando. Ensino de História e concepções historiográficas. **Espaço Plural**. Ano X, nº 20, p 149-154, 2009. Disponível em: <http://erevista.unioeste.br/index.php/espacoplural/article/view/2467>

CONCEIÇÃO, Maria Telvira da. O ocularcentrismo da base curricular de História. **Revista do Lhiste**, Porto Alegre, num.4, vol.3, jan/jun. 2016. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/index.php/revistadolhiste/article/download/65283/39455>

PRATS, J. **Ensinar História no contexto das Ciências Sociais**: princípios básicos. Curitiba: UFPR. Educar, Especial, p. 191-218, 2006. Disponível em: <http://revistas.ufpr.br/educar/article/view/5540>



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AGRESTE DE PERNAMBUCO

Av. Bom Pastor, S/N. - Boa Vista - CEP 55292-270 - Garanhuns - PE

CNPJ: 35.872.812/0001-01

PROGRAMA DE COMPONENTE CURRICULAR										
COMPONENTE CURRICULAR		Fundamentos e Metodologias no Ensino de Ciências I					CÓDIGO		UAG0023	
NÚCLEO DE CONHECIMENTO		Núcleo de conteúdos específicos			PERÍODO DE OFERTA		4º período			
CH TEÓRICA	45h	CH PRÁTICA	15h	CH EAD	-	CH PCC	15h	CH TOTAL	75h	
CARÁTER DA DISCIPLINA		(X) OBRIGATÓRIA () OPTATIVA				NÚMERO DE CRÉDITOS		05		
MODALIDADE DE OFERTA		(X) Semestral () Anual				REQUISITO DE CARGA HORÁRIA		Não há requisito de carga horária para esse Componente Curricular		
PRÉ-REQUISITO		NÃO EXISTE.				CÓDIGO				
EQUIVALÊNCIA(S)		Ciências na Prática Pedagógica I Ciências na Prática Pedagógica II				CÓDIGO		EDUC3012 EDUC3027		
EMENTA		Estudo dos conceitos científicos: conceitualização, importância, fundamentos e objeto de estudo. Relação Ciências, Tecnologia, Sociedade e Meio Ambiente: abordagens teóricas e metodológicas no Ensino de Ciências Naturais e na construção de conhecimentos escolares para os anos iniciais do Ensino Fundamental. Saberes, conhecimentos e campos de investigação das Ciências Naturais, presentes nas Diretrizes, Referências e Parâmetros Curriculares da Educação Básica: concepções, fundamentos, objetivos e proposições teórico-metodológicas. Abordagens tradicionais e críticas no Ensino das Ciências Naturais: concepções e práticas de docentes dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental. Estudo dos PCN: Blocos de conteúdos de Ciência Naturais e PCN Temas Transversais: Meio Ambiente e Educação Ambiental, Saúde e Orientação Sexual. Ciências Naturais e Interdisciplinaridade. Estudo da BNCC de Ciências da Natureza para os Anos Iniciais do Ensino Fundamental e Educação Infantil.								
PRÁTICA COMO COMPONENTE CURRICULAR		As atividades práticas dessas disciplinas serão desenvolvidas levando em consideração os seguintes elementos: estudo de campo através de excursões didático-pedagógicas; construção e elaboração de materiais didáticos; atividades investigativas e experimentais interdisciplinares; observações e levantamento de dados em escolas campo de estágio; Intervenções pedagógicas em ambientes escolares e não escolares. Para isso, serão utilizados os seguintes espaço pedagógico: o laboratório de ensino da Pedagogia da UFAPE e outros espaços acadêmicos e pedagógicos externos à Universidade, como: museus de ciências, laboratórios, centros de ciências e tecnologia, reservas ecológicas, dentre outros. Todas essas atividades visam estabelecer uma relação teoria e prática que								

	favoreça o processo de ensino e aprendizagem significativo de Ciências Naturais na formação inicial de docentes dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, da Educação Infantil e da Educação de Jovens e Adultos.
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO	<p>O PCN de Ciências da Natureza para os anos iniciais do Ensino Fundamental; Os PCN Temas Transversais Meio Ambiente, Saúde e Orientação Sexual;</p> <p>A BNCC de Ciências da Natureza para os Anos Iniciais do Ensino Fundamental;</p> <p>Os Referenciais Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (Natureza e Sociedade) e BNCC para a Educação Infantil;</p> <p>As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos (Ciências da Natureza);</p> <p>As Competências, habilidades e ferramentas para o Ensino de Ciências nos anos iniciais do Ensino Fundamental;</p> <p>Importância e fundamentação, Objetivos gerais e os blocos temáticos do PCN de Ciências da Natureza dos anos iniciais do Ensino Fundamental;</p> <p>Aspectos teóricos-metodológicos dos PCN temas transversais: Meio Ambiente, Saúde e Orientação Sexual;</p> <p>Blocos Temáticos dos PCN de Ciências Naturais: MEIO AMBIENTE: Astronomia, Geologia, Biodiversidade, Meio Ambiente, Ar, água e solo.</p> <p>SERES VIVOS E SER HUMANO/SAÚDE: Botânica, Zoologia, Alimentos, Sistema Digestório, Circulatório, Respiratório, Nervoso, Hormonal, Reprodução, Excretor, Genética, Orientação Sexual, Higiene e Saúde, Parasitologia.</p> <p>RECURSOS TECNOLÓGICOS: Introdução a Física e a Química;</p> <p>Unidades Temáticas, Objetos de Conhecimento e Habilidades presentes na BNCC em Ciências da Natureza.</p>
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	<p>ALVES, R. Filosofia da Ciência: introdução ao jogo e suas regras. 13 ed. São Paulo: Brasiliense, 1990.</p> <p>ASTOLFI, J. P.; DEVELY, M. A didática das Ciências. Campinas, SP: Papyrus, 1990.</p> <p>BIZZO, N. Ciências: fácil ou difícil? São Paulo: Ática, 2002.</p> <p>CARVALHO, A. M. P. de. (Org.) Ensino de Ciências: unindo a pesquisa e a prática. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2004.</p> <p>DELIZOICOV, D.; JOSÉ, A.; PERNAMBUCO, M. M. Ensino de Ciências: Fundamentos e métodos. São Paulo: Cortez, 2003.</p> <p>FREIRE, P. Pedagogia da autonomia. Saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 2001.</p> <p>NARDI, R. Questões atuais no ensino de Ciências. São Paulo: Escritura, 2000.</p>
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	<p>PCN de Ciências Naturais (Anos Iniciais do Ensino Fundamental);</p> <p>PCN Temas Transversais (Meio Ambiente, Saúde e Orientação Sexual);</p> <p>Referenciais Curriculares Nacionais para a Educação Infantil;</p> <p>Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação de Jovens e Adultos;</p> <p>Currículo de Pernambuco (Anos Iniciais do Ensino Fundamental);</p> <p>BNCC de Ciências da Natureza (Anos Iniciais do Ensino Fundamental e Educação Infantil);</p> <p>Artigos e Periódicos sobre o Ensino de Ciências.</p>



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AGRESTE DE PERNAMBUCO
 Av. Bom Pastor, S/N. - Boa Vista - CEP 55292-270 - Garanhuns - PE
 CNPJ: 35.872.812/0001-01

PROGRAMA DE COMPONENTE CURRICULAR										
COMPONENTE CURRICULAR		FUNDAMENTOS E METODOLOGIAS NO ENSINO DE MATEMÁTICA I					CÓDIGO	UAG00238		
NÚCLEO DE CONHECIMENTO		Núcleo de conteúdos específicos			PERÍODO DE OFERTA	4º PERÍODO				
CH TEÓRICA	45	CH PRÁTICA	15	CH EAD	-	CH PCC	15H	CH TOTAL	75H	
CARÁTER DA DISCIPLINA		(x) OBRIGATÓRIA () OPTATIVA				NÚMERO DE CRÉDITOS	5			
MODALIDADE DE OFERTA		(x) Semestral () Anual				REQUISITO DE CARGA HORÁRIA				
PRÉ-REQUISITO		NÃO EXISTE.				CÓDIGO				
EQUIVALÊNCIA(S)		Matemática na Prática Pedagógica I Matemática na Prática Pedagógica II				CÓDIGO	EDUC3011 EDUC3026			
EMENTA		Estudo das dimensões epistemológicas (evolução histórica dos conceitos e obstáculos epistemológicos); cognitivas (desenvolvimento conceitual) e didáticas (propostas curriculares, contextos de ensino, sequências de ensino, situações-problema e obstáculos didáticos) do processo de ensino aprendizagem na Educação Infantil, nos anos iniciais do Ensino Fundamental e na Educação de Jovens e Adultos de conceito de número, sistema de numeração decimal, estruturas aditivas e multiplicativas (multiplicação e divisão) e Estatística e probabilidade. O saber e o conhecimento matemático em documentos oficiais. Diretrizes e Base Nacional Comum Curricular concepções, fundamentos, objetivos e proposições metodológicas.								
PRÁTICA COMO COMPONENTE CURRICULAR		(Quando houver para o curso)								
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO		<ul style="list-style-type: none"> - Identificar as principais características da ciência matemática. - Apresentar o processo da construção histórica do conhecimento matemático. - Estabelecer relações entre a matemática e construção da cidadania. - Relacionar os princípios do sistema de numeração decimal. - O saber e o conhecimento Matemático em documentos oficiais. - Diretrizes e Base Nacional Comum Curricular: concepções, fundamentos, objetivos e proposições metodológicas. - Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e outros documentos oficiais curriculares de matemática. - Compreender a estrutura da Base Nacional Comum Curricular. - Compreender a organização da matemática no ensino fundamental, segundo cinco eixos de conteúdo, conforme referenciais curriculares: Números, Álgebra, Geometria, Grandezas e 								

	<p>Medidas e Probabilidade e Estatística.</p> <ul style="list-style-type: none"> - Analisar a organização dos diferentes eixos de objetivos da matemática dos anos iniciais do ensino fundamental. - Formação de professores que ensinam matemática. - Utilizar os principais cálculos procedurais envolvendo estruturas aditivas e multiplicativas. - Matemática na Educação de Jovens e Adultos. - Compreender o conceito de transposição didática. - Estudar abordagens atuais no ensino da matemática. Estudar técnicas simples de contagem e noções de probabilidade e Estatística. - Tópicos de Geometria Plana. - Compreender aspectos de ordem didática e psicológica envolvidos no processo de ensino-aprendizagem. - Relacionar finalidades dos saberes matemáticos nos anos iniciais.
<p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</p>	<p>ALVES, Eva Maria Siqueira. A ludicidade e o ensino de matemática: uma prática possível. 3.ed. Campinas, SP: Papirus, 2001. 112p. ((Papirus educação)). ISBN 8530806360 (broch.).</p> <p>BOYER, Carl B. História da matemática. 2.ed. Sao Paulo: E. Blücher, c1996. 496p. ISBN 8521200234 (broch.).</p> <p>CERQUETTI-ABERKANE, Françoise; BERDONNEAU, Catherine. O ensino da matemática na educação infantil. Porto Alegre: Artmed, 2001. 245 p. (Biblioteca Artmed). ISBN 8573072946 (broch.).</p> <p>DANTE, Luiz Roberto. Didática da resolução de problemas de matemática, 1. a 5. series: para estudantes do curso de magistério e professores do 1. grau. 12 ed. São Paulo: Ática, 2007. 176p. ISBN 8508032196: (Broch.).</p> <p>FONSECA, Maria da Conceição, F. R. Educação matemática de jovens e adultos: especificidades, desafios e contribuições. 3. ed., 2. reimpr. Belo Horizonte: Autêntica, 2002. 118 p ISBN 9788575260562 (broch.).</p> <p>NUNES, Terezinha; BRYANT, Peter. Crianças fazendo matemática. Porto Alegre: Artmed, 1997. 244 p. (Biblioteca artmed. Epistemologia genética. Teoria piagetiana). ISBN 8573072695.</p> <p>PAIS, Luiz Carlos. Didática da matemática: uma análise da influência francesa. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2008. 127p. ISBN 9788575260203 (broch.).</p> <p>ROSA NETO, Ernesto. Didática da matemática. 11.ed. São Paulo: Ática, 2005. 224p. ((Educação)). ISBN 8508064586 (broch.).</p>
<p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</p>	<p>D-ALMORE, BRUNO. Elementos de Didática da Matemática. São Paulo Livraria da Física, 2007.</p> <p>BURIASCO, R. (Org.) Avaliação em Educação Matemática. Recife: SBEM, 2008 (Coleção SBEM, v. 4).</p> <p>FERREIRA, Mariana Kawall Leal (Ed.). Ideias matemáticas de povos culturalmente distintos. FAPESP, 2002.</p> <p>FONSECA, Maria da Conceição F. R. Letramento no brasil: habilidades matemáticas: reflexões a partir do inaf 2002. São Paulo: Global, 2004. 224 p. ISBN 8526009311 (broch.).</p> <p>KLÜBER, T. E. Formação de professores em modelagem matemática na educação matemática brasileira: questões emergentes. <i>Educere et Educare, [S. l.]</i>, v. 12, n. 24, 2017. DOI: 10.17648/educare.v12i24.15281. Disponível em: https://saber.unioeste.br/index.php/educereeteducare/article/view/15281. Acesso em: 5 maio. 2024.</p> <p>PARRA, C.; SAIZ, I. Didática da Matemática reflexões psicopedagógicas. Porto Alegre Tradução de Juan Acuña Llorens. AtMed, 1996.</p>

7.8.5. Ementa dos componentes curriculares obrigatórios – 5º período



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AGRESTE DE PERNAMBUCO

Av. Bom Pastor, S/N. - Boa Vista - CEP 55292-270 - Garanhuns - PE

CNPJ: 35.872.812/0001-01

PROGRAMA DE COMPONENTE CURRICULAR										
COMPONENTE CURRICULAR		Estágio II – Anos iniciais do Ensino Fundamental					CÓDIGO		UAG00302	
NÚCLEO DE CONHECIMENTO		Núcleo de conteúdos Profissionalizantes			PERÍODO DE OFERTA		5º período			
CH TEÓRICA	30	CH PRÁTICA	45	CH EAD	-	CH PCC	-	CH TOTAL	75	
CARÁTER DA DISCIPLINA		(X) OBRIGATÓRIA () OPTATIVA				NÚMERO DE CRÉDITOS		05		
MODALIDADE DE OFERTA		(X) Semestral () Anual				REQUISITO DE CARGA HORÁRIA		Não há requisito de carga horária para esse componente curricular.		
PRÉ-REQUISITO		Estágio 1 – Educação Infantil				CÓDIGO		UAG00301		
EQUIVALÊNCIA(S)		Estágio II				CÓDIGO		EDUC3043		
EMENTA		Realização de Estágio Supervisionado – docência nos anos iniciais do Ensino Fundamental. Discussão fundamentada e contextualizada de situações de ensino e aprendizagem nos anos iniciais do Ensino Fundamental. Observação, participação, pesquisa, problematização e intervenção do (a) estagiário (a) da/na prática docente através de atividades de análise, planejamento, regência e avaliação da práxis pedagógica em instituições escolares do Ensino Fundamental (anos iniciais), como momento de articulação entre teoria e prática. Práxis pedagógica e saberes necessários à prática educativa nos anos iniciais do Ensino Fundamental. Análise crítica da Base Nacional Comum Curricular. Registro formal de todo o processo (elaboração de projeto de intervenção interdisciplinar e de relatório de atividades realizadas). Orientação, planejamento e execução de projeto de intervenção interdisciplinar, com acompanhamento do professor supervisor, em instituições escolares dos anos iniciais do Ensino Fundamental. Relato de experiências.								
PRÁTICA COMO COMPONENTE CURRICULAR		Observação, participação, pesquisa, problematização e intervenção do (a) estagiário (a) da/na 90 prática docente através de atividades de análise, planejamento, regência e avaliação da práxis pedagógica em instituições escolares do Ensino Fundamental (anos iniciais), como momento de articulação entre teoria e prática. Práxis pedagógica e saberes necessários à prática educativa nos anos iniciais do Ensino Fundamental.								
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO		1. O Estágio curricular nos anos iniciais do ensino fundamental – apontamentos sobre o processo de inserção no campo de estágio. 2. Projeto de intervenção pedagógica na escola.								

	<p>3. Saberes a ensinar nos anos iniciais do Ensino Fundamental propostos em Livros Didáticos e em orientações curriculares.</p> <p>4. A interdisciplinaridade como um movimento articulador no processo ensino aprendizagem.</p> <p>5. A polivalência no contexto da docência nos anos iniciais da escolarização básica.</p> <p>6. Orientação, planejamento e execução de projeto de intervenção interdisciplinar, com acompanhamento do professor supervisor, para os anos iniciais do ensino fundamental.</p> <p>7. Registro formal de todo o processo (elaboração de carta pedagógica, de projeto de intervenção interdisciplinar e de relatório de atividades realizadas).</p>
<p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</p>	<p>CRUZ, Shirleide Pereira da Silva; BATISTA NETO, José. A polivalência no contexto da docência nos anos iniciais da escolarização básica: refletindo sobre experiências de pesquisas. Revista Brasileira de Educação, v. 17, n. 50, p. 385-398, maio-ago. 2012.</p> <p>FREITAS, Helena Costa Lopes de. O trabalho como princípio articulador na prática de ensino e nos estágios. Campinas, SP: Papirus, 1996.</p> <p>FONTANA, Roseli A. Cação. O estágio curricular nos anos iniciais do ensino fundamental – apontamentos sobre o processo de inserção no campo de estágio. Olh@res, Guarulhos, v.1, n.1, p. 141-162, maio 2013.</p> <p>GOMES, Marineide de Oliveira (org.). Estágios na formação de professores: possibilidades formativas entre ensino, pesquisa e extensão. São Paulo: Edições Loyola, 2011.</p> <p>SILVA, Nilson Robson Guedes. Estágio supervisionado em pedagogia. Campinas, SP: Editora Alínea, 2011.</p>
<p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</p>	<p>BARREIRO, Iraíde Marques de Freitas; GEBRAN, Raimunda Abou. Prática de ensino e estágio supervisionado na formação de professores. São Paulo: Avercamp, 2006.</p> <p>BENITES, Cerignoni; CYRINO, Marina; SOUZA NETO, Samuel. Estágio curricular supervisionado: a formação do professor-colaborador. Olh@res, Guarulhos, v. 1, n.1, p. 116-140, maio, 2013.</p> <p>BURIOLLA, Marta A. Feiten. O estágio supervisionado. 5. ed. rev. ampl. São Paulo: Cortez, 2008.</p> <p>BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Diretrizes Nacionais para o curso de Graduação em Pedagogia. Brasília: Conselho Nacional de Educação, 2006.</p> <p>_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Base Nacional Comum Curricular: educação é a base. Anexo – Texto BNCC – Versão aprovada em 15 de dezembro de 2017. Disponível em: . Acesso em: 27 dez. 2017.</p> <p>CARVALHO, Anna Maria Pessoa de. Os estágios nos cursos de licenciatura. São Paulo: Cengage Learning, 2012.</p> <p>FRANÇA, Dimair de Souza. Os estágios de ensino: novas questões para velhos problemas. Nuances: estudos sobre educação. Ano XVII, v. 20, n. 21, p. 119-133, set./dez. 2011.</p> <p>FRANÇA, Dimair de Souza.. A Supervisão dos Estágios de Ensino pelos Professores da Educação Básica: desafios e limitações. Olh@res, Guarulhos, v. 1, n.1, p. 64-89, maio, 2013</p> <p>FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.</p>

FRIGOTTO, Gaudêncio. A interdisciplinaridade como necessidade e como problema nas Ciências Sociais. **Ideação** - Revista do Centro de Educação e Letras da Unioeste. – Campus Foz do Iguaçu, v. 10, n.1, p. 41-62, 1º sem. 2008.

FRIZZO, Giovanni Felipe Ernest; RIBAS, João Francisco Magno; FERREIRA, Liliana Soares. A relação trabalho-educação na organização do trabalho pedagógico da escola capitalista. **Educação**, Santa Maria, v. 38, n. 3, p. 553-564, set./dez. 2013.

GARCIA, Fátima; LUSTOSA, Francisca Geny. O estágio supervisionado e a constituição da profissionalidade docente. **Olh@res**, Guarulhos, v. 1, n.1, p. 90-115, maio, 2013.

GATTI, Bernadete A. Formação de professores no Brasil: características e problemas. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 31, n. 113, p.1355-1379, out.-dez. 2010.

GOMES, Marineide de Oliveira (org.). **Estágios na formação de professores: possibilidades formativas entre ensino, pesquisa e extensão**. São Paulo: Edições Loyola, 2011.

JANTSCH, Ari Paulo; BIANCHETTI, Lucídio (orgs.). **Interdisciplinaridade: para além da filosofia do sujeito**. 9. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

PICONEZ, Stela C. Bertholo. **A prática de ensino e o estágio supervisionado**. 14. ed. Campinas, SP: PAPIRUS, 2007.

PISTRAK, Moisey M. **Fundamentos da escola do trabalho**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

SANTOS, Akiko. Complexidade e transdisciplinaridade em educação: cinco princípios para resgatar o elo perdido. **Revista Brasileira de Educação**, v. 13, n. 37, p. 71-83, jan./abr., 2008.

THIESEN, Juarez da Silva. A interdisciplinaridade como um movimento articulador no processo ensino-aprendizagem. **Revista Brasileira de Educação**, v. 13, n. 39, p. 545-554, set./dez, 2008.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AGRESTE DE PERNAMBUCO

Av. Bom Pastor, S/N. - Boa Vista - CEP 55292-270 - Garanhuns - PE

CNPJ: 35.872.812/0001-01

PROGRAMA DE COMPONENTE CURRICULAR										
COMPONENTE CURRICULAR		Fundamentos e Metodologias do Ensino de Língua Portuguesa 1					CÓDIGO	UAG00239		
NÚCLEO DE CONHECIMENTO		Núcleo de conteúdos específicos			PERÍODO DE OFERTA	5º período				
CH TEÓRICA	45H	CH PRÁTICA	15H	CH EAD	-	CH PCC	15H	CH TOTAL	75H	
CARÁTER DA DISCIPLINA		(X) OBRIGATÓRIA () OPTATIVA				NÚMERO DE CRÉDITOS	05			
MODALIDADE DE OFERTA		(X) Semestral () Anual				REQUISITO DE CARGA HORÁRIA				
PRÉ-REQUISITO		NÃO EXISTE.				CÓDIGO				
EQUIVALÊNCIA(S)		Língua Portuguesa na Prática Pedagógica I Língua Portuguesa na Prática Pedagógica II				CÓDIGO	EDUC3001 EDUC3009			
EMENTA		Concepções de linguagem e o ensino de Língua Portuguesa. Concepções de alfabetização e seus pressupostos epistemológicos; a escrita alfabética como um sistema notacional; perspectiva psicogenética sobre o aprendizado da escrita e suas implicações didáticas; consciência fonológica e a aprendizagem inicial da leitura e da escrita; novos estudos do letramento e suas implicações didáticas; Avaliação no ciclo de alfabetização. Organização do trabalho pedagógico no ciclo da Alfabetização. O ensino da ortografia. O ensino da Oralidade e suas dimensões do ensino da oralidade. A variação linguística e suas implicações pedagógicas.								
PRÁTICA COMO COMPONENTE CURRICULAR		Nesta disciplina, a prática será vivenciada por meio da análise de escritas infantis análise de situações didático-pedagógicas, tais como atividades de livro didático, relatos orais ou escritos de professores, vídeos e planejamentos, bem como através da produção, por parte dos alunos, de produtos de ensino-aprendizagem diversos, tais como materiais didáticos, sequências/projetos didáticos e oficinas e situações simuladas.								
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO		<ol style="list-style-type: none"> Currículo e ensino de Língua Portuguesa Concepções de língua e implicações sobre o ensino Apropriação do sistema alfabético: processos de ensino e de aprendizagem <ul style="list-style-type: none"> O sistema alfabético de escrita: evolução histórica e princípios constituintes A construção dos conhecimentos sobre o sistema alfabético Os estudos da Consciência Fonológica e do Letramento e suas contribuições para o processo de ensino da alfabetização Princípios subjacentes às práticas pedagógicas desenvolvidas no ciclo de alfabetização Os recursos didáticos usados para o ensino da alfabetização O planejamento na perspectiva do alfabetizar letrando A organização do trabalho pedagógico no ciclo da Alfabetização Os processos de avaliação da aprendizagem da apropriação do sistema de escrita alfabética: o que avaliar e como avaliar O ensino da ortografia <ul style="list-style-type: none"> A norma ortográfica: tipos de convenções ortográficas A aprendizagem da norma ortográfica: processos cognitivos envolvidos em diferentes tipos de convenções ortográficas (regularidades X irregularidades) Princípios subjacentes às práticas pedagógicas voltadas para o ensino da ortografia 								

	<ul style="list-style-type: none"> - Recursos didáticos voltados para o ensino da ortografia - Planejamento do ensino de ortografia - Avaliação da aprendizagem de ortografia: o que e como avaliar <p>4. O ensino da Oralidade</p> <ul style="list-style-type: none"> - As dimensões do ensino da oralidade - Princípios subjacentes às práticas pedagógicas voltadas para o ensino da oralidade. - Planejamento do ensino da Oralidade
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	<p>LEAL, Telma Ferraz; SILVA, Kátia Virgínia das Neves Gouveia; COSTA, Patrícia Rocha; PIMENTEL, Rayssa Cristina Silva. Prática docente: as diferentes dimensões do processo de alfabetização. Debates em Educação, [S. l.], v. 12, n. Esp, p. 40–56, 2020. DOI: 10.28998/2175-6600.2020v12nEsp40-56. Disponível em: https://www.seer.ufal.br/index.php/debateseducacao/article/view/9757. Acesso em: 1 maio. 2024.</p> <p>MORAIS, A. G. de; ALBUQUERQUE, E. B. C. de e LEAL, T. F. Alfabetização: apropriação do sistema de escrita alfabética. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2005.</p> <p>MAGALHÃES, T.; BUENO, L.; COSTA-MACIEL, D. (org.). Oralidade e gêneros orais: experiências na formação docente. Campinas, SP: Pontes, 2021. 312 p.</p>
Bibliografia complementar	<p>ALBUQUERQUE, E. B. C. de; LEAL, T. F. (org.). A alfabetização de jovens e adultos em uma perspectiva de letramento. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.</p> <p>ALBUQUERQUE, E. B. C. de; MORAIS, A. G. de; e FERREIRA, A. T. B. As práticas cotidianas de alfabetização: o que fazem as professoras? Revista Brasileira de Educação, 13(38), 2008, p. 252–264. https://doi.org/10.1590/S1413-24782008000200005</p> <p>CRUZ, M. do C. S. Tecendo a alfabetização no chão da escola seriada e ciclada: a fabricação das práticas de alfabetização e a aprendizagem da escrita e da leitura pelas crianças. 2012. 341 p. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-graduação em Educação. Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2012.</p> <p>OLIVEIRA, S. A. de. Progressão das atividades de língua portuguesa e o tratamento dado a heterogeneidade das aprendizagens: um estudo da prática docente no contexto dos ciclos. 2010. 446 p. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-graduação em Educação. Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2010.</p> <p>SANTOS, C. F.; MENDONÇA, M. (org.). Alfabetização e letramento: conceitos e relações. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.</p>



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AGRESTE DE PERNAMBUCO

Av. Bom Pastor, S/N. - Boa Vista - CEP 55292-270 - Garanhuns - PE

CNPJ: 35.872.812/0001-01

PROGRAMA DE COMPONENTE CURRICULAR										
COMPONENTE CURRICULAR		Fundamentos e Metodologias no Ensino de Artes I					CÓDIGO	UAG00240		
NÚCLEO DE CONHECIMENTO		Núcleo de conteúdos específicos			PERÍODO DE OFERTA	5º período				
CH TEÓRICA	45h	CH PRÁTICA	15h	CH EAD	-	CH PCC	15h	CH TOTAL	75h	
CARÁTER DA DISCIPLINA		<input checked="" type="checkbox"/> OBRIGATÓRIA <input type="checkbox"/> OPTATIVA				NÚMERO DE CRÉDITOS		5		
MODALIDADE DE OFERTA		<input checked="" type="checkbox"/> Semestral <input type="checkbox"/> Anual				REQUISITO DE CARGA HORÁRIA		Não há requisito de carga horária para esse componente curricular		
PRÉ-REQUISITO		NÃO EXISTE.				CÓDIGO				
EQUIVALÊNCIA(S)		Arte na Prática Pedagógica I Arte na Prática Pedagógica II				CÓDIGO		EDUC3028 EDUC3031		
EMENTA		Pressupostos teóricos sobre as relações entre Arte, Cultura e Educação. Panorama sobre a história do ensino de Artes no Brasil. Análise crítica dos documentos oficiais sobre o ensino de artes, que pretendem orientar essa prática nas escolas do país. Estudo das tendências contemporâneas do ensino e da presença da Arte na Educação Infantil e nos primeiros anos do Ensino Fundamental.								
PRÁTICA COMO COMPONENTE CURRICULAR		Análise crítica de práticas educativas, relacionadas com o ensino de artes na Educação Infantil e/ou nos anos iniciais do Ensino Fundamental, seguida da elaboração de propostas de ensino fundamentadas nos estudos e discussões da disciplina.								
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO		<ol style="list-style-type: none"> 1. Colonialismo e Pós-Colonialismo no contexto da Arte/Educação brasileira. 2. Pedagogia Decolonial no processo de ensino de Arte/Educação brasileira. 3. A educação do olhar, ensinando a ler imagens. 4. Leitura de imagens, contextualização e fazer artístico. 								
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		<ol style="list-style-type: none"> 1-ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. A feira dos mitos: a fabricação do folclore e da cultura popular (Nordeste 1920-1950). São Paulo: Intermeio, 2013. 2- FERREIRA, Debora Armelin. A arte como arma em território hostil, Cidades [Online], 39 2019, posto online no dia 31 dezembro 2019. Disponível em: file:///C:/Users/reyna/Downloads/cidades-1399.pdf. Acesso em: 17 set. 2023. 3-FUSARI, Maria F. de Rezende e. FERRAZ, Maria Heloísa C. de T. Metodologia do Ensino de Arte. São Paulo: Cortez, 1999. 								

	<p>4-SANTOS, R. A. F. dos. A pálida História das Artes Visuais no Brasil: onde estamos negras e negros?. Revista GEARTE, [S. l.], v. 6, n. 2, 2019. DOI: 10.22456/2357-9854.94288. Disponível em: https://seer.ufrgs.br/index.php/gearte/article/view/94288. Acesso em: 16 set. 2023.</p> <p>5-SOBREIRA, Gerusa Cruz. OLIVEIRA, Marcelo Souza. ARGOLO, Adenilson de Andrade. Relações sobre a ecologia dos saberes nas práticas educacionais: A arte como possibilidade de emancipação. Disponível em https://docplayer.com.br/17939213-Reflexoes-sobre-a-ecologia-dos-saberes-na-pratica-educacional-a-arte-como-possibilidade-de-emancipacao.html. Acesso em: 16 de set. 2023.</p> <p>6-PEGORARO, Carla Roberta. HOFFMAN, Dayane. A releitura no Ensino de Arte. Disponível em: https://www.univel.br/sites/default/files/conteudo-relacionado/a_releitura_no_ensino_de_arte.pdf. Acesso em: 30 mar. 2024.</p>
<p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</p>	<p>BHABHA, Homi. O local da cultura. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.</p> <p>BRASIL. Metodologia do Ensino de Arte. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1999.</p> <p>BRASIL. Secretaria de Ensino Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais: arte. Brasília: MEC, 1997.</p> <p>CANCLINI, Néstor García. Culturas Híbridas: Estratégias para entrar e sair da Modernidade. Tradução de Heloísa P. Cintrão e Ana Regina Lessa. 2. ed. São Paulo: EDUSP, 2019.</p> <p>FUSARI, Maria F. de Rezende; FERRAZ, Maria Helena C. de T. Arte na educação escolar. São Paulo: Cortez, 1993.</p> <p>FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.</p> <p>HALL, S. A identidade cultural na pós-modernidade. Tradução Tomaz Tadeu da Silva, Guaracira Lopes Louro. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.</p> <p>_____. A centralidade da cultura: notas sobre as revoluções culturais de nosso tempo. In: SILVA, T.(Org.). Identidade e diferença - a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Vozes, 2009.</p> <p>JOLY, Martine. Introdução à análise da imagem. 70. ed., Lisboa: Papyrus, 2007.</p> <p>RIBEIRO, Djamila. O que é lugar de fala?. Belo Horizonte: Letramento, 2017. 112 p. (Feminismos Plurais)</p> <p>QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do Poder, Eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (Org.). A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latinoamericanas. Colección Sur Sur. Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina: CLACSO, 2005.</p> <p>WALSH, Catherine. La educación Intercultural en la Educación. Peru: Ministerio de Educación, 2001.</p>



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AGRESTE DE PERNAMBUCO
 Av. Bom Pastor, S/N. - Boa Vista - CEP 55292-270 - Garanhuns - PE
 CNPJ: 35.872.812/0001-01

PROGRAMA DE COMPONENTE CURRICULAR										
COMPONENTE CURRICULAR		FUNDAMENTOS E METODOLOGIAS NO ENSINO DE GEOGRAFIA I					CÓDIGO	UAG00241		
NÚCLEO DE CONHECIMENTO		Núcleo de conteúdos específicos			PERÍODO DE OFERTA	5º PERÍODO				
CH TEÓRICA	45H	CH PRÁTICA	15H	CH EAD	-	CH PCC	15H	CH TOTAL	75H	
CARÁTER DA DISCIPLINA		(X) OBRIGATORIA () OPTATIVA				NÚMERO DE CRÉDITOS	05			
MODALIDADE DE OFERTA		(X) Semestral () Anual				REQUISITO DE CARGA HORÁRIA	Não há requisito de carga horária para esse componente curricular			
PRÉ-REQUISITO		Não há pré-requisito para este componente curricular.				CÓDIGO				
EQUIVALÊNCIA(S)		Geografia na Prática Pedagógica I Geografia na Prática Pedagógica II				CÓDIGO	EDUC3025 EDUC3029			
EMENTA		Epistemologia da Geografia: conceituações, importância, objeto de estudo, e suas implicações na Geografia Escolar. Abordagens Tradicionais e Críticas no ensino de Geografia. Categorias de Análise da Geografia: modos de abordar, ler e compreender o espaço geográfico. Linguagem cartográfica: leitura e representação do espaço geográfico na educação escolar e não escolar. Relação Sociedade e natureza na Geografia: abordagens teóricas e metodológicas na ciência geográfica e no conhecimento/saber escolar. Educação Ambiental: abordagens socioambientais. O saber e o conhecimento geográfico nas Diretrizes, Referências, Parâmetros Curriculares da Educação Básica e na Base Nacional Comum Curricular (BNCC): concepções, fundamentos, objetivos e proposições metodológicas.								
PRÁTICA COMO COMPONENTE CURRICULAR		Atividades extraclasse como metodologias para o processo de ensino e aprendizagem de Geografia, a saber: atividades de campo nas variadas escalas geográficas (micro e macro); atividades práticas em laboratórios (Laboratório de Ensino, Laboratório de Informática). As referidas atividades envolvem metodologias e recursos didáticos inerentes aos saberes e práticas vinculados ao processo de ensino e aprendizagem de Geografia enquanto uma ciência/disciplina escolar com potencial dialógico no que se refere ao diálogo com as variadas linguagens, áreas do conhecimento, disciplinas escolares, entre outros.								
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO		<ol style="list-style-type: none"> 1. A Geografia no contexto das Ciências Humanas: construção e afirmação do saber geográfico; 2. Escolas do Pensamento Geográfico e principais métodos da ciência; 3. Abordagens tradicionais e críticas na Geografia Escolar; 4. Categorias-chave da Geografia: espaço, paisagem, lugar, território e região. 5. Relação sociedade-natureza e problemáticas socioambientais; 6. Geografia, Educação Ambiental e Cidadania. 								
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		ALMEIDA, R. D. Do desenho ao mapa : iniciação cartográfica na escola. São Paulo: Contexto, 2004. CASTRO, I. E; GOMES, P. C. C. CORRÊA, R. L. Geografia : conceitos e temas. – 10ª ed. – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007. BRASIL/MEC. B. Base Nacional Comum Curricular (BNCC) . Brasília: MEC, 2018.								

	MENDONÇA, F. Geografia e meio ambiente . São Paulo: Contexto, 2004.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	<p>AFONSO, Anice Esteves. A geografia da natureza no Ensino de Geografia: propostas para a Educação Ambiental. Giramundo. Rio de Janeiro, V.2, N.4, P.83-93, JUL / DEZ. 2015.</p> <p>BOTELHO, Lucas Antônio V. SANTOS, Francisco Kennedy S. Ecocidadania, Educação Ambiental e Ensino de Geografia. Geografia, Ensino & Pesquisa, Vol. 21, n.1, 2017.</p> <p>COCATO, G. P. Crítica à educação ambiental no ensino de geografia: discussão e propostas pedagógicas. Geosp, v. 25, n. 1, p. 1-21, 2021.</p> <p>KRENAK, Ailton. O amanhã não está à venda. São Paulo. Companhia das Letras. 2020.</p> <p>SCHERER, M. Ambiente e Cidadania: estudo sobre a ação do estado democrático de direito na inclusão so-cial e na sustentabilidade. 2008.167 p. Dissertação (Mestrado em Ambiente e Desenvolvimento) – Programa de Pós-Graduação em Ambiente e Desenvolvimento, Centro Universitário Univates, Lajeado, 2008.</p> <p>SOUZA NETO, M. F. Aulas de geografia e algumas crônicas. 2. ed. Campina Grande: Bagagem, 2008.</p> <p>SUERTEGARAY, D. M. A. Notas sobre epistemologia da geografia. Cadernos Geográficos/ Universidade Federal de Santa Catarina. Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Departamento de Geociências, Nº 12. Florianópolis, 2005.</p>



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AGRESTE DE PERNAMBUCO

Av. Bom Pastor, S/N. - Boa Vista - CEP 55292-270 - Garanhuns - PE

CNPJ: 35.872.812/0001-01

PROGRAMA DE COMPONENTE CURRICULAR										
COMPONENTE CURRICULAR		Gestão Escolar I					CÓDIGO		UAG00242	
NÚCLEO DE CONHECIMENTO		Núcleo de conteúdos básicos			PERÍODO DE OFERTA		5º PERÍODO			
CH TEÓRICA	60H	CH PRÁTICA	-	CH EAD	-	CH PCC	-	CH TOTAL	60	
CARÁTER DA DISCIPLINA		(X) OBRIGATÓRIA () OPTATIVA				NÚMERO DE CRÉDITOS		04		
MODALIDADE DE OFERTA		(X) Semestral () Anual				REQUISITO DE CARGA HORÁRIA		-		
PRÉ-REQUISITO		NÃO EXISTE.				CÓDIGO				
EQUIVALÊNCIA(S)		Gestão Escolar Disciplina complementar relativa à Gestão Escolar				CÓDIGO		EDUC3033		
EMENTA		Concepções de organização e gestão escolar (diretrizes, normas, procedimentos operacionais e rotinas administrativas). Compreensão da cultura organizacional no que se refere ao conjunto de fatores sociais, culturais e normativos que influenciam as vivências na instituição escolar. A Gestão democrática como prática educativa e princípio constitucional para as escolas oficiais.								
PRÁTICA COMO COMPONENTE CURRICULAR		-								
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO		<ul style="list-style-type: none"> • Administração e a gestão escolar no Brasil: rumo à gestão democrática da educação; • A gestão da educação em âmbito federal, estadual e municipal: conjunturas, sistemas, políticas públicas e instâncias colegiadas; • Princípios e instrumentos da Gestão Escolar; • A gestão da escola pública: projeto político-pedagógico, regimento escolar e instâncias colegiadas. 								
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		<ol style="list-style-type: none"> 1. PARO, Vitor Henrique. Gestão Escolar, democracia e qualidade de ensino. São Paulo: Ática, 2007. 2. DOURADO, Luiz Fernandes; Paro, Vitor Henrique (orgs.). Políticas Públicas e educação básica. São Paulo: Xamã, 2001. 3. VEIGA, Ilma Passos Alencastro (org). Projeto Político-Pedagógico da escola: uma construção possível. 14ª ed. Campinas: Papirus, 2002. 								
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR		1. LÜCKE, Heloísa. Gestão Educacional: uma questão paradigmática . 4º ed - Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.								

2. OLIVEIRA, Maria Auxiliadora M. (org). **Gestão Educacional: Novos Olhares, novas abordagens.** 3ª ed. Petrópolis: Vozes, 2005.
3. ROSA, Dalva E. Gonçalves; Souza, Vanilton Camilo de. **Políticas Organizativas e curriculares, educação inclusiva e formação de professores.** Rio de Janeiro: DP&A, 2002.
4. FERREIRA, Naura Syria Carapeto; Aguiar, Márcia Ângela da S (orgs.). **Gestão da educação: atuais tendências, novos desafios.** 5ª ed. São Paulo: Cortez, 2006.
5. GIANCATERINO, Roberto. **Supervisão escolar e gestão democrática.** Rio de Janeiro: Wake ed., 2010.

7.8.6. Ementa dos componentes curriculares obrigatórios – 6º período



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AGRESTE DE PERNAMBUCO

Av. Bom Pastor, S/N. - Boa Vista - CEP 55292-270 - Garanhuns - PE

CNPJ: 35.872.812/0001-01

PROGRAMA DE COMPONENTE CURRICULAR										
COMPONENTE CURRICULAR		EDUCAÇÃO INCLUSIVA					CÓDIGO	UAG00243		
NÚCLEO DE CONHECIMENTO		Núcleo de conteúdos básicos			PERÍODO DE OFERTA					
CH TEÓRICA	30	CH PRÁTICA	15	CH EAD	-	CH PCC	15	CH TOTAL	60	
CARÁTER DA DISCIPLINA	(X) OBRIGATÓRIA () OPTATIVA					NÚMERO DE CRÉDITOS				
MODALIDADE DE OFERTA	(X) Semestral () Anual					REQUISITO DE CARGA HORÁRIA				
PRÉ-REQUISITO	NÃO EXISTE.					CÓDIGO				
EQUIVALÊNCIA(S)	Educação Inclusiva Disciplina complementar relativa à Educação Inclusiva					CÓDIGO		EDUC3055		
EMENTA	Trata a compreensão da deficiência a partir de uma perspectiva histórico-cultural, considerando um debate anticapacitista. A partir disso, discute o histórico da Educação Especial, os marcadores da diferença e desigualdades no acesso escolar da população com deficiência, bem como os parâmetros legais. Por fim, pensa em possibilidades pedagógicas inclusivas.									
PRÁTICA COMO COMPONENTE CURRICULAR	(Quando houver para o curso)									
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO	<ul style="list-style-type: none"> - Compreender a estrutura social capacitista a qual se debruça a Educação Especial, através de um debate sociológico acerca da deficiência e dos estigmas. - Concepções da deficiência: Metafísica, Biológica e Social (primeira e segunda geração). - História da Educação Especial; Mercantilização da Educação de pessoas com deficiência/ da deficiência. - Compreender a estrutura da Educação Especial, tendo como foco a realidade de Garanhuns. 									

	<p>- Estudar os diferentes contextos das deficiências físicas, múltiplas, visual, intelectual, surdez, surdocegueira e transtorno do espectro autista.</p> <p>- Estudar as Tecnologias assistivas, estratégias e materiais pedagógicos tendo como foco o processo de inclusão educacional de estudantes com deficiência.</p> <p>-Estudar o Desenho Universal da Aprendizagem.</p>
<p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</p>	<p>BRASIL, Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008). Disponível em:http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=16690-politica-nacional-de-educacao-especial-na-perspectiva-da-educacao-inclusiva-05122014&Itemid=30192</p> <p>BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, DF, 2015. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm</p> <p>JANUZZI, Gilberta. Algumas concepções de Educação do Deficiente. Rev. Bras. Ciência do Esporte, Campinas, 2004.</p> <p>PICOLLO, Gustavo Martins. MENDES, Enicéia Gonçalves. Contribuições a um pensar sociológico sobre a deficiência. Educação Sociológica: Campinas, 2013.</p> <p>PICCOLO, Gustavo Martins; MENDES, Enicefa Gonçalves. Maio de 68 e o modelo social da deficiência: notas sobre protagonismo e ativismo social. Revista Educação Especial v. 35 2022 - Santa Maria Disponível em: https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial</p>
<p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</p>	<p>MARQUET, Mônica Grazieli; SILVA, Carla Maciel da; BAPTISTA, Claudio Roberto. Políticas de inclusão escolar: quais direcionamentos para o apoio pedagógico no contexto brasileiro? RIAEE - Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação, Araraquara, v. 17, n. 3, p. 1577-1595, jul./set. 2022</p> <p>MELLO, A. G. Corpos (in)capazes: a crítica marxista da deficiência. Jacobin Brasil, São Paulo, n. 2, p. 98-102, 2020.</p> <p>PINTO, P. C. Deficiência, sociedade e direitos: a visão do sociólogo. Lisboa: Instituto de Ciências Jurídico-Políticas, [200-?]. Disponível em: https://www.icjp.pt/sites/default/files/media/723-1116.pdf. Acesso em: 5 set. 2022</p>



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AGRESTE DE PERNAMBUCO

Av. Bom Pastor, S/N. - Boa Vista - CEP 55292-270 - Garanhuns - PE

CNPJ: 35.872.812/0001-01

PROGRAMA DE COMPONENTE CURRICULAR										
COMPONENTE CURRICULAR		ESTÁGIO CURRICULAR III - GESTÃO ESCOLAR					CÓDIGO		UAG00303	
NÚCLEO DE CONHECIMENTO		Núcleo de conteúdos Profissionalizantes			PERÍODO DE OFERTA		6º			
CH TEÓRICA	30	CH PRÁTICA	45	CH EAD	-	CH PCC	-	CH TOTAL	75	
CARÁTER DA DISCIPLINA		(X) OBRIGATORIA () OPTATIVA				NÚMERO DE CRÉDITOS		05		
MODALIDADE DE OFERTA		(X) Semestral () Anual				REQUISITO DE CARGA HORÁRIA				
PRÉ-REQUISITO		Estágio Curricular II – Anos Iniciais do Ensino Fundamental.				CÓDIGO		UAG00302		
EQUIVALÊNCIA(S)		Estágio III				CÓDIGO		EDUC3045		
EMENTA		Estágio Curricular em Gestão Escolar. A organização da escola em suas dimensões administrativa, pedagógica e financeira. Os diferentes modelos de gestão escolar. Gestão democrática e os mecanismos de participação. O projeto político-pedagógico e seus pressupostos epistemológicos. O regimento escolar enquanto documento normativo da escola. O papel da gestão e coordenação escolar na organização do trabalho administrativo e pedagógico escolar.								
PRÁTICA COMO COMPONENTE CURRICULAR		Imersão na escola através da observação, reflexão e análise da prática pedagógica da gestão escolar. Realização de entrevistas com a equipe gestora da escola a fim de compreender os desafios que envolvem a prática. Análise do Projeto Político Pedagógico e do Regimento escolar visando compreender a organização administrativa e pedagógica da escola. Socialização das experiências de estágio e elaboração de relatório final com os registros da prática de estágio.								
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO		<ul style="list-style-type: none"> • Organização da escola nas dimensões administrativa, pedagógica e financeira. • Diferentes concepções de gestão escolar. • Projeto político pedagógico (PPP). • Regimento escolar. • Plano de ação para a gestão escolar. • Desafios cotidianos da prática pedagógica da gestão escolar. 								
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		<p>OLIVEIRA, Cristiane Gomes de; MOTA, Jade Juliane Dias. Ser professor(a)...Estar Coordenador(a): fluxos posicionais e tradutórios da coordenação pedagógica nas políticas curriculares. In: FRANGELLA, Rita de Cássia Prazeres (Org.). Políticas curriculares, coordenação pedagógica e escola: desvios, passagens e negociações. Curitiba: CRV, 2016.</p> <p>PARO, Vitor. Estrutura e educação como prática democrática. In: CORREA, Bianca Cristina; GARCIA, Teise Oliveira (Orgs.). Políticas educacionais e organização do trabalho na escola. São Paulo: Xamã, 2008.</p> <p>VEIGA, Ilma Passos. Educação básica: projeto político-pedagógico; Educação Superior: Projeto Político Pedagógico. Campinas, SP: Papyrus, 2004.</p>								

**BIBLIOGRAFIA
COMPLEMENTAR**

LIBÂNEO, José Carlos. **O Sistema de Organização e Gestão da Escola**. Disponível em: <https://acervodigital.unesp.br/bitstream/123456789/32/3/LDB-Gestao.pdf>

NAVARRO, Ignez Pinto...[et al.]. **Democratização da escola e construção da cidadania**. Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares. Brasília: MEC, SEB, 2004. Disponível em: chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcgclefindmkaj/http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Consescol/ce_cad1.pdf

NAVARRO, Ignez Pinto...[et al.]. **Conselho escolar, gestão democrática da educação e escolha do diretor**. Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares. Brasília: MEC, SEB, 2004. Disponível em: chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcgclefindmkaj/http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/ce_cad5pdf.pdf

PARO, Vitor. O trabalho do diretor diante do caráter político-pedagógico da escola. In: LUCENA, Carlos; SILVA JÚNIOR, João dos Reis (Orgs.); OMENA, Adriana Cristina... [et al.]. **Trabalho e educação no século XXI: experiências internacionais**. Xamã, 2012. Disponível em: <https://www.vitorparo.com.br/wp-content/uploads/2019/10/cap-4-o-trabalho-do-diretor-escolar-diante-do-carater-politico-pedagogico-da-escola-2012>.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. **Projeto político-pedagógico da escola: uma construção coletiva**. Disponível em: <https://www.sinprodf.org.br/wp-content/uploads/2014/01/PPP-segundo-Ilma-Passos.pdf>

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AGRESTE DE PERNAMBUCO**

Av. Bom Pastor, S/N. - Boa Vista - CEP 55292-270 - Garanhuns - PE

CNPJ: 35.872.812/0001-01

PROGRAMA DE COMPONENTE CURRICULAR									
COMPONENTE CURRICULAR		Fundamentos e Metodologias no Ensino de Ciências II				CÓDIGO		UAG00244	
NÚCLEO DE CONHECIMENTO		Núcleo de conteúdos específicos		PERÍODO DE OFERTA		6º período			
CH TEÓRICA	45h	CH PRÁTICA	15h	CH EAD	-	CH PCC	15h	CH TOTAL	75h
CARÁTER DA DISCIPLINA		(X) OBRIGATÓRIA () OPTATIVA				NÚMERO DE CRÉDITOS		05	
MODALIDADE DE OFERTA		(X) Semestral () Anual				REQUISITO DE CARGA HORÁRIA		Não há requisito de carga horária para esse Componente Curricular	
PRÉ-REQUISITO		Fundamentos e Metodologias no Ensino de Ciências I				CÓDIGO		UAG0023	
EQUIVALÊNCIA(S)		Metodologia do Ensino das Ciências I Metodologia do Ensino das Ciências II				CÓDIGO		EDUC3038 EDUC3049	
EMENTA		O Ensino das Ciências e desenvolvimento cognitivo. Conceitos e usos de recursos didáticos nas aulas de Ciências da Natureza. Fundamentos e objetivos do Ensino das Ciências Naturais nos Anos Iniciais da Educação Básica. Análise, proposição e construção de materiais didáticos para aulas de Ciências Naturais dos anos iniciais do ensino de fundamental, Educação Infantil e EJA. Prática de ensino dinâmico e instrumentação em Ciências. Processo de planejamento e de avaliação do ensino das Ciências: concepções e metodologias. Análise de livro didático de Ciências: relação entre currículo e prática pedagógica nas diferentes modalidades de ensino dos Anos Iniciais da Educação Básica. Uso de diferentes linguagens e de tecnologias da informação e comunicação (TIC) como instrumentos de aprendizagens e recursos didáticos no Ensino das Ciências. Práticas interdisciplinares: projetos e estudos experimentais e de campo na Educação Básica.							
PRÁTICA COMO COMPONENTE CURRICULAR		As atividades práticas dessas disciplinas serão desenvolvidas levando em consideração os seguintes elementos: estudo de campo através de excursões didático-pedagógicas; construção e elaboração de materiais didáticos; atividades investigativas e experimentais interdisciplinares; observações e levantamento de dados em escolas campo de estágio; Intervenções pedagógicas em ambientes escolares e não escolares. Para isso, serão utilizados os seguintes espaços pedagógicos: o laboratório de ensino da Pedagogia da UFPE e outros espaços acadêmicos e pedagógicos externos à Universidade, como: museus de ciências, laboratórios, centros de ciências e tecnologia, reservas ecológicas, dentre outros. Todas essas atividades visam estabelecer uma relação teoria e prática que favoreça o processo de ensino e aprendizagem significativo de Ciências Naturais na formação inicial de docentes dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, da Educação Infantil e da Educação de Jovens e Adultos.							
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO		Fundamentos, objetivos e metodologias para o Ensino das Ciências; Modelos de Ensino em Ciências: Tradicional x Construtivista (ensino reflexivo); Necessidades formativas dos professores de Ciências para os anos iniciais;							

	<p>Para quê, porquê e como ensinar Ciências nos anos iniciais, na educação infantil e na EJA;</p> <p>O papel do ensino das Ciências na Educação Infantil, Ensino Fundamental e na Educação de Jovens e Adultos;</p> <p>Conhecimento cotidiano e científico;</p> <p>Ensino das Ciências – principais tendências (historicidade);</p> <p>Perspectivas para a atuação do professor – pesquisador; Aprendizagem científica x Aprendizagem significativa;</p> <p>Dinâmica da construção do conhecimento científico na sala de aula, a teoria na prática;</p> <p>Atividades interdisciplinares de Ciências – Elaboração de projeto de intervenção em ciências da Natureza;</p> <p>Dinâmica da construção do conhecimento científico na sala de aula; Recursos didáticos e metodologia do Ensino de Ciências;</p> <p>Análise e escolha do livro didático de ciências;</p> <p>Seleção de textos e imagens adequadas aos alunos das diferentes modalidades de ensino;</p> <p>Utilização da informática e dos recursos de multimídias na sala de aula de Ciências; Análise de softwares educativos de ciências;</p> <p>Experimentação no Ensino de Ciências;</p> <p>Feiras de Ciências /mostra científicas – cultural na escola, cidade ou região;</p> <p>Planejamento curricular e programático no ensino de ciências;</p> <p>Processos avaliativos para o ensino de Ciências nos anos iniciais, educação infantil e EJA;</p> <p>Formação inicial e continuada dos professores de ciências para Educação Básica.</p>
<p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</p>	<p>ALVES, R. Filosofia da Ciência: introdução ao jogo e suas regras. 13 ed. São Paulo: Brasiliense, 1990.</p> <p>ASTOLFI, J. P.; DEVELY, M. A didática das Ciências. Campinas, SP: Papyrus, 1990.</p> <p>BIZZO, N. Ciências: fácil ou difícil? São Paulo: Ática, 2002.</p> <p>CARVALHO, A. M. P. de. (Org.) Ensino de Ciências: unindo a pesquisa e a prática. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2004.</p> <p>DELIZOICOV, D.; JOSÉ, A.; PERNAMBUCO, M. M. Ensino de Ciências: Fundamentos e métodos. São Paulo: Cortez, 2003.</p> <p>FREIRE, P. Pedagogia da autonomia. Saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 2001.</p> <p>NARDI, R. Questões atuais no ensino de Ciências. São Paulo: Escritura, 2000.</p>
<p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</p>	<p>PCN de Ciências Naturais – Anos Iniciais do Ensino Fundamental;</p> <p>PCN Temas Transversais – Meio Ambiente, Saúde e Orientação Sexual;</p> <p>Referenciais Curriculares Nacionais para a Educação Infantil.</p> <p>Diretrizes Curriculares Nacional para a Educação de Jovens e Adultos.</p> <p>BNCC – Base Nacional Comum Curriculares de Ciências da Natureza para os Anos Iniciais do Ensino Fundamental e Educação Infantil.</p> <p>Artigos e Periódicos sobre o Ensino de Ciências.</p>

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AGRESTE DE PERNAMBUCO**

Av. Bom Pastor, S/N. - Boa Vista - CEP 55292-270 - Garanhuns - PE

CNPJ: 35.872.812/0001-01

PROGRAMA DE COMPONENTE CURRICULAR									
COMPONENTE CURRICULAR		Fundamentos e Metodologias no Ensino de História II				CÓDIGO	UAG00245		
NÚCLEO DE CONHECIMENTO		Núcleo de conteúdos específicos		PERÍODO DE OFERTA	6º período				
CH TEÓRICA	45h	CH PRÁTICA	15h	CH EAD	-	CH PCC	15h	CH TOTAL	75h
CARÁTER DA DISCIPLINA		(x) OBRIGATÓRIA () OPTATIVA				NÚMERO DE CRÉDITOS	05		
MODALIDADE DE OFERTA		(x) Semestral () Anual				REQUISITO DE CARGA HORÁRIA	Não há requisito de carga horária para esse componente curricular		
PRÉ-REQUISITO		FUNDAMENTOS E METODOLOGIAS NO ENSINO DE HISTÓRIA I				CÓDIGO	UAG00237		
EQUIVALÊNCIA(S)		Metodologia do Ensino de História I Metodologia do Ensino de História II				CÓDIGO	EDUC3052 EDUC3056		
EMENTA		História local, história oral e memória no ensino de História. Educação para o patrimônio. Procedimentos metodológicos no ensino de história. Novas linguagens no ensino de História. Uso de fontes históricas como recursos didáticos. Análise de material didático em História. Concepção e instrumentos de avaliação no ensino de História. Práticas interdisciplinares: projetos de intervenção pedagógica.							
PRÁTICA COMO COMPONENTE CURRICULAR		As atividades destinadas à carga horária de prática como componente curricular na disciplina de História na Prática Pedagógica II têm por objetivo utilizar estratégias e instrumentos capazes de formar o licenciado em Pedagogia com base nos pressupostos conceitual e metodológicos da História e nos seus usos em sala de aula. Assim, o trabalho com o patrimônio, por exemplo, exige o exercício da observação atenta do entorno dos estudantes com atividades de história oral, análise sobre as mudanças e permanências do espaço observado e problematizado para investigação. Outro exemplo é a realização de trabalhos com diferentes linguagens para o ensino de história, entre elas as imagens e os recursos audiovisuais consideradas estratégias didáticas importantes e reconhecidamente motivadoras uma vez que transforma elementos do cotidiano dos estudantes e suas práticas sociais em experiências capazes de estabelecer relação entre o mundo e a escola.							
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO		Unidade 1 1. Discussão sobre metodologias de ensino: didática e prática do ensino de história;							

	<ol style="list-style-type: none"> 2. História local e memória; 3. Educação para o patrimônio e educação patrimonial; 4. Materiais didáticos em História com análise de livros didáticos; 5. Explorar categorias centrais como passado, presente, futuro, mudança, permanência, cronologia, sucessão, simultaneidade, diferença; 6. Uso de fontes históricas como recurso didático. <p>Unidade 2</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Diferentes linguagens no ensino de História (Museus, Histórias em Quadrinho, Literatura de Cordel, imagens fotográficas e cinematográficas, documentos, jogos, etc.); 2. Reflexões sobre as concepções e instrumentos de avaliação no Ensino de História; 3. Práticas interdisciplinares: produção de materiais didáticos em História. 4. Projetos de trabalho interdisciplinares com base nas temáticas da história local, memória e educação patrimonial e uso das linguagens estudadas.
<p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</p>	<p>COOPER, Hilary. Aprendendo e ensinando sobre o passado a crianças de três a oito anos. Educar, Curitiba, Especial, p. 171-190, 2006. Disponível em: http://revistas.ufpr.br/educar/article/viewFile/5541/4055</p> <p>FONSECA, Selva Guimarães. Didática e Prática de Ensino de História. Campinas: Papirus, 2003.</p> <p>MATTOZZI, Ivo. Currículo de História e educação para o patrimônio. Educação em Revista. 2008, n.47, pp. 135-155. Disponível: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-46982008000100009&script=sci_abstract&tlng=pt</p>
<p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</p>	<p>CAINELLI, Marlene. A escrita da história e os conteúdos ensinados na Disciplina de História no ensino fundamental. Educação e Filosofia Uberlândia, UFU, v. 26, n. 51, p. 163-184, jan./jun.2012. Disponível em: http://www.seer.ufu.br/index.php/EducacaoFilosofia/article/viewFile/7666/9694</p> <p>MAUAD, Ana Maria. Usos e funções da fotografia pública no conhecimento histórico escolar. Hist. Educ. (online), Porto Alegre, v.19, n. 47, set/dez, p.81-108, 2015. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S223634592015000300081&script=sci_abstract&tlng=pt</p> <p>FERREIRA, Danielle da Silva. O Patrimônio Cultural Pernambucano nos Livros Didáticos de História Regional: tecendo a formação histórica nos anos iniciais da educação básica. Dissertação (Mestrado em História) – UFRPE. Recife, 2015. 199p.</p> <p>MOLINA, Ana Heloisa; FERREIRA, Carlos Augusto Lima (Orgs.). Entre Textos e Contextos: caminhos do ensino de História. Curitiba: CRV, 2016.</p> <p>OLIVEIRA, Sandra Regina F; MIRANDA, Sonia. Cadernos Cedes. Educar para a Compreensão do Tempo. São Paulo: Cortez, Campinas: Cedes. v.30, n.82, set.- dez. 2010. Acesso: http://www.cedes.unicamp.br/publicacoes/edicao/246</p> <p>OLIVEIRA, Margarida Maria Dias de; COSTA, Aryana (Orgs.). Para que(m)</p>

se avalia? Livros Didáticos e Avaliações (Brasil, Chile, Espanha, Japão, México e Portugal). Natal: EDUFRN, 2014. 164 p.
ROCHA, Helenice; REZNIK, Luis; MAGALHÃES, Marcelo de Souza (Orgs.). **Livros didáticos de história:** entre políticas e narrativas. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2017.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AGRESTE DE PERNAMBUCO

Av. Bom Pastor, S/N. - Boa Vista - CEP 55292-270 - Garanhuns - PE

CNPJ: 35.872.812/0001-01

PROGRAMA DE COMPONENTE CURRICULAR										
COMPONENTE CURRICULAR		FUNDAMENTOS E METODOLOGIAS NO ENSINO DE MATEMÁTICA II					CÓDIGO		UAG00246	
NÚCLEO DE CONHECIMENTO		Núcleo de conteúdos específicos			PERÍODO DE OFERTA		6º PERÍODO			
CH TEÓRICA	45	CH PRÁTICA	15	CH EAD	-	CH PCC	15H	CH TOTAL		
CARÁTER DA DISCIPLINA		(x) OBRIGATÓRIA () OPTATIVA				NÚMERO DE CRÉDITOS		5		
MODALIDADE DE OFERTA		(x) Semestral () Anual				REQUISITO DE CARGA HORÁRIA				
PRÉ-REQUISITO		FUNDAMENTOS E METODOLOGIAS NO ENSINO DE MATEMÁTICA I				CÓDIGO		UAG00238		
EQUIVALÊNCIA(S)		Metodologia do Ensino da Matemática I Metodologia do Ensino da Matemática II				CÓDIGO		EDUC3032 EDUC3037		
EMENTA		Bases teórico-metodológicas do processo de aprendizagem da matemática nos anos iniciais do Ensino Fundamental. Estudo das dimensões. epistemológicas (evolução histórica dos conceitos e obstáculos epistemológicos); cognitiva (desenvolvimento conceitual) e didáticas (sequências de ensino, contextos de ensino, situações-problema e obstáculos didáticos) do processo de ensino aprendizagem na Educação Infantil, nos anos iniciais do Ensino Fundamental e na Educação de Jovens e Adultos de números racionais e seus diferentes significados e representações, grandezas e medidas e geometria. Jogos e recursos tecnológicos para o ensino de matemática nos anos iniciais do Ensino Fundamental. Metodologias e Avaliação de matemática em larga escala. Práticas Interdisciplinares projetos e estudo de situações-problema. A formação do professor de matemática.								
PRÁTICA COMO COMPONENTE CURRICULAR		(Quando houver para o curso)								
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO		<ul style="list-style-type: none"> - O ensino de Geometria nos anos iniciais - Tabelas e gráficos - Teoria dos Campos Conceituais estruturas aditivas e multiplicativas - Análise de livro didático de matemática Jogos e a construção de conceitos matemáticos - Fenômenos didáticos em matemática - Avaliação da aprendizagem e em larga escala em Matemática - Educação do Campo - Educação Financeira - Produção de materiais didáticos. Produção de materiais didáticos com materiais reciclados - Instrumentos de avaliação - interdisciplinaridade no ensino da matemática - Desenvolvimento de projetos interdisciplinares. 								

<p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</p>	<p>ALVES, Eva Maria Siqueira. A ludicidade e o ensino de matemática: uma prática possível. 3.ed. Campinas, SP: Papyrus, 2001. 112p. ((Papyrus educação)). ISBN 8530806360 (broch.).</p> <p>BOYER, Carl B. História da matemática. 2.ed. São Paulo: E. Blücher, c1996. 496p. ISBN 8521200234 (broch.).</p> <p>CARRAHER, Terezinha Nunes; SCHLIEMANN, Analucia; CARRAHER, David William. Na vida dez, na escola zero. 14. ed. São Paulo: Cortez, 2006. 182 p ISBN 8524901128 (broch.).</p> <p>FIORENTINI, Dario. Formação de professores de matemática: explorando novos caminhos com outros olhares. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2003. 248p. ISBN 8575910213.</p> <p>FONSECA, Maria da Conceição, F R. Educação matemática de jovens e adultos: especificidades, desafios e contribuições. 3. ed., 2. reimpr. Belo Horizonte: Autêntica, 2002. 118 p ISBN 9788575260562 (broch.).</p> <p>LORENZARO, Sergio. O Laboratório de ensino de matemática na formação de professores. Campinas, SP: Ed. Autores Associados, 2006. 178 p. (Professores, Formação). ISBN 8574961655.</p> <p>NUNES, Terezinha; BRYANT, Peter. Crianças fazendo matemática. Porto Alegre: Artmed, 1997. 244 p. (Biblioteca artmed. Epistemologia genética. Teoria piagetiana). ISBN 8573072695</p> <p>PAIS, Luiz Carlos. Didática da matemática: uma análise da influência francesa. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2008. 127p. ISBN 9788575260203 (broch.).</p>
<p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</p>	<p>D'ALMORE, BRUNO. Elementos de Didática da Matemática. São Paulo Livraria da Física, 2007.</p> <p>D'AMBRÓSIO UBIRATAN. Etnomatemática: elo entre as tradições e a modernidade. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2002. 110 p. (Tendências em educação matemática, 1). ISBN 8575260197 (broch.).</p> <p>DANTE, Luiz Roberto. Didática da resolução de problemas de matemática, 1. a 5. series: para estudantes do curso de magistério e professores do 1. grau. 12 ed. Sao Paulo: Ática, 2007. 176p. ISBN 8508032196: (Broch.).</p> <p>FONSECA, Maria da Conceição, F. R. Letramento no Brasil: habilidades matemáticas: reflexões a partir do inaf 2002. Sao Paulo: Global, 2004. 224 p. ISBN 8526009311 (broch.).</p> <p>KRULIK, Stephen; REYS, Robert E. São Paulo: Atual, 1997. 343 p. ISBN 8570568487 (broch). A resolução de problemas na matemática escolar.</p> <p>POLYA, G. A arte de resolver problemas: um novo aspecto do método matemático. Rio de Janeiro: Interciência Ltda, 1986. viii, 179 p.</p>

7.8.7. Ementa dos componentes curriculares obrigatórios – 7º período



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AGRESTE DE PERNAMBUCO
 Av. Bom Pastor, S/N. - Boa Vista - CEP 55292-270 - Garanhuns - PE
 CNPJ: 35.872.812/0001-01

PROGRAMA DE COMPONENTE CURRICULAR										
COMPONENTE CURRICULAR		ESTÁGIO CURRICULAR IV- Contextos Não-escolares					CÓDIGO		UAG00247	
NÚCLEO DE CONHECIMENTO		Núcleo de conteúdos Profissionalizantes			PERÍODO DE OFERTA					
CH TEÓRICA	30h	CH PRÁTICA	45h	CH EAD	-	CH PCC	-	CH TOTAL	75h	
CARÁTER DA DISCIPLINA		<input type="checkbox"/> OBRIGATÓRIA <input type="checkbox"/> OPTATIVA				NÚMERO DE CRÉDITOS		05		
MODALIDADE DE OFERTA		<input type="checkbox"/> Semestral <input type="checkbox"/> Anual				REQUISITO DE CARGA HORÁRIA				
PRÉ-REQUISITO		ESTÁGIO III				CÓDIGO		UAG00303		
EQUIVALÊNCIA(S)		NÃO EXISTE.				CÓDIGO				
EMENTA		Compreensão do trabalho pedagógico desenvolvido em contextos não escolares; Análise dos aspectos culturais, históricos e políticos de instituições de educação não formal no Brasil; Atuação do estagiário em contextos não escolares através da observação, pesquisa e análise da prática do profissional Pedagogo; Planejamento e implementação de um plano de ação/projeto educativo visando à promoção da cidadania e aprendizagem dos sujeitos envolvidos nos contextos não escolares.								
PRÁTICA COMO COMPONENTE CURRICULAR		Inserção e investigação na realidade da educação em espaços educativos não-escolares, promovendo a observação, a pesquisa, e a reflexão de processos educativos nos diferentes espaços de educação não-escolar, a fim de possibilitar experiências investigativas em diversos espaços educacionais na comunidade. A prática deste Estágio Supervisionado será sustentada por uma concepção e princípios de uma ação educadora ampla, contribuindo assim para formação integral do pedagogo e amplificando seus espaços de atuação profissional.								
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO		A importância do Estágio em contextos não-escolares; Sociedade pedagógica: pluralidade das práticas educativas e o lugar da educação não escolar; Aspectos culturais, históricos e políticos de instituições de educação não-formal no Brasil. O trabalho pedagógico desenvolvido em contextos não escolares. Organização e gestão de espaços educativos não-escolares A observação-participante e a pesquisa-ação em espaços não-escolares								
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		BEILLEROT, J. A sociedade pedagógica . Porto: Rés, 1985.								

	<p>GHANEM JUNIOR, E. G. G. Educação formal e não-formal: do sistema escolar ao sistema educacional. In: ARANTES, V. A. (Org.). Educação formal e não-formal. São Paulo: Summus, 2008. p. 59-89.</p> <p>GOHN, M. da G. Educação não-formal e o educador social: atuação e desenvolvimento de projetos sociais., São Paulo: Cortez, 2010.</p> <p>SANTOS, J. de O. Práticas de Letramento e Interação social: um olhar sobre a experiência da Associação de Apoio à Criança e ao Adolescente (AACA). Recife, Ed Universitária UFPE, 2010.</p>
<p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</p>	<p>ARQUIVO de filmes. Disponível em: . Acesso em: 28 nov. 2011</p> <p>MUSEU e escola: educação formal e não-formal. Salto para o futuro, Brasília, DF, ano 19, n.3, maio 2009. Disponível em: XXX</p> <p>PEDAGOGIA ao pé da letra. Disponível em: xxx. Acesso em: 28 nov. 2011.</p> <p>MIRANDA, Joseval dos Reis. O estágio supervisionado no curso de pedagogia em espaços não escolares como lócus de pesquisa: novas configurações, velhos desafios. Disponível em: http://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2015/18529_7768.pdf</p> <p>LIBÂNEO, J. C. Pedagogia e pedagogos, para quê? 4. ed., São Paulo: Cortez 2001.</p> <p>TOURINÁN LOPEZ, J. M. Análisis teórico del carácter formal, no formal e informal de la educación In: CONCEPTOS y propuestas: papers d'Educación. Valencia: [s. n.], 1983. p. 109-133.</p> <p>SANTOS, J. de O. Usos e significados da escrita fabricados no cotidiana de uma escola do sertão do Pajéu: lendo e escrevendo entre veredas, serras e mandacarus. Ed. Universitária UFPE, 2015.</p> <p>TRILLA, J. A educação não-formal. In: ARANTES, V. A. (Org.). Educação formal e não-formal. São Paulo: Summus 2008. p. 15-55.</p>



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AGRESTE DE PERNAMBUCO

Av. Bom Pastor, S/N. - Boa Vista - CEP 55292-270 - Garanhuns - PE

CNPJ: 35.872.812/0001-01

PROGRAMA DE COMPONENTE CURRICULAR										
COMPONENTE CURRICULAR		FUNDAMENTOS E METODOLOGIA DO ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA II					CÓDIGO		UAG00248	
NÚCLEO DE CONHECIMENTO		Núcleo de conteúdos específicos			PERÍODO DE OFERTA		7º PERÍODO			
CH TEÓRICA	45H	CH PRÁTICA	15H	CH EAD	-	CH PCC	15H	CH TOTAL	75H	
CARÁTER DA DISCIPLINA		(X) OBRIGATÓRIA () OPTATIVA				NÚMERO DE CRÉDITOS		05		
MODALIDADE DE OFERTA		(X) Semestral () Anual				REQUISITO DE CARGA HORÁRIA				
PRÉ-REQUISITO		FUNDAMENTOS E METODOLOGIA DO ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA I				CÓDIGO		UAG00239		
EQUIVALÊNCIA(S)		Metodologia do Ensino da Língua Portuguesa I Metodologia do Ensino da Língua Portuguesa II				CÓDIGO		EDUC3036 EDUC3081		
EMENTA		Gêneros textuais como instrumentos sociais, culturais e históricos; Os gêneros textuais como objetos de ensino- aprendizagem da língua portuguesa e instrumentos para o trabalho com a leitura, a produção de texto e a análise linguística na sala de aula. Concepções de leitura e implicações para o ensino. Processos cognitivos, habilidades e estratégias de leitura. Formação de uma identidade leitora e o acesso à literatura infanto-juvenil. Condições de produção de texto. Processos cognitivos, conhecimentos e estratégias de produção de textos. A formação do aluno-produtor como sujeito-autor de seus textos. A oralidade como objeto de ensino. A variação linguística e suas implicações pedagógicas. Análise Linguística como uma nova perspectiva de ensino dos conhecimentos linguísticos. Análise Linguística e sua articulação com os demais eixos de ensino da Língua Portuguesa. Avaliação do ensino e da aprendizagem da Língua Portuguesa. Análise de materiais didáticos e construção de sequências didáticas para o ensino da língua portuguesa.								
PRÁTICA COMO COMPONENTE CURRICULAR										
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO		<p>1. Gêneros textuais e ensino</p> <ul style="list-style-type: none"> Os gêneros textuais como instrumentos culturais: dimensão histórico-social; Diversidade textual: domínios discursivos e esferas de circulação; Organização do trabalho pedagógico e o ensino dos gêneros textuais; A teoria do gênero textual e a progressão escolar; Relações entre gêneros textuais e letramento. <p>2. Leitura</p> <ul style="list-style-type: none"> Concepções de leitura e implicações para o ensino-aprendizagem; Processos cognitivos, habilidades e estratégias de leitura; 								

	<ul style="list-style-type: none"> • Formação de leitores: construção identitária e acesso à literatura infanto-juvenil; • Leitura e análise linguística: interfaces; • A compreensão de textos na escola: análise crítica e alternativas de trabalho; • A avaliação da leitura na escola. <p>3. Produção de textos</p> <ul style="list-style-type: none"> • Condições de produção de texto na escola e fora dela; • Processos cognitivos, conhecimentos e estratégias de produção de textos; • A formação do aluno-produtor como sujeito-autor de seus textos; • Produção de texto e análise linguística: interfaces; • A produção de textos na escola: análise crítica e alternativas de trabalho; • A intervenção do professor como mediador da situação de produção; • Avaliação do texto escrito. <p>4. Análise linguística e ensino da língua portuguesa</p> <ul style="list-style-type: none"> • Análise Linguística: uma nova perspectiva de ensino; • Práticas de Análise linguística em sala de aula; • Avaliação dos conhecimentos linguísticos <p>5. Organização do trabalho Pedagógico no ensino de Língua Portuguesa</p>
<p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</p>	<p>ANTUNES, I. Aula de Português. Encontro e interação. São Paulo: Parábola, 2006.</p> <p>ANTUNES, I. Muito além da gramática: por um ensino de línguas sem pedras no caminho. São Paulo, SP: Parábola, 2007.</p> <p>BARBOSA, M. L. F. de F.; SOUZA, I. P. de. (Orgs). Práticas de leitura no Ensino Fundamental. Belo Horizonte: Autêntica, 2006. Acesso em: 22 jan. 2018. Disponível em: http://www.serdigital.com.br/gerenciador/clientes/ceel/arquivos/13.pdf</p> <p>LEAL, T. F.; BRANDÃO, A. C. P. (Org.). Produção de textos na escola: reflexões e práticas no Ensino Fundamental. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2006. Acesso em: 22 jan. 2018. Disponível em: http://www.serdigital.com.br/gerenciador/clientes/ceel/arquivos/15.pdf</p> <p>MARCUSCHI, L. A. Gêneros textuais: definição e funcionalidade. In: DIONÍSIO, A. P.; MACHADO, A. R.; BEZERRA, M. A (Orgs.). Gêneros Textuais e Ensino. Rio de Janeiro: Lucerna, 2002, p. 19-36.</p> <p>SANTOS, C. F.; MENDONÇA, M.; CAVALCANTE, M. C. B. (Orgs.) Diversidade textual: os gêneros na sala de aula. Belo Horizonte: Ed. Autêntica, 2006. Acesso em: 22 jan. 2018. Disponível em: http://www.serdigital.com.br/gerenciador/clientes/ceel/arquivos/11.pdf</p>
<p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</p>	<p>COSTA VAL, M. da G.; VIEIRA, M.L.; Produção de textos escritos: construção de espaços de interlocução – Belo Horizonte: Ceale/FaE/UFMG, 2005. Acesso em: 22 jan. 2018. Disponível em: http://www.ceale.fae.ufmg.br/app/webroot/files/uploads/Col.%20Alfabetiza%C3%A7%C3%A3o%20e%20Letramento/Col%20Alf.Let%2005%20Producao_textos_escritos.pdf</p> <p>MARCUSCHI, B.; SUASSUNA, L. (Orgs) Avaliação em língua portuguesa: contribuições para a prática pedagógica. Belo Horizonte: Autêntica, 2007. Acesso em: 22 jan. 2018. Disponível em: http://www.serdigital.com.br/gerenciador/clientes/ceel/arquivos/8.pdf</p> <p>SILVA, L. N. da. Os gêneros textuais em foco: pensando na seleção e na progressão dos alunos. In: Pacto nacional pela alfabetização na idade certa: o trabalho com os diferentes gêneros textuais na sala de aula: diversidade e progressão escolar</p>

andando juntas: ano 03, unidade 05 – Brasília: MEC, SEB, 2012, p. 6 a 11. Acesso em: 22 jan. 2018. Disponível em: <http://www.serdigital.com.br/gerenciador/clientes/ceel/material/96.pdf>

SILVA, L. N. da.; DUBEUX, Maria. H. S. Por que ensinar gêneros textuais na escola? In: **Pacto nacional pela alfabetização na idade certa: o trabalho com os diferentes gêneros textuais na sala de aula: diversidade e progressão escolar** andando juntas: ano 02, unidade 05 – Brasília: MEC, SEB, 2012, p. 6 a 10. Acesso em: 22 jan. 2018. Disponível em: <http://www.serdigital.com.br/gerenciador/clientes/ceel/material/96.pdf>

SOARES, M. **Letramento: um tema em três gêneros**. 2ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

SOLÉ, Isabel. **Estratégias de leitura**. Porto Alegre: ArtMed, 1998.

TRAVAGLIA, Luiz Carlos. **Gramática e interação: uma proposta para o ensino de gramática**. 12. ed. São Paulo: Cortez, 2008.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AGRESTE DE PERNAMBUCO

Av. Bom Pastor, S/N. - Boa Vista - CEP 55292-270 - Garanhuns - PE

CNPJ: 35.872.812/0001-01

PROGRAMA DE COMPONENTE CURRICULAR										
COMPONENTE CURRICULAR		Fundamentos e Metodologias no Ensino de Artes II					CÓDIGO		UAG00249	
NÚCLEO DE CONHECIMENTO		Núcleo de conteúdos específicos			PERÍODO DE OFERTA		7º período			
CH TEÓRICA	45h	CH PRÁTICA	15h	CH EAD	-	CH PCC	15h	CH TOTAL	75h	
CARÁTER DA DISCIPLINA		(x) OBRIGATÓRIA () OPTATIVA				NÚMERO DE CRÉDITOS		5		
MODALIDADE DE OFERTA		(x) Semestral () Anual				REQUISITO DE CARGA HORÁRIA		Não há requisito de carga horária para esse componente curricular		
PRÉ-REQUISITO		FUNDAMENTOS E METODOLOGIAS NO ENSINO DE ARTES I				CÓDIGO		UAG00240		
EQUIVALÊNCIA(S)		Metodologia do Ensino da Arte I Metodologia do Ensino da Arte II				CÓDIGO		EDUC3047 EDUC3054		
EMENTA		A cultura visual e o ensino de Artes na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental. Pressupostos teóricos sobre a relação entre arte e infância. Estudos sobre o desenho infantil. Tendências contemporâneas do ensino de artes								
PRÁTICA COMO COMPONENTE CURRICULAR		Planejamento, execução e avaliação de um plano de ensino de Artes para a Educação Infantil e/ou para os anos iniciais do Ensino Fundamental levando em conta os estudos realizados durante a disciplina.								
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO		<ol style="list-style-type: none"> 1. Estudo sobre a cultura visual e a infância. A centralidade da imagem no mundo contemporâneo. Compreensão sobre como as crianças leem imagens. A educação do olhar e a defesa da necessidade de uma “alfabetização visual”. 2. Arte Decolonial no processo de ensino de Arte/Educação brasileira. 3. Arte Indígena. 								
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		<p>GABRE, Solange de Fátima. A arte na educação infantil: uma reflexão a partir dos documentos oficiais RCNEI - DCNEI – BNCC.</p> <p>GOLDSTEIN, Ilana Seltzer. Da “representação das sobras” à “reantropofagia”: Povos indígenas e arte contemporânea no Brasil. Disponível em: https://doi.org/10.24978/mod.v3i3.4304. Acesso em: 18 set. 2023.</p> <p>IABELBERG, Rosa. A Base Nacional Curricular Comum e a formação de professores de arte.</p> <p>MARTINS, PISCOSQUE, GUERRA, Aprendiz de arte. In: MARTINS; PISCOSQUE; GUERRA. Teoria e prática do ensino da arte: a língua do mundo. SP, FTD, 2010. p.82 – 115</p>								

	<p>KOPENAWA, Albert. BRUCE, Davi. A queda do céu : Palavras de um xamã yanomami / Davi Kopenawa e Bruce Albert; tradução Beatriz Perrone-Moisés; prefácio de Eduardo Viveiros de Castro — 1ª ed. — São Paulo : Companhia das Letras, 2015. Disponível em: https://www.companhiadasletras.com.br/trechos/12959.pdf. Acesso em: 17 set. 2023.</p> <p>OLIVEIRA, Pacheco de. Uma etnologia dos “índios misturados”? Situação colonial, territorialização e fluxos culturais. Disponível em: https://www.scielo.br/j/mana/a/LXbFMZgsrbyVpZfdbdjy6zm/. Acesso em: 18 set. 2023.</p> <p>QUEIROZ, Juliane G.; MORAES, Ana Cristina; LIMA, Izabel Cristina S. S. Olhares pedagógicos por meio da disciplina de arte nos anos iniciais. In: MORAES; CASTRO; RODRIGUES (Org.) Arte, docência e práticas educativas: experiências e contextos.</p> <p>RICHTER, Sandra. Infância e imaginação: o papel da arte na educação infantil. In: PILLAR, Analice Dutra.</p>
<p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</p>	<p>BARBOSA, Ana Mae. Inquietações e mudanças no ensino da arte. São Paulo: Cortez, 2002.</p> <p>BHABHA, Homi. O local da cultura. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.</p> <p>BRASIL. Metodologia do Ensino de Arte. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1999.</p> <p>BRASIL. Secretaria de Ensino Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais: arte. Brasília: MEC, 1997.</p>



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AGRESTE DE PERNAMBUCO
 Av. Bom Pastor, S/N. - Boa Vista - CEP 55292-270 - Garanhuns - PE
 CNPJ: 35.872.812/0001-01

PROGRAMA DE COMPONENTE CURRICULAR										
COMPONENTE CURRICULAR		FUNDAMENTOS E METODOLOGIAS NO ENSINO DE GEOGRAFIA II				CÓDIGO	UAG00250			
NÚCLEO DE CONHECIMENTO		Núcleo de conteúdos específicos		PERÍODO DE OFERTA	7º período					
CH TEÓRICA	45H	CH PRÁTICA	15H	CH EAD	-	CH PCC	15H	CH TOTAL	75H	
CARÁTER DA DISCIPLINA		(X) OBRIGATÓRIA () OPTATIVA				NÚMERO DE CRÉDITOS		05		
MODALIDADE DE OFERTA		(X) Semestral () Anual				REQUISITO DE CARGA HORÁRIA		Não há requisito de carga horária para esse componente curricular		
PRÉ-REQUISITO		Fundamentos e Metodologias no Ensino de Geografia I.				CÓDIGO		UAG00241		
EQUIVALÊNCIA(S)		Metodologia do Ensino de Geografia I Metodologia do Ensino de Geografia II				CÓDIGO		EDUC3053 EDUC3057		
EMENTA		Estudos socioespaciais: leitura, interpretação e compreensão do mundo. Fundamentos e objetivos do Ensino da Geografia nos Anos Iniciais da Educação Básica. Construção da noção de espaço geográfico nos Anos Iniciais da Educação Básica. Didática e formação de conceitos no ensino da Geografia. Temas e conteúdos da Geografia na Educação Infantil, Anos iniciais do Ensino fundamental e Educação de Jovens e Adultos (EJA). Processo de planejamento e de avaliação do ensino da Geografia: concepções e metodologias. Análise de livro didático de Geografia: relação entre currículo e prática pedagógica nas diferentes modalidades de ensino dos Anos Iniciais da Educação Básica. Estudo do espaço de vivência e do meio ambiente como metodologia na construção do conhecimento geográfico. Uso de diferentes linguagens e de tecnologias da informação e comunicação (TIC) como instrumentos de aprendizagens e recursos didáticos no ensino da Geografia. Temas e conteúdos da Geografia em projetos interdisciplinares: trabalhando com temas transversais e emergentes na Educação Básica.								
PRÁTICA COMO COMPONENTE CURRICULAR		Atividades extraclasse como metodologias para o processo de ensino e aprendizagem de Geografia, a saber: atividades de campo nas variadas escalas geográficas (micro e macro); atividades práticas em laboratórios (Laboratório de Ensino, Laboratório de Informática). As referidas atividades envolvem metodologias e recursos didáticos inerentes aos saberes e práticas vinculados ao processo de ensino e aprendizagem de Geografia enquanto uma ciência/disciplina escolar com potencial dialógico no que se refere ao diálogo com as variadas linguagens, áreas do conhecimento, disciplinas escolares, entre outros.								
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO		<ol style="list-style-type: none"> Aspectos teóricos e metodológicos do processo de ensino e aprendizagem de Geografia; Leitura de mundo e ensino/aprendizagem de Geografia; As distintas configurações socioespaciais, a cidadania e o Ensino de Geografia; Categorias geográficas: enfoque nos conceitos de Espaço e Lugar (contextos espaciais e escolares diversos); A utilização das diversas linguagens na Educação Geográfica; Linguagens: cartográficas, geotecnologias, atividades extraclasse, entre outras. 								
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		ALMEIDA, R. D. Do desenho ao mapa : iniciação cartográfica na escola. São Paulo: Contexto, 2004. BRASIL/MEC. B. Base Nacional Comum Curricular (BNCC) . Brasília: MEC, 2018.								

	<p>CARLOS, A. F. A (org). Novos caminhos da geografia. São Paulo: Contexto, 1999</p> <p>CASTROGIOVANNI, A. Carlos; CALLAI, H. C; SCHÄFFER, N. O; KAERCHER, N. A. Geografia em sala de aula: práticas e reflexões. Rio Grande do Sul: UFRGS, 2003.</p> <p>CALLAI, H et al. O estudo da cidade: das vivências à formação cidadã. Ijuí: Ed. Unijuí, 2021.</p>
<p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</p>	<p>ALMEIDA, Rosângela Doin de. Novos rumos da cartografia escolar: currículo, linguagem e tecnologia. São Paulo: Contexto, 2014.</p> <p>CALLAI, Helena Copetti. Aprendendo a ler o mundo: A Geografia nos anos iniciais do Ensino Fundamental. Cad. Cedes Campinas, vol. 25, n. 66, p. 227-247, maio/ago. 2005.</p> <p>SOUZA NETO, Manoel Fernandes de. Aulas de geografia e algumas crônicas. 2. ed. Campina Grande: Bagagem, 2008.</p> <p>SUERTEGARAY, Dirce M. A. Conhecimento geográfico no Brasil no início do século XXI: diversidade temática e metodológica. In: SPOSITO, Eliseu (Orgs.). A diversidade da Geografia brasileira. Rio de Janeiro: Consequência, 2016.</p> <p>OLIVERIA, A. U. de e PONTUSCHKA, N. N. (2002). Geografia em Perspectiva. São Paulo: Contexto, 2000.</p>

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AGRESTE DE PERNAMBUCO**

Av. Bom Pastor, S/N. - Boa Vista - CEP 55292-270 - Garanhuns - PE

CNPJ: 35.872.812/0001-01

PROGRAMA DE COMPONENTE CURRICULAR									
COMPONENTE CURRICULAR	PROJETO DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO						CÓDIGO	UAG00251	
NÚCLEO DE CONHECIMENTO	Núcleo de conteúdos básicos				PERÍODO DE OFERTA	7º			
CH TEÓRICA	15H	CH PRÁTICA	30H	CH EAD	---	CH PCC	15H	CH TOTAL	60H
CARÁTER DA DISCIPLINA	(x) OBRIGATÓRIA () OPTATIVA					NÚMERO DE CRÉDITOS	04		
MODALIDADE DE OFERTA	(x) Semestral () Anual					REQUISITO DE CARGA HORÁRIA			
PRÉ-REQUISITO	Produção de Texto Acadêmico, PEPE I e PEPE II					CÓDIGO	UAG00224 UAG00228 UAG00234		
EQUIVALÊNCIA(S)	Prática Educacional Pesquisa e Extensão V (PEPE V) Prática Educacional Pesquisa e Extensão VI (PEPE VI)					CÓDIGO	EDUC3018 EDUC3019		
EMENTA	O projeto de pesquisa: a delimitação do objeto, a questão de pesquisa, os objetivos, a justificativa; procedimentos para o levantamento bibliográfico; aspectos metodológicos da pesquisa educacional; estrutura do projeto de pesquisa.								
PRÁTICA COMO COMPONENTE CURRICULAR	(Quando houver para o curso)								
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO	1. A delimitação do objeto de pesquisa 2. Os objetivos da pesquisa 3. A justificativa da pesquisa 4. Levantamento bibliográfico 5. Aspectos metodológicos da pesquisa educacional: método, tipos de pesquisa, instrumentos de coleta, questões éticas etc. 6. Normas técnicas para elaboração de projetos de pesquisa.								
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	Gil, Antonio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa? São Paulo: Atlas, 2009. 4 ed. Lüdke, Menga & André, Marli. Pesquisa em Educação: Abordagens Qualitativas. São Paulo: EPU, 2012. Marconi, Marina de Andrade e Lakatos, Eva Maria. Fundamentos de metodologia científica. São Paulo: Atlas, 2009. 6 ed.								
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	André, Marli Eliza D. A. de. Etnografia da Prática Escolar. Campinas, SP: Papirus, 2012. 18 ed. Barros, José D'Assunção. As hipóteses nas ciências humanas: aspectos metodológicos. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.								

Dionne, Hugues. **Pesquisa-ação para o desenvolvimento local**. Brasília: Liber Livro Editora, 2007.

Flick, Uwe. **Introdução à Metodologia de Pesquisa**: um guia para iniciantes. Porto Alegre: Penso, 2013.

Machado, Anna Rachel (coord.). **Planejar gêneros acadêmicos**. São Paulo: Parábola Editorial, 2005.

Moreira, Herivelto e Caleffe, Luiz Gonzaga. **Metodologia da pesquisa para o professor pesquisador**. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

Motta-Roth, Désirée; Hendges, Graciela Rabuske. **Produção textual na universidade**. São Paulo: Parábola Editorial, 2010.

Severino, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. Diretrizes para o trabalho didático – científico da Universidade. 21ª ed. São Paulo: Cortez, 2000.

Xavier, Antonio Carlos. **Como fazer e apresentar trabalhos científicos em eventos acadêmicos**. Recife: Editora Rêspel, 2010.

7.8.8. Ementa dos componentes curriculares obrigatórios – 8º período



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AGRESTE DE PERNAMBUCO

Av. Bom Pastor, S/N. - Boa Vista - CEP 55292-270 - Garanhuns - PE

CNPJ: 35.872.812/0001-01

PROGRAMA DE COMPONENTE CURRICULAR										
COMPONENTE CURRICULAR		EDUCAÇÃO DE JOVENS E A ADULTOS					CÓDIGO		UAG00252	
NÚCLEO DE CONHECIMENTO		Núcleo de conteúdos básicos			PERÍODO DE OFERTA		8º PERÍODO			
CH TEÓRICA	30	CH PRÁTICA	15	CH EAD	-	CH PCC	15h	CH TOTAL	60	
CARÁTER DA DISCIPLINA		(X) OBRIGATÓRIA () OPTATIVA				NÚMERO DE CRÉDITOS		04		
MODALIDADE DE OFERTA		(X) Semestral () Anual				REQUISITO DE CARGA HORÁRIA				
PRÉ-REQUISITO		HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA DIDÁTICA I				CÓDIGO		UAG00221 UAG00231		
EQUIVALÊNCIA(S)		Educação de Jovens e Adultos (EJA) Disciplina complementar de 15h relativa à Educação de Jovens e Adultos (EJA)				CÓDIGO		EDUC3050		
EMENTA		ABORDAGEM TEÓRICO-HISTÓRICA DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS. PARÂMETROS LEGAIS PARA EFETIVAÇÃO DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS. OS SUJEITOS HISTÓRICOS DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS E AS QUESTÕES SOCIOCULTURAIS. ELEMENTOS TEÓRICOS E METODOLÓGICOS DE PROCESSOS EDUCATIVOS DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS. ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO NA EJA.								
PRÁTICA COMO COMPONENTE CURRICULAR		Realização de pesquisa em turmas de EJA, envolvendo elaboração do perfil da turma pesquisada, perfil da professora da turma, observação de aulas para análise a partir dos aportes teóricos discutidos na disciplina.								
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO		<ol style="list-style-type: none"> 1. Histórico da educação de jovens e adultos no Brasil 2. Educação de Adultos, Educação Popular, Educação de Jovens e Adultos. 3. Fundamentos legais da Educação de Jovens e Adultos: a Lei de Diretrizes e Bases (Lei nº 9394/96), Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos, Proposta curricular do 1º segmento da EJA. 4. Os sujeitos educativos dos processos de Educação de Jovens e Adultos 5. Prática docente na EJA 6. Alfabetização e letramento na EJA 								

<p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</p>	<p>BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação de Jovens e Adultos. Brasília: Conselho Nacional de Educação, 2000. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/docman/julho-2013-pdf/13677-diretrizes-educacao-basica-2013-pdf/file Acesso em 21.01.2020</p> <p>BRASIL, MEC/ SEF. Proposta Curricular para Educação Jovens e Adultos -1º segmento, 2001. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/eja/propostacurricular/primeirosegmen/propostacurricular.pdf. Acesso em 21.01.2020</p> <p>DURANTE, Marta. Alfabetização de adultos: leitura e produção de textos. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.</p> <p>FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.</p> <p>OLIVEIRA, Marta Kohl. Jovens e adultos como sujeitos de conhecimentos e aprendizagens. In: Educação como exercício de diversidade. – Brasília: UNESCO, MEC, ANPed, 2005. Disponível em: http://www.alexandrenascimento.net/biblioteca/edu_exerc_diversidade.pdf#page=59 Acesso em 20.01.2020</p>
<p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</p>	<p>ALBUQUERQUE, E. B. C. & LEAL, T. F.; (Org.). Alfabetização de jovens e adultos numa perspectiva de letramento: fundamentos e propostas didáticas. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.</p> <p>LEAL, T. F.; ALBUQUERQUE, E. B. C. (Org.). Alfabetizar letrando na EJA: fundamentos e propostas didáticas. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.</p> <p>HADDAD, Sergio & DI PIERRO, Maria Clara. Escolarização de Jovens e adultos. Revista brasileira de educação, Mai/Jun/Jul/Ago, 2000. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n14/n14a07.pdf. Acesso em 21.01.2018.</p> <p>PEREIRA, Maria Lucia. A construção do letramento na Educação de Jovens e Adultos. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.</p> <p>SOARES, Lourenço; GIOVANETTI, Maria Amélia; GOMES, Nilma. Diálogos na educação de jovens e adultos. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.</p>



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AGRESTE DE PERNAMBUCO

Av. Bom Pastor, S/N. - Boa Vista - CEP 55292-270 - Garanhuns - PE

CNPJ: 35.872.812/0001-01

PROGRAMA DE COMPONENTE CURRICULAR										
COMPONENTE CURRICULAR		Elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso I					CÓDIGO		UAG00256	
NÚCLEO DE CONHECIMENTO		Núcleo de conteúdos Profissionalizantes			PERÍODO DE OFERTA		8º			
CH TEÓRICA	15	CH PRÁTICA	45	CH EAD	-	CH PCC	-	CH TOTAL	60	
CARÁTER DA DISCIPLINA		(X) OBRIGATÓRIA () OPTATIVA				NÚMERO DE CRÉDITOS				
MODALIDADE DE OFERTA		(x) Semestral () Anual				REQUISITO DE CARGA HORÁRIA		Não há requisito de carga horária para esse componente curricular		
PRÉ-REQUISITO		Prática Educacional Pesquisa e Extensão VII (PEPE VII) Disciplina complementar relativa à Prática Educacional Pesquisa e Extensão VII				CÓDIGO		EDUC3020		
EQUIVALÊNCIA(S)		PEPE VII				CÓDIGO				
EMENTA		Execução de projeto de pesquisa. Normas da ABNT, estrutura, formatação e normalização de TCC. Estruturação do TCC: elementos pré-textuais, textuais e pós-textuais. Elaboração de texto com o referencial teórico e metodologia. Acompanhamento coletivo / individualizado. Orientação individual pelo(a) orientador(a) / coorientador(a).								
PRÁTICA COMO COMPONENTE CURRICULAR										
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO		1. Normas da ABNT: estrutura, formatação e normalização de TCC. 2. Estruturação do TCC: elementos pré-textuais, textuais e pós-textuais. 3. A construção do referencial teórico e da metodologia.								
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 6022 : informação e documentação: artigo em publicação periódica técnica e/ou científica: apresentação. Rio de Janeiro, 2018. ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 6023 : informação e documentação: referências: elaboração. Rio de Janeiro, 2002. ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 6024 : informação e documentação: numeração progressiva das seções de um documento escrito: apresentação. Rio de Janeiro, 2012. ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 6027 : informação e								

documentação: sumário: apresentação. Rio de Janeiro, 2003.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR **6028**: informação e documentação: resumo: apresentação. Rio de Janeiro, 2003.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR **6034**: informação e documentação: índice: apresentação. Rio de Janeiro, 2004.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR **10520**: informação e documentação: citações em documentos: apresentação. Rio de Janeiro, 2002.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR **10719**: informação e documentação: relatório técnico e/ou científico: apresentação. Rio de Janeiro, 2015.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR **12225**: informação e documentação - lombada: apresentação. Rio de Janeiro, 2004.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR **14724**: informação e documentação: trabalhos acadêmicos: apresentação. Rio de Janeiro, 2011.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR **15287**: informação e documentação - projeto de pesquisa - apresentação. Rio de Janeiro, 2006.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR **15437**: informação e documentação: pôsteres técnicos e científicos: apresentação. Rio de Janeiro, 2006.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

CERVO, Amado Luiz; SILVA, Roberto da; BERVIAN, Pedro A. **Metodologia Científica**. 6a ed. São Paulo: Pearson, 2007.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa?** São Paulo: Atlas, 2009.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 2008.

LAVILLE, Christian; DIONNE, Jean; SIMAN, Lana Mara de Castro. **A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas**. Porto Alegre: Artmed, Belo Horizonte: UFMG, 1999.

MARCONI, Marina de Andrade e LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 2009.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico. Diretrizes para o trabalho didático** - científico da Universidade. 21a ed. São Paulo: Cortez, 2000.

**BIBLIOGRAFIA
COMPLEMENTAR**

ANDRADE, M. M. **Introdução à metodologia do trabalho científico**. 9. Ed., São Paulo: Atlas, 2009.

ANDRE, M.D.A. e Ludke, M. **Pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Cortez,

1993.

BARROS, José D'Assunção. **As hipóteses nas ciências humanas:** aspectos metodológicos. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

CARVALHO, Maria Cecília (org.) **Construindo o saber:** metodologia científica – fundamentos e técnicas. 13. ed., Campinas, SP: Papirus, 2002.

DIONNE, Hugues. **Pesquisa-ação para o desenvolvimento local.** Brasília: Liber Livro Editora, 2007.

FLICK, Uwe. **Introdução à Metodologia de Pesquisa:** um guia para iniciantes. Porto Alegre: Penso, 2013.

GOLDENBERG, Mirian. **A arte de pesquisar:** como fazer pesquisa qualitativa em ciências sociais. 11. ed. Rio de Janeiro: Record, 2009.

GONZÁLEZ REY, Fernando Luis. **Pesquisa qualitativa e subjetividade:** os processos de construção da informação. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2005.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia do trabalho científico:** procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos. 7ed. São Paulo: Atlas, 2009.

LÜDKE, Menga & ANDRÉ, Marli. **Pesquisa em Educação:** Abordagens Qualitativas. São Paulo: EPU, 2012.

MAIA, Paulo Leandro. **O abc da metodologia:** métodos e técnicas para elaborar trabalhos científicos (ABNT). 2. ed. rev. e ampl. São Paulo: LEUD, 2008.

MOREIRA, Herivelto e CALEFFE, Luiz Gonzaga. **Metodologia da pesquisa para o professor pesquisador.** Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

OLIVEIRA, Maria Marly de. **Como fazer pesquisa qualitativa.** 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2007.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AGRESTE DE PERNAMBUCO

Av. Bom Pastor, S/N. - Boa Vista - CEP 55292-270 - Garanhuns - PE

CNPJ: 35.872.812/0001-01

PROGRAMA DE COMPONENTE CURRICULAR										
COMPONENTE CURRICULAR		Estágio Curricular V – Modalidades de Ensino de Educação de Jovens e Adultos (EJA), Educação Especial e Educação do Campo.					CÓDIGO		UAG00253	
NÚCLEO DE CONHECIMENTO		Núcleo de conteúdos Profissionalizantes			PERÍODO DE OFERTA		8º			
CH TEÓRICA	30h	CH PRÁTICA	75h	CH EAD	-	CH PCC	-	CH TOTAL	105	
CARÁTER DA DISCIPLINA		(X) OBRIGATÓRIA () OPTATIVA				NÚMERO DE CRÉDITOS		7º		
MODALIDADE DE OFERTA		(X) Semestral () Anual				REQUISITO DE CARGA HORÁRIA		Não há requisito de carga horária para esse componente curricular.		
PRÉ-REQUISITO		Estágio Curricular III - Gestão Escolar				CÓDIGO		UAG00303		
EQUIVALÊNCIA(S)		ESTÁGIO IV				CÓDIGO		EDUC3046		
EMENTA		Estágio nas modalidades de Ensino da Educação Básica: Educação Especial, Educação do Campo, Educação de Jovens e Adultos, a critério do/a aluno/a. Compreensão da docência nas respectivas modalidades de ensino através da inserção, observação e análise da prática pedagógica docente como momento de articulação entre teoria e prática. Sistematização das experiências dos estágios através da elaboração do relatório final.								
PRÁTICA COMO COMPONENTE CURRICULAR		Caracterização do contexto social da escola e de sua organização político-pedagógica. Observação, reflexão e análise da prática pedagógica docente nos seus aspectos pedagógicos, metodológicos, estéticos, afetivos. Atuação na docência por meio da elaboração de projeto de intervenção didático-pedagógico em sala de aula.								
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO		<ul style="list-style-type: none"> • A prática pedagógica docente na Educação de Jovens e Adultos – EJA, Educação Especial e Educação do Campo: um olhar sobre as heterogeneidades em sala de aula. • O currículo na Educação de Jovens e Adultos – EJA, Educação Especial e Educação do Campo e suas especificidades. • O papel dos estágios supervisionados na Educação de Jovens e Adultos – EJA, Educação Especial e Educação do Campo. • A docência polivalente no contexto dos anos iniciais do ensino fundamental: desafios e especificidades. 								
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		OLIVEIRA, Inês Barbosa de. Reflexões acerca da organização curricular e das práticas pedagógica na EJA. Educar , Curitiba, n. 29, p. 83-100, 2007. Editora								

	<p>UFPR. Disponível em: https://www.scielo.br/j/er/a/hFjkmDxbZLwGBdLx8R4XhgS/abstract/?lang=pt SOUZA, Maria Antonia de. Educação do campo e escola pública: experiência e resistência. Revista Debates Insubmissos, Caruaru, PE. Brasil, Ano 1, v.1, nº 3, set/dez. 2018. Disponível em: https://periodicos.ufpe.br/revistas/debatesinsubmissos/article/view/238480 MESSIAS, Alcides Martorely de Santana; ARAÚJO, Clarisse Martins de. A prática pedagógica do AEE para a educação do aluno com deficiência: estudo a partir de uma escola de referência da rede municipal do Jaboatão dos Guararapes. Disponível em: https://www.ufpe.br/documents/39399/2403144/MESSIAS%3B+ARAU%C2%B4J+O+-+2019.1.pdf/f648e5bc-b55c-403a-9755-ab9c8b3875a0</p>
<p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</p>	<p>ALMEIDA, Maria. Isabel de; PIMENTA, Selma. Garrido. Estágios supervisionados na formação docente: educação básica e educação de jovens e adultos. São Paulo: Cortez, 2014. CARVALHO, Ana Maria Pessoa de. O estágio nos cursos de licenciatura. São Paulo: Cengage Learning, 2012. CRUZ, Shirleide Pereira da Silva; BATISTA NETO, José. A polivalência no contexto da docência nos anos iniciais da escolarização básica: refletindo sobre experiências de pesquisas. Revista Brasileira de Educação, v. 17, n. 50, p. 385-398, maio-ago. 2012. PIMENTA, Selma Garrido; LIMA, Maria do Socorro Lucena. Estágio e docência. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2008. LIBÂNEO, José Carlos; OLIVEIRA, João Ferreira de; TOSCHI, Mirza Seabra. Educação Escolar: políticas, estrutura e organização. São Paulo: Cortez, 2009. ZABALZA, Miguel. A. O estágio e as práticas em contextos profissionais na formação universitária. São Paulo: Cortez, 2014.</p>

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AGRESTE DE PERNAMBUCO**

Av. Bom Pastor, S/N. - Boa Vista - CEP 55292-270 - Garanhuns - PE

CNPJ: 35.872.812/0001-01

PROGRAMA DE COMPONENTE CURRICULAR										
COMPONENTE CURRICULAR		LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS - LIBRAS					CÓDIGO	UAG00254		
NÚCLEO DE CONHECIMENTO		Núcleo de conteúdos básicos			PERÍODO DE OFERTA	8º				
CH TEÓRICA	30	CH PRÁTICA	15	CH EAD	-	CH PCC	15H	CH TOTAL	60	
CARÁTER DA DISCIPLINA		(X) OBRIGATÓRIA () OPTATIVA				NÚMERO DE CRÉDITOS				
MODALIDADE DE OFERTA		(X) Semestral () Anual				REQUISITO DE CARGA HORÁRIA				
PRÉ-REQUISITO		NÃO EXISTE.				CÓDIGO				
EQUIVALÊNCIA(S)		Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) Disciplina complementar relativa à LIBRAS				CÓDIGO		EDUC3090		
EMENTA		Compreender a Língua Brasileira de Sinais tendo como enfoque as concepções histórico-culturais do povo surdo. Explora os estudos linguísticos e gramaticais da Libras em seus aspectos teóricos e práticos. Por fim, estuda a construção de estratégias para o processo de escolarização de surdos em escolas bilíngues na perspectiva da inclusão.								
PRÁTICA COMO COMPONENTE CURRICULAR		As atividades práticas da disciplina de Língua Brasileira de Sinais serão realizadas através da imersão na língua durante as aulas. Teremos também visitas e projetos realizados em escolas bilíngues de Garanhuns. Convidaremos para a universidade pessoas da comunidade surda para um momento de interação. Por fim, será realizada a confecção de materiais pedagógicos que envolvam o uso, ensino e aprendizagem da língua.								
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO		<ul style="list-style-type: none">- Compreender a surdez tendo como enfoque as concepções psicossociais- Primeiras aproximações com a Libras: que língua é essa?- História da Educação de Surdos no Brasil e no mundo.- Educação Bilíngue na perspectiva da inclusão; educação bilíngue para surdos.- A construção do pensamento e da linguagem em Vigotski.- Aula prática de Libras: alfabeto manual e apresentação- Aula prática de Libras: saudações e cumprimentos- Aula prática de Libras: Números, idade, meses e aniversário- Aula prática de Libras: cores e material escolar- Aula prática de Libras: profissões- Aula prática de Libras: flexão verbal e pronomes- Aula prática de Libras: Estrutura linguística da Libras								
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		BRASIL. Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato20042006/2005/Decreto/D5626.htm . Acesso em 29 fevereiro de 2018.								

	<p>GESSER, Audrei. Libras: que língua é essa? São Paulo: Parábola, 2009.</p> <p>LACERDA, Cristina Broglia Feitosa De. A inclusão escolar de alunos surdos: o que dizem alunos, professores e intérpretes sobre esta experiência. Cad. Cedes, Campinas, vol. 26, n. 69, p. 163-184, maio/ago. 2006 163.</p>
<p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</p>	<p>NUNES SARMENTO, V.; FREDERICO FUMES, N. de L.; MENDES DOS SANTOS, N. J. A construção do pensamento e da linguagem de surdos na perspectiva vigotskiana. Revista Cocar, [S. l.], n. 19, 2023. Disponível em: https://periodicos.uepa.br/index.php/cocar/article/view/5936</p> <p>PERLIN, G; STROBEL, K. História Cultural dos Surdos: desafios contemporâneos. Educar em Revista. Curitiba, Brasil, Edição Especial, p. 17-31, 2014.</p> <p>ROCHA, L. R. M.; LACERDA, C. B. F. de; PRIETO, R. G. Um retrato das matrículas de estudantes da Educação Especial e da educação de surdos, surdocegos e deficiência auditiva: da Educação Básica à Educação Superior. Práxis Educativa, [S. l.], v. 19, p. 1-17, 2024. DOI: 10.5212/PraxEduc.v.19.22596.022. Disponível em: https://revistas.uepg.br/index.php/praxiseducativa/article/view/22596</p>



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AGRESTE DE PERNAMBUCO

Av. Bom Pastor, S/N. - Boa Vista - CEP 55292-270 - Garanhuns - PE

CNPJ: 35.872.812/0001-01

PROGRAMA DE COMPONENTE CURRICULAR										
COMPONENTE CURRICULAR		Motricidade Humana					CÓDIGO	UAG00258		
NÚCLEO DE CONHECIMENTO		Núcleo de conteúdos básicos			PERÍODO DE OFERTA	8º				
CH TEÓRICA	30	CH PRÁTICA	15	CH EAD	-	CH PCC	15h	CH TOTAL	60	
CARÁTER DA DISCIPLINA		(x) OBRIGATÓRIA () OPTATIVA				NÚMERO DE CRÉDITOS	4			
MODALIDADE DE OFERTA		(x) Semestral () Anual				REQUISITO DE CARGA HORÁRIA				
PRÉ-REQUISITO		NÃO EXISTE.				CÓDIGO				
EQUIVALÊNCIA(S)		NÃO EXISTE.				CÓDIGO				
EMENTA		Conceitos e elementos da motricidade humana. Filogênese e Sociogênese da Psicomotricidade. Tipos de movimento. Escala de Desenvolvimento Motor. Perturbações na coordenação motora. Atuação dos educadores frente aos bloqueios de aprendizagem relacionados à motricidade humana.								
PRÁTICA COMO COMPONENTE CURRICULAR		(Quando houver para o curso)								
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO		<p>O que é motricidade humana?</p> <p>O processo do desenvolvimento humano.</p> <p>Filogênese e Sociogênese da Psicomotricidade</p> <p>Sistema nervoso central (estrutura e funções).</p> <p>Tipos de movimento.</p> <p>Elementos da motricidade humana.</p> <p>Exame motor: avaliação e instrumentação.</p> <p>Escala de Desenvolvimento Motor: curvas de desenvolvimento motor; evolução motora; idade motora; quociente motor; perfil motor.</p> <p>Atrasos no desenvolvimento neuropsicomotor.</p> <p>Intervenção motora.</p> <p>Atuação dos educadores frente aos bloqueios de aprendizagem.</p>								
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		<p>FONSECA, Vitor da. Aprender a aprender: a educabilidade cognitiva. Porto Alegre: Artmed, 1998. 341 p. ((Biblioteca Artemed. Ciência cognitiva)). ISBN 8573074779 : (Broch.)</p> <p>GALLAHUE, David L. Compreendendo o desenvolvimento motor: bebês, crianças, adolescentes e adultos. 3. ed. São Paulo: Phorte, 2005. 585 p. ISBN 8576550164 (broch.).</p> <p>ROSA NETO, Francisco. Manual de avaliação motora. Porto Alegre: Artmed, 2002. 136 p. ISBN 857307941x (broch.).</p>								
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR		<p>FONSECA, Vitor da. Psicomotricidade e neuropsicologia: uma abordagem evolucionista. Rio de Janeiro: Wak Ed., 2010.</p> <p>FONSECA, Vitor da. Desenvolvimento psicomotor e aprendizagem. Porto Alegre: Artmed, 2008.</p>								

LE BOULCH, Jean. **O desenvolvimento psicomotor:** do nascimento aos 6 anos. Tradução: Ana Guardiola Brizolara. Porto Alegre: Artes médicas, 1982.

LE BOULCH, Jean . **Educação Psicomotora:** psicocinética na idade escolar. Tradução: Jeni Wolff. Porto Alegre: Artes Médicas, 1987.

MAGILL, Richard A. **Aprendizagem motora:** conceitos e aplicações. São Paulo: Edgard Blücher, 2008. 369 p. ISBN 9788521202639 (broch.).

SCHMIDT, Richard A.; WRISBERG, Craig A. **Aprendizagem e performance motora:** uma abordagem da aprendizagem baseada na situação. 4. ed. Porto Alegre: ARTMED, 2010. 415 p. ISBN 9788536318486 (broch.).

7.8.9. Ementa dos componentes curriculares obrigatórios – 9º período

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AGRESTE DE PERNAMBUCO**

Av. Bom Pastor, S/N. - Boa Vista - CEP 55292-270 - Garanhuns - PE

CNPJ: 35.872.812/0001-01

PROGRAMA DE COMPONENTE CURRICULAR										
COMPONENTE CURRICULAR		Elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso II					CÓDIGO		UAG00257	
NÚCLEO DE CONHECIMENTO		Núcleo de conteúdos Profissionalizantes			PERÍODO DE OFERTA		9º			
CH TEÓRICA	15	CH PRÁTICA	45	CH EAD	-	CH PCC	-	CH TOTAL	60	
CARÁTER DA DISCIPLINA		(X) OBRIGATÓRIA () OPTATIVA				NÚMERO DE CRÉDITOS				
MODALIDADE DE OFERTA		(x) Semestral () Anual				REQUISITO DE CARGA HORÁRIA		Não há requisito de carga horária para esse componente curricular		
PRÉ-REQUISITO		NÃO EXISTE.				CÓDIGO				
EQUIVALÊNCIA(S)		Prática Educacional Pesquisa e Extensão VIII (PEPE VIII)				CÓDIGO		EDUC3021		
EMENTA		Execução de projeto de pesquisa. Análise de dados na pesquisa educacional. Elaboração de texto com a análise de dados, considerações finais e introdução. Revisão de formatação e normalização do TCC. Apresentação oral de trabalhos acadêmicos. Processos seletivos de programas de pós-graduação. Acompanhamento coletivo individualizado. Orientação individual pelo(a) orientador(a) coorientador(a).								
PRÁTICA COMO COMPONENTE CURRICULAR										
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO		1. Análise de dados na pesquisa educacional. 2. Elaboração de texto com a análise de dados, considerações finais e introdução. 3. Formatação e normalização do TCC. 4. Apresentação oral de trabalhos acadêmicos. 5. Processos seletivos de programas de pós-graduação.								
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 6022 : informação e documentação: artigo em publicação periódica técnica e/ou científica: apresentação. Rio de Janeiro, 2018. ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 6023 : informação e documentação: referências: elaboração. Rio de Janeiro, 2002. ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 6024 : informação e documentação: numeração progressiva das seções de um documento escrito: apresentação. Rio de Janeiro, 2012. ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 6027 : informação e documentação: sumário: apresentação. Rio de Janeiro, 2003.								

	<p>ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 6028: informação e documentação: resumo: apresentação. Rio de Janeiro, 2003.</p> <p>ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 6034: informação e documentação: índice: apresentação. Rio de Janeiro, 2004.</p> <p>ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 10520: informação e documentação: citações em documentos: apresentação. Rio de Janeiro, 2002.</p> <p>ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 10719: informação e documentação: relatório técnico e/ou científico: apresentação. Rio de Janeiro, 2015.</p> <p>ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 12225: informação e documentação - lombada: apresentação. Rio de Janeiro, 2004.</p> <p>ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 14724: informação e documentação: trabalhos acadêmicos: apresentação. Rio de Janeiro, 2011.</p> <p>ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 15287: informação e documentação – projeto de pesquisa – apresentação. Rio de Janeiro, 2006.</p> <p>ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 15437: informação e documentação: pôsteres técnicos e científicos: apresentação. Rio de Janeiro, 2006.</p> <p>BARDIN, Laurence. Análise de Conteúdo. Lisboa: Edições 70, 1977.</p> <p>CERVO, Amado Luiz; SILVA, Roberto da; BERVIAN, Pedro A. Metodologia Científica. 6a ed. São Paulo: Pearson, 2007.</p> <p>GIL, Antonio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa? São Paulo: Atlas, 2009.</p> <p>GIL, Antonio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social. São Paulo: Atlas, 2008.</p> <p>LAVILLE, Christian; DIONNE, Jean; SIMAN, Lana Mara de Castro. A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas. Porto Alegre: Artmed, Belo Horizonte: UFMG, 1999.</p> <p>MARCONI, Marina de Andrade e LAKATOS, Eva Maria. Fundamentos de metodologia científica. São Paulo: Atlas, 2009.</p> <p>SEVERINO, Antônio Joaquim. Metodologia do trabalho científico. Diretrizes para o trabalho didático – científico da Universidade. 21a ed. São Paulo: Cortez, 2000.</p>
<p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</p>	<p>ANDRADE, M. M. Introdução à metodologia do trabalho científico. 9. Ed., São Paulo: Atlas, 2009.</p> <p>ANDRE, M.D.A. e Ludke, M. Pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Cortez, 1993.</p> <p>BARROS, José D'Assunção. As hipóteses nas ciências humanas: aspectos metodológicos. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.</p> <p>CARVALHO, Maria Cecília (org.) Construindo o saber: metodologia científica – fundamentos e técnicas. 13. ed., Campinas, SP: Papirus, 2002.</p> <p>DIONNE, Hugues. Pesquisa-ação para o desenvolvimento local. Brasília: Liber Livro Editora, 2007.</p> <p>FLICK, Uwe. Introdução à Metodologia de Pesquisa: um guia para iniciantes. Porto Alegre: Penso, 2013.</p> <p>GOLDENBERG, Mirian. A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em ciências sociais. 11. ed. Rio de Janeiro: Record, 2009.</p> <p>GONZÁLEZ REY, Fernando Luis. Pesquisa qualitativa e subjetividade: os processos de construção da informação. São Paulo: Pioneira Thomson Learning,</p>

2005.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia do trabalho científico:** procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos. 7ed. São Paulo: Atlas, 2009.

LÜDKE, Menga & ANDRÉ, Marli. **Pesquisa em Educação:** Abordagens Qualitativas. São Paulo: EPU, 2012.

MAIA, Paulo Leandro. **O abc da metodologia:** métodos e técnicas para elaborar trabalhos científicos (ABNT). 2. ed. rev. e ampl. São Paulo: LEUD, 2008.

MOREIRA, Herivelto e CALEFFE, Luiz Gonzaga. **Metodologia da pesquisa para o professor pesquisador.** Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

OLIVEIRA, Maria Marly de. **Como fazer pesquisa qualitativa.** 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2007.

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AGRESTE DE PERNAMBUCO**

Av. Bom Pastor, S/N. - Boa Vista - CEP 55292-270 - Garanhuns - PE

CNPJ: 35.872.812/0001-01

PROGRAMA DE COMPONENTE CURRICULAR										
COMPONENTE CURRICULAR		TECNOLOGIAS NA EDUCAÇÃO					CÓDIGO		UAG00258	
NÚCLEO DE CONHECIMENTO		Núcleo de conteúdos básicos			PERÍODO DE OFERTA		9º PERÍODO			
CH TEÓRICA	30H	CH PRÁTICA	15H	CH EAD	-	CH PCC	15H	CH TOTAL	60H	
CARÁTER DA DISCIPLINA		(X) OBRIGATÓRIA () OPTATIVA				NÚMERO DE CRÉDITOS		04		
MODALIDADE DE OFERTA		(X) Semestral () Anual				REQUISITO DE CARGA HORÁRIA		NÃO EXISTE.		
PRÉ-REQUISITO		NÃO EXISTE.				CÓDIGO				
EQUIVALÊNCIA(S)		NÃO EXISTE.				CÓDIGO				
EMENTA		HISTÓRICO DA UTILIZAÇÃO DAS TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (TIC) NA EDUCAÇÃO. IMPLICAÇÕES PEDAGÓGICAS E SOCIAIS DO USO DA INFORMÁTICA NA EDUCAÇÃO. FORMAÇÃO DE PROFESSORES PARA INTEGRAÇÃO DAS TIC NA EDUCAÇÃO. POSSIBILIDADES E LIMITES DO USO DAS TIC NA EDUCAÇÃO. NOVAS TENDÊNCIAS DA UTILIZAÇÃO DAS TIC NA EDUCAÇÃO. DESENVOLVIMENTO DE PROJETOS DE APRENDIZAGEM INTEGRADOS COM AS TIC.								
PRÁTICA COMO COMPONENTE CURRICULAR		REALIZAÇÃO DE ATIVIDADES NO LABORATÓRIO DE INFORMÁTICA COM A PRODUÇÃO DE ARTEFATOS DIGITAIS (WEBQUEST, OBJETOS DE APRENDIZAGEM, JOGOS DIGITAIS, ENTRE OUTROS). ESTUDO DE CASOS SOBRE A UTILIZAÇÃO DE NOVAS TECNOLOGIAS NA EDUCAÇÃO.								
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO		1. TRAJETÓRIA HISTÓRICA DA UTILIZAÇÃO DAS TIC NA EDUCAÇÃO. 2. O PAPEL DA INFORMÁTICA NO PROCESSO DE ENSINO/APRENDIZAGEM. 3. TEORIAS DA APRENDIZAGEM E SUAS RELAÇÕES COM AS TIC. 4. MODELOS DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES PARA INTEGRAÇÃO DAS TIC NA EDUCAÇÃO. 5. ASPECTOS POSITIVOS E NEGATIVOS DA UTILIZAÇÃO DAS TIC NO PROCESSO DE ENSINO/APRENDIZAGEM. 6. SOFTWARES LIVRES E PROPRIETÁRIOS NA EDUCAÇÃO. 7. DESENVOLVIMENTO DE ARTEFATOS DIDÁTICOS DIGITAIS (WEBQUEST, BLOGS, WIKIS, VÍDEOS EDUCATIVOS, OBJETOS DE APRENDIZAGEM, ENTRE OUTROS)								
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		BACICH, Lilian; TANZI NETO, Adolfo; TREVISANI, Fernando de Mello (org.). Ensino híbrido: personalização e tecnologia na educação . Porto Alegre: Penso, 2015. 270 p. ISBN 9788584290482 (broch.) SANTOS, Andreia Inamorato dos. Recursos educacionais abertos no Brasil: o estado da arte, desafios e perspectivas para o desenvolvimento e inovação . São Paulo: Comitê Gestor da Internet no Brasil, 2013. 83 p. ISBN 9788560062645 (broch.). SOARES, Antonia Sandra de Lima et al. Experiências com as TICs . Petrolina, PE: IF Sertão, 2015. 110 p. ISBN 97885647940601 (broch.)								
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR		BARBOSA, Rommel Melgaço (Org.). Ambientes virtuais de aprendizagem . Porto Alegre: Artmed, 2005. 182 p. ISBN 8536305150. FERRETI, Celso João. Novas tecnologias, trabalho e educação: um debate multidisciplinar . 9.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003. 220p ISBN 8532611753 (broch.). MARCUSCHI, Luiz Antônio; XAVIER, Antonio Carlos (Org.). Hipertexto e gêneros digitais: novas formas de construção do sentido . 2. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005. 195 p. ISBN 8586930369 (broch.).								

MORAN, Jose Manuel; MASETTO, Marcos T; BEHRENS, Marilda Aparecida. **Novas tecnologias e mediação pedagógica**. 17. ed. Campinas, SP: Papyrus, 2000. 173 p. (Papyrus Educação). ISBN 8530805941 (brohc.).

SANTOS, Gilberto Lacerda (Org.). **Tecnologias na educação e formação de professores**. Brasília: Plano, 2003. 154 p. ISBN 8585946520 (broch.).

SOARES, Antonia Sandra de Lima et al. Experiências com as TICs. Petrolina, PE: IF Sertão, 2015. 110 p. ISBN 97885647940601 (broch.)

7.8.10. Ementa dos componentes curriculares optativos

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AGRESTE DE PERNAMBUCO**

Av. Bom Pastor, S/N. - Boa Vista - CEP 55292-270 - Garanhuns - PE

CNPJ: 35.872.812/0001-01

PROGRAMA DE COMPONENTE CURRICULAR										
COMPONENTE CURRICULAR		ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO					CÓDIGO		PED00003	
NÚCLEO DE CONHECIMENTO		Núcleo de conteúdos básicos			PERÍODO DE OFERTA					
CH TEÓRICA	45	CH PRÁTICA	15	CH EAD		CH PCC		CH TOTAL		
CARÁTER DA DISCIPLINA		<input type="checkbox"/> OBRIGATÓRIA <input checked="" type="checkbox"/> OPTATIVA				NÚMERO DE CRÉDITOS		05		
MODALIDADE DE OFERTA		<input type="checkbox"/> Semestral <input type="checkbox"/> Anual				REQUISITO DE CARGA HORÁRIA				
PRÉ-REQUISITO		NÃO EXISTE.				CÓDIGO				
EQUIVALÊNCIA(S)		NÃO EXISTE.				CÓDIGO				
EMENTA		<p>Análise entre as relações entre cultura(s) escrita, educação, estado e sociedade (Letramentos Múltiplos).</p> <p>Bases históricas e conceituais da alfabetização e do letramento.</p> <p>Fonética e fonologia: conceitos e relações sistêmicas.</p> <p>Análise de produções escritas de alunos alfabetizados, sob a perspectiva da alfabetização e do letramento.</p> <p>Usos e funções sociais da leitura e da escrita nas sociedades letradas. Letramento social e Crítico.</p>								
PRÁTICA COMO COMPONENTE CURRICULAR		(Quando houver para o curso)								
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO		<ol style="list-style-type: none"> 1. Relações sociedade e cultura escrita 2. Alfabetização e letramento: bases históricas, conceituais, teórico-metodológicas e discursivas. 2. Fonética e Fonologia: conceitos e relações sistêmicas; 3. Princípios do sistema alfabético do português do Brasil; 4. Orientação aos alunos para execução de análises a serem efetivadas em textos escritos por alfabetizandos; 5. O letramento social e sua função de progressista; 6. letramentos múltiplos; .7. Seminário de socialização; 								

BIBLIOGRAFIA BÁSICA	<p>ALBUQUERQUE, Eliana Borges Correia de; LEAL, Telma Ferraz; MORAIS, Artur Gomes de (Org.). Alfabetização: apropriação do sistema de escrita alfabética. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.</p> <p>SILVA, Thais Cristóforo. Fonética e fonologia do português: roteiro de estudos e guia de exercícios. 9.ed. São Paulo: Contexto, 2007.</p> <p>BALTAR, Marcos Antonio Rocha . Mídia, escola, agentes de letramento e gêneros textuais. In: Silvana Serrani. (Org.). Letramento, discurso e trabalho docente. Vinhedo: Horizonte, 2010.</p> <p>GOULART, Cecília. Letramento e modos de ser letrado: discutindo a base teórico-metodológica de um estudo. In: Revista Brasileira de Educação v. 11 n. 33 set./dez. 2006</p> <p>KLEIMAN, B. Angela. (org). Os significados do letramento: uma nova perspectiva sobre a prática social da escrita. Campinas. Mercado de Letras. 1995</p> <p>ROJO, Roxane; MOURA, Eduardo. Multiletramentos na escola. São Paulo: Ed Parábola. 2012.</p>
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	<p>CALLOU, D., LEITE, Y. Iniciação à fonética e fonologia. 8.ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.</p> <p>MARCUSCHI, L. A. Da fala para a escrita: atividades de retextualizações. 8.ed. São Paulo: Cortez, 2007.</p> <p>NUSS, Virginia Maria. Alfabetização e as motivações fonético-fonológicas. Revista Primeira Escrita, Aquidauana, n. 2, p. 23-33, dez. 2015.</p> <p>SANTOS, Carmi Ferraz; MENDONÇA, Márcia (Org.). Alfabetização e letramento: conceitos e relações. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.</p> <p>SOARES. M. Alfabetização e Letramento. 5.ed.São Paulo: Contexto, 2003.</p> <p>SOARES, M., BATISTA, A. A. GOMES. Alfabetização e letramento: caderno do professor. Belo Horizonte: Ceale/FaE/UFMG, 2005.</p>



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AGRESTE DE PERNAMBUCO

Av. Bom Pastor, S/N. - Boa Vista - CEP 55292-270 - Garanhuns - PE

CNPJ: 35.872.812/0001-01

PROGRAMA DE COMPONENTE CURRICULAR										
COMPONENTE CURRICULAR		ASPECTOS CONCEITUAIS E DIDÁTICOS DE CONTEÚDOS ESPECÍFICOS DE MATEMÁTICA.					CÓDIGO		UAG00275	
NÚCLEO DE CONHECIMENTO		Núcleo de conteúdos básicos			PERÍODO DE OFERTA		---			
CH TEÓRICA	60H	CH PRÁTICA	-	CH EAD	-	CH PCC	-	CH TOTAL	60H	
CARÁTER DA DISCIPLINA		<input type="checkbox"/> OBRIGATÓRIA <input checked="" type="checkbox"/> OPTATIVA				NÚMERO DE CRÉDITOS		04		
MODALIDADE DE OFERTA		<input type="checkbox"/> Semestral <input type="checkbox"/> Anual				REQUISITO DE CARGA HORÁRIA		NÃO EXISTE.		
PRÉ-REQUISITO		NÃO EXISTE.				CÓDIGO				
EQUIVALÊNCIA(S)		NÃO EXISTE.				CÓDIGO				
EMENTA		REFLEXÃO SOBRE ASPECTOS CONCEITUAIS, COGNITIVOS E DIDÁTICOS DE CONTEÚDOS ESPECÍFICOS DE MATEMÁTICA BÁSICA NOS EIXOS TEMÁTICOS NÚMEROS E OPERAÇÕES, GEOMETRIA, GRANDEZAS E MEDIDAS E ÁLGEBRA, PRIVILEGIANDO PROPOSTAS DOS LIVROS DIDÁTICOS DE MATEMÁTICA PARA ENSINO BÁSICO E PESQUISAS SOBRE OS TEMAS.								
PRÁTICA COMO COMPONENTE CURRICULAR										
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO		<p>EIXO TEMÁTICO NÚMEROS E OPERAÇÕES:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. OPERAÇÕES FUNDAMENTAIS COM NÚMEROS NATURAIS – DIFERENTES SIGNIFICADOS, ALGORITMOS E UTILIZAÇÃO EM SITUAÇÕES PROBLEMA; 2. NÚMEROS INTEIROS – CONCEITOS, OPERAÇÕES E DIFICULDADES CONCEITUAIS; 3. NÚMEROS RACIONAIS – CONCEITOS, REPRESENTAÇÕES E SIGNIFICADOS <p>EIXO TEMÁTICO: GEOMETRIA E GRANDEZAS E MEDIDAS –</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. NOÇÕES BÁSICAS DE GEOMETRIA PLANA 2. NOÇÕES BÁSICAS DE GEOMETRIA ESPACIAL 3. GRANDEZAS GEOMÉTRICAS (ÁREA, VOLUME E ÂNGULO) <p>EIXO TEMÁTICO: ÁLGEBRA</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. EQUAÇÕES DO 1º E 2º GRAUS: PROCESSOS DE RESOLUÇÃO E APLICAÇÕES EM SITUAÇÕES PROBLEMA 2. SISTEMAS DE EQUAÇÕES DO 1º GRAU: DIFERENTES MÉTODOS DE RESOLUÇÃO; APLICAÇÃO EM SITUAÇÕES PROBLEMA. 3. FUNÇÕES: CONCEITOS BÁSICOS, DIFERENTES REPRESENTAÇÕES E AS RELAÇÕES ENTRE ELAS; 4. IMBRICAÇÕES ENTRE CAMPOS CONCEITUAIS NA RESOLUÇÃO DE SITUAÇÕES ENVOLVENDO CÁLCULO DE ÁREA DE FIGURAS GEOMÉTRICAS PLANAS E CÁLCULO DE VOLUME DO PARALELEPÍPEDO RETÂNGULO. 								
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		<p>BORBA, R; GUIMARÃES, G. Pesquisa e Atividades para o Aprendizado Matemático na Educação Infantil e nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental. Coleção SBEM vol. 8. Brasília: Sociedade Brasileira de Educação Matemática. 2015. Disponível em http://www.sbembrasil.org.br/ebook/ebook.pdf acessado em 19 de jan de 2018.</p> <p>TELES, R. A. M.; BELLEMAIN, P. M. B. . Formulas de área para otimização: um olhar sob a ótica das imbricações entre campos conceituais. Educação Matemática em Revista (São</p>								

	<p>Paulo), v. 31, p. 4-13, 2013. Disponível em http://www.sbem.com.br/revista/index.php/emr/article/viewFile/189/180 acessado em 19/01/2018</p> <p>TELES, R. A. M.. Um Estudo Sobre A Influência Do Campo Algébrico Na Resolução De Situações Que Envolvem Fórmulas De Área. Educação Matemática Pesquisa, v. 12, p. 1-14, 2010. Disponível em https://revistas.pucsp.br/index.php/emp/article/download/2377/2181 acessado em 19/01/2018</p>
<p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</p>	<p>ALVES, E. L. NÚMEROS INTEIROS: MENOS COM MENOS É MENOS OU É MAIS? Resolução de problemas de multiplicação e divisão de números inteiros por alunos do Ensino Regular e da Educação de Jovens e Adultos. Dissertação de mestrado PósGraduação em Educação Matemática e Tecnológica da UFPE. Recife, 2012.</p> <p>ESTEVES, A. K.. Números decimais na escola fundamental: Interações entre os conhecimentos de um grupo de professores e a relação com sua prática pedagógica. Dissertação de Mestrado. Mestrado em Educação Matemática. UFMS, Campo Grande (MS), 2009. (pág. 46 a 66) https://sistemas.ufms.br/sigpos/portal/trabalhos/download/1802/cursoid:91</p> <p>FERNANDES. N. R , BELLEMAIN, P, FIGUEREDO, M e TELES, R. Número Racional e seus diferentes significados Anais... 2º Simpósio Internacional de Pesquisa em Educação Matemática. Recife: UFRPE, 2008. Disponível em: http://www.gente.eti.br/lematec/CDS/SIPEMAT08/artigos/CO-134.pdf</p> <p>FIGUEIREDO, A. P. N. B. ; BELLEMAIN, P. M. B. ; TELES, R. A. M. . Grandeza Volume: um estudo exploratório sobre como alunos do ensino médio lidam com situações de comparação. Boletim de Educação Matemática. BOLEMA , v. 28, p. 1172-1192, 2014. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/bolema/v28n50/1980-4415-bolema-28-50-1172.pdf</p> <p>HILLESHEIM, Selma Felisbino e MORETTI, Mércles Thadeu. A regra de sinais: alguns elementos importantes do seu contexto histórico In: BRANDT, Celia Finck & MORETTI, Mércles Thadeu (Org.) Ensinar e aprender Matemática: possibilidades para a prática educativa. Ponta Grossa: Ed. UEPG, 2016.</p>



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AGRESTE DE PERNAMBUCO

Av. Bom Pastor, S/N. - Boa Vista - CEP 55292-270 - Garanhuns - PE

CNPJ: 35.872.812/0001-01

PROGRAMA DE COMPONENTE CURRICULAR										
COMPONENTE CURRICULAR		AVALIAÇÃO EM LÍNGUA PORTUGUESA					CÓDIGO	UAG00261		
NÚCLEO DE CONHECIMENTO		Núcleo de conteúdos básicos			PERÍODO DE OFERTA					
CH TEÓRICA	60H	CH PRÁTICA	0	CH EAD	0	CH PCC		CH TOTAL	60H	
CARÁTER DA DISCIPLINA		<input type="checkbox"/> OBRIGATÓRIA <input checked="" type="checkbox"/> OPTATIVA				NÚMERO DE CRÉDITOS				
MODALIDADE DE OFERTA		<input type="checkbox"/> Semestral <input type="checkbox"/> Anual				REQUISITO DE CARGA HORÁRIA				
PRÉ-REQUISITO		NÃO EXISTE				CÓDIGO				
EQUIVALÊNCIA(S)		NÃO EXISTE				CÓDIGO				
EMENTA		<p>Perspectivas teóricas da avaliação da aprendizagem (conceitos, princípios, tipos e funções). Avaliação como estratégia de formação e de regulação do ensino-aprendizagem. Critérios, instrumentos e estratégias de avaliação. Processos de avaliação específicos para cada um dos eixos de ensino da Língua Portuguesa (Leitura, Produção de texto escrito, Oralidade, Apropriação do Sistema de Escrita Alfabética e Análise Linguística). Análise de experiências e vivência de práticas de avaliação do processo ensino-aprendizagem da Língua Portuguesa.</p>								
PRÁTICA COMO COMPONENTE CURRICULAR		(Quando houver para o curso)								
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO		<p>1 – Perspectivas teóricas da avaliação do ensino e da aprendizagem. - Paradigmas de avaliação e as implicações para o ensino aprendizagem da língua portuguesa das diferentes formas de se conceber a avaliação; - Avaliação como uma estratégia de formação e de regulação do ensino-aprendizagem. 2 – Avaliação da compreensão leitora: critérios, instrumentos e estratégias. 3 – Avaliação do texto escrito: critérios, instrumentos e estratégias. 4 – Avaliação da escuta e da produção de textos orais: critérios, instrumentos e estratégias. 5 – Avaliação da apropriação do sistema de escrita alfabética: critérios, instrumentos e estratégias 6 – Avaliação dos conhecimentos linguísticos: critérios, instrumentos e estratégias 7 – Análise de experiências vivenciadas na escola de práticas de avaliação do processo ensino-aprendizagem da Língua Portuguesa. 8 – Elaboração de instrumentos, critérios e estratégias para avaliação dos diferentes eixos de ensino de Língua Portuguesa.</p>								

<p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</p>	<p>BATISTA, A. A. G. et al. Avaliação diagnóstica da alfabetização. Belo Horizonte: Ceale/FaE/UFMG, 2005. Acesso em: 22 jan. 2018. Disponível em: http://www.ceale.fae.ufmg.br/app/webroot/files/uploads/instrumentos%20da%20alfa%20C3%A7%C3%A3o/Col-Instrumentos03_AvaliacaoDiagnostica.compressed.pdf</p> <p>HOFFMANN, Jussara. Avaliação: mito & desafio: uma perspectiva construtivista. 36. ed. Porto Alegre: Mediação, 2006.</p> <p>MARCUSCHI, B.; SUASSUNA, L. (Orgs). Avaliação em língua portuguesa: contribuições para a prática pedagógica. Belo Horizonte: Autêntica, 2006. Acesso em: 22 jan. 2018. Disponível em: http://www.serdigital.com.br/gerenciador/clientes/ceel/arquivos/8.pdf</p>
<p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</p>	<p>HADJI, Charles. A avaliação desmistificada. Porto Alegre: Artmed, 2001.</p> <p>LEAL, T. F.; PESSOA, A. C. R. G. (Orgs.) Pacto nacional pela alfabetização na idade certa: Avaliação no ciclo de alfabetização: reflexões e sugestões. Brasília: MEC, SEB, 2012. Acesso em: 22 jan. 2018. Disponível em: http://www.serdigital.com.br/gerenciador/clientes/ceel/material/107.pdf</p> <p>MARCUSCHI, B. Avaliação da Língua Materna: concepções e práticas. Revista de Letras. n. 26, v.1/2, p. 44-49, jan./dez. 2004. http://www.periodicos.ufc.br/revletras/article/view/2264/1733</p> <p>PERRENOUD, Philippe. Avaliação: da excelência à regulação das aprendizagens entre duas lógicas. Porto Alegre: Artes Médicas, 1999.</p> <p>TEIXEIRA, Josele; NUNES, Liliane. Avaliação escolar: da teoria à prática. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2008.</p>



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AGRESTE DE PERNAMBUCO
 Av. Bom Pastor, S/N. - Boa Vista - CEP 55292-270 - Garanhuns - PE
 CNPJ: 35.872.812/0001-01

PROGRAMA DE COMPONENTE CURRICULAR										
COMPONENTE CURRICULAR		Currículo, subjetividade e cultura.					CÓDIGO	UAG00270		
NÚCLEO DE CONHECIMENTO		Núcleo de conteúdos básicos			PERÍODO DE OFERTA					
CH TEÓRICA	45	CH PRÁTICA	15	CH EAD	-	CH PCC	-	CH TOTAL	60	
CARÁTER DA DISCIPLINA		<input type="checkbox"/> OBRIGATÓRIA <input checked="" type="checkbox"/> OPTATIVA				NÚMERO DE CRÉDITOS	07			
MODALIDADE DE OFERTA		<input checked="" type="checkbox"/> Semestral <input type="checkbox"/> Anual				REQUISITO DE CARGA HORÁRIA	Não há requisito de carga horária para esse componente curricular.			
PRÉ-REQUISITO		NÃO EXISTE				CÓDIGO				
EQUIVALÊNCIA(S)		NÃO EXISTE.				CÓDIGO				
EMENTA		Investigar temas centrais no campo do currículo, abrangendo as dimensões históricas, políticas e culturais em suas diferentes perspectivas teóricas. Abordar as teorias curriculares instrumentais, teorias críticas e teorias pós-críticas e sua expressão nas práticas curriculares.								
PRÁTICA COMO COMPONENTE CURRICULAR		Observar e analisar as práticas curriculares na escola articulando com os conteúdos teóricos estudados na disciplina.								
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO		<ul style="list-style-type: none"> ❖ Currículo: teoria e história ❖ Teorias Tradicionais do Currículo ❖ Teorias Críticas do Currículo ❖ Teorias Pós-Críticas do Currículo ❖ Currículo, identidade e diferença ❖ Currículo e Gênero ❖ Currículo e Inclusão Currículo e as relações Ético-Raciais								
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		HALL, Stuart. A identidade cultural na pós-modernidade . RJ: DP&A, 2003. p. 07-46. LOPES, Alice Casimiro. Teorias pós-críticas, política e currículo. Educação, sociedade e culturas . N. 39, 2013. 7-23. Disponível em: chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://www.fpce.up.pt/ciie/sites/default/files/02.AliceLopes.pdf SILVA, Tomaz Tadeu da. Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo . Belo Horizonte: Autêntica, 2016.								

<p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</p>	<p>LOPES, Alice Casimiro. Por um currículo sem fundamentos. Linhas Críticas. Brasília: DF, v. 21, n. 45, 445-466, mai./ago./2015. Disponível em: https://periodicos.unb.br/index.php/linhascriticas/article/view/4581/4179.</p> <p>MACEDO, Elizabeth. Currículo: política, cultura e poder. Currículo sem Fronteiras, v.6, n.2, pp.98-113, Jul/Dez 2006. Disponível em: chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpegglefindmkaj/https://www.curriculosemfronteiras.org/vol6iss2articles/macedo.pdf</p>



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AGRESTE DE PERNAMBUCO
 Av. Bom Pastor, S/N. - Boa Vista - CEP 55292-270 - Garanhuns - PE
 CNPJ: 35.872.812/0001-01

PROGRAMA DE COMPONENTE CURRICULAR										
COMPONENTE CURRICULAR		EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA					CÓDIGO	UAG3076		
NÚCLEO DE CONHECIMENTO		Núcleo de conteúdos básicos			PERÍODO DE OFERTA	---				
CH TEÓRICA	45H	CH PRÁTICA	15H	CH EAD	-	CH PCC	-	CH TOTAL	60H	
CARÁTER DA DISCIPLINA		<input type="checkbox"/> OBRIGATÓRIA <input checked="" type="checkbox"/> OPTATIVA				NÚMERO DE CRÉDITOS	04			
MODALIDADE DE OFERTA		<input type="checkbox"/> Semestral <input type="checkbox"/> Anual				REQUISITO DE CARGA HORÁRIA	NÃO EXISTE.			
PRÉ-REQUISITO		NÃO EXISTE.				CÓDIGO				
EQUIVALÊNCIA(S)		NÃO EXISTE.				CÓDIGO				
EMENTA		EDUCAÇÃO E EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA. A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA. FUNDAMENTOS LEGAIS DA EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA NO BRASIL. EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA COMO MODALIDADE EDUCACIONAL. AMBIENTES VIRTUAIS DE APRENDIZAGEM E AS TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO NA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA. PERSPECTIVAS ATUAIS DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA.								
PRÁTICA COMO COMPONENTE CURRICULAR										
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO		<ol style="list-style-type: none"> 1) Educação e Educação a Distância <ol style="list-style-type: none"> a) Definição e objetivos da educação. b) Conceito de Educação a Distância (EaD). c) Comparação entre educação presencial e EaD. 2) A História da Educação a Distância <ol style="list-style-type: none"> a) Evolução histórica da EaD no mundo. b) Marcos significativos na história da EaD no Brasil. c) Principais mudanças e inovações tecnológicas que influenciaram a EaD. 3) Fundamentos Legais da Educação a Distância no Brasil <ol style="list-style-type: none"> a) Legislação e normativas brasileiras que regulam a EaD. b) Diretrizes e bases da educação nacional aplicadas à EaD. c) Políticas públicas e regulamentações específicas para EaD. 4) Educação a Distância como Modalidade Educacional <ol style="list-style-type: none"> a) Características e tipologias da EaD. b) Vantagens e desafios da EaD. c) Modelos pedagógicos e metodológicos aplicados à EaD. 5) Ambientes Virtuais de Aprendizagem e as Tecnologias da Informação e Comunicação na Educação a Distância <ol style="list-style-type: none"> a) Definição e importância dos Ambientes Virtuais de Aprendizagem (AVA). b) Principais plataformas e ferramentas tecnológicas usadas na EaD. c) Integração das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) na EaD. d) Experiências práticas e estudos de caso sobre o uso de AVA. 6) Perspectivas Atuais de Educação a Distância <ol style="list-style-type: none"> a) Tendências e inovações em EaD. b) Impacto da pandemia de COVID-19 na EaD. c) Futuro da EaD: novos formatos, tecnologias emergentes e metodologias. 								

<p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</p>	<p>BACICH, Lilian; TANZI NETO, Adolfo; TREVISANI, Fernando de Mello (org.). Ensino híbrido: personalização e tecnologia na educação. Porto Alegre: Penso, 2015. 270 p. ISBN 9788584290482 (broch.).</p> <p>BEHAR, Patrícia Alejandra (org). Modelos pedagógicos em educação a distância. Porto Alegre: Artmed, 2009.</p> <p>MATTAR, João. Design educacional: educação a distância na prática. 1. ed. Sao Paulo: Artesanato educacional, 2014. 190 p. (Coleção Tecnologia educacional; 4). ISBN 9788564803022 (broch.).</p>
<p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</p>	<p>BELLONI, Maria Luiza. Educação a Distância. Campinas, SP: Autores Associados, 2012.</p> <p>CARVALHO, Jaciara de Sá. Redes e comunidades: ensino-e-aprendizagem pela internet. Sao Paulo: Instituto Paulo Freire, 2011. 95 p. (Cidadania Planetária; 4). ISBN 9788561910716 (broch.).</p> <p>KENSKI, Vani Moreira. Tecnologias e ensino presencial e a distância. 9. ed. Campinas, SP: Papirus, 2012. 157 p. (Prática pedagógica). ISBN 9788530807085 (broch.).</p> <p>MOORE, Michael G.; KEARSLEY, Greg. Educação a distância: sistemas de aprendizagem on-line. Sao Paulo: Cengage Learning, 2014. xxi, 433 p. ISBN 9788522112869 (broch.).</p> <p>ROSINI, Alessandro Marco. As novas tecnologias da informação e a educação a distância. Sao Paulo: Thomson Learning, 2007. xiv, 131 p. ISBN 8522105421 (broch.).</p>



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AGRESTE DE PERNAMBUCO
 Av. Bom Pastor, S/N. - Boa Vista - CEP 55292-270 - Garanhuns - PE
 CNPJ: 35.872.812/0001-01

PROGRAMA DE COMPONENTE CURRICULAR									
COMPONENTE CURRICULAR		EDUCAÇÃO DO CAMPO II				CÓDIGO	UAG00265		
NÚCLEO DE CONHECIMENTO		Núcleo de conteúdos básicos		PERÍODO DE OFERTA					
CH TEÓRICA	60h	CH PRÁTICA	-----	CH EAD	-----	CH PCC		CH TOTAL	
CARÁTER DA DISCIPLINA		<input type="checkbox"/> OBRIGATÓRIA <input checked="" type="checkbox"/> OPTATIVA				NÚMERO DE CRÉDITOS	04		
MODALIDADE DE OFERTA		<input type="checkbox"/> Semestral <input type="checkbox"/> Anual				REQUISITO DE CARGA HORÁRIA	Não há requisito de carga horária para esse componente curricular		
PRÉ-REQUISITO		Não há requisito de carga horária para esse componente curricular				CÓDIGO			
EQUIVALÊNCIA(S)		Não há correquisito de carga horária para esse componente curricular				CÓDIGO			
EMENTA		<p>A disciplina Educação do Campo II foi pensada com duas intenções principais: 1) reforçar a temática da Educação do Campo 2) iniciar os estudantes em uma formação avançada, estimulando a publicação de artigos. No primeiro ponto, entende-se que a necessidade de reforçarmos a temática da Educação do Campo numa Universidade Federal Rural e na Unidade Acadêmica de Garanhuns é essencial para afirmarmos nossa comunidade como um espaço de saber e de produção de saber e nossa Universidade como um local de pesquisa privilegiada desses saberes. Essa disciplina terá como finalidade abordar os pontos de diálogos entre a teoria social do campo e a teoria pedagógica. Iremos inicialmente abordar o Campo como lugar de saberes e de produção de saberes. Posteriormente, iremos também trabalhar com a temática da Educação do Campo por autores que vem operando esse diálogo de saberes, notadamente com os movimentos sociais camponeses, no Brasil e na América Latina. A partir disso, no segundo ponto, iremos direcionar os debates para a produção de artigos acadêmicos, onde o educando irá ter contato com procedimentos de escrita, pesquisa bibliográfica, referência, citações, etc. A ideia é que os melhores trabalhos dessa disciplina possam se transformar numa publicação futura.</p>							
PRÁTICA COMO COMPONENTE CURRICULAR		(Quando houver para o curso)							

<p style="text-align: center;">CONTEÚDO PROGRAMÁTICO</p>	<ol style="list-style-type: none"> 1. O Campo – Espaço Epistemológico 2. A Escola do Campo e seus desafios no Século XXI 3. Métodos pedagógicos específicos para a escola do campo 4. Espaços não formais de educação e a Educação do Campo 5. Métodos Pedagógicos Alternativos e Educação do Campo
<p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</p>	<p>AUED, Bernadete Wrublewski e VENDRAMINI, Célia Regina (org.). Temas e Problemas no ensino em escolas do campo. Ed. Outras Expressões, 1ª ed. São Paulo, 2012.</p> <p>ANTONIO, Clésio A e LUCINI, Marizete. Ensinar e Aprender na Educação do Campo: Processos Históricos e Pedagógicos em Relação. Cad CEDES, Campinas, vol, 27, n. 72, p 177-195, Maio/Agosto 2007</p> <p>ARROYO, Miguel. Por um Tratamento Público da Educação do Campo. Em: MOLINA, Mônica e JESUS, Sônia Meire Santos Azevedo de. Por uma Educação do Campo. Contribuições para um Projeto de Educação do Campo. vol.5. Brasília, 2004. P.54- 63</p> <p>BAHNIUK, Caroline. Educação, Trabalho e Emancipação Humana: Um Estudo sobre as Escolas Itinerantes dos Acampamentos do MST. Dissertação de Mestrado, Florianópolis, 2008.</p> <p>CALDART, Roseli. Elementos para a Construção do Projeto Político Pedagógico da Educação do Campo. Em: MOLINA, Mônica e JESUS, Sônia Meire Santos Azevedo de. Por uma Educação do Campo. Contribuições para um Projeto de Educação do Campo. vol.5. Brasília, 2004.p. 10-31</p> <p>FERNANDES, Bernardo Mançano e Molina, Mônica Castanho. O Campo da Educação do Campo. Em: MOLINA, Mônica e JESUS, Sônia Meire Santos Azevedo de. Por uma Educação do Campo. Contribuições para um Projeto de Educação do Campo. vol.5. Brasília, 2004.p. 32-53.</p> <p>MARIANO, Alessandro Santos e SAPELLI, Marlene Lucia Sibert. Fechar Escola é Crime Social: Causas, Impacto e Esforços Coletivos Contra o Fechamento das Escolas no Campo.6º. Seminário Nacional Estado e Políticas Sociais. 2º. Seminário de Direitos Humanos. Capitalismo Contemporâneo na América Latina: Políticas Sociais Universais? 15 a 18 de Setembro, Toledo, PR. 2014.</p> <p>SANTOS, Boaventura de Sousa (org.). Semear outras soluções: os caminhos da biodiversidade e dos conhecimentos rivais. Civilização Brasileira, 2005.</p>
<p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</p>	<p>CALDART, Roseli S. A Escola do Campo em Movimento. <i>Currículo Sem Fronteiras</i>, v,3, n.1, pp.60-81, Jan/Jun 2003.</p> <p>DE CARLI, Caetano. O discurso político da agroecologia no MST: O caso do Assentamento 17 de Abril em Eldorado dos Carajás, Pará. Revista Crítica de Ciências Sociais, v. 100, p. 105-130. Coimbra. 2013</p> <p>DE CARLI, Caetano. Alternativas socialistas, experiências solidárias: luta pela terra, reforma agrária e cooperativismo no Brasil e em Portugal. Otra Economia. Revista Latino Americana de Economía Solidaria, Vol 8, N. 15, 2014, São Leopoldo (RS). (Data de Entrega de Primeiro Exercício)</p> <p>ESCOBAR, Arturo. O Lugar da Natureza e a Natureza do Lugar: globalização ou pós- desenvolvimento? Em: LANDER, Edgardo (org.) <i>A Colonialidade do Saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas Latino-americanas</i>. Colección Sur-Sur, CLACSO, Buenos Aires, 2005.</p>

Panorama da Educação do Campo – Brasília/DF. INEP. MEC. 2007
Programa Agrário do MST. Lutar, Construir Reforma Agrária Popular!
VI Congresso Nacional do MST. Fevereiro de 2014.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AGRESTE DE PERNAMBUCO
 Av. Bom Pastor, S/N. - Boa Vista - CEP 55292-270 - Garanhuns - PE
 CNPJ: 35.872.812/0001-01

PROGRAMA DE COMPONENTE CURRICULAR										
COMPONENTE CURRICULAR		Educação e Cidadania					CÓDIGO		UAG00267	
NÚCLEO DE CONHECIMENTO		Núcleo de conteúdos básicos			PERÍODO DE OFERTA					
CH TEÓRICA	60h	CH PRÁTICA	-	CH EAD	-	CH PCC	-	CH TOTAL	60	
CARÁTER DA DISCIPLINA		() OBRIGATÓRIA (X) OPTATIVA				NÚMERO DE CRÉDITOS		04		
MODALIDADE DE OFERTA		(X) Semestral () Anual				REQUISITO DE CARGA HORÁRIA		-		
PRÉ-REQUISITO		NÃO EXISTE.				CÓDIGO				
EQUIVALÊNCIA(S)		NÃO EXISTE.				CÓDIGO				
EMENTA		EDUCAÇÃO E CIDADANIA NO MUNDO CONTEMPORÂNEO.								
PRÁTICA COMO COMPONENTE CURRICULAR		-								
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO		<ul style="list-style-type: none"> • A Revolução Francesa e os direitos do homem e do cidadão. • Bases teóricas que fundamentaram os direitos humanos. • Trabalho e contradições da nova cidadania. • Da crise do capitalismo à carta de declaração dos Direitos Humanos. • Decadência da Grande Narrativa e diversidade dos atores políticos. • Revolução cultural e comportamental. 								
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		FREIRE, Paulo. Pedagogia do Oprimido . Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1981. HOBBSAWM, Eric. Era das Revoluções . 9 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998. HOBBSAWM, Eric. Era dos Extremos . 5 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.								
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR		ADORNO, Theodor W. Educação e emancipação . 3 ed. Tradução Wolfgang Leo Maar. São Paulo: Paz e Terra, 2009. FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa . 9 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998. FOUCAULT, Michel. Microfísica do Poder . 21 ed. São Paulo: Graal, 2005. HELLER, Agnes; FEHÉR, Ferenc. A condição política pós-moderna . Tradução Maros Santarrita. 2 Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. KANT, Immanuel. Resposta à pergunta: "O que é Iluminismo" . Tradução Artur Morão. Disponível em:								

http://www.lusosofia.net/textos/kant_o_iluminismo_1784.pdf Acesso:
05/05/2018.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AGRESTE DE PERNAMBUCO

Av. Bom Pastor, S/N. - Boa Vista - CEP 55292-270 - Garanhuns - PE

CNPJ: 35.872.812/0001-01

PROGRAMA DE COMPONENTE CURRICULAR										
COMPONENTE CURRICULAR		EDUCAÇÃO E EPISTEMOLOGIAS DO SUL					CÓDIGO	UAG00266		
NÚCLEO DE CONHECIMENTO		Núcleo de conteúdos básicos			PERÍODO DE OFERTA					
CH TEÓRICA	60h	CH PRÁTICA	-----	CH EAD	-----	CH PCC		CH TOTAL		
CARÁTER DA DISCIPLINA		<input type="checkbox"/> OBRIGATÓRIA <input checked="" type="checkbox"/> OPTATIVA				NÚMERO DE CRÉDITOS	04			
MODALIDADE DE OFERTA		<input type="checkbox"/> Semestral <input type="checkbox"/> Anual				REQUISITO DE CARGA HORÁRIA	Não há requisito de carga horária para esse componente curricular			
PRÉ-REQUISITO		Não há requisito de carga horária para esse componente curricular				CÓDIGO				
EQUIVALÊNCIA(S)		Não há correquisito de carga horária para esse componente curricular				CÓDIGO				
EMENTA		<p>A disciplina Educação e Epistemologias do Sul tem como finalidade agregar debates interdisciplinares entre a teoria sociológica e a teoria pedagógica no que concerne a dois questionamentos cruciais dessas duas teorias: como a sociedade pode transformar a educação e como a educação pode transformar a sociedade. Sobre esses pontos iremos abordar como práticas de movimentos sociais e de outros segmentos da sociedade vem também transformando a ideia de educação e de saber, notadamente a partir da ideia de Epistemologias do Sul. Assim, essa disciplina terá também como enfoque o debate da educação sob o ponto de vista do debate sobre as epistemologias que se inserem no processo educativo. Para realizar esse debate iremos nos valer das teorias pós-coloniais (Said, Spivak, Boaventura de Sousa Santos) e da ideia de colonialidade de poder, de saber e do ser (Quijano, Mignolo e Escobar).</p>								
PRÁTICA COMO COMPONENTE CURRICULAR		(Quando houver para o curso)								
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO		<ol style="list-style-type: none"> 1. Consciência, Representação e Epistemologia. 2. Educação, Conhecimento e Pós-Colonialismos 3. Epistemologias do Sul e Ecologia dos Saberes 4. Colonialidade do Poder, do Saber e do Ser 								
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		FOUCAULT, Michel. As Palavras e as Coisas . Martins Fontes, São Paulo, 2000. QUIJANO, Anibal. Colonialidade do Poder e Classificação Social . Em: SANTOS,								

	<p>Boaventura de Sousa e MENESES, Maria Paula (org.). <i>Epistemologias do Sul</i>, Almedina, Coimbra (2009).</p> <p>LANDER, Edgard (org.) Colonialidade do Saber: eurocentrismo e ciências sociais Perspectivas latino-americanas. Colecion Sur-Sur, CLACSO, Ciudad Autonoma de Buenos Aires, Argentina, Setembro 2005.</p> <p>QUIJANO, Anibal. Colonialidade do Poder e Classificação Social. Em: SANTOS, Boaventura de Sousa e MENESES, Maria Paula (org.). <i>Epistemologias do Sul</i>, Almedina, Coimbra (2009).</p> <p>SAID, Edward. O Orientalismo. Edições Cotovia. Lisboa. 2004.</p> <p>SANTOS, Boaventura de Sousa. Para Além do Pensamento Abissal. Das Linhas Globais e uma ecologia dos saberes. RCCS, 78, Outubro, 2007 3-46.</p> <p>SANTOS, Boaventura de Sousa e MENESES, Maria Paula (org.). Epistemologias do Sul, Almedina, Coimbra (2009).</p> <p>SANTOS, Boaventura de Sousa “Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências” <i>Revista Crítica de Ciências Sociais</i>. 63, 237-280. 2002.</p> <p>SPIVAK, Gayatary C. Pode o Subalterno Falar? UGMG. Belo Horizonte. 2010.</p>
<p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</p>	<p>ESCOBAR, Arturo. Mundos y Conhecimentos de outro modo. <i>Tabula Rasa</i> n. 1, 51-86, Bogotá, 2003.</p> <p>FREIRE, Paulo. Pedagogia do oprimido. 17 ed. 23 reimpressão. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.</p> <p>ILLICH, Ivan. Sociedade sem escolas. 7ª. Edição. Vozes, Petrópolis, 1985. P.5-67</p> <p>MARX, Karl. Crítica da Filosofia do Direito de Hegel – Introdução em: MARX, Karl. <i>Crítica da Filosofia do Direito de Hegel</i>. Boitempo Editorial, São Paulo. 2010 145-158.</p> <p>MIGNOLO, Walter. “La colonialidad: él lado mas obscuro de la modernidade” em MIGNOLO, Walter. <i>Desobediencia Epistemica. Retórica de la Modernidad, lógica de la colonialidad y gramatica de la descolonialidade</i>. Ediciones signo, 2010.</p> <p>MORIN, Edgar. As Cegueiras do Conhecimento: O erro e a Ilusão em: Morin, Edgar. <i>Os Setes Saberes Necessários à Educação do Futuro</i>. 2ª edição, São Paulo, Cortez, 2000.</p>



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AGRESTE DE PERNAMBUCO

Av. Bom Pastor, S/N. - Boa Vista - CEP 55292-270 - Garanhuns - PE

CNPJ: 35.872.812/0001-01

PROGRAMA DE COMPONENTE CURRICULAR										
COMPONENTE CURRICULAR		EDUCAÇÃO E RELAÇÕES DE PODER					CÓDIGO		UAG00215	
NÚCLEO DE CONHECIMENTO		Núcleo de conteúdos básicos			PERÍODO DE OFERTA					
CH TEÓRICA	60h	CH PRÁTICA	----- -	CH EAD	-----	CH PCC		CH TOTAL		
CARÁTER DA DISCIPLINA		<input type="checkbox"/> OBRIGATÓRIA <input checked="" type="checkbox"/> OPTATIVA				NÚMERO DE CRÉDITOS		04		
MODALIDADE DE OFERTA		<input type="checkbox"/> Semestral <input type="checkbox"/> Anual				REQUISITO DE CARGA HORÁRIA		Não há requisito de carga horária para esse componente curricular		
PRÉ-REQUISITO		NÃO EXISTE				CÓDIGO				
EQUIVALÊNCIA(S)		NÃO EXISTE				CÓDIGO				
EMENTA		Educação e relações de poder nas perspectivas de Louis Althusser e de Michel Foucault. Educação e as relações entre teoria e prática. O aparelho escolar, o Estado e o poder. O espaço escolar, a disciplina e o poder. A educação entre a crítica da ideologia e a análise do discurso. Educação e poder segundo Althusser e Foucault.								
PRÁTICA COMO COMPONENTE CURRICULAR		(Quando houver para o curso)								
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO		1. As relações de poder do campo educacional e do espaço escolar segundo Louis Althusser e Michel Foucault: diálogos e diferenças. 2. Da teoria descritiva à prática social. 3. Relações de revezamento entre teoria e prática 4. Educação escolar como aparelho ideológico de Estado 5. A crítica da ideologia do ensino escolar 6. Educação e a reprodução do poder 7. Educação escolar como espaço de múltiplos poderes 8. A análise discursiva da disciplina escolar 9. Educação e a produção do saber								
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		ALTHUSSER, Louis. Aparelhos Ideológicos de Estado : nota sobre os Aparelhos Ideológicos de Estado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2102. FOUCAULT, Michel. Vigiar e Punir : nascimento da prisão. Rio de Janeiro: Vozes, 2009. MARX, Karl. Manuscritos econômicos-filosóficos e outros textos escolhidos . São Paulo: Abril Cultural, 1978.								
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR		BOTTEMORE, Tom. Dicionário do pensamento marxista . Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001. CHAUI, Marilena. Brasil: mito fundador e sociedade autoritária . São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2007. __. O que é ideologia . São Paulo: Brasiliense, 1987. FOUCAULT, Michel. A ordem do discurso . São Paulo: Loyola, 2004.								

_. **Microfísica do poder.** Rio de Janeiro: Edições Graal, 2010.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AGRESTE DE PERNAMBUCO

Av. Bom Pastor, S/N. - Boa Vista - CEP 55292-270 - Garanhuns - PE

CNPJ: 35.872.812/0001-01

PROGRAMA DE COMPONENTE CURRICULAR										
COMPONENTE CURRICULAR		PEDAGOGIA EM ESPAÇOS NÃO ESCOLARES					CÓDIGO	PED00007		
NÚCLEO DE CONHECIMENTO		Núcleo de conteúdos básicos			PERÍODO DE OFERTA	6º PERÍODO				
CH TEÓRICA	45H	CH PRÁTICA	15H	CH EAD		CH PCC		CH TOTAL	60H	
CARÁTER DA DISCIPLINA		() OBRIGATÓRIA (x) OPTATIVA				NÚMERO DE CRÉDITOS	4			
MODALIDADE DE OFERTA		(X) Semestral () Anual				REQUISITO DE CARGA HORÁRIA	Não existe			
PRÉ-REQUISITO		Não existe				CÓDIGO				
EQUIVALÊNCIA(S)		Não existe				CÓDIGO				
EMENTA		Educação e desenvolvimento integral do cidadão/ato político. Conceituações da Educação e Educação Não-Escolar. Aspectos teóricos e práticos do campo de atuação da Educação não-escolar / educação não-formal. Demandas socioeducacionais das instituições contemporâneas brasileiras. Fundamentação legal e espaços de atuação do pedagogo em espaços não escolares / não-formais.								
PRÁTICA COMO COMPONENTE CURRICULAR										
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO		<ul style="list-style-type: none"> • A Educação e o desenvolvimento integral do indivíduo; • Os conceitos, especificidades e características da Educação Não-Escolar; • Organização e DCNs para o curso de Pedagogia e suas orientações para o trabalho pedagógico em espaços não-escolares. • A profissionalização do pedagogo e as novas demandas socioeducacionais das instituições contemporâneas brasileiras. • A educação e o papel do pedagogo nos seguintes espaços: órgãos governamentais; terceiro setor; entidades culturais; mercado empresarial; hospitalar; âmbito jurídico; entre outros. • A educação e o papel do pedagogo na educação popular, não formal e nos movimentos sociais. 								
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		<ol style="list-style-type: none"> 1. ARROYO, Miguel Gonzalez. Educação do Campo: movimentos sociais e formação docente. Belo Horizonte, Editora Autêntica, 2010, p. 232-250. 2. BERNARDES, Cyntia Aparecida de Araújo. Pedagogia Jurídica: contribuições do pedagogo em Varas de Infância e Juventude. Editora Dialética, 2021. 3. BATISTA, Isabel; CARVALHO, Adalberto Dias. Educação social: fundamentos e estratégias. Portugal: Porto Editora, 2004. 4. BRASIL, Resolução CNE/CP N. 01, de 15 de maio de 2006. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia, licenciatura 5. BRANDÃO, Carlos Rodrigues. O que é educação. 33a ed. São Paulo: Brasiliense, 1995. 6. COLL, C. Educação, escola e comunidade: na busca de um compromisso. In: Comunidade e escola: a integração necessária. Pátio. Revista Pedagógica. Porto Alegre, Artes Médicas, ano 3, n.10, 1999, p. 8-12. 								

	<p>7. FALK, John & DIERKING, Lynn. Learning from museums: visitor experiences and the making of meaning. Walnut Creek, CA, AltaMira Press, 2000.</p> <p>8. FREIRE, P. Pedagogia do oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.</p> <p>9. GARCIA-CANCLINI, N. Culturas híbridas. São Paulo: Edusp, 2000.</p> <p>10. GHIRALDELLI JR, P. O que é pedagogia. 6. ed. São Paulo: Brasiliense, 1991.</p> <p>11. GOHN, M. da G. Movimentos sociais e Educação. 7. ed., São Paulo, Cortez, 2009.</p> <p>12. GOHN, M. da G. Educação Não-Formal e Cultural Política. Impactos sobre o associativismo do terceiro setor. 3. Ed. São Paulo: Cortez, 2005.</p>
<p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</p>	<p>1. GOHN, M. da G. A educação não-formal e a relação escola-comunidade. Revista ECCOS, no 2, vol. 6, Dez 2004, p. 39-65.</p> <p>2. GOHN, M. da G.. Educação não-formal na pedagogia social.. In: I CONGRESSO INTERNACIONAL DE PEDAGOGIA SOCIAL, 1., 2006, . Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo. <http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=MSC00000009200600100034&lng=en&nrm=abn>. Acessado em:: 04 Mar. 2024.</p> <p>3. MELO, Simony Freitas de. SANTOS, Gidair Lopes dos. Pedagogia Jurídica: As Práticas do Pedagogo no Judiciário. Editora UFPE: Recife, 2015.</p> <p>4. PETRUS, A. (Coord.). Pedagogia Social. Barcelona. Ariel. 1997.</p> <p>5. RIBEIRO. A. E. A. Pedagogia empresarial: atuação do pedagogo na empresa. 5. ed. Rio de Janeiro: Wak, 2008.</p> <p>6. SA, R. A. de. Pedagogia: identidade e formação: o trabalho pedagógico nos processos educativos não-escolares. Revista Educar, Curitiba, n. 16, p. 171-180. 2000. Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/pdf/er/n16/n16a12.pdf></p>



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AGRESTE DE PERNAMBUCO

Av. Bom Pastor, S/N. - Boa Vista - CEP 55292-270 - Garanhuns - PE

CNPJ: 35.872.812/0001-01

PROGRAMA DE COMPONENTE CURRICULAR										
COMPONENTE CURRICULAR		EDUCAÇÃO POPULAR					CÓDIGO	UAG00264		
NÚCLEO DE CONHECIMENTO		Núcleo de conteúdos básicos			PERÍODO DE OFERTA					
CH TEÓRICA	60h	CH PRÁTICA	-----	CH EAD	-----	CH PCC		CH TOTAL		
CARÁTER DA DISCIPLINA		<input type="checkbox"/> OBRIGATÓRIA <input checked="" type="checkbox"/> OPTATIVA				NÚMERO DE CRÉDITOS		04		
MODALIDADE DE OFERTA		<input type="checkbox"/> Semestral <input type="checkbox"/> Anual				REQUISITO DE CARGA HORÁRIA		Não há requisito de carga horária para esse componente curricular		
PRÉ-REQUISITO		Não há requisito de carga horária para esse componente curricular				CÓDIGO				
EQUIVALÊNCIA(S)		Não há correquisito de carga horária para esse componente curricular				CÓDIGO				
EMENTA		<p>A Educação Popular vem sendo, desde meados do século XX, um dos principais polos de crítica e mudança em torno das formas tradicionais de ensino aprendizagem, da concepção bancária de educação, da concepção indolente de saber, dos processos problemáticos situados na lógica escolar e da relação, cada vez maior, entre educação e mercado. Essa disciplina irá abordar, portanto, algumas das teorias fundamentais da educação popular e traçar o seu histórico e os desafios neste início do século XXI. A ideia de diálogo de saberes, em Paulo Freire, tradução intercultural de saberes em Boaventura de Sousa Santos, de escolarização em Ivan Illich e de Universidade dos Movimentos Sociais serão trabalhados aqui.</p>								
PRÁTICA COMO COMPONENTE CURRICULAR		(Quando houver para o curso)								
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO		<ol style="list-style-type: none"> 1. Os conceitos de educação bancária, práxis e diálogo de saberes em Paulo Freire 2. A crítica à Sociedade Escolarizada em Ivan Illich 3. A relação da produção do conhecimento nas Universidades e o Mercado 4. Epistemologias do Sul e tradução inter-cultural 5. Desafios da Educação Popular no Século XXI 								
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		<p>BENZAQUEN, Julia. UniTerra: Uma Universidad de los Movimentos Sociales. CASTELLS, Manuel. Apresentação. Redes de Indignação e Esperança. Movimentos Sociais na era da Internet.</p>								

	<p>FREIRE, Paulo. A Pedagogia do Oprimido. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982.</p> <p>ILLICH, Ivan. Sociedade sem escolas. 7ª. Edição. Vozes, Petrópolis, 1985. P.5-67</p> <p>PONTUAL, Pedro e IRELAND, Timothy. Educação Popular na América Latina: diálogos e desafios. MEC, Brasília, 2006.</p> <p>SANTOS, Boaventura de Sousa “Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências” <i>Revista Crítica de Ciências Sociais</i>. 63, 237-280. 2002</p> <p>SANTOS, Boaventura de Sousa. A Universidade no Século XXI: Para uma Reforma Democrática e Emancipatória da Universidade. Brasília, 2004.</p>
<p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</p>	<p>ARROYO, Miguel. A Educação Básica e o Movimento Social do Campo. Em: ARROYO, Miguel G., CALDART, Roseli, MOLINA, Mônica C. (Org.) Por uma Educação do Campo. 4ª. Edição, Petrópolis. Vozes, 2009. p.66-86</p> <p>CALDART, Roseli. Por uma Educação do Campo: traços de uma identidade em construção. Em: ARROYO, Miguel G., CALDART, Roseli, MOLINA, Mônica C. (Org.) Por uma Educação do Campo. 4ª. Edição, Petrópolis. Vozes, 2009. P.147-160</p> <p>FREIRE, Paulo. Comunicação ou Extensão?. 8ª edição, Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1983</p> <p>MST –Setor de Educação (Org.) Boletim da Educação, n. 9. Educação no MST, Balanço 20 Anos, Dezembro de 2004</p> <p>SANTOS, Boaventura de Sousa. Para Além do Pensamento Abissal: das linhas globais a uma ecologia dos saberes. <i>Revista Crítica de Ciências Sociais</i>, 78, 2007 3-46</p> <p>SANTOS, Boaventura de Sousa. A Universidade das Ideias e a Ideia de Universidade. Em: SANTOS, Boaventura de Sousa. Pelas Mãos de Alice. O Social e o Político na Pós- Modernidade. Almedina, Coimbra, 1994.</p>



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AGRESTE DE PERNAMBUCO

Av. Bom Pastor, S/N. - Boa Vista - CEP 55292-270 - Garanhuns - PE

CNPJ: 35.872.812/0001-01

PROGRAMA DE COMPONENTE CURRICULAR										
COMPONENTE CURRICULAR		ENSINO DE HISTÓRIA E CINEMA					CÓDIGO		UAG00278	
NÚCLEO DE CONHECIMENTO		Núcleo de conteúdos básicos			PERÍODO DE OFERTA					
CH TEÓRICA	45H	CH PRÁTICA	15H	CH EAD	-----	CH PCC		CH TOTAL		
CARÁTER DA DISCIPLINA		<input type="checkbox"/> OBRIGATÓRIA <input checked="" type="checkbox"/> OPTATIVA				NÚMERO DE CRÉDITOS		04		
MODALIDADE DE OFERTA		<input type="checkbox"/> Semestral <input type="checkbox"/> Anual				REQUISITO DE CARGA HORÁRIA		Não há requisito de carga horária para esse componente curricular		
PRÉ-REQUISITO		Não há requisito de carga horária para esse componente curricular				CÓDIGO				
EQUIVALÊNCIA(S)		Não há correquisito de carga horária para esse componente curricular				CÓDIGO				
EMENTA		O cinema como ferramenta didática. Cinema, História e memória. A linguagem cinematográfica. Orientações metodológicas para uso do cinema nas aulas de história. Análise de filmes.								
PRÁTICA COMO COMPONENTE CURRICULAR		(Quando houver para o curso)								
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO		<p>Unidade 1</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Discussão sobre metodologias de ensino com diferentes linguagens nas aulas de História: uso do filme; 2. História do cinema; 3. História e memória em filme; 4. Os elementos que caracterizam os diferentes tipos de filme: linguagem, fotografia, roteiro, personagens, tempo, espaço. <p>Unidade 2</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Análise de filmes; 2. Instrumentos didáticos que contribuam com o trabalho docente para uso do filme e sala de aula: roteiro de trabalho, critérios de seleção de filmes, atividades; <p>Produção de projetos de trabalho com uso de filme para aprendizagem histórica.</p>								
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		CARDOSO, Ciro & MAUAD, Ana Maria. História e Imagem: o caso da fotografia e do cinema. In: Domínios da História . Rio de Janeiro: Ed. Campus, 1997, p. 401-417.								

	<p>FERREIRA, Jorge & SOARES, Mariza de Carvalho (org.). A História vai ao Cinema. Rio de Janeiro: Record, 2001.</p> <p>NAPOLITANO, Marcos. Como usar o cinema em sala de aula. São Paulo: Contexto, 2006.</p>
<p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</p>	<p>DUARTE, Rosália. Cinema e Educação. Belo Horizonte: Autêntica, 2^a ed., 2002, 128p</p> <p>FERRO, Marc. Cinema e História. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.</p> <p>FERRO, Marc. O filme: contra análise da sociedade? In: LE GOFF, Jacques. NORA, Pierre. História: novos objetos. Rio de Janeiro, 1988, p. 201- 202.</p> <p>MOCELLIN, Renato. Cinema e o Ensino de História. São Paulo: Nova Didática, 2002</p>



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AGRESTE DE PERNAMBUCO

Av. Bom Pastor, S/N. - Boa Vista - CEP 55292-270 - Garanhuns - PE

CNPJ: 35.872.812/0001-01

PROGRAMA DE COMPONENTE CURRICULAR										
COMPONENTE CURRICULAR		Financiamento em Educação					CÓDIGO		UAG00269	
NÚCLEO DE CONHECIMENTO		Núcleo de conteúdos básicos			PERÍODO DE OFERTA					
CH TEÓRICA	60h	CH PRÁTICA	-	CH EAD	-	CH PCC	-	CH TOTAL	60	
CARÁTER DA DISCIPLINA		<input type="checkbox"/> OBRIGATÓRIA <input checked="" type="checkbox"/> OPTATIVA				NÚMERO DE CRÉDITOS		04		
MODALIDADE DE OFERTA		<input checked="" type="checkbox"/> Semestral <input type="checkbox"/> Anual				REQUISITO DE CARGA HORÁRIA		-		
PRÉ-REQUISITO		NÃO EXISTE.				CÓDIGO				
EQUIVALÊNCIA(S)		NÃO EXISTE.				CÓDIGO				
EMENTA		PLANEJAMENTO E FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO COMO MECANISMOS DE INTERVENÇÃO ESTATAL, NO MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA. ANÁLISE DOS DOCUMENTOS OFICIAIS – PLANOS, PROGRAMAS E PROJETOS – E SUAS RELAÇÕES COM O PROCESSO DE PARTICIPAÇÃO SOCIAL.								
PRÁTICA COMO COMPONENTE CURRICULAR		-								
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO		<ul style="list-style-type: none"> • Planejamento educacional como mecanismo de regulação do Estado. • A emergência histórica do planejamento e sua natureza na sociedade capitalista. • As reformas do setor educacional e a avaliação como política de planejamento. • Os instrumentos do planejamento educacional: planos, programas e projetos. <ul style="list-style-type: none"> • Introdução ao Estudo do Financiamento da Educação: • Política Orçamentária e Processo Orçamentário no Brasil: A questão distributiva. • A questão fundamental do financiamento: o direito à educação como bem público. • As Bases Legais e as Fontes de Recursos para o financiamento da educação básica Pública. • Questões Atuais do Planejamento e do Financiamento Educacional. • Descentralização e Governabilidade democrática. • Regime de colaboração e municipalização do ensino. 								

<p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</p>	<p>• Programas Educacionais de Inclusão Social e Renda Mínima.</p> <p>AZEVEDO, Janete M. Lins de. A educação como política Pública: polêmica do nosso tempo. São Paulo: Autores Associados, 2004.</p> <p>CAMARGO, Ieda (org). Gestão e Políticas da educação. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2006.</p> <p>DOURADO, Luiz Fernandes; Paro, Vitor Henrique (orgs.). Políticas Públicas e educação básica. São Paulo: Xamã, 2001.</p>
<p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</p>	<p>CARNEIRO, M. A. LDB fácil: Leitura crítico-compreensiva artigo por artigo. Petrópolis: Vozes, 2007.</p> <p>CURY, Carlos Roberto Jamil. Legislação Educacional Brasileira. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.</p> <p>FERREIRA, Naura Syria Carapeto (org.). Políticas Públicas e gestão da educação: Polêmicas, fundamentos e análises. Brasília: Liber Livro Editora, 2006.</p> <p>FILICE, Renísia Cristina Garcia. Raça e Classe na gestão da educação básica brasileira: a cultura na implementação de Políticas Públicas. Campinas, SP: Autores Associados, 2001.</p> <p>MENESES, João Gualberto de Carvalho (org). Educação Básica, Políticas Públicas, Legislação e Gestão. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2010.</p>



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AGRESTE DE PERNAMBUCO

Av. Bom Pastor, S/N. - Boa Vista - CEP 55292-270 - Garanhuns - PE

CNPJ: 35.872.812/0001-01

PROGRAMA DE COMPONENTE CURRICULAR										
COMPONENTE CURRICULAR		FUNDAMENTOS E PRINCÍPIOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS DA PEDAGOGIA FREIRIANA					CÓDIGO		UAG00280	
NÚCLEO DE CONHECIMENTO		Núcleo de conteúdos básicos			PERÍODO DE OFERTA					
CH TEÓRICA	60H	CH PRÁTICA	-----	CH EAD	-----	CH PCC		CH TOTAL		
CARÁTER DA DISCIPLINA		<input type="checkbox"/> OBRIGATÓRIA <input checked="" type="checkbox"/> OPTATIVA				NÚMERO DE CRÉDITOS		04		
MODALIDADE DE OFERTA		<input type="checkbox"/> Semestral <input type="checkbox"/> Anual				REQUISITO DE CARGA HORÁRIA		Não há requisito de carga horária para esse componente curricular		
PRÉ-REQUISITO		Não há requisito de carga horária para esse componente curricular				CÓDIGO				
EQUIVALÊNCIA(S)		Não há correquisito de carga horária para esse componente curricular				CÓDIGO				
EMENTA		Vocação ontológica do ser humano em Freire. Cultura, natureza e matrizes da práxis freiriana. Teoria do conhecimento em Paulo Freire e o sentido gnosiológico do ato educativo. Educação como ato dialógico. Círculo de Cultura, leitura do Mundo e leitura da palavra. A politicidade da educação. Educação como prática da liberdade. Educação, utopia e transformação da realidade. Sentido da profissão docente em Freire.								
PRÁTICA COMO COMPONENTE CURRICULAR		(Quando houver para o curso)								
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO		<ol style="list-style-type: none"> 1. Vocação ontológica do ser humano em Freire 2. Cultura, natureza e matrizes da práxis freiriana. 3. Teoria do conhecimento em Paulo Freire e o sentido gnosiológico do ato educativo. 4. Educação como ato dialógico. 5. Círculo de Cultura, leitura do Mundo e leitura da palavra. 6. A politicidade da educação. Educação como prática da liberdade. 7. Educação, utopia e transformação da realidade. 8. Sentido da profissão docente em Freire. 								
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		FREIRE, Paulo. Educação como prática da liberdade . Rio, Paz e Terra, 1967. _____. Pedagogia do oprimido . Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1974. _____. Cartas à Guiné-Bissau . São Paulo, Paz e Terra, 1978. _____. Educação e mudança . Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1981.								

	<p>_____. A importância do ato de ler. São Paulo, Cortez, 1982.</p> <p>_____. Professora sim, tia não. São Paulo, Olho d'Água, 1993.</p> <p>_____. À sombra desta mangueira. São Paulo, Olho d'Água, 1995.</p> <p>_____. Pedagogia da autonomia. São Paulo, Paz e Terra, 1997. GADOTTI, Moacir. Convite à leitura de Paulo Freire. São Paulo, Scipione, 1989.</p> <p>_____. Um legado de esperança. São Paulo, Cortez, 2001.</p> <p>_____. (org.). Paulo Freire: uma biobibliografia. São Paulo, Cortez, 1996.</p> <p>STRECK, Danilo. R.; REDIN, Euclides; ZITKOSKI, Jaime José (Orgs.). Dicionário Paulo Freire. Belo Horizonte: Autêntica, 2ª ed., 2010.</p>
<p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</p>	<p>BEISIEGEL, Celso de Rui. Política e educação popular. São Paulo, Ática, 1982.</p> <p>BRANDÃO, Carlos Rodrigues (editor). O que é método Paulo Freire. São Paulo, Brasiliense, 1981.</p> <p>FREIRE, Ana Maria Araújo. A pedagogia da libertação em Paulo Freire. São Paulo, UNESP, 2000.</p> <p>SAUL, Ana Maria (org.). Paulo Freire e a formação de educadores: múltiplos olhares. São Paulo, Articulação Universidade/Escola, 2000.</p> <p>TORRES, Rosa Maria. Educação Popular: um encontro com Paulo Freire. São Paulo, Loyola, 1987.</p>



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AGRESTE DE PERNAMBUCO
 Av. Bom Pastor, S/N. - Boa Vista - CEP 55292-270 - Garanhuns - PE
 CNPJ: 35.872.812/0001-01

PROGRAMA DE COMPONENTE CURRICULAR										
COMPONENTE CURRICULAR		Identidade, Cultura e Sociedade					CÓDIGO		UAG3094	
NÚCLEO DE CONHECIMENTO		Núcleo de conteúdos básicos			PERÍODO DE OFERTA					
CH TEÓRICA	60	CH PRÁTICA	-	CH EAD	-	CH PCC	-	CH TOTAL	60	
CARÁTER DA DISCIPLINA		(<input type="checkbox"/>) OBRIGATÓRIA (<input checked="" type="checkbox"/>) OPTATIVA				NÚMERO DE CRÉDITOS		04		
MODALIDADE DE OFERTA		(<input checked="" type="checkbox"/>) Semestral (<input type="checkbox"/>) Anual				REQUISITO DE CARGA HORÁRIA				
PRÉ-REQUISITO		NÃO EXISTE.				CÓDIGO				
EQUIVALÊNCIA(S)		NÃO EXISTE.				CÓDIGO				
EMENTA		Tempo, espaço e a linguagem como mecanismos de reprodução dos fenômenos históricos e geográficos nos quais, a sociedade exercita sua produção cotidiana e se identifica e se estabelece politicamente.								
PRÁTICA COMO COMPONENTE CURRICULAR										
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO		<p>É importante destacar novamente o papel dos conteúdos curriculares a partir do IACG.</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Conceitos básicos: Antropologia, Cultura, Sociedade, Identidade. <ol style="list-style-type: none"> 1. A cultura construindo a visão de mundo; 2. Cultura política, identidade e representações sociais; 2. Identidade e diferença; 3. Desigualdade social no Brasil; 4. Teoria dos movimentos sociais; 5. Novas ruralidades, novas identidades; 6. As representações sociais e a cultura política: processo eleitoral atual 								
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		<p>BAUMAN, Zygmunt. Identidade: entrevista a benedetto vecchi. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2021.</p> <p>LARAIA, Roque de Barros. Cultura: um conceito antropológico. Rio de Janeiro; Jorge Zahar Editor, 2004.</p> <p>HALL, Stuart. Identidade Cultural na Pós-Modernidade. Rio de Janeiro; Dp r A editora, 1997.</p>								
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR		<p>BONOMO, M.; SOUZA, L. Dimensão icônica e campo afetivo na objetivação das representações sociais de rural e cidade. Memorandum: Memória e História em Psicologia, [S. l.], v. 19, p. 159–183, 2010. Disponível</p>								

em:

<https://periodicos.ufmg.br/index.php/memorandum/article/view/6579>.

Acesso em: 2 maio. 2024.

DANFÁ, L. **Alteridade, racismo e representações sociais: o caso do ebola no Brasil.** (Mestrado em Psicologia) UFPE. Recife, 2016.

GOHN, M. G. **Educação não formal, aprendizagens e saberes em processos participativos.** Investigar em Educação, Porto, v. 1, p. 35-50, 2014.

MOREIRA, R. J. **Identidades sociais: ruralidades no brasil contemporâneo.** Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

SCHRODER, P (org.). **Cultura, identidade e território no nordeste indígena: os fulni-ô.** Recife: Editora Universitária da UFPE, 2012.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AGRESTE DE PERNAMBUCO

Av. Bom Pastor, S/N. - Boa Vista - CEP 55292-270 - Garanhuns - PE

CNPJ: 35.872.812/0001-01

PROGRAMA DE COMPONENTE CURRICULAR										
COMPONENTE CURRICULAR		INTRODUÇÃO AO RACIOCÍNIO LÓGICO MATEMÁTICO					CÓDIGO		UAG00287	
NÚCLEO DE CONHECIMENTO		Núcleo de conteúdos básicos			PERÍODO DE OFERTA		---			
CH TEÓRICA	60H	CH PRÁTICA	-	CH EAD	-	CH PCC	-	CH TOTAL	60H	
CARÁTER DA DISCIPLINA		<input type="checkbox"/> OBRIGATÓRIA <input checked="" type="checkbox"/> OPTATIVA				NÚMERO DE CRÉDITOS		04		
MODALIDADE DE OFERTA		<input type="checkbox"/> Semestral <input type="checkbox"/> Anual				REQUISITO DE CARGA HORÁRIA		NÃO EXISTE.		
PRÉ-REQUISITO		NÃO EXISTE.				CÓDIGO				
EQUIVALÊNCIA(S)		NÃO EXISTE.				CÓDIGO				
EMENTA		INTRODUÇÃO AO RACIOCÍNIO LÓGICO-MATEMÁTICO. TEORIA DE CONJUNTOS. LÓGICA PROPOSICIONAL. ANÁLISE E VALIDAÇÃO DE ARGUMENTOS. INTRODUÇÃO AO PENSAMENTO DEDUTIVO.								
PRÁTICA COMO COMPONENTE CURRICULAR										
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO		1) Introdução ao Raciocínio Lógico-Matemático a) Definição e importância do raciocínio lógico-matemático. b) Aplicações do raciocínio lógico em diferentes áreas do conhecimento. c) Estrutura e elementos do raciocínio lógico. 2) Teoria de Conjuntos a) Conceitos básicos: conjuntos, subconjuntos, operações com conjuntos (união, interseção, diferença, complemento). b) Propriedades e leis dos conjuntos. c) Conjuntos numéricos e suas características. d) Diagramas de Venn. 3) Lógica Proposicional a) Proposições e conectivos lógicos (e, ou, não, implica, se e somente se). b) Tabelas verdade. c) Equivalências lógicas e leis de De Morgan. d) Formas normais (conjuntiva e disjuntiva). 4) Análise e Validação de Argumentos a) Estrutura de argumentos: premissas e conclusão. b) Validade e solidez de argumentos. c) Métodos de validação: tabelas verdade, dedução natural, método dos tableaux. d) Argumentos comuns e falácias lógicas. 5) Introdução ao Pensamento Dedutivo a) Definição e características do pensamento dedutivo. b) Diferença entre raciocínio dedutivo e indutivo. c) Provas e demonstrações: diretas, indiretas, por contradição. d) Exemplos de problemas e exercícios de pensamento dedutivo.								
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		ALENCAR FILHO, Edgard de. Iniciação à lógica matemática . São Paulo: Nobel, 2002. 203 p. ISBN 852130403X (broch.) VELASCO, Patrícia Del Nero. Educando para a argumentação: Contribuições do ensino da lógica . Belo Horizonte: Autêntica, 2017. 176 p.								

	POLYA, G. A arte de resolver problemas : um novo aspecto do método matemático. Rio de Janeiro: Interciência Ltda, 1986. viii, 179 p.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	<p>DAGHLIAN, Jacob. Lógica e álgebra de Boole. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008. 167p. ISBN 9788522412563 (broch.)</p> <p>DANTE, Luiz Roberto. Didática da resolução de problemas de matemática, 1. a 5. series: para estudantes do curso de magisterio e professores do 1. grau. 12 ed. São Paulo: Ática, 2007. 176p. ISBN 8508032196 : (Broch.).</p> <p>HAZZAN, Samuel. Fundamentos de matemática elementar: combinatória, probabilidade. 7. ed. São Paulo: Atual, 2004. 174 p. ISBN 9788535704617 (broch.).</p> <p>CUNHA, Marisa Ortegoza; MACHADO, Nilson José. Lógica e linguagem cotidiana - Verdade, coerência, comunicação, argumentação. Tendências em educação matemática. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008. 128 p.</p> <p>SILVA, Sebastião Medeiros da; SILVA, Elio Medeiros da; SILVA, Ermes Medeiros da. Matemática Básica para Cursos Superiores. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2018. 208 p.</p>



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AGRESTE DE PERNAMBUCO

Av. Bom Pastor, S/N. - Boa Vista - CEP 55292-270 - Garanhuns - PE

CNPJ: 35.872.812/0001-01

PROGRAMA DE COMPONENTE CURRICULAR										
COMPONENTE CURRICULAR		INTRODUÇÃO À COMPUTAÇÃO NA EDUCAÇÃO BÁSICA					CÓDIGO		UAG00284	
NÚCLEO DE CONHECIMENTO		Núcleo de conteúdos básicos			PERÍODO DE OFERTA		---			
CH TEÓRICA	45H	CH PRÁTICA	15H	CH EAD	-	CH PCC	-	CH TOTAL	60H	
CARÁTER DA DISCIPLINA		<input type="checkbox"/> OBRIGATÓRIA <input checked="" type="checkbox"/> OPTATIVA				NÚMERO DE CRÉDITOS		04		
MODALIDADE DE OFERTA		<input type="checkbox"/> Semestral <input type="checkbox"/> Anual				REQUISITO DE CARGA HORÁRIA		NÃO EXISTE.		
PRÉ-REQUISITO		NÃO EXISTE.				CÓDIGO				
EQUIVALÊNCIA(S)		NÃO EXISTE.				CÓDIGO				
EMENTA		INTRODUÇÃO AO PENSAMENTO COMPUTACIONAL. INTRODUÇÃO AOS ALGORITMOS. LINGUAGENS DE PROGRAMAÇÃO BASEADA EM BLOCOS. O PENSAMENTO COMPUTACIONAL NO CURRÍCULO DA EDUCAÇÃO BÁSICA. O ENSINO DE PROGRAMAÇÃO E ROBÓTICA NA EDUCAÇÃO BÁSICA.								
PRÁTICA COMO COMPONENTE CURRICULAR										
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO		<ol style="list-style-type: none"> 1) Introdução ao Pensamento Computacional <ol style="list-style-type: none"> a) Conceitos e definição de pensamento computacional. b) Importância do pensamento computacional na educação básica. c) Componentes do pensamento computacional: decomposição, reconhecimento de padrões, abstração e design de algoritmos. 2) Algoritmos, Sequenciamento, Repetição, Variáveis e Seleção <ol style="list-style-type: none"> a) Conceito de algoritmo e sua aplicação na resolução de problemas. b) Estruturas básicas de algoritmos: sequenciamento, repetição (loops) e seleção (condicionais). c) Introdução às variáveis e seu uso em algoritmos. d) Exemplos práticos e exercícios de criação de algoritmos simples. 3) Linguagens de Programação Baseada em Blocos <ol style="list-style-type: none"> a) Visão geral das linguagens de programação baseadas em blocos (como Scratch). b) Interface e funcionalidades das ferramentas de programação por blocos. c) Desenvolvimento de projetos simples utilizando linguagens baseadas em blocos. d) Benefícios e desafios do uso de programação por blocos na educação básica. 4) Aplicativos para o Ensino de Programação na Educação Básica <ol style="list-style-type: none"> a) Análise de aplicativos e ferramentas educacionais voltados para o ensino de programação (Tynker, Code.org, Alice, entre outros). b) Critérios para seleção de aplicativos adequados para diferentes faixas etárias. c) Planejamento de aulas e atividades utilizando esses aplicativos. d) Estudos de caso e exemplos de implementação bem-sucedida. 5) Introdução à Robótica na Educação Básica <ol style="list-style-type: none"> a) Conceitos básicos de robótica educacional. b) Principais plataformas e kits de robótica utilizados na educação básica (Lego Mindstorms, VEX Robotics, Arduino, etc.). c) Integração da robótica com o currículo escolar. d) Desenvolvimento de projetos práticos de robótica com os alunos. 								

	<p>e) Benefícios da robótica para o desenvolvimento cognitivo e habilidades de resolução de problemas.</p>
<p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</p>	<p>Sociedade Brasileira de Computação. Diretrizes para ensino de Computação na Educação Básica. Disponível em: https://www.sbc.org.br/educacao/diretrizes-para-ensino-de-computacao-na-educacao-basica. Acesso em: 07 jun. 2021.</p> <p>SOUZA, Felipe Faustino de; NUNES, Maria Augusta Silveira Netto; ROMERO, Margarida. Guia de atividades para o desenvolvimento do Pensamento Computacional: Módulo Mindfulness. Almanaque para popularização de ciência da computação, v.3, n.12, p.32, 2020. Porto Alegre: SBC, 2020. Disponível em: http://almanaquesdacomputacao.com.br/gutanunes/publications/S12V3.pdf. Acesso em: 29 jul. 2021.</p> <p>TORRES, Fernando Esquírio et. al. Pensamento Computacional. Porto Alegre: Sagah, 2019.</p>
<p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</p>	<p>BACICH, Lilian (Org.); HOLANDA, Leandro (Org.). STEAM em Sala de Aula: A Aprendizagem Baseada em Projetos Integrando Conhecimentos na Educação Básica. Desafios da Educação. Porto Alegre: Penso Editora, 2020. 244 p.</p> <p>BREEN, Derek. Criando animações digitais para leigos. Para Leigos. Rio de Janeiro: Alta Books, 2017. 128 p.</p> <p>RAABE, André; ZORZO, Avelino F.; BLIKSTEIN, Paulo. Computação na Educação Básica: Fundamentos e Experiências. Tecnologia e Inovação na Educação Brasileira. Porto Alegre: Penso Editora, 2020. 336 p.</p> <p>RESNICK, Mitchel. Jardim de infância para a vida toda: por uma aprendizagem criativa, mão na massa e relevante para todos. Porto Alegre: Penso Editora, 2020. 192 p.</p> <p>SILVA, Rodrigo Barbosa e; BLIKSTEIN, Paulo. Robótica Educacional: Experiências Inovadoras na Educação Brasileira. Tecnologia e Inovação na Educação Brasileira. Porto Alegre: Penso Editora, 2019. 328 p.</p>



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AGRESTE DE PERNAMBUCO
 Av. Bom Pastor, S/N. - Boa Vista - CEP 55292-270 - Garanhuns - PE
 CNPJ: 35.872.812/0001-01

PROGRAMA DE COMPONENTE CURRICULAR										
COMPONENTE CURRICULAR		Jogos e ludicidade no Ensino de Ciências e Matemática.					CÓDIGO		PED00004	
NÚCLEO DE CONHECIMENTO		Núcleo de conteúdos básicos			PERÍODO DE OFERTA					
CH TEÓRICA	30h	CH PRÁTICA	30h	CH EAD		CH PCC		CH TOTAL	60h	
CARÁTER DA DISCIPLINA		(<input type="checkbox"/>) OBRIGATÓRIA (<input checked="" type="checkbox"/>) OPTATIVA				NÚMERO DE CRÉDITOS		03		
MODALIDADE DE OFERTA		(<input type="checkbox"/>) Semestral (<input type="checkbox"/>) Anual				REQUISITO DE CARGA HORÁRIA		Não há requisito de carga horária para esse Componente Curricular		
PRÉ-REQUISITO		NÃO EXISTE				CÓDIGO				
EQUIVALÊNCIA(S)		NÃO EXISTE.				CÓDIGO				
EMENTA		Jogos, brinquedos e brincadeiras no ensino de Ciências e Matemática: concepções e abordagens. A importância dos jogos e da ludicidade na construção de conceitos científicos e matemáticos. A importância dos jogos e da ludicidade no desenvolvimento de aspectos cognitivos, emocionais, afetivos e nas relações socioculturais. Construção de materiais didáticos e atividades interdisciplinares no ensino de Ciências e Matemática para os anos iniciais do ensino fundamental.								
PRÁTICA COMO COMPONENTE CURRICULAR		As atividades práticas dessas disciplinas serão desenvolvidas levando em consideração os seguintes elementos: construção de materiais didáticos (jogos, brinquedos, brincadeiras, etc.) para o ensino de Ciências e Matemática dos anos iniciais; elaboração de atividades interdisciplinares envolvendo Ciências e Matemáticas e Intervenções pedagógicas em ambientes escolares e outro ambientes pedagógico-educativos no âmbito dos anos iniciais do ensino fundamental.								
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO		<ol style="list-style-type: none"> 1. História dos jogos; 2. A importância dos jogos no desenvolvimento de aspectos cognitivos, emocionais, afetivos e nas relações socioculturais; 3. Análise de jogos como recurso metodológico no ensino de Ciências e Matemática; 4. A importância da ludicidade na construção de conhecimentos científicos e matemáticos; 5. Jogos numa perspectiva interdisciplinar na construção de conceitos de Ciências e Matemática; 6. A importância e significado dos jogos no processo de ensino- aprendizagem; 7. Aspectos teóricos e práticos sobre o desenvolvimento de jogos; 8. Jogos, planejamento de ensino e avaliação da aprendizagem; 9. O lúdico na formação de professores que ensinam Ciências e Matemática nos anos iniciais do ensino fundamental; 								

	10.A importância dos Jogos digitais para a educação.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	<p>ALVES, Eva Maria Siqueira. A ludicidade e o ensino de matemática: uma prática possível. 4.ed. Campinas, SP: Papyrus, 2007. 112p. ((Papyrus educação)). ISBN 8530806360 (broch.).</p> <p>BIZZO, N. Ensino de ciências: fácil ou difícil? São Paulo: Biruta, 2009.</p> <p>CARVALHO, Anna Maria Pessoa de. Ensino de ciências: Unindo a pesquisa e a prática. Cengage Learning Editores, 2003.</p> <p>MENEZES, Josinalva Estacio (org.); UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO. Conhecimento, interdisciplinaridade e atividades de ensino com jogos matemáticos: uma proposta metodológica. Recife: UFRPE, 2008. 166 p. (Série contexto matemático; 5). ISBN 9788597459800 (broch.).</p> <p>KISHIMOTO, Tizuko Morchida. Jogo, brinquedo, brincadeira e a educação. 12. ed. São Paulo: Cortez, 2009. 183 p. ISBN 9788524906176.</p> <p>LOPES, Maria da Glória. Jogos na educação: criar, fazer, jogar. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2005. 160p. ISBN 8524907029.</p> <p>LORENZARO, Sergio. O Laboratório de ensino de matemática na formação de professores. Campinas, SP: Ed. Autores Associados, 2006. 178 p. (Professores, Formação). ISBN 8574961655.</p> <p>MENEZES, Josinalva Estacio; MAGALHÃES, Jamille Mineo Carvalho de (Org.) UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO. Conhecimento, interdisciplinaridade e atividades de ensino com jogos matemáticos: uma proposta metodológica. Recife: UFRPE, 2008. 166 p. (Série contexto matemático; 5). ISBN 9788597459800 (broch.).</p>
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	<ol style="list-style-type: none"> 1. BRENELLI, Rosely Palermo. O jogo como espaço para pensar: a construção de noções lógicas e aritméticas. 8. ed. Campinas, SP: Papyrus, 2008. 208 p. ISBN 8530804260; 2. BROUGERE, Gilles; WAJSKOP, Gisela. Brinquedo e cultura. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2010. 116p. (Questões da nossa época; 43) ISBN 9788524916489; 3. CAMPOS, L. M. L; BORTOLOTO, T. M.; FELÍCIO, A. K. C. A produção de jogos didáticos para o ensino de ciências e biologia: uma proposta para favorecer a aprendizagem. 2002. Disponível em: . Acesso em: 14 nov. 2017; 4. GITIRANA, Verônica et al. Jogos com sucata na Educação Matemática. Recife: Nemat: Ed. Universitária da UFPE, 2013. 5. KISHIMOTO, Tizuko Morchida (Org.). O brincar e suas teorias. São Paulo, SP: Pioneira Thomson Learning, 1998. 172 p. ISBN 9788522101559; 6. LORENZETTI, L. Alfabetização científica no contexto das séries iniciais. 2000. 143f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Centro de Ciências da Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2000. 7. MAGRO, Cristina (Org.); PAREDES, Victor (Org.) (Colab.). Cognição, ciência e vida cotidiana. 2. reimp. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2001. 203 p. ISBN 85 7041249 5; 8. SOUSA, E. M., et al. A importância das atividades lúdicas: uma proposta para o ensino de ciências. In: CONNEPI, 7., 2012, Palmas. Anais..., Tocantins: Instituto Federal do Tocantins, 2012. Disponível em: . Acesso em: 14 nov. 2017.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AGRESTE DE PERNAMBUCO

Av. Bom Pastor, S/N. - Boa Vista - CEP 55292-270 - Garanhuns - PE

CNPJ: 35.872.812/0001-01

PROGRAMA DE COMPONENTE CURRICULAR										
COMPONENTE CURRICULAR		JOGOS NA CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO					CÓDIGO		UAG00273	
NÚCLEO DE CONHECIMENTO		Núcleo de conteúdos básicos			PERÍODO DE OFERTA					
CH TEÓRICA	60h	CH PRÁTICA	-----	CH EAD	-----	CH PCC		CH TOTAL		
CARÁTER DA DISCIPLINA		<input type="checkbox"/> OBRIGATÓRIA <input checked="" type="checkbox"/> OPTATIVA				NÚMERO DE CRÉDITOS		04		
MODALIDADE DE OFERTA		<input type="checkbox"/> Semestral <input type="checkbox"/> Anual				REQUISITO DE CARGA HORÁRIA		Não há requisito de carga horária para esse componente curricular		
PRÉ-REQUISITO		Não há requisito de carga horária para esse componente curricular				CÓDIGO				
EQUIVALÊNCIA(S)		Não há correquisito de carga horária para esse componente curricular				CÓDIGO				
EMENTA		<p>Jogos, brinquedos e brincadeiras na educação: concepções e abordagens. Importância dos jogos e brincadeiras no desenvolvimento de aspectos cognitivos, emocionais, afetivos e nas relações socioculturais. Jogos no planejamento e avaliação do ensino e da aprendizagem. Jogos digitais e educação.</p>								
PRÁTICA COMO COMPONENTE CURRICULAR		(Quando houver para o curso)								
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO		<ol style="list-style-type: none"> 1. História dos jogos. 2. A ludicidade na construção do conhecimento. 3. Importância e significado do jogo na construção do conhecimento; 4. Aspectos teóricos sobre o desenvolvimento de jogos; 5. Jogos e planejamento do ensino. 6. Jogos digitais e educação 								
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		<p>KISHIMOTO, Tizuko Morchida. Jogo, brinquedo, brincadeira e a educação. 12. ed. São Paulo: Cortez, 2009. 183 p. ISBN 9788524906176.</p> <p>LOPES, Maria da Glória. Jogos na educação: criar, fazer, jogar. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2005. 160p. ISBN 8524907029.</p> <p>MENEZES, Josinalva Estacio; MAGALHÃES, Jamille Mineo Carvalho de (Org.) UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO. Conhecimento, interdisciplinaridade e atividades de ensino com jogos matemáticos: uma proposta metodológica. Recife: UFRPE, 2008. 166 p. (Série contexto matemático; 5). ISBN 9788597459800 (broch.).</p>								

**BIBLIOGRAFIA
COMPLEMENTAR**

ALVES, Eva Maria Siqueira. **A ludicidade e o ensino de matemática:** uma prática possível. 4.ed. Campinas, SP: Papirus, 2007. 112p. ISBN 8530806360

BRENELLI, Rosely Palermo. **O jogo como espaço para pensar:** a construção de noções lógicas e aritméticas. 8. ed. Campinas, SP: Papirus, 2008. 208 p. ISBN 8530804260

BROUGERE, Gilles; WAJSKOP, Gisela. **Brinquedo e cultura.** 8. ed. São Paulo: Cortez, 2010. 116p. (Questões da nossa época; 43) ISBN 9788524916489

KISHIMOTO, Tizuko Morchida (Org.). **O brincar e suas teorias.** São Paulo, SP: Pioneira Thomson Learning, 1998. 172 p. ISBN 9788522101559.

MAGRO, Cristina (Org.); PAREDES, Victor (Org.) (Colab.). **Cognição, ciência e vida cotidiana.** 2. reimp. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2001. 203 p. ISBN 85 7041 249 5.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AGRESTE DE PERNAMBUCO

Av. Bom Pastor, S/N. - Boa Vista - CEP 55292-270 - Garanhuns - PE

CNPJ: 35.872.812/0001-01

PROGRAMA DE COMPONENTE CURRICULAR										
COMPONENTE CURRICULAR		LINGUAGEM CORPORAL NA EDUCAÇÃO INFANTIL					CÓDIGO		UAG00272	
NÚCLEO DE CONHECIMENTO		Núcleo de conteúdos básicos			PERÍODO DE OFERTA		—			
CH TEÓRICA	50H	CH PRÁTICA	10H	CH EAD		CH PCC		CH TOTAL	60H	
CARÁTER DA DISCIPLINA		<input type="checkbox"/> OBRIGATÓRIA <input checked="" type="checkbox"/> OPTATIVA				NÚMERO DE CRÉDITOS				
MODALIDADE DE OFERTA		<input checked="" type="checkbox"/> Semestral <input type="checkbox"/> Anual				REQUISITO DE CARGA HORÁRIA				
PRÉ-REQUISITO		Quando não houver, explicitar: Educação Infantil I				CÓDIGO		UAG00233		
EQUIVALÊNCIA(S)		NÃO EXISTE.				CÓDIGO				
EMENTA		O movimento e a linguagem corporal na educação infantil; O corpo como texto e expressão do sujeito; Os repertórios da cultura corporal expresso em brincadeiras, jogos, danças, atividades esportivas e outras práticas sociais.								
PRÁTICA COMO COMPONENTE CURRICULAR		O componente prático desta disciplina será vivenciado a partir das experiências práticas vivenciadas nas escolas-campo de estágio.								
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO		<ul style="list-style-type: none"> • Concepção de linguagem corporal e ludicidade. • A linguagem corporal e a ludicidade na formação do educador e do educando. • Jogo, brinquedo e brincadeira: Teorias, concepções, características, formas de ação, classificação, histórico e importância no desenvolvimento da criança. • Expressão Corporal como linguagem na escola. • Sistematização teórica X prática: planejar, organizar e executar as atividades de movimento na escola. 								
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		MOYLES, Janet R. Só brincar?: o papel do brincar na educação infantil. Porto Alegre: Artmed, 2002. 199 p.; BASSEDAS, Eulália. Aprender e ensinar na educação infantil. Porto Alegre: Artmed, 1999. 357p. BEE, Helen L. A criança em desenvolvimento. 9. ed. Porto Alegre: Artmed, 2003. 612 p.								
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR		KISHIMOTO, T.M. Jogos infantis: O jogo, a criança e a educação. Petrópolis, RJ: Vozes. 1993. MARCELINO, N. C.(org). Lúdico, Educação física. Ed. Unijuí,Ijuí-Rio Grande do Sul: 2003. OLIVEIRA, Vera Barros de. O brincar e a criança do nascimento aos seis anos. 9.ed. Petrópolis, RJ: Editora Vozes Ltda, 2010. VIGOTSKY, L.S. A formação social da mente. São Paulo: Martins Fontes.1984.								

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AGRESTE DE PERNAMBUCO**

Av. Bom Pastor, S/N. - Boa Vista - CEP 55292-270 - Garanhuns - PE

CNPJ: 35.872.812/0001-01

PROGRAMA DE COMPONENTE CURRICULAR										
COMPONENTE CURRICULAR		Metodologias de Ensino na EJA					CÓDIGO	UAG00279		
NÚCLEO DE CONHECIMENTO		Núcleo de conteúdos básicos			PERÍODO DE OFERTA	—				
CH TEÓRICA	45	CH PRÁTICA	15	CH EAD		CH PCC		CH TOTAL	60	
CARÁTER DA DISCIPLINA	<input type="checkbox"/> OBRIGATÓRIA <input checked="" type="checkbox"/> OPTATIVA					NÚMERO DE CRÉDITOS	04			
MODALIDADE DE OFERTA	<input type="checkbox"/> Semestral <input checked="" type="checkbox"/> Anual					REQUISITO DE CARGA HORÁRIA				
PRÉ-REQUISITO	NÃO EXISTE.					CÓDIGO				
EQUIVALÊNCIA(S)	NÃO EXISTE.					CÓDIGO				
EMENTA	Os sujeitos históricos da Educação de Jovens e Adultos e as questões socioculturais. Letramento autônomo e ideológico. Alfabetização e letramento na EJA. Educação matemática na EJA. Metodologias de ensino na Educação de Jovens e Adultos.									
PRÁTICA COMO COMPONENTE CURRICULAR	Elaboração e realização de sequência didática em uma área de conhecimento em turma da EJA do Segmento I.									
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO	<ol style="list-style-type: none">1. Os sujeitos educativos dos processos de Educação de Jovens e Adultos2. Proposta curricular do 1º segmento da EJA.3. Letramento: autônomo e ideológico4. Alfabetização e letramento na EJA5. Metodologia de ensino: Língua Portuguesa, Matemática, Ciências, história, Geografia, Arte.6. Interdisciplinaridade									
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	BRASIL. MEC/ SEF. Proposta Curricular para Educação Jovens e Adultos -1º segmento, 2001. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/eja/propostacurricular/primeirosegmento/propostacurricular.pdf . Acesso em 21.01.2018 FONSECA, Maria da Conceição F.R. Educação de jovens e Adultos: Específicas, desafios e contribuições . Belo Horizonte: Autêntica, 2002. SOARES, M. A reinvenção da Alfabetização. Presença pedagógica . Jul/Ago. 2003, v.9, pp. 17-21 Disponível em: http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/programa_aceleracao_estudos/reive_nao_alfabetizacao.pdf Acesso: 22.01.2018 STREET, B. V. Abordagens alternativas ao letramento e desenvolvimento. Teleconferência da UNESCO Brasil sobre "Letramento e Diversidade", out/2003. Disponível em: https://pt.scribd.com/document/360336494/Abordagens-Alternativas-Ao-Letramento-e-Ao-Desenvolvimento Acesso em 22.01.2018									
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	ALBUQUERQUE, E. B. C. & LEAL, T. F.; (Org.). Alfabetização de jovens e adultos numa perspectiva de letramento: fundamentos e propostas didáticas . Belo Horizonte: Autêntica, 2004. DUARTE, Newton. O ensino de matemática na educação de adultos . 4. ed. São									

Paulo: Cortez, 1992.

FAZENDA, Ivani . **Práticas interdisciplinares na escola**. São Paulo: Cortez, 2005
LEAL, T. F.; ALBUQUERQUE, E. B. C. (Org.). **Alfabetizar letrando na EJA:**
fundamentos e propostas didáticas. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

POMPEU, S. C & ZIMMERMANN, E. **CONCEPÇÕES SOBRE CIÊNCIA E ENSINO
DE CIÊNCIAS DE ALUNOS DA EJA**. In: Anais do VII ENPEC, 2009,
Florianópolis/SC. Disponível em:

<http://posgrad.fae.ufmg.br/posgrad/viiienpec/pdfs/812.pdf>. Acesso em
22.01.2018.

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AGRESTE DE PERNAMBUCO**

Av. Bom Pastor, S/N. - Boa Vista - CEP 55292-270 - Garanhuns - PE

CNPJ: 35.872.812/0001-01

PROGRAMA DE COMPONENTE CURRICULAR										
COMPONENTE CURRICULAR		Organização do Trabalho Pedagógico no Ensino de Língua Portuguesa					CÓDIGO	UAG00259		
NÚCLEO DE CONHECIMENTO		Núcleo de conteúdos básicos			PERÍODO DE OFERTA					
CH TEÓRICA	60H	CH PRÁTICA		CH EAD		CH PCC		CH TOTAL	60H	
CARÁTER DA DISCIPLINA		() OBRIGATÓRIA (X) OPTATIVA				NÚMERO DE CRÉDITOS	04			
MODALIDADE DE OFERTA		(X) Semestral () Anual				REQUISITO DE CARGA HORÁRIA				
PRÉ-REQUISITO		Quando não houver, explicitar: NÃO EXISTE.				CÓDIGO				
EQUIVALÊNCIA(S)		Quando não houver, explicitar: NÃO EXISTE.				CÓDIGO				
EMENTA		Planejamento do ensino de língua portuguesa: importância e finalidades. O tempo pedagógico no trabalho com os eixos de ensino de língua portuguesa e a organização da rotina. As modalidades de organização do trabalho pedagógico. Os espaços de leitura: organização e usos. As dimensões do processo de alfabetização e a organização do tempo pedagógico.								
PRÁTICA COMO COMPONENTE CURRICULAR		--								
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO		1. Planejamento do ensino de Língua Portuguesa - Importância do planejamento - Finalidades do planejamento 2. A organização do trabalho pedagógico no ensino de Língua Portuguesa - O tempo pedagógico e a organização da rotina no ensino da Língua Portuguesa - As modalidades de organização do trabalho pedagógico (atividade permanente, projeto didático, sequência didática, jogos) e os eixos de Ensino de Língua Portuguesa; - Os espaços de leitura: organização e usos								
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		MICOTTI, M. C. de O. (org.). Leitura e escrita : como aprender com êxito por meio da pedagogia por projetos. São Paulo: Contexto, 2009. MACHADO, A. R.; CRISTOVÃO, V. L. L. A construção de modelos didáticos de gêneros: aportes e questionamentos para o ensino de gêneros. Linguagem em (Dis)curso – LemD , Tubarão, v. 6, n. 3, p. 547-573, set/dez. 2006. Disponível em: https://portaldeperiodicos.animaeducacao.com.br/index.php/Linguagem_Discurso/article/view/349/370 . Acesso em 29/03/2024. SCHNEUWLY, B.; DOLZ, J. Gêneros orais e escritos na escola . 3. ed. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2011. 239 p.								
Bibliografia complementar		FAGUNDES, L. da C.; SATO, L.; MAÇADA, D. L. Projetos de aprendizagem: uma experiência mediada por ambientes telemáticos. Revista Brasileira de Informática na Educação , v.14, n. 01, 2006. Disponível em: https://lume.ufrgs.br/handle/10183/22873 . Acesso em 29/03/2024. MENDONÇA, M. R. de S.; SANTOS, C. F.; CAVALCANTE, M. C. B. Diversidade textual : os gêneros na sala de aula. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.								

SANTOS, C. F.; MENDONÇA, M. (org.). **Alfabetização e letramento: conceitos e relações**. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

SOUZA, J. C. S. de; SANTOS, D. O. dos; SANTOS, J. B. dos. Os projetos pedagógicos como recurso de ensino. **Revista Educação Pública**, v. 20, nº 40, 20 de outubro de 2020. Disponível

em:<https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/20/40/os-projetos-pedagogicos-como-recurso-de-ensino>.

SILVA, S. C. O. DA. **Cotidiano escolar: como professores alfabetizadores organizam seu trabalho pedagógico?** 2013. 341 p. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-graduação em Educação. Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2013.

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AGRESTE DE PERNAMBUCO**

Av. Bom Pastor, S/N. - Boa Vista - CEP 55292-270 - Garanhuns - PE

CNPJ: 35.872.812/0001-01

PROGRAMA DE COMPONENTE CURRICULAR										
COMPONENTE CURRICULAR		Práticas docentes na Educação infantil					CÓDIGO		UAG00271	
NÚCLEO DE CONHECIMENTO		Núcleo de conteúdos básicos			PERÍODO DE OFERTA		—			
CH TEÓRICA	50H	CH PRÁTICA	10H	CH EAD		CH PCC		CH TOTAL	60H	
CARÁTER DA DISCIPLINA		(<input type="checkbox"/>) OBRIGATÓRIA (<input checked="" type="checkbox"/>) OPTATIVA				NÚMERO DE CRÉDITOS				
MODALIDADE DE OFERTA		(<input checked="" type="checkbox"/>) Semestral (<input type="checkbox"/>) Anual				REQUISITO DE CARGA HORÁRIA				
PRÉ-REQUISITO		Quando não houver, explicitar: Educação Infantil I				CÓDIGO		UAG00233		
EQUIVALÊNCIA(S)		Quando não houver, explicitar: NÃO EXISTE.				CÓDIGO				
EMENTA		Concepções sobre prática e saberes docentes na educação infantil; Organização do trabalho pedagógico e as diferentes possibilidades; rotina e planejamento.								
PRÁTICA COMO COMPONENTE CURRICULAR		O componente prático desta disciplina será vivenciado a partir das experiências práticas vivenciadas nas escolas-campo de estágio.								
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO		UNIDADE I - A prática e os saberes docentes na Educação Infantil; - Pesquisas e estudos sobre a prática docente na educação infantil UNIDADE II - Organização do trabalho pedagógico na Educação Infantil; - Planejamento e rotina na Educação Infantil								
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		PERNAMBUCO, 2019. Currículo de Pernambuco- Educação Infantil . Secretaria de Educação do Estado de Pernambuco. disponível em https://observatoriodeeducacao.institutounibanco.org.br/cedoc/detalhe/tf-curriculo-de-pernambuco-educacao-infantil-e-ensino-fundamental.5e4fb0e0-69b4-4a03-8bbd-9a594a8cd2ef BRANDÃO, Ana Carolina Perrusi Alves; ROSA, Ester Calland de Sousa (org.). Ler e escrever na educação infantil : discutindo práticas pedagógicas. Belo Horizonte: Autêntica, 2010. MENESES, João Gualberto de Carvalho; BATISTA, Sylvia Helena Souza da Silva (coord.). Revisando a prática docente : interdisciplinaridade, políticas públicas e formação. São Paulo: Thomson, 2003. 163 p.								

	<p>TARDIF, Maurice; LESSARD, Claude. O ofício de professor: história, perspectivas e desafios internacionais. São Paulo: Vozes, 2008. 325p.</p> <p>_____. Saberes docentes e formação profissional. 17. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014. 325 p.</p>
<p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</p>	<p>ARCE, Alessandra. Friedrich Froebel: o pedagogo dos jardins de infância. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.</p> <p>BASSEDAS, Eulália. Aprender e ensinar na educação infantil. Porto Alegre: Artmed, 1999.</p> <p>OLIVEIRA, Zilma de. Educação infantil: muitos olhares. 6.ed. São Paulo: Cortez, 2004.</p>



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AGRESTE DE PERNAMBUCO

Av. Bom Pastor, S/N. - Boa Vista - CEP 55292-270 - Garanhuns - PE

CNPJ: 35.872.812/0001-01

PROGRAMA DE COMPONENTE CURRICULAR										
COMPONENTE CURRICULAR		Processos Interdisciplinares na Construção de Conhecimento.					CÓDIGO		UAG00274	
NÚCLEO DE CONHECIMENTO		Núcleo de conteúdos básicos			PERÍODO DE OFERTA					
CH TEÓRICA	30h	CH PRÁTICA	30h	CH EAD		CH PCC		CH TOTAL	60h	
CARÁTER DA DISCIPLINA		<input type="checkbox"/> OBRIGATÓRIA <input checked="" type="checkbox"/> OPTATIVA				NÚMERO DE CRÉDITOS		04		
MODALIDADE DE OFERTA		<input type="checkbox"/> Semestral <input type="checkbox"/> Anual				REQUISITO DE CARGA HORÁRIA		Não há requisito de carga horária para esse Componente Curricular		
PRÉ-REQUISITO		NÃO EXISTE				CÓDIGO				
EQUIVALÊNCIA(S)		NÃO EXISTE.				CÓDIGO				
EMENTA		Epistemologias e metodologias de ensino das áreas específicas e interdisciplinares. Abordagens disciplinar, interdisciplinares e transdisciplinar. Interação de saberes entre as diferentes áreas do conhecimento. A pesquisa na Educação Básica. Uso da pesquisa de opinião como ferramenta de abordagem interdisciplinar na formação de professores e alunos. Aprendizagem Significativa e Construção de Conhecimento.								
PRÁTICA COMO COMPONENTE CURRICULAR		As atividades práticas dessas disciplinas serão desenvolvidas levando em consideração os seguintes elementos: estudo de campo através de excursões didático-pedagógicas; construção e elaboração de materiais didáticos; atividades interdisciplinares; Intervenções pedagógicas em ambientes escolares e não escolares. Todas essas atividades visam estabelecer uma relação interdisciplinar entre as diferentes áreas do conhecimento, no sentido de favorecer o processo de ensino e aprendizagem significativo para os discentes em formação.								
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO		1. Epistemologia e Metodologia de Ensino; 2. Abordagens disciplinar, interdisciplinar e transdisciplinar. 3. A pesquisa como princípio educativo na Educação Básica. 4. Projetos de ensino-aprendizagem interdisciplinar; 5. Aprendizagem Significativa e Construção de Conhecimento. 6. Protagonismo estudantil no processo de ensino e aprendizagem.								
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		BAGNO, Marcos. Pesquisa na escola: o que é, como se faz. 20ª edição: julho de 2006. Edições Loyola, São Paulo, Brasil. COSTA, Antonio Carlos Gomes da. Protagonismo Juvenil: adolescência, educação e participação democrática. Salvador: Fundação Odebrech, 2000. COULON, Alain. Etnometodologia e Educação. São Paulo: Cortez, 2017.								

	<p>DEMO, P. Educar pela pesquisa. 5. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2002.</p> <p>FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.</p> <p>_____. Pedagogia do oprimido. 17 ed. 23 reimpressão. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.</p> <p>SEVERINO, Antônio Joaquim. Metodologia do trabalho científico. 23. ed. ver. e atualizado, São Paulo, Cortez, 2007.</p>
<p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</p>	<p>ABRAMOVAY, Miriam et alii. Juventude, violência e vulnerabilidade social na América Latina: desafios para políticas públicas. Brasília: UNESCO, 2002.</p> <p>ARENDT, Hannah. Trad. Reinaldo Guarany. O que é política? Fragmento das obras póstumas de Ursula Ludz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.</p> <p>LAKATOS, Eva Maria, MARCONI, Marina. Metodologia Científica. Editora Atlas, 2. ed. São Paulo. 1991.</p> <p>LUDKE, Menga. Pesquisa em educação: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.</p> <p>SAVIANI, Dermeval. Escola e Democracia. 34. ed. rev. Campinas, SP: Autores Associados, 2001. (Col. Polêmicas do Nosso Tempo; vol 5).</p>

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AGRESTE DE PERNAMBUCO**

Av. Bom Pastor, S/N. - Boa Vista - CEP 55292-270 - Garanhuns - PE

CNPJ: 35.872.812/0001-01

PROGRAMA DE COMPONENTE CURRICULAR										
COMPONENTE CURRICULAR		SURDEZ, LINGUAGEM E SOCIEDADE					CÓDIGO	UAG00276		
NÚCLEO DE CONHECIMENTO		Núcleo de conteúdos básicos			PERÍODO DE OFERTA					
CH TEÓRICA	60	CH PRÁTICA		CH EAD		CH PCC ¹		CH TOTAL	60	
CARÁTER DA DISCIPLINA		(X) OBRIGATORIA (X) OPTATIVA				NÚMERO DE CRÉDITOS		04		
MODALIDADE DE OFERTA		(X) Semestral () Anual				REQUISITO DE CARGA HORÁRIA				
PRÉ-REQUISITO		NÃO EXISTE.				CÓDIGO				
EQUIVALÊNCIA(S)		NÃO EXISTE.				CÓDIGO				
EMENTA		ABORDAGEM SOCIAL E LINGUÍSTICA DA SURDEZ E DO MUNDO DOS SURDOS; SURDEZ, LINGUAGEM, EDUCAÇÃO E SOCIEDADE, CONTEXTOS SOCIAIS, HISTÓRICOS E POLÍTICOS. COMUNIDADE, CULTURA, IDENTIDADE, REPRESENTAÇÃO E ALTERIDADE SURDA. PROCESSOS DE INCLUSÃO/EXCLUSÃO ESCOLAR E SOCIAL NOS DIFERENTES GRUPOS SOCIAIS								
PRÁTICA COMO COMPONENTE CURRICULAR										
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO		<ul style="list-style-type: none">- A Psicologia Sócio Histórica e a surdez;- A construção do Pensamento e da Linguagem (Vigotski);- Educação Bilíngue/ O surdo e sua condição bilíngue;- Identidade e cultura surda movimentos políticos;- Literatura surda: experiência com a produção cultural dos artistas surdos;- História da Língua de sinais no Brasil e no mundo;- Legislação e políticas públicas ao longo dos últimos anos em relação à educação bilíngue.								
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		BRASIL, Lei nº 14.191, de 3 de agosto de 2021. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para dispor								

¹ Apenas para cursos de Licenciatura. O registro da carga horária de PCC deve ser realizado apenas como informação da característica do componente, sem ser somada com os demais elementos.

	<p>sobre a modalidade de educação bilíngue de surdos. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2019-2022/2021/lei/l14191.htm</p> <p>BRASIL. Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato20042006/2005/Decreto/D5626.htm. Acesso em 29 fevereiro de 2018.</p> <p>LEMOS, Andrea Michiles;ROMÃO, Tito Lívio Cruz. narrativas surdas a partir da literaturasurda produzida em libras. Revista de Letras e Artes-jun/set,2023.Disponível em: https://www.revistaglauks.ufv.br/Glauks/article/view/381/275</p> <p>PERLIN, Gladis; STROBEL, Karin. História cultural dos surdos: desafio contemporâneo. Educar em Revista, Curitiba, Brasil, Edição Especial n. 2/2014, p. 17-31. Disponível em: https://www.scielo.br/j/er/a/qR5cDC7tgf5SyMtrSGvSVFC/abstract/?lang=pt</p>
<p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</p>	<p>SKLIAR, Carlos. A invenção e exclusão da alteridade “deficiente” a partir dos significados da normalidade. Educação e Realidade, p. 15-32, jun/dez, 1999.</p> <p>KARNOPP, Lodenir Becker. Produções culturais de surdos: análise da literatura surda. Cadernos de Educação. Pelotas [36]: 155 - 174, maio/agosto 2010.</p>



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AGRESTE DE PERNAMBUCO

Av. Bom Pastor, S/N. - Boa Vista - CEP 55292-270 - Garanhuns - PE

CNPJ: 35.872.812/0001-01

PROGRAMA DE COMPONENTE CURRICULAR										
COMPONENTE CURRICULAR		TECNOLOGIAS E O ENSINO DE CIÊNCIAS					CÓDIGO		UAG00283	
NÚCLEO DE CONHECIMENTO		Núcleo de conteúdos básicos			PERÍODO DE OFERTA		---			
CH TEÓRICA	45H	CH PRÁTICA	15H	CH EAD	-	CH PCC	-	CH TOTAL	60H	
CARÁTER DA DISCIPLINA		<input type="checkbox"/> OBRIGATÓRIA <input checked="" type="checkbox"/> OPTATIVA				NÚMERO DE CRÉDITOS		04		
MODALIDADE DE OFERTA		<input type="checkbox"/> Semestral <input type="checkbox"/> Anual				REQUISITO DE CARGA HORÁRIA		NÃO EXISTE.		
PRÉ-REQUISITO		NÃO EXISTE.				CÓDIGO				
EQUIVALÊNCIA(S)		NÃO EXISTE.				CÓDIGO				
EMENTA		EDUCAÇÃO E EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA. A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA. FUNDAMENTOS LEGAIS DA EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA NO BRASIL. EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA COMO MODALIDADE EDUCACIONAL. AMBIENTES VIRTUAIS DE APRENDIZAGEM E AS TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO NA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA. PERSPECTIVAS ATUAIS DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA.								
PRÁTICA COMO COMPONENTE CURRICULAR										
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO		<ol style="list-style-type: none"> 1) A Utilização das TIC no Processo de Ensino/Aprendizagem de Ciências <ol style="list-style-type: none"> a) Conceitos e importância das TIC na educação. b) Ferramentas tecnológicas para o ensino de ciências. c) Estudos de caso e boas práticas na utilização das TIC. 2) O Papel do Computador no Processo de Ensino/Aprendizagem de Ciências <ol style="list-style-type: none"> a) Histórico e evolução do uso de computadores na educação. b) Ambientes virtuais de aprendizagem e simulações computacionais. c) Software educacional e sua aplicação no ensino de ciências. 3) Teorias da Aprendizagem e Suas Relações com as TIC <ol style="list-style-type: none"> a) Principais teorias da aprendizagem (Construtivismo, Cognitivismo, Conectivismo). b) Integração das TIC com as teorias da aprendizagem. c) Impacto das TIC no desenvolvimento cognitivo e no processo de ensino/aprendizagem. 4) Modelos de Formação de Professores para Integração das TIC no Ensino de Ciências <ol style="list-style-type: none"> a) Programas e estratégias de formação contínua para professores. b) Competências necessárias para o uso eficaz das TIC. c) Análise de modelos e programas de formação. 5) Introdução ao Pensamento Computacional <ol style="list-style-type: none"> a) Definição e importância do pensamento computacional no ensino de ciências. b) Atividades e exercícios para desenvolver o pensamento computacional. 								

	<p>c) Ferramentas e recursos didáticos para o ensino de pensamento computacional.</p> <p>6) Introdução à Computação Física e o Ensino de Ciências</p> <p>a) Conceitos básicos de computação física.</p> <p>b) Aplicações da computação física no ensino de ciências.</p> <p>c) Projetos e experimentos práticos utilizando plataformas como Arduino e Raspberry Pi.</p> <p>7) Desenvolvimento de Artefatos Didáticos Digitais</p> <p>a) Planejamento e criação de Webquests, Blogs, Wikis.</p> <p>b) Produção de vídeos educativos.</p> <p>c) Desenvolvimento de Objetos de Aprendizagem e outros recursos digitais.</p> <p>d) Avaliação de artefatos didáticos digitais: critérios e métodos.</p>
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	<p>CARVALHO, A. A. A., (org.). Manual de ferramentas da Web 2.0 para professores. Lisboa : Direcção-Geral de Inovação e de Desenvolvimento Curricular do Ministério da Educação, 2008. ISBN 978-972-742-294-4. Disponível em: http://hdl.handle.net/1822/8286.</p> <p>MORAES, Roque. Construtivismo e ensino de ciências: reflexões epistemológicas e metodológicas. 3. ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2008. 230 p. ISBN 9788574307848</p> <p>SANTOS, Andreia Inamorato dos. Recursos educacionais abertos no Brasil: o estado da arte, desafios e perspectivas para o desenvolvimento e inovação. São Paulo: Comitê Gestor da Internet no Brasil, 2013. 83 p. ISBN 9788560062645 (broch.).</p>
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	<p>BARBOSA, Rommel Melgaço (Org). Ambientes virtuais de aprendizagem. Porto Alegre: Artmed, 2005. 182 p. (Biblioteca Artmed). ISBN 8536305150.</p> <p>SAMPAIO, Marisa Narcizo; LEITE, Lígia Silva. Alfabetização tecnológica do professor. 5.ed. Petrópolis: Vozes, 2000. 111p ISBN 8532622682(broch.).</p> <p>SANTOS, Gilberto Lacerda (Org.). Tecnologias na educação e formação de professores. Brasília: Plano, 2003. 154 p. ISBN 8585946520 (broch.).</p> <p>SOARES, Antonia Sandra de Lima et al. Experiências com as TICs. Petrolina, PE: IF Sertão, 2015. 110 p. ISBN 97885647940601</p> <p>VALE, Jose Misael Ferreira Do; BASTOS, Fernando. Questões atuais no ensino de ciências. São Paulo: Escrituras, 1998. 104 p (Educação para a ciência) ISBN 858630333X</p>



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AGRESTE DE PERNAMBUCO

Av. Bom Pastor, S/N. - Boa Vista - CEP 55292-270 - Garanhuns - PE

CNPJ: 35.872.812/0001-01

PROGRAMA DE COMPONENTE CURRICULAR										
COMPONENTE CURRICULAR		TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO NA PRÁTICA DOCENTE E NA GESTÃO EDUCACIONAL					CÓDIGO		UAG00281	
NÚCLEO DE CONHECIMENTO		Núcleo de conteúdos básicos			PERÍODO DE OFERTA					
CH TEÓRICA	45H	CH PRÁTICA	15H	CH EAD	-----	CH PCC		CH TOTAL		
CARÁTER DA DISCIPLINA		<input type="checkbox"/> OBRIGATÓRIA <input type="checkbox"/> OPTATIVA				NÚMERO DE CRÉDITOS		04		
MODALIDADE DE OFERTA		<input type="checkbox"/> Semestral <input type="checkbox"/> Anual				REQUISITO DE CARGA HORÁRIA		Não há requisito de carga horária para esse componente curricular		
PRÉ-REQUISITO		Não há requisito de carga horária para esse componente curricular				CÓDIGO				
EQUIVALÊNCIA(S)		Não há correquisito de carga horária para esse componente curricular				CÓDIGO				
EMENTA		Técnica e Tecnologia. Tecnologias da informação e comunicação. Suporte e mídia. Movimento do conhecimento livre. Tecnologias da informação, comunicação e educação. Tecnologias da informação e comunicação como recurso na prática docente e na gestão educacional.								
PRÁTICA COMO COMPONENTE CURRICULAR		Atividades práticas realizadas com softwares e plataformas web em laboratório de informática.								
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO		<ol style="list-style-type: none"> 1. Técnica e Tecnologia. 2. Tecnologias da informação e comunicação. 3. Suporte e mídia. 4. Movimento do conhecimento livre. 5. Tecnologias da informação, comunicação e educação. 6. Tecnologias da informação e comunicação como recurso na prática docente e na gestão educacional. 								
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia : saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1997. KENSKI, Vani Moreira. M. Educação e tecnologias : o novo ritmo da informação. Campinas: Papirus, 2007.								

	<p>KENSKI, Vani Moreira. Tecnologias e tempo docente. Papirus Editora, 2013.</p> <p>FREIRE, Paulo Freire; PAPERT, Seymour. O futuro da escola e o impacto dos novos meios de comunicação no modelo de escola atual. Produção de Márcia Moreno e Marco Aurélio Del Rosso. São Paulo: TV PUC de São Paulo, 1995. 1 videocassete (24 min), VHS, son. color.</p> <p>PRETTO, N. de L.; SILVEIRA, S. A. da (orgs.). Além das redes de colaboração: Internet, diversidade cultural e tecnologias do poder. Salvador: EDUFBA, 2008.</p> <p>PRETTO, Nelson. Uma escola sem/com futuro: educação e multimídia. São Paulo: Papirus Editora, 1996.</p> <p>SILVEIRA, Sérgio Amadeu da. Software Livre: a luta pela liberdade do conhecimento. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.</p> <p>VIEIRA PINTO, Álvaro. O conceito de tecnologia. Rio de Janeiro: Contraponto, 197?. v. 1.</p>
<p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</p>	<p>ALMEIDA, Fernando José de. Educação e Informática: Os computadores na escola. São Paulo, Cortez, 1998. (Polêmicas do nosso tempo: 19).</p> <p>CASTELLS, Manuel. A Galáxia da internet: reflexões sobre a Internet, os negócios e a sociedade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.</p> <p>CASTELLS, Manuel. A sociedade em rede. São Paulo: Paz e Terra, 1999. v. 1.</p> <p>FREIRE, Paulo. Extensão ou comunicação? Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969. 93 p.</p> <p>GADOTTI, M. (Org.). Paulo Freire: uma biobibliografia. São Paulo: Cortez / Instituto Paulo Freire / UNESCO, 1996.</p> <p>GADOTTI, Moacir. Lições de Freire. São Paulo: Instituto Paulo Freire, 1997.</p> <p>GADOTTI, Moacir. Perspectivas atuais da educação. Porto Alegre: Artes Médicas, 2000.</p> <p>GOMEZ, Margarita Victoria. Alfabetização digital@Educação em Rede. São Paulo: IPF, 2004.</p> <p>GRINSPUN, Mirian P. S. Zippin, org. Educação tecnológica: desafios e perspectivas. 2ª edição. São Paulo: Cortez, 2001.</p> <p>LEVY, Pierre. As tecnologias da inteligência: o futuro do pensamento na era da informática. Rio de Janeiro: Editora 34, 1993.</p> <p>LEVY, Pierre. Cibercultura. Editora 34. São Paulo, 2001.</p> <p>LEVY, Pierre. O que é virtual? Rio de Janeiro: Editora 34, 1996.</p> <p>MERCADO, Luis Paulo (org.). Novas tecnologias na educação: reflexões sobre a prática. Maceió: EDUFAL/INEP, 2002.</p> <p>MORAN, José Manuel. A educação que desejamos: novos desafios e como chegar lá. Campinas: Papirus, 2013.</p> <p>MORAN, José Manuel. Novas Tecnologias e Mediação Pedagógica. Campinas: Papirus, 2000.</p> <p>SAMPAIO, Fábio Ferrentini; ELIA, Marcos da Fonseca (orgs.). Projeto um computador por aluno: pesquisas e perspectivas. Rio de Janeiro: NCE/UFRJ, 2012.</p> <p>SILVEIRA, Sérgio Amadeu da; CASSINO, João. Software Livre e Inclusão Digital. São Paulo: CONRAD, 2003.</p> <p>SILVEIRA, Sérgio Amadeu da. Exclusão digital: a miséria na era da informação. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001.</p>

VALENTE, José Armando (org). **O computador na Sociedade do Conhecimento**. Campinas: UNICAMP/NIED, 1999.

VALENTE, José Armando. **Computadores e conhecimento: repensando a Educação**. Campinas: Unicamp, 1993.

VALENTE, José Armando. **Pesquisa, comunicação e aprendizagem com o computador**. O papel do computador no processo ensino-aprendizagem. Brasília: MEC, 2005.

VIEIRA PINTO, Álvaro. **O conceito de tecnologia**. Rio de Janeiro: Contraponto, 197?. v. 2.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AGRESTE DE PERNAMBUCO

Av. Bom Pastor, S/N. - Boa Vista - CEP 55292-270 - Garanhuns - PE

CNPJ: 35.872.812/0001-01

PROGRAMA DE COMPONENTE CURRICULAR										
COMPONENTE CURRICULAR		Tópicos Especiais em Psicologia e Educação					CÓDIGO		PED00005	
NÚCLEO DE CONHECIMENTO		Núcleo de conteúdos básicos			PERÍODO DE OFERTA		-			
CH TEÓRICA	60	CH PRÁTICA	0	CH EAD	0	CH PCC		CH TOTAL	60	
CARÁTER DA DISCIPLINA		<input type="checkbox"/> OBRIGATÓRIA <input checked="" type="checkbox"/> OPTATIVA				NÚMERO DE CRÉDITOS		4		
MODALIDADE DE OFERTA		<input type="checkbox"/> Semestral <input type="checkbox"/> Anual				REQUISITO DE CARGA HORÁRIA				
PRÉ-REQUISITO		NÃO EXISTE.				CÓDIGO				
EQUIVALÊNCIA(S)		NÃO EXISTE.				CÓDIGO				
EMENTA		Desenvolvimento humano a partir da Psicologia Histórico-Cultural e contribuição dessa perspectiva teórica para Educação Escolar.								
PRÁTICA COMO COMPONENTE CURRICULAR		(Quando houver para o curso)								
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO		<ul style="list-style-type: none"> • Relação natureza e cultura • Leis gerais do desenvolvimento • Constituição e desenvolvimento dos processos psicológicos • Funções psicológicas superiores e educação • Relações entre desenvolvimento, aprendizagem e educação escolar 								
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		VIGOTSKY, L. S. A formação social da mente : o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores. 7. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2008. 191p. VIGOTSKY, L. S. Pensamento e linguagem . São Paulo: Martins Fontes, 2008. 194 p. MESQUITA, A. M.; FANTIN, F. C. B.; ASBHAR, F. F. S. Currículo Comum para o Ensino Fundamental Municipal . Bauru: Prefeitura Municipal de Bauru, 2016. Disponível em: https://www2.bauru.sp.gov.br/arquivos/arquivos_site/sec_educacao/curriculo_ef_2.pdf PASQUALINI, J. C. & TSUHAKO, Y. N. Proposta pedagógica para a Educação Infantil do Sistema Municipal de Ensino de Bauru . Bauru: Secretaria Municipal de Educação, 2016. Disponível em:								

	https://www2.bauru.sp.gov.br/arquivos/arquivos_site/sec_educacao/curriculo_comum_educacao_infantil.pdf
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	<p>MARTINS, L. M. & DUARTE, N. Formação de professores: limites contemporâneos e alternativas necessárias. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010.</p> <p>VIGOTSKI, L. S. A construção do pensamento e da linguagem. São Paulo: Martins Fontes, 2000.</p> <p>VIGOTSKI, L.S. Imaginação e criação na infância: ensaio psicológico livro para professores. São Paulo: Expressão Popular, 2018.</p> <p>VIGOTSKI, L. S. Psicologia pedagógica. São Paulo: Martins Fontes, 2010.</p> <p>VIGOTSKI, L. S. Problemas da defectologia. Tradução e revisão técnica: Zoia Prestes, Elizabeth Tunes. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2021.</p> <p>VIGOTSKI, L. S. Sete aulas de L. S. Vigotski sobre os fundamentos da pedologia. Organização [e tradução] Zoia Prestes e Elisabeth Tunes. Rio de Janeiro: E-Papers, 2018.</p>



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AGRESTE DE PERNAMBUCO

Av. Bom Pastor, S/N. - Boa Vista - CEP 55292-270 - Garanhuns - PE

CNPJ: 35.872.812/0001-01

PROGRAMA DE COMPONENTE CURRICULAR										
COMPONENTE CURRICULAR		Tópicos Especiais em Psicologia e Educação II					CÓDIGO		PED00006	
NÚCLEO DE CONHECIMENTO		Núcleo de conteúdos básicos			PERÍODO DE OFERTA		-			
CH TEÓRICA	60	CH PRÁTICA	0	CH EAD	0	CH PCC		CH TOTAL	60	
CARÁTER DA DISCIPLINA		<input type="checkbox"/> OBRIGATÓRIA <input checked="" type="checkbox"/> OPTATIVA				NÚMERO DE CRÉDITOS		2		
MODALIDADE DE OFERTA		<input type="checkbox"/> Semestral <input type="checkbox"/> Anual				REQUISITO DE CARGA HORÁRIA				
PRÉ-REQUISITO		NÃO EXISTE.				CÓDIGO				
EQUIVALÊNCIA(S)		NÃO EXISTE.				CÓDIGO				
EMENTA		Medicalização da Educação. Queixas escolares: análise crítica e reflexiva acerca das causas e implicações no processo pedagógico. Funcionamentos escolares e produção do fracasso escolar.								
PRÁTICA COMO COMPONENTE CURRICULAR		(Quando houver para o curso)								
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO		<ul style="list-style-type: none"> • Medicalização da educação • Queixas escolares: análise crítica e reflexiva acerca das causas e implicações no processo pedagógico • Funcionamentos escolares • Produção do fracasso escolar 								
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		ASBAHR, F. S. F.; LOPES, J. S. (2006). A culpa é sua. Psicologia USP [online], v. 17, n. 1, p. 53-73. Disponível em: https://www.scielo.br/j/pusp/a/sBqsxs9BN5SyKnWBPxDqRmt/abstract/?lang=pt COLLARES, C. A. L.; MOYSÉS, M. A. A. (1994). A transformação do espaço pedagógico em espaço clínico. Fundação para o Desenvolvimento da Educação , n. 23, p. 25-31. Disponível em: http://www.crmariocovas.sp.gov.br/pdf/ideias_23_p025-031_c.pdf PATTO, Maria Helena Souza. A produção do fracasso escolar: histórias de submissão e rebeldia . São Paulo: Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo. 2022. Disponível em: https://www.livrosabertos.abcd.usp.br/portaldelivrosUSP/catalog/book/932								

	<p>SANTOS, C. C. P.; SANT'ANA, I. M. (2016). Educação, medicalização e desenvolvimento humano: uma leitura a partir da teoria histórico-cultural. Crítica Educativa, v. 2, n. 2, p. 248-264. Disponível em: https://www.criticaeducativa.ufscar.br/index.php/criticaeducativa/article/view/83</p> <p>SOUZA, Beatriz de Paula. Orientação à queixa escolar. São Paulo: Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, 2020. https://www.livrosabertos.sibi.usp.br/portaldelivrosUSP/catalog/view/536/473/1827</p>
<p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</p>	<p>ASBAHR, F. S. F.; NASCIMENTO, C. P. (2013). Criança não é manga, não amadurece: conceito de maturação na teoria histórico-cultural. Psicologia: Ciência e Profissão, v. 33, n. 2, p. 414-427. Disponível em: https://www.scielo.br/j/pcp/a/4Wq5bTmhnrT8XG8w3B5Xcvj/</p> <p>MARTINS, L. M. & DUARTE, N. Formação de professores: limites contemporâneos e alternativas necessárias. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010. Disponível em: https://books.scielo.org/id/ysnm8</p> <p>PATTO, Maria Helena Souza. Introdução à Psicologia Escolar. São Paulo: Casa do Psicólogo. 1997.</p>



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AGRESTE DE PERNAMBUCO

Av. Bom Pastor, S/N. - Boa Vista - CEP 55292-270 - Garanhuns - PE

CNPJ: 35.872.812/0001-01

PROGRAMA DE COMPONENTE CURRICULAR										
COMPONENTE CURRICULAR		TRABALHO E EDUCAÇÃO					CÓDIGO		UAG00268	
NÚCLEO DE CONHECIMENTO		Núcleo de conteúdos básicos			PERÍODO DE OFERTA					
CH TEÓRICA	60h	CH PRÁTICA	-----	CH EAD	-----	CH PCC		CH TOTAL	60	
CARÁTER DA DISCIPLINA		<input type="checkbox"/> OBRIGATÓRIA <input checked="" type="checkbox"/> OPTATIVA				NÚMERO DE CRÉDITOS		04		
MODALIDADE DE OFERTA		<input type="checkbox"/> Semestral <input type="checkbox"/> Anual				REQUISITO DE CARGA HORÁRIA		Não há requisito de carga horária para esse componente curricular		
PRÉ-REQUISITO		NÃO EXISTE				CÓDIGO				
EQUIVALÊNCIA(S)		NÃO EXISTE				CÓDIGO				
EMENTA		<p>A relação histórica entre trabalho e educação. Implicações das mudanças no mundo do trabalho na educação. Análise crítica das transformações sócio-políticas, econômicas e culturais no contexto da mundialização do capital, do neoliberalismo e da reestruturação produtiva, com ênfase no Brasil, relacionando e analisando criticamente as exigências e desafios que se colocam ao campo educacional, no que se refere à qualificação profissional e inserção dos educandos no mundo do trabalho.</p>								
PRÁTICA COMO COMPONENTE CURRICULAR		(Quando houver para o curso)								
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO		<ol style="list-style-type: none"> 1. O trabalho como princípio educativo. 2. Educação em Marx. 3. Educação em Gramsci. 4. Formação politécnica: conceitos bases e indissociáveis; consensos; rebatimento na instituição escolar. 5. Trabalho docente. 6. Teoria do Capital Humano, empregabilidade, competência e empreendedorismo. 7. Mundialização do capital, reestruturação produtiva e neoliberalismos: crise capitalista e as mudanças no mundo do trabalho e seus rebatimentos nas políticas educacionais brasileiras. 8. Paradigma taylorista/fordista: pedagogia dominante; fragmentação no 								

	<p>trabalho pedagógico.</p> <p>9. Paradigma toyotista – ponto de vista da prática escolar atual: movimento da organização e trabalho do toyotismo para a pedagogia – algumas tendências.</p> <p>10. A relação trabalho-educação na organização do trabalho pedagógico da escola capitalista.</p> <p>11. Políticas públicas de qualificação e educação profissional do Governo Federal – governos Fernando Henrique Cardoso, Luís Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff.</p>
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	

7.9. ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO

Considerando a resolução CNE/CP nº 2/2015 e os Pareceres nº 9/2001 e nº 28/2001 do Conselho Nacional de Educação que regulamentam o estágio supervisionado nos cursos de formação de professores da educação básica, a proposta do componente curricular estágio supervisionado no curso de Licenciatura em Pedagogia da UFAPE dá-se sob a forma de pesquisa-intervenção. Serão 400 (quatrocentas) horas de prática como componente curricular, distribuídas ao longo do processo formativo (BRASIL, 2015, p. 11).

O estudante deverá percorrer o caminho da pesquisa, problematização e intervenção pedagógica, com um forte sentido formativo que possibilita um olhar investigativo e propositivo sobre a prática profissional, em um processo de ação-reflexão-transformação para a formação dos futuros profissionais da educação. Sendo assim, a prática de cada escola, com suas especificidades, passa a ser objeto de análise e investigação da formação dos licenciandos em Pedagogia. Por outro lado, do processo investigativo emerge uma problemática que poderá ser alvo de uma intervenção. Para o desenvolvimento dos projetos de intervenção, o estudante deverá identificar uma questão, planejar uma intervenção e realizá-la, constituindo-se uma rica experiência formativa no âmbito do estágio supervisionado.

Neste processo, o estudante complementa e fortalece as aprendizagens disciplinares, mas, também, forma atitudes e valores tais como: capacidade de trabalhar em grupo; e tomar decisões em situações imprevistas; comprometer-se com o social; de tornar-se responsável; idealizar e realizar projetos pedagógicos que visem à formação humana e cidadã dos estudantes da educação básica da rede de ensino de Garanhuns/PE e, também de algumas cidades circunvizinhas a este município. Nesse sentido, o estágio é tido como uma atividade acadêmico-formativa que visa, de acordo com Fontana (2013, p. 143), “promover um alargamento da compreensão da cultura escolar em suas práticas e apreciações valorativas, pelo cotejamento das diversas concepções de educação, ensino, escola e docência presentes no processo de formação profissional”.

Partindo do pressuposto que o estágio constitui-se parte significativa da preparação profissional do estudante, uma atividade em que o aprendizado do processo de trabalho articula duas condições de produção distintas: a atividade da educação formal e a vivência de situações de trabalho, o orientador do estágio obrigatório será o professor da disciplina.

O estudante deverá estar regularmente matriculado no referido componente. Além dos procedimentos previstos na Resolução CONSEPE/UFAPE nº 004/2023, poderão ser adotadas outras estratégias de acompanhamento do Estágio Obrigatório, tais como: encontros periódicos com estudantes estagiários e agentes formadores para a discussão de aspectos técnicos, pedagógicos e organizacionais referentes ao desenvolvimento do

estágio; realização de seminários acerca das experiências oriundas do estágio; promoção de eventos que busquem aproximar as empresas/instituições da Universidade, dentre outras. O conjunto dessas e outras ações poderão embasar o planejamento e a atualização das práticas de estágio do curso.

Em relação aos estágios não obrigatórios, os alunos poderão desenvolvê-los desde que tenham concluído o 3º período do curso, quando o estudante tiver cursado as disciplinas dos eixos de Fundamentos educacionais e pedagógicos. Em relação ao orientador, este será um professor do Curso que ficará responsável pela análise dos relatórios a serem elaborados pelos estudantes ao final de cada período de estágio. Vale destacar a importância da relação entre orientador e estudante, no sentido da elaboração do plano de estágio, do acompanhamento das atividades e da elaboração do relatório final. Ressaltamos que, conforme a Lei de Estágio A Lei de Estágio no art. 7º, inciso IV é exigido do educando a apresentação periódica de seu relatório de atividades, em prazo não superior a 6 (seis) meses.

No que concerne às estratégias para gestão da integração entre atividades no campo de estágio e a atividade profissional que o discente estagiário exercerá, é importante considerar as competências previstas no perfil do egresso, expressas no Projeto Pedagógico do Curso (PPC).

Para tanto, os estágios do Curso de Pedagogia estão assim distribuídos na matriz curricular: Estágio Curricular I na Educação Infantil; Estágio Curricular II no Ensino Fundamental; Estágio Curricular III em Gestão Escolar; Estágio Curricular IV em Contextos Não Escolares (ONGs, Hospitais Infantis, Museus, Empresas/Órgãos de Planejamento e pesquisas Educacionais, etc.); Estágio Curricular V nas modalidades Educação de Jovens e Adultos, Educação do Campo e Educação Especial. A natureza de tais estágios está intrinsecamente relacionada ao perfil do profissional que almejamos formar e, portanto, condizente com o Projeto Pedagógico do Curso.

As atividades de monitoria, extensão ou iniciação científica, já concluídas, que forem compatíveis com a formação acadêmica do estudante requerente, poderão ser equiparadas ao EO (Resolução CEPE/UFPE Nº 04/2023).

7.9.1. Estágio curricular supervisionado – relação com a rede de escolas da educação básica

O Estágio Curricular Supervisionado será realizado na rede pública de ensino do Município de Garanhuns e em municípios circunvizinhos, via parceria firmada oficialmente entre as Secretarias Municipais de Educação e o Curso de Licenciatura em Pedagogia da UFPE. Também, no caso do Estágio IV, em ambientes não escolares, tais como Organizações Não Governamentais (ONGs), Hospitais, Museus, Empresas de planejamento e pesquisa educacionais, entre outros.

O acompanhamento do docente orientador do estágio dar-se-á eventualmente através de visitas ao campo de estágio, quando os estudantes estiverem em ação; também pelo acompanhamento e análise dos documentos de estágio tais como: fichas de frequências, de avaliação e também a partir da orientação e do acompanhamento do

planejamento das atividades a serem desenvolvidas no campo da prática e finalmente na avaliação do relatório apresentado ao final do estágio.

7.9.2. Estágio curricular supervisionado – relação teoria e prática

O sentido formativo do estágio supervisionado no curso de Pedagogia da UFPE está calcado na estreita relação entre a teoria e a prática, na capacidade de refletir criticamente sobre as práticas curriculares das escolas, tanto na Educação Infantil quanto nos anos iniciais do Ensino Fundamental e também nas modalidades de ensino da Educação de Jovens e Adultos, Educação Especial, Educação do Campo e Espaços não Escolares.

Esta reflexão visa desenvolver projetos interdisciplinares envolvendo o ensino de Língua Portuguesa, Matemática, Ciências, História, Geografia, Artes, Educação Física, de forma interdisciplinar e adequada às diferentes fases do desenvolvimento humano. Também visa compreender a escola em seu contexto social, econômico e cultural, reconhecendo a complexidade da profissão docente aliada à compreensão dos contextos e das condições de produção da profissão docente (PIMENTA; LIMA, 2008), na procura de uma aproximação entre escola e universidade de modo a estabelecer um diálogo permanente com as aprendizagens vividas na universidade e na prática de estágio. A proposta desta relação também visa compreender as ações educativas em espaços não escolares, tais como: organizações não governamentais (ONGs), empresas, hospitais, museus, e órgãos de planejamento, avaliação e consultoria educacional, de acordo com os espaços que se apresentem no contexto local.

Deste modo, o eixo norteador dos estágios de Pedagogia da UFPE é a busca da relação entre os estudos teóricos e a ação prática cotidiana nas escolas. Neste sentido, o estágio também proporcionará discussões teóricas que embasam as atividades planejadas e desenvolvidas no campo de atuação do pedagogo, em contextos de educação formal e não escolar. O resultado do Estágio será organizado em forma de relatórios, artigos e relatos de experiências que serão divulgados para a comunidade interna e externa à universidade.

7.9.3. Integração com as redes públicas de ensino

O Curso de Licenciatura em Pedagogia da UFPE mantém estreita relação com a Secretaria de Educação do Município de Garanhuns, que disponibiliza, semestralmente, escolas e turmas específicas para realização dos estágios obrigatórios dos estudantes. Nas escolas e creches da rede municipal serão desenvolvidos projetos de intervenção pedagógica que utilizarão estratégias didático-pedagógicas, inclusive com o uso de tecnologias educacionais, com a finalidade de produzir resultados relevantes para os discentes e para as escolas de educação básica, fomentando ações comprovadamente exitosas ou inovadoras.

Estas experiências serão documentadas em relatórios, em artigos para eventos

científicos e periódicos da área de educação, e também serão compartilhados anualmente no Seminário de Socialização dos Estágios do Curso de Pedagogia da UFAPE com a presença de professores, gestores, coordenadores das escolas campo de estágio e também representantes da secretaria de educação. Tais práticas buscam consolidar a interlocução entre a Universidade e as Escolas da Educação Básica, gerando o fortalecimento da relação entre a teoria e a prática e o aperfeiçoamento das práticas curriculares dos estágios.

7.9.4. Estágio supervisionado não obrigatório (ENO)

O Curso de Licenciatura em Pedagogia da UFAPE reconhece o estágio como um ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa contribuir com a formação profissional do pedagogo regularmente matriculado na UFAPE.

Ao licenciando em Pedagogia da UFAPE além do Estágio Obrigatório Supervisionado é possibilitado o Estágio Não Obrigatório (ENO), realizado por meio do interesse particular do discente, e regido pelas Diretrizes Curriculares do MEC, constituindo uma forma de integração entre o estudante, o espaço formativo concedente do estágio e a UFAPE.

Por decisão do Colegiado de Coordenação Didática do curso de Licenciatura em Pedagogia da UFAPE, apenas os estudantes que concluíram 36% da carga horária total do curso, estão aptos ao ENO.

O Estágio não Obrigatório deve ser desenvolvido no contraturno do turno de matrícula acadêmica do estudante, obrigatoriamente orientado por um docente do curso e supervisionado por um profissional do espaço formativo concedente, com formação ou experiência profissional na área do conhecimento.

De acordo com a Resolução do CONSEPE/UFAPE n. 004/2023, para a participação no ENO é obrigatória a concessão de bolsa e auxílio-transporte por parte do espaço formativo concedente.

Para realização do ENO, os discentes têm que apresentar à Coordenadoria de Estágio da UFAPE os seguintes documentos:

- I) Termo de Compromisso (reconhecido como norte para o acompanhamento das atividades desenvolvidas no estágio);
- II) Plano de atividades;
- III) Declaração do orientador; e
- IV) Carta de aceite do supervisor da instituição concedente.

Destacamos que no caso do Estágio Não Obrigatório (ENO) a contratação do seguro fica sob a responsabilidade do espaço formativo concedente e as atividades do estagiário só devem iniciar após celebração de Termo de Compromisso por todas as partes envolvidas no processo.

O estagiário do ENO no prazo de até 6 (seis) meses deverá apresentar o relatório de atividades desenvolvidas durante o período ao orientador e à Coordenadoria de Estágio da UFAPE.

Informamos que, conforme a Resolução do CONSEPE/UFAPE n. 004/2023, a jornada diária do ENO não pode exceder 6 (seis) horas por dia e 30 (trinta) horas semanais; e a sua duração, na mesma parte concedente, não pode exceder 2 (dois) anos, exceto quando se tratar de pessoa com deficiência.

Importante ressaltar que em períodos de verificações de aprendizagem periódicas ou finais, a carga horária de estágio deve ser reduzida pela metade, conforme previsto no Termo de Compromisso e que as obrigações do estagiário vinculado ao Estágio Não Obrigatório (ENO) não diferem das obrigações do Estágio Supervisionado Obrigatório (EO).

7.9.5. Equiparação de estágio

Referendado na Lei Federal n. 11.788/2008 e na Resolução CONSEPE/UFAPE n. 004/2023, o curso de Licenciatura em Pedagogia da UFAPE admite a equiparação das atividades de monitoria, de atividades de extensão e de iniciação científica, uma vez compatíveis com a formação do pedagogo, ao Estágio Supervisionado Obrigatório (EO). As atividades de intercâmbio no exterior, desenvolvidas pelos estudantes, também são passíveis de equiparação.

A análise do requerimento de equiparação será realizada por uma comissão composta por três membros docentes do curso, sob a presidência da coordenação da Licenciatura em Pedagogia. Serão considerados na análise dos documentos para equiparação os relatórios das atividades de monitoria, extensão ou iniciação científica, juntamente com a declaração (devidamente assinada) do orientador. Também será verificada se a quantidade de horas realizadas na(s) atividade(s) é compatível com a carga horária do Estágio Supervisionado Obrigatório.

Ressalta-se que, conforme Resolução do CONSEPE/UFAPE n. 004/2023, não é permitido utilizar para fins de equiparação certificados de monitoria, extensão ou iniciação científica já utilizados para outros fins, como por exemplo: Atividades Curriculares Complementares (ACC), Atividades Curriculares de Extensão (ACEX), entre outras.

7.9.6. Aproveitamento de atividades laborais

O aproveitamento de atividades laborais parcial ou total para fins de Estágio Obrigatório dos cursos de graduação da UFAPE está previsto na Resolução N° 009/23.

Os discentes regularmente matriculados no curso de Licenciatura em Pedagogia da UFAPE, que estão desenvolvendo o efetivo exercício da docência em sua área de formação, poderão pleitear o aproveitamento de práticas laborais para dispensa de até 100% da carga horária prática para 01 (um) dos componentes curriculares de Estágio Obrigatório (EO). As outras atividades do componente curricular cuja carga horária

prática pode ser dispensada devem ser realizadas integralmente, a saber: aula teórica, com suas atividades; relatório de práticas das atividades laborais que servirão para dispensa, dentre outras.

Ressaltamos que a referida área de atuação é definida pelas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) e pelo Projeto Político do Curso de Licenciatura em Pedagogia da UFAPE, quais sejam: atuação docente na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental; nas modalidades de ensino da Educação de Jovens e Adultos, Educação Especial e Educação do Campo. A área de atuação compreende ainda a atuação na gestão de processos educativos e organização e gestão de instituições de Educação Básica, na pesquisa, avaliação e socialização de seus resultados, em contextos escolares e contextos não escolares.

Conforme a Resolução do CONSEPE/UFAPE n. 009/2023, a análise do pleito será realizada por uma Comissão formada por 03 (três) membros docentes do curso de Licenciatura em Pedagogia, sob a presidência da coordenação do curso. A carga horária da(s) atividade(s) realizada(s) deverá ser igual ou superior a carga horária do estágio a ser dispensada; e o período das atividades laborais deverá compreender o início do curso do discente até o momento da abertura do processo. Cabe ao Colegiado de Coordenação Didática (CCD) apreciar o parecer da referida Comissão e, em caso favorável ao pleito, encaminhar à Coordenadoria de Estágio da UFAPE para os devidos encaminhamentos.

Destacamos que os documentos utilizados para dispensa de carga horária de estágio não podem ser utilizados, na UFAPE, para outro fim, como, por exemplo, para as Atividades Curriculares Complementares (ACC), Atividades Curriculares de Extensão (ACEX), entre outras.

7.10. TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (TCC)

O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) da Licenciatura em Pedagogia da UFAPE é normatizado por Regulamento (APÊNDICE) elaborado e aprovado pelos docentes do curso e está em consonância com o Regimento Geral da Universidade. O regulamento estabelece diretrizes claras e específicas para a elaboração e defesa do TCC, garantindo que os(as) estudantes cumpram as etapas necessárias de forma organizada.

Nesse sentido, ao definir critérios de organização, avaliação e orientação, o regulamento contribui para a qualidade dos trabalhos desenvolvidos, incentivando a pesquisa, a reflexão crítica e a produção de conhecimento relevante na área de educação. Ao estabelecer prazos, responsabilidades e consequências para condutas inadequadas, o regulamento também preocupa-se em promover boas práticas de pesquisa dos estudantes, orientadores(as) e demais envolvidos(as), incentivando o comprometimento com as normas éticas e legais e garantindo a integridade acadêmica.

O TCC do Curso é construído em 3 (três) semestres, sendo elaborado gradativamente em componentes curriculares obrigatórios com carga horária de 60 horas, perfazendo um total de 180 horas, desenvolvido de forma individual pelos(as) estudantes.

Para facilitar a elaboração desses trabalhos, a biblioteca setorial da universidade disponibiliza templates padronizados para Monografias e artigos, disponíveis no Portal da universidade, com orientações sobre o desenvolvimento de cada um dos elementos que compõem o texto acadêmico. Também são encontradas nos templates as normativas mais atualizadas para os Trabalhos de Conclusão de Curso, orientações quanto aos termos de autorização para o depósito obrigatório no Repositório Institucional (cujo link encontra-se acessível no Portal) e informações sobre o formato de submissão, entre outras.

7.10.1. Formatação do TCC

A formatação do TCC é orientada a partir do tipo de trabalho a ser desenvolvido. Para a monografia, é necessário que o texto tenha, no máximo, 60 (sessenta) páginas e siga os elementos pré-textuais, textuais e pós-textuais exigidos pela norma da ABNT - NBR 14724, respeitando as normas vigentes e as orientações administrativas. Já para o artigo científico, a quantidade de páginas deve variar entre 20 (vinte) e 25 (vinte e cinco), seguindo os mesmos critérios de elementos e normas da ABNT. Essas diretrizes visam garantir a padronização e a qualidade dos trabalhos desenvolvidos pelos estudantes de Pedagogia da UFAPE.

7.10.2. Procedimentos de formalização de orientação

A formalização da orientação para o TCC na Licenciatura em Pedagogia da UFAPE se dá por meio do Termo de Compromisso de Orientação. Neste documento, o estudante fornece sua identificação, o título do trabalho a ser desenvolvido, o nome do(a) professor(a) orientador(a) designado(a) e declara que é responsável pelo desenvolvimento do trabalho, com o(a) orientador(a) acompanhando e orientando o processo. Além disso, o aluno reconhece as condições e consequências, como reprovação em caso de plágio, fraude ou contratação de serviço para elaboração do TCC.

O Termo também inclui a ciência do estudante em relação às normas e regulamentos do TCC da Licenciatura em Pedagogia da UFAPE. Após o preenchimento e assinatura do Termo pelo estudante e pelo(a) professor(a) orientador(a), a formalização da orientação está completa, estabelecendo as bases para a relação entre estudante e orientador(a) durante o desenvolvimento do trabalho.

7.10.3. Prazos para defesa e entrega da versão final do TCC

Após o início do 7º período do curso, os alunos têm um prazo de 30 dias úteis para entregar o Termo de Compromisso de Orientação ao professor coordenador de TCC. Durante o desenvolvimento do trabalho, os(as) estudantes devem informar periodicamente ao orientador(a) o andamento do trabalho, comparecer pontualmente às reuniões agendadas e entregar os documentos nas datas previstas para avaliação.

Quanto à defesa do TCC, a data e hora são definidas pelo(a) orientador(a), considerando a disponibilidade dos membros da banca, o calendário acadêmico e as orientações da disciplina ETCC 2. A apresentação pode ser realizada de forma presencial ou híbrida, com o tempo de defesa entre 15 e 20 minutos. Após a defesa, o TCC deve ser depositado na Biblioteca, dentro de 30 dias, seguindo as orientações específicas para cada tipo de trabalho (monografia ou artigo). Caso seja uma monografia, é necessário gerar a Folha Catalográfica, enquanto para um artigo, o estudante deve buscar orientações sobre o depósito no repositório institucional. Esses prazos são essenciais para garantir a conclusão e a entrega pontual do TCC, conforme as diretrizes estabelecidas no Regulamento.

7.10.4. Avaliação do TCC

O processo de avaliação do TCC segue critérios também estabelecidos no regulamento. A avaliação é realizada com base em diversos aspectos, incluindo o uso do padrão para o Repositório Institucional e normas da ABNT, o respeito ao tempo de apresentação, o domínio do conteúdo e a desenvoltura na exposição e diálogo com as arguições. Os membros da banca examinadora atribuem notas de 0 a 10, considerando a profundidade da pesquisa, a qualidade da redação, a análise e síntese, a relevância do tema, a apresentação do aluno, a metodologia utilizada e os resultados obtidos.

O resultado final da avaliação é expresso como "aprovado" ou "reprovado" em ata, sendo vedada a divulgação de nota na ocasião da defesa. A reprovação ocorre caso o aluno não entregue o TCC ao orientador(a), não apresente qualidade mínima no trabalho, conforme os critérios supramencionados, ou não compareça à defesa pública. Em casos de plágio, fraude ou contratação de serviço para elaboração do TCC, o estudante é automaticamente reprovado, sem oportunidade de nova defesa no mesmo semestre. Esses critérios garantem a qualidade e integridade do processo de avaliação.

7.11. ATIVIDADES COMPLEMENTARES CURRICULARES

As Atividades Complementares Curriculares (ACC) têm a finalidade de propiciar saberes e habilidades que enriqueçam o processo de ensino e aprendizagem, possibilitando a ampliação dos conhecimentos didáticos, curriculares, científicos e culturais por meio de atividades realizadas nos mais diversos espaços. Essas atividades deverão ser desenvolvidas no decorrer do vínculo do aluno com o curso e a carga-horária total a ser cumprida corresponde a 210 horas.

Segundo a Resolução CONSEPE nº 008, de 19 de julho de 2024, consideram-se como ACCs as atividades acadêmicas das diferentes naturezas:

I – Ensino:

a) Atividades de Iniciação à docência - aquelas atividades vinculadas ao Programa de Monitoria, Programa de Tutoria, Bolsa de Iniciação Acadêmica (BIA), Programa

Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID), Residência Pedagógica e outros Programas de Iniciação à Docência, independentemente de estarem ou não vinculadas a bolsas;

- b) Participação em cursos extraordinários da sua área de formação, de fundamento científico ou de gestão;
- c) Participação em palestras, congressos e seminários técnico-científicos;
- d) Participação em atividades de ensino desenvolvidas por Empresa Júnior, Incubadora Tecnológica; e
- e) Participação em projetos de ensino devidamente institucionalizados.

II – Pesquisa:

- a) Projetos de pesquisa desenvolvidos no âmbito do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC), do Programa de Iniciação Científica Voluntária (PIC) e Bolsa de Iniciação Acadêmica (BIA);
- b) Programa Institucional de Bolsas de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação (PIBITI); entre outros programas institucionais de pesquisa; e
- c) Publicações técnico-científicas.

III – Extensão:

- a) Programas de extensão;
- b) Projetos de extensão;
- c) Cursos de extensão;
- d) Eventos de extensão;
- e) Prestação de serviços;
- f) Produtos de extensão.

IV – Arte e Cultura:

- a) Programa de Arte e Cultura;
- b) Projeto de Arte e Cultura;
- c) Curso de Arte e Cultura;
- d) Evento de Arte e Cultura;
- e) Prestação de Serviço em Arte e Cultura;
- f) Produtos de Arte e Cultura.

V – Administração universitária:

- a) Membro efetivo da direção de diretórios acadêmicos nos termos da lei;
- b) Membro efetivo da direção de movimentos estudantis de reconhecimento público;
- c) Membro de órgãos colegiados da UFAPE (colegiados, comissões, conselhos, seções e outros);
- d) Representação de turma; e
- e) Programas Institucionais em apoio às atividades administrativas da UFAPE.

VI – Interdisciplinar.

- a) Discussões Temáticas - exposições programadas pelos docentes e realizadas pelos discentes, que podem incluir estudos de casos e resolução de situações-problema e outros, cujos objetivos sejam o desenvolvimento de competências e habilidades específicas para o aprofundamento de novas abordagens temáticas (grupos de estudo e outros);
- b) Programa de Atividades de Vivência Interdisciplinar (PAVI) - tem como objetivo, oportunizar e promover o treinamento das aptidões e habilidades técnicas dos discentes por meio da interconexão entre os conteúdos teórico-práticos dos diversos componentes curriculares, envolvendo as diversas áreas do conhecimento à luz dos Projetos Pedagógicos dos Cursos;
- c) Vivência Profissional Complementar: engloba atividades que têm o objetivo de proporcionar ao discente a oportunidade de aplicar seus conhecimentos acadêmicos em situações de prática profissional (Residência Pedagógica, Estágio não-obrigatório, Vínculo de trabalho formal desenvolvido na área de formação do discente e outros);
- d) Programa de Educação Tutorial (PET); e
- e) Participação em grupos de estudos, de pesquisa, de extensão e de arte e cultura devidamente institucionalizados.

Para integralização da carga horária das ACCs na matriz curricular, o estudante deverá, obrigatoriamente, comprovar a realização de atividades acadêmicas em, no mínimo, duas naturezas distintas. A carga horária máxima, somados todos os certificados das atividades acadêmicas da mesma natureza, a ser reconhecida como ACC deverá ser no máximo de 120 horas. Já a carga horária mínima, a ser reconhecida como ACC, deverá ser, no mínimo, de quinze (15) horas, somados todos os certificados de atividades acadêmicas da respectiva natureza.

Para integralizar a carga-horária relativa às ACC, o graduando deverá reunir comprovação das atividades desenvolvidas e abrir processo junto à instituição. O processo será encaminhado para a coordenação do Curso e após a análise e aprovação do CCD do Curso, o coordenador do Curso o remeterá ao DRCA (Departamento de Registro e Controle acadêmico) para creditar no histórico escolar do referido aluno a carga-horário correspondente ao aprovado.

7.12. CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO

A Resolução nº 7, de 18 de dezembro de 2018 do CNE-CES, que estabeleceu as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira, regulamenta as atividades acadêmicas de extensão dos cursos de graduação. Em seu 4º artigo, determina que “as atividades de extensão devem compor, no mínimo, 10% (dez por cento) do total da carga horária curricular estudantil dos cursos de graduação, as quais deverão fazer parte da matriz curricular dos cursos” na forma de programas e projetos de extensão universitária.

Para cumprimento da legislação, a UFAPE, em sua RESOLUÇÃO Nº 007/2022,

estabeleceu que as Atividades Curriculares de Extensão (ACEX) são obrigatórias para os estudantes dos cursos de graduação ingressantes na instituição a partir do período letivo 2022.2. Considerando que a carga horária total do curso de Licenciatura em Pedagogia da UFAPE é de 3.255, caberá ao graduando, ao longo do curso, cumprir como ACEX a carga horária de 326h. Mediante essa obrigatoriedade, é responsabilidade de todo o corpo docente oferecer projetos e programas de extensão de modo a garantir o cumprimento da carga horária de ACEX prevista por todos os alunos.

7.12.1 Modalidades e creditação das ACEX

São consideradas modalidades de ACEX, conforme a RESOLUÇÃO Nº 007/2022, para fins de curricularização da Extensão nos cursos de graduação da UFAPE, as seguintes atividades:

ACEX I – participação do/a estudante como membro da equipe executora dos Projetos ou Programas de Extensão institucionalizados na UFAPE, com ou sem bolsa e com ou sem parceria com outras instituições público-privadas;

ACEX II – participação do/a estudante como membro organizador e/ou ministrante de Cursos, Palestras e Eventos ou na Prestação de Serviço, que tenham sido institucionalizados e vinculados a Projetos ou Programas de Extensão, conforme artigo 3º; e

ACEX III – participação do/a estudante como membro da equipe executora dos Projetos ou Programas de Extensão em outras Instituições de Ensino Superior (IES) pública ou privada, dentro ou fora do Brasil.

Os projetos ou programas coordenados por técnico de nível superior, para fins de creditação da Extensão como ACEX, deverão conter na equipe, no mínimo um docente responsável pela supervisão do respectivo estudante, conforme a RESOLUÇÃO Nº 007/2022.

Visando a interprofissionalidade, a ACEX pode ser desenvolvida pelos estudantes em todas as áreas do conhecimento, desde que estejam relacionadas ao processo educativo, e pode ser realizada independentemente de periodização, podendo ser cumprida a qualquer momento do ano civil.

Para creditação da carga horária relativa às ACEX, o graduando deverá reunir comprovação das atividades desenvolvidas e abrir processo junto à instituição. O processo será encaminhado para a coordenação do Curso de Licenciatura em Pedagogia e após, análise e aprovação do CCD do Curso, o coordenador remeterá ao DRCA (Departamento de Registro e Controle Acadêmico) para creditar no histórico escolar do referido aluno a carga horária correspondente ao aprovado.

Para creditação da ACEX I e II só serão aceitos certificados de atividades de Extensão emitidos pela PREC ou declarações emitidas pela Comissão de Extensão e Cultura, de acordo com Resolução da Política de Extensão vigente na UFAPE.

Na modalidade ACEX III, a atuação do/a estudante em Projetos ou Programas de Extensão em outras Instituições de Ensino Superior (IES), dentro ou fora do Brasil, deve ser certificada ou declarada pela instituição concedente.

Cabe ao CCD do Curso de Pedagogia da UFAPE a avaliação e o aceite de certificado ou declaração da atividade de Extensão, emitidos por outras Instituições públicas ou privadas, apresentado pelo/a estudante de graduação para fins de creditação.

Como forma de favorecer as oportunidades necessárias para a creditação da Extensão como ACEX por nossos licenciandos, os professores do Curso de Pedagogia desenvolvem diversos projetos de extensão, nos quais os estudantes assumem o protagonismo. Além dos projetos coordenados por um (ou dois) docentes como iniciativas individuais, o corpo docente, enquanto coletivo do Curso de Pedagogia, elaborou, em 2023, um projeto de extensão que envolve todos os seus professores e a proposta é que sempre haja estes projetos coletivos ao longo dos anos.

8. CONCEPÇÃO DE ENSINO E DE APRENDIZAGEM

8.1. METODOLOGIAS DE ENSINO E DE APRENDIZAGEM

“Uma proposta pedagógica, dimensionada pelo tamanho do futuro que vislumbramos, deve ser construída sobre o poder constitutivo e criador da ação humana” (BECKER, 2001, p. 31).

Adotamos aqui a concepção de sujeito epistêmico, constituído num processo sócio-histórico. Nesse sentido, o ensino estará necessariamente articulado às situações de aprendizagem, bem como se desenvolve e se adequa conforme o desenvolvimento da sociedade, das condições dos sujeitos da aprendizagem, e do trabalho desenvolvido pelo docente. Ensino e aprendizagem, embora fazendo parte de um mesmo processo, carecem, contudo, de serem entendidos com seus atributos epistemológicos distintos.

O Ensinar e o aprender tem como foco a relação professor e estudante, onde o docente não é aquele que detém o saber e o estudante não é o sujeito que não possui conhecimento algum. A nossa compreensão é de que o processo de ensino e aprendizagem se dá na mediação entre o saber sistemático e as habilidades desenvolvidas pelos estudantes. Deste modo, a aprendizagem não está restrita aos conteúdos ou matérias aprendidos, mas e, sobretudo, a partir das ações concretas postas em práticas e que modificam o ambiente vivido. Neste sentido, o processo de ensino e aprendizagem é uma via de mão dupla onde o sujeito que aprende ensina, e aquele que ensina também aprende de forma dinâmica.

Nesse sentido, o docente utiliza nas aulas, metodologias diversas que no que deverão variar de acordo com o objetivo planejado pelo professor, reconhecendo que cada estudante recorre a processos cognitivos próprios. Isto implica, por sua vez, reconhecer as necessidades de diferentes processos e estratégias didáticas a serem adotados em sala de aula. Por isso, devemos contar com aulas que deverão ser planejadas visando a exposição dialogada, discussões em grupo, elaboração de projetos, buscando priorizar a interação construtiva do grupo-classe, assim como a produção individual e coletiva. Tais necessidades levam-nos também a utilizar diferentes formas de avaliação, uma vez que a aprendizagem do que é efetivamente ensinado, a forma de se tentar entender como o sujeito constrói suas aprendizagens, bem como as características daquilo a ser ensinado, exigem diferentes

formas de avaliação para que se possa compreender ou perceber as diferentes expressões dessas realidades. Não obstante a isso, pois são desafios permanentes na prática do professor, o processo de aprendizagem não se efetiva exclusivamente na sala de aula, uma vez que tal processo se dá nas diferentes incursões e interações a que o aluno está submetido fora da sala de aula e mesmo busca através de meios próprios.

Dito isto, é preciso afirmar que o aprendiz é aqui considerado, um sujeito ativo no processo de construção do conhecimento, sendo priorizadas estratégias didáticas que levem o mesmo a agir e problematizar sua ação. Seus conhecimentos prévios são considerados esquemas já construídos, que podem ser desconstruídos e reconstruídos a partir do contato com conhecimentos científicos.

Nesse cenário, cabe ao docente exercer um papel de mediador no processo de construção do conhecimento pelo aluno, proporcionando momentos que contribuam para que ele possa refletir e construir aprendizagens significativas. Aqui aprendizagem significativa está entendida como:

[...] um processo por meio do qual uma nova informação se relaciona, de maneira substantiva (não literal) e não arbitrária, a um aspecto relevante da estrutura cognitiva do indivíduo. Isto é, nesse processo a nova informação interage com uma estrutura de conhecimentos específica, a qual se chama de “conceito subsunçor” ou simplesmente, “subsunçor”, existente na estrutura cognitiva de quem aprende. (AUSUBEL apud MOREIRA (1999, p. 11).

Com base na Teoria da aprendizagem significativa o que o autor enfatiza é a participação ativa do sujeito, sua atividade e participação pessoal do sujeito que aprende na aquisição (apropriação) de (do) conhecimentos, de maneira que eles não sejam uma repetição ou cópia dos formulados pelo professor ou pelos materiais didáticos presentes na sala de aula, mas uma reelaboração pessoal sobre o conhecimento sistematizado (Pelizzari, Kriege, Baron, Fink, Dorocinski, 2002).

Acessibilidade metodológica

A acessibilidade metodológica é um dos caminhos para a garantia da permanência e do sucesso do estudante com deficiência na instituição. Segundo a Lei Brasileira da Inclusão, em seu Capítulo IV, que dispõe sobre Educação, no seu Art.28, Incisos III, V e VI, observamos as seguintes recomendações:

- III - projeto pedagógico que institucionalize o atendimento educacional especializado, assim como os demais serviços e adaptações razoáveis, para atender às características dos estudantes com deficiência e garantir o seu pleno acesso ao currículo em condições de igualdade, promovendo a conquista e o exercício de sua autonomia;
- V. - adoção de medidas individualizadas e coletivas em ambientes que

maximizem o desenvolvimento acadêmico e social dos estudantes com deficiência, favorecendo o acesso, a permanência, a participação e a aprendizagem em instituições de ensino;

VI.- pesquisas voltadas para o desenvolvimento de novos métodos e técnicas pedagógicas, de materiais didáticos, de equipamentos e de recursos de tecnologia assistiva;

Dessa forma, ao pensarmos sobre acessibilidade visando à inclusão plena do sujeito, não podemos nos deter em pensá-la apenas de forma física e arquitetônica, uma vez que estamos recebendo pessoas com perfis distintos e que não necessariamente precisam de adaptações nos espaços e sim de adaptações relacionadas ao processo de ensino-aprendizagem.

Portanto, é fundamental que o Projeto Pedagógico do Curso contemple discussões e estudos de caminhos que favoreçam a prática educativa inclusiva, visto que, além de recebermos estudantes com deficiência, estamos formando docentes que também atenderão pessoas com necessidades de adaptações metodológicas. As disciplinas que envolvem LIBRAS, Educação Inclusiva e Tecnologias da Informação e Comunicação são de fundamental importância para o embasamento teórico- metodológico dos docentes em formação e para o desenvolvimento de um olhar sensível às necessidades de adaptações metodológicas de seus estudantes.

Dentre essas adaptações, podemos citar algumas: maior uso de recursos visuais, como imagens e fluxogramas; linguagem clara; atividades avaliativas de múltipla escolha, orais ou sinalizadas, devidamente registradas; adaptação de tamanho, cor e contraste dos materiais impressos e digitais; impressão e confecção de materiais em relevo e texturizado, etc.

A Universidade Federal do Agreste de Pernambuco tem desenvolvido um trabalho significativo no que diz respeito às práticas educativas acessíveis. Contamos com o apoio de uma equipe multidisciplinar (setores pedagógico, de acessibilidade e de biblioteca) que tem atuado de maneira mais próxima ao corpo docente para a disponibilização de recursos tecnológicos, bem como de sugestões de adaptações metodológicas que podem potencializar a aprendizagem e o rendimento do estudante com deficiência.

Acessibilidade nos processos avaliativos

Ainda no tocante à avaliação pedagógica, o curso encontra-se balizado, também, pela Política Nacional para Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva (2008, p.11). Nesta, a avaliação configura “uma ação pedagógica processual e formativa que analisa o desempenho do aluno em relação ao seu progresso individual, prevalecendo [...] os aspectos qualitativos que indiquem as intervenções pedagógicas do professor”.

Neste sentido, a Política Nacional se apoia na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996, a qual esclarece no seu Art.24, inciso V, que “a verificação do rendimento escolar observará o seguinte

critério: a) avaliação contínua e cumulativa do desempenho do aluno, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados ao longo do período sobre os de eventuais provas finais”. Esse princípio, que fundamenta a avaliação da aprendizagem na LDB, precisa reger o processo de avaliação para todos os discentes, com deficiência ou sem deficiência.

Com esse entendimento, o princípio da *inclusão* norteará o processo de ensino e aprendizagem, garantindo que os professores, ao realizarem suas avaliações, promovam adaptações em função das necessidades educacionais especiais dos estudantes. Para os alunos que são considerados público-alvo da educação inclusiva (pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e com altas habilidades/superdotação), os docentes poderão utilizar, dentre outras estratégias, as seguintes adaptações avaliativas: *dilatação de tempo de avaliação, apresentações de trabalhos em dupla, em equipes ou individual, prova oral, individualizada, sinalizada, ampliada, em Braille, em Libras, com recurso de tecnologias assistivas, permanência de profissional de apoio ou intérprete de Libras em sala e etc.*

A utilização desses recursos de acessibilidade no momento da avaliação encontra-se na Lei Brasileira da Inclusão, nº 13.146/2015, que dispõe sobre a importância da adoção, implementação, organização e aprimoramento dos mecanismos de avaliação acessível em todos os campos da acessibilidade, de forma que, no momento da avaliação, o estudante tenha condições de ser avaliado sem prejuízos quanto à capacidade de apresentar seu desempenho nas disciplinas. Como consequência, o docente também é beneficiado, uma vez que poderá avaliar o desenvolvimento do estudante ou perceber possíveis dificuldades na aprendizagem.

A adoção de mecanismos acessíveis de avaliação propicia uma relação professor-aluno mais estreita e crítica e que, sobretudo, conduz à aprendizagem, efetivando a equiparação de oportunidades, uma vez que todos os alunos são capazes de aprender, independente da sua idade cronológica, das suas limitações e de suas especificidades. Desse modo, o respeito à individualidade e ao tempo de cada um constitui um princípio fundamental para uma educação inclusiva.

É importante salientar que a identificação das demandas de acessibilidade são realizadas primariamente no ato da matrícula ou na auto identificação como público-alvo da acessibilidade. Os discentes são cadastrados no setor de acessibilidade da instituição, o qual realiza um levantamento das necessidades de acessibilidade segundo o seu perfil, articulando de maneira transversal com os demais setores. Isso permite que, antecipadamente, se realizem as devidas adequações pedagógicas, evitando que o estudante seja prejudicado no momento das verificações de aprendizagem ou em outras atividades avaliativas. Além disso, todas as informações coletadas são disponibilizadas aos docentes para que planejem suas ações de acordo com os perfis apresentados.

9. AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM

A avaliação, ao mesmo tempo em que se constitui num indispensável elemento do processo de ensino e aprendizagem, guarda uma complexidade e mesmo diferentes enfoques a ela dados.

A avaliação está referenciada em estudos da área da avaliação educacional, como os de Saul (1988) e Bonniol (2001), na perspectiva da avaliação formativa; os de Hoffman (2000; 1993; 1991), que destaca o caráter mediador da avaliação no processo de ensino-aprendizagem e sua conseqüente função de investigação e dinamização do processo de conhecimento, tendo a necessidade de decidir sobre as modificações que devem ser introduzidas no processo de ensino e aprendizagem com o propósito de corrigir rumos, prováveis erros e promover o desenvolvimento do educando. Destaca-se, ainda, os estudos de Luckesi (2000; 1999), que destaca a função diagnóstica e de tomada de decisão em uma avaliação; os de Perrenoud (2000; 1999a; 199b), que enfatiza a avaliação como processo contínuo, cumulativo que possibilita a regulação das aprendizagens em curso no sentido dos domínios visados; os de Barlow (2006), para quem a avaliação deve dirimir mitos e concentrar-se em realidades, entre outros. Cada um de seu modo, em seu entendimento, defende o que vem a ser o papel e as funções da avaliação da aprendizagem e destaca alguns dos aspectos a serem considerados avaliação em relação aos conteúdos aprendidos seja no contexto da educação básica ou educação superior

No âmbito do curso de Licenciatura em Pedagogia da UFAPE, embasados nos teóricos apresentados, a avaliação será proposta durante o processo de ensino e aprendizagem, configurando-se como mais um instrumento de auxílio na construção do conhecimento pelo estudante. A avaliação, situando-se durante o processo, não se confunde com uma solicitação de memorização de conteúdos, pois consistirá em produções de sínteses do conhecimento, através das quais o estudante poderá se expressar de forma reflexiva e crítica, estabelecendo relações entre conteúdos aprendidos e suas experiências, o que demonstrará a real compreensão e a construção de novas aprendizagens.

Para isso, podemos utilizar instrumentos variados, como resenhas, fichas de leitura, prova escrita, portfólios, seminários, mapa conceitual, relatórios produzidos individualmente ou em grupo, considerando a importância da interação entre os alunos na construção do conhecimento. Vale ressaltar aqui a importância também da autoavaliação, entendida no sentido de que o aluno é também responsável por suas aprendizagens e dela fazer uso como processo metacognitivo.

10. INTEGRAÇÃO ENTRE AS ATIVIDADES DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

A UFAPE passa atualmente por vários desafios relativos a seu processo emancipatório e a constituição de sua identidade enquanto instituição situada no Agreste de Pernambuco. Entre estes desafios, destacamos dois, que remontam a um novo modelo de ensino, pesquisa e extensão o qual o curso de Licenciatura em Pedagogia toma como

norte: 1) o desafio de se relacionar com o território de forma efetiva; 2) o desafio da inovação.

Sobre o primeiro ponto, apesar de reconhecer os esforços que vários professores e programas dentro da universidade têm feito em dialogar com o território, é necessário reconhecer que, atualmente, nos relacionamos muito pouco para além dos muros da Universidade. Isso, em parte, se deve a uma concepção muito engessada de ensino, pesquisa e extensão. Ao engessar a ideia de um ensino restrito à sala de aula ou de uma pesquisa restrita ao laboratório ou à sala do investigador, resta à extensão poucos recursos, tempo e disposição. É pensando nisso que estamos vivenciando, no Curso de Licenciatura em Pedagogia, a formação de várias disciplinas e projetos de pesquisa completamente integrados à ideia de extensão universitária, ou seja, um ensino que estimule a pesquisa e traga resultados imediatos ao território, bem como uma pesquisa ligada às demandas do território, procurando soluções e compartilhando conhecimentos. As disciplinas de estágio, de PEPE, de Educação do Campo, entre outras foram pensadas nesse formato de atuar no território próprio ao pedagogo, no caso, as escolas públicas municipais e estaduais, bem como outras instituições de Educação não formal presentes no território do Agreste Meridional.

Sobre o segundo ponto, é necessário salientarmos que a ideia de inovação não pode ser traduzida como algo unicamente ligado à assimilação de tecnologia de ponta, mas, justamente, em traduzir uma pesquisa ou um ensino em impacto significativo ao território. Nesse aspecto, o Curso de Licenciatura em Pedagogia possui grande potencial, e temos visto diversos exemplos de parcerias bem sólidas entre a Universidade e organizações públicas, coletivas e privadas, do território do Agreste, as quais vêm se materializando em resultados concretos para a comunidade. As áreas de atuação a que o curso vem se dedicando mais nesse sentido são: projetos ligados à formação docente das escolas municipais; projetos ligados à inserção de novas tecnologias no ensino público municipal; projetos ligados à cultura quilombola e sem-terra; projetos ligados à elaboração do PPP de escolas quilombolas.

Além dos projetos individuais do corpo docente, o Curso de Licenciatura em Pedagogia, enquanto coletivo, elaborou, em 2023, um projeto de extensão que envolve todos os seus professores, cuja intenção é oportunizar a vivência extensionista para seus estudantes enquanto protagonistas do seu processo formativo. A proposta é que sempre haja estes projetos coletivos no curso. Esta é mais uma estratégia para estimular o diálogo entre ensino, extensão e pesquisa, pois, como está dito em nosso PDI, é por meio da Extensão que conseguimos compreender a realidade na qual a UFAPE está inserida e isto, sem dúvida, retroalimenta nossas atividades de ensino e pesquisa. A importante interação dialógica entre as instituições de ensino superior e os demais setores da sociedade garantem a troca de saberes, a produção e a aplicação do conhecimento, visando o protagonismo do/a estudante e a transformação social.

Diante do exposto, sabemos que as atividades de ensino, pesquisa e extensão favorecem um leque de possibilidades para a execução da autonomia didático-científica das Universidades. Trazemos nos quadros abaixo, alguns projetos que estão sendo desenvolvidos pelo corpo docente do Curso de Licenciatura em Pedagogia, com suas

respectivas descrições alinhadas ao PDI da UFAPE e em consonância com as políticas institucionais já apontadas no histórico do curso.

1. Projetos de Pesquisa:

TÍTULOS	DESCRIÇÕES
Memória e acesso à vida, obra e legado de Paulo Freire: estudos contemporâneos.	O projeto surgiu da necessidade de se ampliar o acesso à obra do educador e aprofundar temáticas contemporâneas diante dos insistentes ataques do governo federal brasileiro, na gestão Jair Bolsonaro, no intuito de desqualificar as contribuições deste intelectual reconhecido internacionalmente pela relevância de sua obra. A pesquisa será, quanto à natureza, uma pesquisa básica ou pura, assim como aplicada, exploratória e predominantemente qualitativa. A técnica de coleta de dados será a documentação, o questionário e a análise de dados pautada na perspectiva da Análise de Conteúdo defendida por Laurence Bardin. Buscaremos democratizar o acesso ao legado do educador Paulo Freire e analisar as suas percepções acerca de temáticas contemporâneas ligadas à formação de professores(as), mapeando produções intelectuais, ou artísticas de Paulo Freire, ou realizadas com a sua colaboração, materializadas em texto, áudio, vídeo e imagem, identificando projetos e/ou organizações que se inspiram no legado do educador e a investigando na obra de Paulo Freire a presença de temáticas contemporâneas ligadas à formação de professores(as).

<p>As heterogeneidades das crianças em processo de alfabetização e os Programas do IQE: uma análise das sequências didáticas e dos documentos orientadores disponibilizados aos professores da rede pública de ensino de Garanhuns- PE</p>	<p>O presente projeto de pesquisa busca investigar se e como as heterogeneidades das crianças em processo de alfabetização são levadas em consideração nos materiais (sequências didáticas, documentos orientadores ofertados aos professores, entre outros) que compõem os Programas Cicloalfa e Qualiescola, coordenados pelo Instituto Qualidade no Ensino (IQE), no município de Garanhuns-PE. Nosso aporte teórico terá como referência autores como Morais (2012); Leal (2015; 2020); Leal e Santos (2023), Leal, Silveira e Santos (2023); Schön (1995) e Tardif (2002). A pesquisa será documental, uma vez que teremos como fontes os documentos (sequências didáticas, possíveis materiais orientadores, entre outras) produzidos e entregues pelo IQE aos professores da rede pública de ensino do município de Garanhuns-PE, durante o ano letivo de 2023. Esperamos com essa pesquisa contribuir com a formação de professores trazendo reflexões teórico-metodológicas sobre a alfabetização e os processos de heterogeneidades das crianças (individuais e sociais), a partir da análise dos programas Ciclo-alfa e Qualiescola, coordenados pelo Instituto Qualidade no Ensino (IQE), e desenvolvido nas escolas do município de Garanhuns-PE.</p>
<p>O Design de Experiência de Aprendizagem e Design Universal para Aprendizagem no Ensino de Ciências e Matemática: Uma Abordagem Multidimensional.</p>	<p>Este projeto de pesquisa examina a convergência entre o Design de Experiência de Aprendizagem (DEA) e o Design Universal para Aprendizagem (DUA) no ensino integrado de Ciências e Matemática. O DEA foca em experiências imersivas e práticas que contextualizam conceitos complexos, enquanto o DUA, baseado em neurociência, promove a inclusão adaptando ambientes para diferentes estilos de aprendizagem. A pesquisa visa analisar estratégias do DEA na criação de materiais educacionais e investigar como o DUA pode moldar ambientes inclusivos. A metodologia inclui uma combinação de métodos de pesquisa e análise bibliográfica, com revisões sistemáticas da literatura. Espera-se identificar estratégias eficazes, compreender seu impacto nos alunos e oferecer recomendações práticas, contribuindo para uma abordagem educativa inclusiva e eficaz.</p>

<p>Desafios Enfrentados pelos Gestores Escolares de Garanhuns-PE: a difícil escolha entre Secretário/a escolar e/ou Coordenadores Pedagógicos.</p>	<p>Esta pesquisa problematiza desafios enfrentados pelos/as gestores/as e os reflexos diretos no ambiente educacional das escolas da Rede Municipal de Educação de Garanhuns-PE, diante a ausência da função do/a Secretário/a Escolar e/ou coordenadores/as pedagógicos, membros fundamentais na composição da equipe gestora. O estudo partirá da análise documental numa abordagem qualitativa, onde serão extraídos dos próprios documentos que normatizam a educação municipal a nossa investigação acerca das mudanças ocorridas na função do/a Secretário/a Escolar e/ou coordenadores/as pedagógicos.</p>
<p>A abordagem do ensino-aprendizagem da Análise Linguística nos anos iniciais em teses e dissertações publicadas no período de 2017 a 2022.</p>	<p>Este projeto tem como objetivo geral: Investigar como autores de teses e dissertações publicadas no período de 2017 a 2022 abordam o ensino-aprendizagem da análise linguística nos anos iniciais do ensino fundamental e, como objetivos específicos: a) Identificar os pressupostos teóricos sobre o tema da análise linguística que embasam as teses e dissertações; b) Reconhecer os pressupostos metodológicos para o ensino e a aprendizagem da análise linguística presente nas teses e dissertações; c) Compreender o que apontam os resultados e as conclusões das pesquisas sobre o estado atual do ensino-aprendizagem da análise linguística nos anos iniciais.</p>

<p>Análise dos livros didáticos de alfabetização do PNLD 2022 e 2023: mudanças e impactos na formação e na prática cotidiana de docentes de Garanhuns-PE.</p>	<p>O referido projeto tem como objetivo Geral: Analisar a natureza das mudanças didáticas e pedagógicas presentes em livros didáticos de alfabetização (Edital PNLD 2022-2023) usados por professores (as) na organização de suas práticas de ensino, e os usos que os (as) docentes fazem desse material, nas escolas do município de Garanhuns-PE. Específicos • Analisar, em livros didáticos aprovados nos PNLD 2022 e 2023: o as concepções teórico-metodológicas que fundamentam as obras; a coletânea textual e as atividades de compreensão, leitoras presentes nos livros didáticos objetos de estudo na pesquisa de modo a perceber como contribuem para a formação do leitor; o as atividades voltadas à apropriação do sistema de escrita alfabética e consolidação das relações fonema-grafema; o a influência da BNCC e da PNA na produção das propostas de alfabetização; o as orientações presentes no manual do professor. • Identificar o que pensam os/as docentes sobre as propostas de alfabetização dos livros didáticos que usam em suas práticas de ensino; • Investigar os usos que as/os docentes fazem do(s) livro(s) didático(s) que receberam.</p>
---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

2. Projetos de Extensão:

TÍTULOS	DESCRIÇÕES
Ver, Rever, Transver: Olhares sobre a Vida.	Fomentado com estudantes do 3º período abordando o uso da fotografia como recurso metodológico para contar histórias de vidas de idosas do Abrigo São Vicente de Paula.
Formação de gestores Municipais do agreste de Pernambuco.	Este projeto refletiu sobre os saberes e as práticas dos gestores municipais do agreste de Pernambuco (edital Piacex 2023); Projeto de extensão de formação dos pedagogos socioeducativos da Funase-PE (Edital 2024). Este projeto visa refletir sobre o processo de construção da identidade profissional dos pedagogos socioeducativos da Funase-PE; Projeto de pesquisa “A atuação da nova filantropia na educação básica e os sentidos do currículo: o caso do Instituto Qualidade de Ensino (IQE)”. Este projeto visa evidenciar a atuação da nova filantropia na educação básica, com destaque para o IQE, e a produção de sentidos para o currículo.

<p>GEEMEC: Grupo de Estudo, Pesquisa e Extensão em Educação Matemática e Ensino de Ciências.</p>	<p>O GEEMEC tem natureza interdisciplinar e se constitui como um espaço ampliado da formação acadêmica da UFAPE, congregando professores da educação básica e estudantes de licenciatura. Tem como principais objetivos: Contribuir para que professores elaborarem projetos de pesquisas para seleção de cursos de especialização, mestrado e doutorado; Proporcionar momentos de estudo, socialização e divulgação de projetos de ensino, pesquisa e extensão, trabalhos de conclusão de curso, monografias, dissertações, teses e experiências educacionais diversas em Matemática e Ciências; Realizar e participar de eventos acadêmicos em âmbitos regionais, estaduais e nacional, preferencialmente com apresentação de trabalhos e; Fortalecer a formação inicial e continuada de seus participantes, propiciando uma vivência com a cultura acadêmica tão indispensável a essas formações.</p>
<p>A PESQUISA NO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM NA EDUCAÇÃO BÁSICA: construindo projetos interdisciplinares nas escolas.</p>	<p>O projeto tem por objetivo a elaboração de projetos interdisciplinares por estudantes e professores da educação básica. Para isto toma a pesquisa como princípio educativo e o protagonismo estudantil como condições <i>sine qua non</i> para construção de aprendizagens significativas. Tais princípios, buscam alternativas ao modelo educacional baseado na mera transmissão de conhecimento, na visão apenas disciplinar e na relação professor estudante vertical e autoritária, de quem sabe para quem não sabe. A metodologia adotada permite ao estudante e ao professor vivenciarem processos de pesquisa que, embora não seguindo os mesmos padrões de rigor da pesquisa científica, a estes se assemelha, na medida em que parte de um problema a ser investigado pelo estudante, sob a orientação do professor. Sendo assim, considerando as características epistemológicas concernentes a este nível de ensino, a metodologia permite percorrer as mesmas etapas da pesquisa científica.</p>

<p>Promovendo e reinventando a obra e o legado do educador Paulo Freire por meio da Cátedra Paulo Freire.</p>	<p>O referido projeto busca promover e reinventar a obra e o legado do educador Paulo Freire. Apesar de reconhecido como um dos mais importantes educadores da atualidade, em âmbito nacional e internacional, sendo declarado patrono da educação brasileira e pernambucana, sua presença carece de maior evidência em vários campos do conhecimento. O projeto será desenvolvido em quatro eixos: a) Formação de pessoas por meio de grupos de estudos e leituras; b) Divulgação de conteúdos e ambientes virtuais ligados ao educador Paulo Freire; c) Qualificação e ampliação do Mapeamento da Comunidade Freiriana; d) Promoção do acesso de pessoas com deficiência à obra do educador. Como resultados, esperamos que diversos profissionais da educação e da sociedade em geral tenham contexto efetivo e profundo com a obra do educador Paulo Freire, que as ferramentas e seus conteúdos sejam conhecidos por todos aqueles(as) que ainda não as conhecem, assim como o que nelas contém, e que, boa parte dos conteúdos, especialmente do Acervo Paulo Freire, estejam acessíveis a pessoas com deficiência. Por fim, também se espera realizar a publicação de trabalhos em eventos ou revistas científicas e contribuir para a melhoria da qualidade sociocultural e socioambiental da educação em âmbito internacional.</p>
<p>O pedagogo em espaços não escolares: Desafios e potencialidades na atuação na FUNASE.</p>	<p>O projeto tem como objetivo possibilitar a reflexão e contribuir no processo de construção do pedagogo em contexto socioeducativo, por meio de um curso de extensão ofertado aos 14 pedagogos que atuam nas unidades da FUNASE de vários municípios de Pernambuco. O projeto será realizado de julho/2024 a junho/2025 com encontros formativos mensais que serão ministrados por docentes da UFPE, parceiros da FUNASE e convidados.</p>

1. Projetos de Ensino:

TÍTULOS	DESCRIÇÕES
<p>Grupo de Estudos Sulearte.</p>	<p>O fulcro desse projeto é pautado na Pedagogia Decolonial por meio do ensino da Arte-Educação de comunidades e saberes a centrais quilombolas, indígenas, culturas populares entre outros grupos que foram historicamente negados ou invisibilizados. Partimos das epistemologias do Sul, colocando a América Latina como ponto de partida. Este grupo atualmente tem 21 estudantes participando ativamente.</p>

11. APOIO AO DISCENTE

O curso de Licenciatura em Pedagogia da UFAPE se compromete com o apoio discente a partir de um conjunto de ações orientadas pelas Pró-Reitoria de Assistência Estudantil (PRAE) e Pró-Reitoria de Ensino e Graduação (PREG) com foco desde o acolhimento do licenciando até a sua participação em programas acadêmicos visando a sua permanência e conclusão da graduação.

O apoio ao discente tem, então, o objetivo de garantir acessibilidade metodológica e instrumental aos licenciandos, além de ações de acompanhamento como monitoria, acompanhamento nas experiências de estágio não remunerados, apoio psicopedagógico. Apresentaremos as ações desenvolvidas no curso de Licenciatura em Pedagogia da UFAPE, a partir das Pró-Reitorias responsáveis pela oferta dos programas e ações voltadas aos nossos licenciandos:

A Pró-Reitoria de Assistência Estudantil (PRAE) executa a Política de Assistência Estudantil (PAEST) da UFAPE (Resolução UFAPE 008/2023). Trata-se de um conjunto de diretrizes e procedimentos voltados ao desenvolvimento de programas e serviços voltados à garantia e à ampliação de condições de permanência para estudantes de Graduação, com a finalidade de contribuir para a democratização do acesso à Educação Superior, para a inclusão social e para a elevação das taxas de acesso, permanência e diplomação na universidade.

Política de Assistência Estudantil estabelece estratégias e ações no campo da assistência e apoio à permanência estudantil, visando a garantia de condições básicas de permanência, a melhoria da qualidade de vida discente, a formação integral, a reflexão crítica, o sucesso acadêmico, e se constitui dos seguintes eixos estruturantes: I - Atenção Básica para Permanência; II - Ações Afirmativas de Permanência e Apoio às Diversidades. Os programas de Atenção Básica para Permanência disponíveis aos licenciando em Pedagogia são descritos a seguir:

- a) **Programa Fica Ingressante:** Tem como objetivo fortalecer as condições de permanência dos estudantes ingressantes de graduação que se encontram em situação de vulnerabilidade social, agindo preventivamente para reduzir a evasão e a retenção nos semestres letivos iniciais da vida universitária, através da concessão, durante o primeiro semestre, de benefício pecuniário e do serviço de acompanhamento acadêmico.
- b) **Programa Permanecer:** Objetiva garantir condições de permanência para estudantes em vulnerabilidade socioeconômica, através da concessão contínua de auxílios financeiros para atendimento de necessidades básicas na área acadêmica (custar materiais didáticos e demais necessidades acadêmicas), de transporte e de alimentação e por meio do serviço de acompanhamento acadêmico.
- c) **Programa Vem Morar:** Tem como objetivo garantir moradia para

estudantes não oriundos do município onde o curso é realizado, que estejam em situação de vulnerabilidade socioeconômica, a fim de assegurar condições de permanência durante o curso de graduação. Poderão ser atendidos através da ocupação de vaga nas Moradias Estudantis Universitárias; ou do recebimento mensal do Auxílio Manutenção. Importante destacar que ao término de cada semestre letivo, também recebem o Auxílio De Volta ao Lar, benefício pecuniário exclusivo para discentes do Programa Vem Morar.

- d) **Programa Bem Viver:** Visa contribuir para a melhoria da qualidade de vida discente através da promoção de atividades de saúde, esportivas, culturais e de lazer, como também objetiva incentivar estudantes atletas para o treinamento em práticas esportivas com fins de participação em competições estaduais, regionais e nacionais. Pode ser destinado como apoio a projetos e ações que promovam o acesso de discentes ao esporte, cultura e lazer, bem como a integração comunitária, a interculturalidade e práticas saudáveis de vida; aquisição de materiais esportivos, artísticos e recreativos; ou ainda a concessão do Auxílio Atleta, benefício pago mensalmente para estudantes que apresentem vulnerabilidade socioeconômica e que demonstrem aptidão para prática esportiva de competição.
- e) **Programa Acompanhamento:** Tem como objetivos assegurar o desenvolvimento e o sucesso acadêmico dos licenciandos, prevenir a evasão e a retenção, contribuir para a formação profissional, cidadã e para a ampla vivência universitária, mediante serviços multiprofissionais com atuação interdisciplinar. Fazem parte ações como o serviço de acompanhamento social, psicológico e pedagógico aos discentes que apresentem risco acadêmico; apoio a projetos que visem à recuperação do desempenho dos estudantes com risco de retenção e evasão; e ações pedagógicas para promoção da cidadania e direitos humanos (cursos, palestras, rodas de diálogos, cine debates, oficinas, feiras, publicação em mídias sociais, por exemplo).
- f) **Programa De Inclusão Digital-Conecta:** visa subsidiar a acessibilidade digital e ampliar as condições de permanência de estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, através da concessão de benefício financeiro para a aquisição de equipamentos que promovam a acessibilidade digital.
- g) **Programa Acolher:** se compõe pelas seguintes modalidades de benefícios:
I - *Auxílio Emergencial:* auxílio financeiro concedido aos estudantes regularmente matriculados, que apresentem dificuldades socioeconômicas de natureza emergencial e excepcional, agravantes das situações de vulnerabilidades, que possam prejudicar o desempenho acadêmico ou colocar em risco a permanência na Universidade, as quais deverão ser devidamente analisadas pela equipe de Serviço Social; II - *Auxílio Saúde:*

auxílio financeiro concedido aos estudantes para custeio de demandas eventuais e especializadas de saúde como serviços médico-odontológicos, exames de diagnósticos, aquisição de medicamentos em geral e de óculos de grau; III - *Auxílio de Apoio à Participação em Eventos*: auxílio financeiro concedido aos estudantes para custeio de despesas referentes à participação em eventos de cunho técnico, científico, esportivo ou político acadêmico.

- h) **Programa Alimenta:** Visa garantir segurança alimentar e nutricional para a comunidade discente da UFAPE, prioritariamente aos estudantes em situação de vulnerabilidade social, a fim de prevenir retenção, evasão e prejuízos ao processo ensino-aprendizagem decorrentes da falta de acesso à alimentação adequada, contribuindo, assim, para a redução das desigualdades sociais e para a ampliação das taxas de acesso, permanência e de diplomação na UFAPE.

Como ações afirmativas de permanência e apoio às diversidades a PRAE disponibiliza aos licenciandos programas que visam o enfrentamento das desigualdades de gênero, étnico-raciais e do capacitismo na universidade, com o objetivo de assegurar condições de permanência, fortalecimento das identidades e garantia de necessidades simbólicas a grupos que sofrem processos históricos de discriminações e de dificuldades de acesso e permanência na educação superior, através da oferta de benefícios e serviços assistenciais, são eles:

- a) **Programa Gestar Com Ciência:** Visa assegurar condições de permanência, apoio e acolhimento a estudantes da graduação que estão gestantes ou que são mães, através de um conjunto de ações que fortaleçam o acesso e a permanência de mães discentes, que fomentem o debate e a criação de medidas para a equidade de gênero na UFAPE, contribuindo para a diminuição da evasão das estudantes gestantes ou mães.
- b) **Programa Raízes:** Consiste num conjunto de ações que objetivam assegurar condições de permanência, fortalecimento das identidades e garantia de necessidades simbólicas a estudantes indígenas e quilombolas, através de ações afirmativas que garantam acesso à Política de Assistência Estudantil, como também de serviço de acompanhamento acadêmico e socioassistencial.
- c) **Programa Negros Na Ciência:** Trata-se de uma ação afirmativa para inserção de estudantes de graduação pretos(as) e pardos(as) em atividades produção científica, contribuindo para o combate ao racismo no ambiente acadêmico-científico e incentivando a representatividade negra no campo da produção do conhecimento científico. Art. 37. O Programa compreende a concessão do Auxílio de Incentivo ao Estudante Negro Cientista para estudantes de graduação que comprovem o ingresso na

UFAPE mediante a cota L2 do Sistema de Seleção Unificada(SISU) e a participação na condição de bolsista em projetos de Pesquisa, orientado por pesquisador(a) devidamente qualificado(a), de Extensão, de Inovação e de Monitoria.

- d) Programa Acessar:** Tem o objetivo de contribuir para a permanência de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação, a fim de que possam ter acesso à tecnologia assistiva visando sua autonomia, independência, qualidade de vida e inclusão social. Compreende as seguintes ações e serviços: I - Auxílio Tecnologia Assistiva: benefício financeiro, pago em parcela única, para estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação que deve ser destinado à aquisição ou manutenção de tecnologia assistiva que promova acesso, participação e aprendizagem; II - serviço de acompanhamento socio pedagógico para estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação.
- e) Programa Universidade:** Objetiva propor e realizar ações educativas voltadas às reflexões sobre relações étnico raciais, de gênero e diversidade sexual, a fim de combater preconceitos, racismo, discriminação, violência de gênero e LGBTQIAPN+fobia na Universidade, e contribuir para ampliar o debate sobre tolerância, o respeito à diversidade e os direitos humanos.
- f) Programa Ciclos:** Assegurar condições de permanência, apoio e acolhimento a estudantes da graduação que menstruam, através de um conjunto de ações que fortaleçam a dignidade menstrual, a equidade de gênero no enfrentamento à pobreza, garantindo acesso a insumos de higiene menstrual. Compreende a concessão do Auxílio Dignidade Menstrual, em benefício financeiro com pagamento de parcela semestral, destinado à aquisição de insumos de higiene menstrual.

Além dos programas oferecidos pela Pró-Reitoria de Assistência Estudantil (PRAE), a Pró-Reitoria de Ensino e Graduação (PREG) disponibiliza Programas e desenvolve projetos de estímulo à permanência dos licenciandos em Pedagogia visando a sua diplomação.

Acerca do acompanhamento pedagógico aos discentes, a PREG oferece suporte e subsídios que garantam condições de permanência e de um melhor rendimento em seu percurso formativo na UFAPE, atuando de forma preventiva para a redução das taxas de retenção e de evasão. Esse acompanhamento envolve vários setores e ocorre mediante um conjunto amplo de ações, tais como: acompanhamento pedagógico, suporte psicológico, auxílio financeiro, bolsas em programas de ensino, pesquisa e extensão, serviços de acessibilidade e mobilidade acadêmica.

No que se refere ao acompanhamento pedagógico, este será feito sob a responsabilidade da Coordenadoria de Orientação Pedagógica (COP/UFAPE), vinculada ao Departamento de Acompanhamento Educacional (DAE), e busca planejar e implantar

ações de acolhimento, de orientação para os estudos e de ampliação da formação para além das áreas específicas.

As atividades de acolhimento e integração, que ocorrem no início de cada semestre letivo, destinam-se aos ingressantes por meio da oferta de atividades lúdicas, esportivas e pedagógicas. Também é oferecido o Curso de Ambientação Acadêmica (CAA), que tem como objetivo introduzir o ingressante do curso de Pedagogia ao contexto acadêmico, de modo que ele possa se sentir pertencente a universidade, conhecendo não só a infraestrutura disponibilizada, mas também os serviços e programas destinados aos discentes. Neste sentido, no início de cada semestre o curso se organiza para promover o evento Acolhe Pedagogia, no qual a recepção aos alunos ingressantes ocorre sob organização da Coordenação do Curso e conta com a participação dos docentes para acolhimento dos ingressantes do curso.

O acompanhamento dos alunos já regularmente matriculados no curso ocorre através da oferta de Atendimento Pedagógico Individualizado na oferta de orientação individual para os estudantes, garantindo-lhes o direito à escuta, com o objetivo de auxiliá-los a planejar melhor a sua trajetória de formação acadêmica, a administrar seu tempo de estudo e a obter melhores rendimentos acadêmicos. Aos alunos em formação também são ofertadas: a) Atividades Acadêmicas Integradas Discentes (AAID) que se destinam a uma abordagem transversal de temas contemporâneos e relevantes, visando a ampliação da formação dos discentes para além da sua área de formação específica; e b) o monitoramento do progresso acadêmico que permite diagnosticar precocemente discentes com baixo rendimento acadêmico, de modo a intervir, por meio de ações pedagógicas sistemáticas, minimizando os riscos de evasão e retenção.

A PREG ainda promove através de programas outras ações voltadas ao apoio ao discente, com implicações diretas na formação do licenciando do curso, tendo em vista sua inclusão, assim como a permanência e o êxito na conclusão de seus estudos. Alguns programas estão listados a seguir:

- a) Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID):** É uma iniciativa que integra a Política Nacional de Formação de Professores do Ministério da Educação e tem por finalidade fomentar a iniciação à docência. Ele proporciona a inserção no cotidiano das escolas públicas de educação básica para os discentes do curso, contribuindo para o aperfeiçoamento da formação de docentes em nível superior, para a melhoria da qualidade da educação básica pública brasileira, para a valorização do magistério e para a formação continuada dos professores em exercício.
- b) Programa de Monitoria:** visa promover a iniciação à docência dos discentes por meio de atividades de colaboração entre docente e discente monitor e discente monitor e seus monitorados. As ações de monitoria são essenciais para a manutenção e o engajamento dos discentes junto ao

curso e à universidade e colaboram de maneira positiva para o diálogo que se estabelece entre o docente orientador e o monitor, como também entre o discente monitor e os seus monitorados.

- c) **Programa de Tutoria:** Visa atender aos discentes com necessidades de aperfeiçoamento sobre saberes básicos que são essenciais para o seu desenvolvimento acadêmico e profissional e aos discentes que já desenvolveram certas competências e habilidades sobre determinados campos do saber, dando-lhes a oportunidade de socializá-las com os menos experientes. O Programa almeja aprimorar e alavancar os conhecimentos básicos dos estudantes do curso, fortalecendo, assim, o seu desempenho em todos os componentes curriculares do curso, bem como em suas práticas profissionais. Com base nisso, contribuirá para a diminuição dos índices de retenção e evasão dos cursos.
- d) **Programa de Atividades de Vivência Interdisciplinar (PAVI):** Visa atender aos discentes que queiram obter experiências para além do que é ofertado nos componentes curriculares do curso, atividades teórico-práticas e interdisciplinares relacionadas a habilidades e competências que eles devem ou almejam adquirir para fortalecimento de sua formação inicial.
- e) **Programa de Educação Tutorial:** Propõe apoiar atividades acadêmicas que integram ensino, pesquisa e extensão. Formado por grupos tutoriais de aprendizagem, o PET propicia aos estudantes participantes, sob a orientação de um tutor, a realização de atividades extracurriculares que complemente sua formação acadêmica e atendam às necessidades do curso de Licenciatura em Pedagogia.
- f) **Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC/PIC):** Propõe apoiar a política de Iniciação Científica desenvolvida nas Instituições de Ensino e/ou Pesquisa, por meio da concessão de bolsas de Iniciação Científica (IC) a estudantes de graduação integrados na pesquisa científica.
- g) **Comissão de Orientação e Acompanhamento Acadêmico (COAA)** é o órgão consultivo que objetiva acompanhar e orientar discentes em situação de vulnerabilidade acadêmica. Tem como função principal acompanhar e orientar os discentes, visando seu melhor desempenho e sucesso acadêmico.

Desta forma, o Curso de Licenciatura em Pedagogia da UFAPE referenda a importância das ações que desenvolve em busca da afirmação da educação superior e da assistência estudantil como direito social, bem público e dever do Estado; em respeito à

igualdade de condições para a permanência e para o desenvolvimento das atividades acadêmicas e no reconhecimento à diversidade humana, à autonomia dos sujeitos e à pluralidade de ideias e saberes, promovendo a universalidade de acesso aos benefícios e serviços da assistência estudantil para quem deles necessitar.

11.1 ACESSIBILIDADE E SUAS NUANCES

A Lei nº 10.098/2000 estabelece as normas gerais e os critérios básicos para promover a acessibilidade de todas as pessoas com deficiência ou que apresentem mobilidade reduzida, independente de qual seja esta deficiência (visual, locomotora, auditiva etc.), através da eliminação de obstáculos e barreiras. Ainda de acordo com a referida Lei, os óbices enfrentados pelas pessoas com deficiência são definidos como

qualquer entrave, obstáculo, atitude ou comportamento que limite ou impeça a participação social da pessoa, bem como o gozo, a fruição e o exercício de seus direitos à acessibilidade, à liberdade de movimento e de expressão, à comunicação, ao acesso à informação, à compreensão, à circulação com segurança, entre outros.

Associar a acessibilidade apenas às questões ligadas à infraestrutura física/arquitetônica, significa restringir o conceito, haja vista as especificidades do público-alvo que compõe a educação inclusiva (surdos, pessoas com transtornos globais do desenvolvimento, autistas, etc.). De acordo com a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008, p.12),

na educação superior, a educação especial se efetiva por meio de ações que promovam o acesso, a permanência e a participação dos estudantes. Estas ações envolvem o planejamento e a organização de recursos e serviços para a promoção da acessibilidade arquitetônica, nas comunicações, nos sistemas de informação, nos materiais didáticos e pedagógicos, que devem ser disponibilizados nos processos seletivos e no desenvolvimento de todas as atividades que envolvam o ensino, a pesquisa e a extensão.

No interesse de potencializar ações institucionais de acessibilidade, a UFPE criou a SECAC através da Resolução nº 013/2021, do Conselho Superior Pro Tempore e publicada pela Portaria nº 142, de 26 de outubro de 2021 – DOU. A SECAC foi implantada com o objetivo de propor, desenvolver, e promover ações de acessibilidade para o atendimento às necessidades das pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, no sentido da remoção de barreiras físicas, pedagógicas, atitudinais e comunicacionais existentes no ambiente acadêmico.

A parte administrativa da SECAC é composta por 02 (dois) tradutores intérpretes de libras efetivos nas funções de Secretário e Eventual Substituto. Para atendimento ao público, tem-se a equipe composta por 09 (nove) tradutores intérpretes de libras e 01 (um) leitor transcritor do sistema braille – todos servidores contratados por terceirização. Para composição de uma equipe mínima que atenda às demandas

emergentes na UFAPE, necessita-se de Pedagogo, Psicopedagogo ou Neuropsicopedagogo, Terapeuta Ocupacional, Professor Surdo Bilíngue, Professor Brailista, Psicólogo e Técnico em TI.

Na UFAPE, a acessibilidade é compreendida a partir das suas diferentes dimensões (SASSAKI, 2005): arquitetônica, comunicacional, metodológica, instrumental, atitudinal e programática. A acessibilidade está presente desde o momento de ingresso do estudante, ao destinar uma reserva de vagas para as pessoas com deficiência (Lei nº 13.409/2016), até a sua conclusão, prezando pela qualidade social de sua permanência na instituição. A Universidade também cumpre os requisitos legais de acessibilidade e inclusão, previstos no Decreto nº 5.626/2005, uma vez que oferece a disciplina de Libras como optativa para os bacharelados e obrigatória para as licenciaturas.

11.1.1 Mapeamento das demandas de acessibilidade

Uma das atividades permanentes desenvolvidas pelo SECAC é o mapeamento do público-alvo das ações de acessibilidade na UFAPE, incluindo pessoas com deficiência (física, auditiva/surdez, visual/cegueira e intelectual), mobilidade reduzida e discentes com transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades/superdotação ou outras necessidades específicas. A atualização do mapeamento dos discentes ocorre pelo ingresso no sistema de cotas, por demanda espontânea ou busca ativa através das Coordenações dos Cursos de Graduação e Pós-Graduação. No caso da identificação de docentes e técnicos, além da demanda espontânea e ingresso na instituição pelo sistema de cotas, ocorre busca ativa no sistema de gestão Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos – SIAPE.

Como serviços ofertados pela SECAC, temos o Serviço de Tradução e Interpretação em LIBRAS para atender a comunidade surda; Serviço de Adaptação e Produção de Texto em Formato Acessível para pessoas com cegueira, baixa visão e dislexia, além de uma parceria firmada com a Pró-reitoria de Ensino e Graduação (PREG) para o Serviço de Orientação Pedagógica, voltado aos discentes de cursos de graduação.

No tocante às ações de adaptação física, a SECAC realiza articulações com a Prefeitura para que adequações ou criação de novos espaços sejam realizadas de acordo com as normativas vigentes, com interesse especial, no conceito de desenho universal.

A UFAPE compreende a acessibilidade como uma política transversal a toda sua estrutura, sendo a SECAC o órgão responsável por estabelecer as articulações que promovam a construção de uma cultura inclusiva em todos os espaços da instituição.

11.1.2 Acessibilidade Metodológica

Para que a acessibilidade pedagógica/ metodológica se estabeleça, é necessária a compreensão de que se trata de uma construção coletiva firmada na comunicação entre discente, docente, o curso no qual está matriculado bem como os serviços, espaços e tecnologias de suporte.

A eliminação de barreiras metodológicas implica possibilitar que os discentes com deficiência possam acessar o conhecimento sem entraves nos métodos e técnicas de ensino, promovendo um processo de ensino e aprendizagem de forma qualitativa e autônoma. Nesta perspectiva, a acessibilidade metodológica nos cursos de graduação e pós-graduação, é proposta a partir da identificação das necessidades específicas e potencialidades do/a estudante com deficiência. Dessa forma o curso deverá refletir como está atuando junto ao corpo docente para formação do discente com deficiência, no que tange o desenvolvimento de práticas inclusivas, refletindo os caminhos para viabilizar o processo de ensino e aprendizagem desses sujeitos.

Como premissa para promoção das condições que garantam a equidade na aprendizagem, é fundamental que o discente seja o protagonista no seu processo de formação. A partir do diálogo com os estudantes é possível identificar, elencar e viabilizar as adaptações e tecnologias assistivas (recursos e serviços que contribuem para proporcionar ou ampliar habilidades funcionais de pessoas com deficiência) que auxiliam na equiparação das condições de aprendizagem de estudantes com deficiência.

Esses recursos e serviços poderão ser disponibilizadas de acordo com a necessidade específica do discente, tais como:

1. *surdez/ deficiência auditiva*: recurso de legenda, janela de interpretação e/ou serviço de tradução e interpretação em Libras presencial, dilatação de tempo para a realização de atividades e espaço físico para uso individual em atividades específicas, como avaliações (se necessário);
2. *cegueira/ baixa visão*: leitores de tela, ferramentas para edição de textos (caderno com pauta ampliada, teclado com contraste, máquina de escrita braille, aparelho gravador de voz, linha braille, leitores autônomos, escâner conversor, lupa eletrônica e outros ampliadores visuais), textos em formato acessível (Braille, ampliação, contraste e áudio), audiodescrição, dilatação de tempo na realização de atividades, espaço físico para uso individual em ocasiões específicas (se necessário);
3. *deficiência física/ mobilidade reduzida*: mouse ampliado, caderno com pauta ampliada, gravador de voz, adaptações nas ferramentas usadas para escrita, realização de atividades e produção acadêmica flexível, devidamente registradas e arquivadas, mobiliário adaptado, disposição adequada dos espaços para livre circulação, visualização, participação em todas as atividades em que participar e dilatação de tempo para a realização de atividades;
4. *deficiência intelectual, transtornos globais do desenvolvimento, TDAH, altas habilidades/ superdotação e transtornos de aprendizagem*: adaptação na linguagem/ formato da informação apresentada; cuidados com a carga cognitiva presente nos materiais visuais, textuais e espaciais; adequação do currículo de forma a atender as especificidades dos discentes; uso de abafadores de ruídos; softwares ampliadores de comunicação alternativa; utilização de formas de produção/ registro diversos que estimulem a autoria

do discente (desde que devidamente registrados e arquivados); dilatação de tempo na realização de atividades; espaço físico para uso individual em ocasiões específicas, como avaliações (se necessário).

Algumas das tecnologias assistivas citadas acima, são aquisições recentes da SECAC que estão em processo de compra e entrega.

Vale salientar que o diagnóstico não define a pessoa que necessita de algum recurso de acessibilidade. Mesmo que um grupo apresente a mesma caracterização da deficiência, cada pessoa apresentará necessidades de adequação específicas. Para auxiliar os/as docentes na promoção da acessibilidade metodológica, o curso contará com o apoio e orientação da equipe de profissionais da SECAC.

12. GESTÃO ACADÊMICA DO CURSO E OS PROCESSOS DE AVALIAÇÃO INTERNA E EXTERNA DO CURSO

Além da sistemática de avaliação adotada pelos órgãos externos, a Coordenação do Curso procederá, com a participação do corpo docente e discente, uma sistemática de avaliação contínua (anual), que privilegie a análise dos processos e dos resultados, visando garantir a abertura para possíveis reajustes e futuras reformulações.

Uma Comissão Própria de Avaliação, formada por docentes, funcionários e representantes discentes, avaliará, a partir de critérios e recursos previamente discutidos pela comunidade acadêmica (tais como formulários eletrônicos, reuniões de Pleno, reuniões com os discentes, etc) os seguintes aspectos: a) o contexto do curso – campo de trabalho e perfil do ingressante; b) finalidade do curso – alcance dos objetivos e das estratégias, bem como evolução das áreas do conhecimento pertinentes ao curso; c) resultado do projeto do curso – índice de evasão e reprovação e desempenho dos egressos; d) aspectos técnico-administrativos e acadêmicos - qualificação e desempenho dos professores e profissionais técnico-administrativos; e) instalações físicas. Vale salientar que tais aspectos deverão ser avaliados em função do atendimento ao que está previsto no PPC do Curso.

12.1 COORDENAÇÃO DO CURSO

A Coordenação do Curso de Licenciatura em Pedagogia assume uma gestão que se relaciona com toda Comunidade Acadêmica, visando melhor atender aos objetivos do Curso. Para isso está atenta às demandas de docentes e discentes, de forma presencial e/ou remota, assim como dos diversos Colegiados e Setores que dialogam com a Coordenação, assumindo, portanto, um perfil didático, pedagógico e administrativo. Para tanto, suas ações são pautadas em um plano de ação documentado e compartilhado junto ao Departamento de Ensino (DENS) da UFAPE.

Poderá exercer o cargo de Coordenador o(a) docente do Curso, do quadro ativo permanente da Universidade, cujo regime de trabalho seja de dedicação exclusiva, para

um mandato de 2 (dois) anos de duração. Dessa forma, o regime de trabalho do Coordenador é de tempo integral.

Atuação junto aos discentes:

- Recepção dos discentes ingressantes no Curso;
- Atendimentos aos Discentes;
- Acompanhamento e análise de casos específicos de Discentes junto com a Comissão de Orientação e Acompanhamento Acadêmico (COAA);
- Coordenação de Ações de Combate à Evasão;
- Incentivo ao engajamento em Projetos de Ensino, Pesquisa e Extensão ofertados pelo Curso.

Atuação junto aos Docentes:

- Atendimentos aos Docentes;
- Convocar e Presidir Reuniões de Pleno;
- Elaborar Pautas e Atas de Reuniões Pleno;
- Organizar horários de aula de cada docente, comunicando-os à Pró-Reitoria competente, nos prazos por ela fixados;
- Acompanhamento dos Planos de Ensino;
- Apoio no Planejamento de Ações de Ensino, Pesquisa e Extensão, visando favorecer as potencialidades do Corpo Docente;
- Organização e encaminhamentos da Semana da Pedagogia;
- Organização e encaminhamentos do Dia do Pedagogo.

Atuação junto aos Colegiados:

- Convocação e Presidência de Reuniões de CCD, NDE e COAA, e seus devidos encaminhamentos;
- Tomada de decisões relacionadas à estrutura do Curso junto com o Núcleo Docente Estruturante (NDE);
- Elaboração de Pautas e Atas de Reuniões do Colegiado de Coordenação Didática (CCD);
- Elaboração de Pautas e Atas de Reuniões do Núcleo Docente Estruturante (NDE);
- Participação em reuniões da Câmara de Ensino da UFAPE.
- Participação em reuniões do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE) da UFAPE;
- Cumprimento das decisões dos órgãos superiores sobre matérias relativas ao curso.

Atuação Administrativa:

- Recebimento, análise e encaminhamento de Processos diversos;
- Acompanhamento de Matrículas, Cancelamento de Matrículas, Trancamento de Semestre;
- Preparação de declarações para discentes e docentes;

- Registro e encaminhamento de Atividades Acadêmicas Complementares (ACC);
- Organização, encaminhamento e arquivamento de documentos expedidos e recebidos;
- Organização e encaminhamentos de documentos para TCC e Colação de Grau;
- Participação em Colação de Grau Antecipada;
- Emissão de pareceres diversos para comissões;
- Solicitação à Reitoria das providências que se fizerem necessárias para melhorar o funcionamento do Curso.
- Articulação com os órgãos próprios da Pró-Reitoria competente, a fim de harmonizar o funcionamento do Curso com as diretrizes deles emanadas.

O espaço de trabalho para o Coordenador é a sala exclusiva da Coordenação do Curso de Licenciatura em Pedagogia, a qual possui equipamentos adequados (computador, impressora, internet), atende às necessidades institucionais e permite o atendimento de indivíduos ou pequenos grupos com privacidade.

Vale salientar, ainda, que, em razão do comprometimento da coordenação com a permanente reflexão sobre a qualidade do curso, também são realizadas avaliações periódicas sobre seu desempenho. Para tanto, solicita aos discentes e docentes, semestralmente, a resposta a um questionário online, amplamente divulgado por meio de diversos canais.

O questionário foi cuidadosamente elaborado com base em indicadores claros e específicos. Entre os principais aspectos abordados, destacam-se a qualidade do atendimento e da comunicação, a habilidade na resolução de problemas, a organização e o incentivo de atividades acadêmicas e extracurriculares, o suporte ao desempenho acadêmico e o acolhimento aos alunos e docentes.

Este questionário, portanto, não apenas avalia aspectos específicos do desempenho da coordenação, mas também promove um ambiente de diálogo e melhoria contínua, assegurando que as necessidades e expectativas dos alunos sejam continuamente apreciadas e, sempre que possível, atendidas.

Os resultados deste questionário são utilizados como subsídios das ações de planejamento a serem deflagradas no âmbito do curso, todas elas previstas no Plano de Ação da Coordenação. As respostas, que são oferecidas de forma anônima, são tratadas com confidencialidade e utilizadas exclusivamente para aprimorar o desempenho da coordenação.

12.2 COLEGIADO DE COORDENAÇÃO DIDÁTICA – CCD

O CCD é o órgão deliberativo que tem como objetivo principal apreciar as demandas didático-pedagógicas e de gestão do curso.

A constituição do CCD do Curso obedece a RESOLUÇÃO Nº 007/2023 do CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA, EXTENSÃO E CULTURA E ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL DA UFAPE. Este é formado pelo Coordenador do Curso como presidente, 5 docentes do primeiro ao quinto período e 5 docentes do sexto período em diante, para que as

decisões tomadas atendam a todos, 1 discente do primeiro ao quinto período e 1 discente do sexto período em diante, visando garantir um diálogo democrático com todos os envolvidos no curso e, por fim, 1 representante do segmento técnico-administrativo.

Os representantes docentes são indicados por meio de consulta aberta ao pleno dos professores. Os candidatos deverão enviar um memorando apresentando sua intenção de candidatura para a coordenação. Nesse memorando, o candidato precisará apresentar se quer representar os professores dos períodos iniciais ou finais. Caso o professor leccione nos dois períodos, deverá informar que pode ocupar a vaga em qualquer um dos ciclos. As inscrições deferidas serão apresentadas ao corpo docente para consulta sobre a aprovação ou não do (s) nome (s). Caso o número de inscritos seja superior ao número das vagas disponíveis, haverá eleição, a qual deverá ser organizada pelo Departamento de Ensino/PREG.

As reuniões ordinárias acontecem mensalmente e são registradas em ata, lavradas na reunião seguinte.

12.3 NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE – NDE

O Núcleo Docente Estruturante – NDE – é o órgão consultivo responsável pela concepção, consolidação e contínua atualização do projeto pedagógico do curso de graduação.

A partir da RESOLUÇÃO Nº 007/2023 do CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA, EXTENSÃO E CULTURA E ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL DA UFAPE, o NDE é constituído pelo coordenador do Curso (presidente) e por, no mínimo, 5 professores pertencentes ao corpo docente do curso, privilegiando a diversidade das áreas de formação do curso, ter pelo menos 60% de seus membros com titulação acadêmica obtida em programas de pós-graduação *stricto sensu*, ter todos os membros no regime de trabalho parcial ou integral sendo, pelo menos, 20% em regime de dedicação exclusiva, conforme orienta a Resolução 01 de junho de 2010 e Parecer de 04 de junho de 2010 da CONAES. Os membros do NDE devem permanecer por 3 anos e deve ser assegurada estratégias de renovação parcial, de modo a haver continuidade no processo de acompanhamento do curso. A indicação para composição do Núcleo Docente Estruturante (NDE) deve ser realizada pela Coordenação do Curso.

As reuniões ordinárias acontecem mensalmente e são registradas em ata, lavradas na reunião seguinte.

13. INFRAESTRUTURA DO CURSO

O curso de Licenciatura em Pedagogia da Universidade Federal do Agreste de Pernambuco (UFAPE) conta com uma infraestrutura básica que comporta as atividades acadêmicas essenciais de forma adequada. As salas de aula se tratam de espaços que atendem, de forma geral, às necessidades referentes à realização das atividades

acadêmicas, possuindo um mobiliário básico, além de alguns recursos audiovisuais. Os laboratórios de informática da UFAPE utilizados pelo Curso de Licenciatura em Pedagogia são equipados com computadores e softwares para a realização de atividades práticas relacionadas às demandas do Curso. A biblioteca física, de maneira geral, oferece um acervo atualizado, além de espaços de estudo adequados que auxiliam os estudantes em seus estudos e em suas pesquisas.

Para apoiar as atividades pedagógicas desenvolvidas presencialmente, utilizamos plataformas virtuais que facilitam o acesso a materiais bibliográficos de domínio público e na comunicação entre alunos e professores. O corpo docente do curso é comprometido e competente, formado por 30 professores, profissionais qualificados em suas respectivas subáreas do campo educacional. E a equipe técnico-administrativa, composta por 1 profissional, trabalha para garantir o bom funcionamento dos serviços acadêmicos e oferecer suporte aos discentes e docentes. Desse modo, o curso está sempre buscando proporcionar uma educação de qualidade e preparar os estudantes para os desafios do mundo do trabalho e da prática da cidadania, tendo em vista o almejado perfil do egresso, considerando os limites e as possibilidades inerentes a uma instituição pública de ensino superior.

Os espaços utilizados pelo curso são descritos, a seguir, de forma sintética.

13.1 INSTALAÇÕES GERAIS DO CURSO

A estrutura física do prédio onde o curso está instalado é de tijolo aparente, com estrutura de concreto armado, portas de madeira, janelas de vidro, instalações elétricas e cabeamento de internet aparentes distribuídos tanto nas salas de aula quanto nos corredores. A cobertura é de telha de cimento amianto do tipo kalhetão, e a entrada é protegida por uma marquise também em concreto armado aparente. A ligação entre os pavimentos é feita por meio de escadas de dois lances e de rampa, com quatro lances para vencer o vão entre os pavimentos e que obedece, em parte, às normas de acessibilidade. O prédio e demais dependências da instituição ainda não dispõem de recursos de acessibilidade tátil para deficientes visuais.

O prédio denominado “Bloco B”, onde se situam as salas do Curso de Licenciatura em Pedagogia, conta com 18 (dezoito) salas, sendo uma (01) sala destinada ao uso como auditório, dois (02) conjuntos de WC, um masculino e outro feminino e, em ambos, um box destinado às pessoas com deficiência física.. Há também uma recepção, sala de apoio didático para os professores e um espaço para apoio do setor de acessibilidade. As salas de aula deste Bloco atendem, também, a outros cursos de graduação: Engenharia de Alimentos e Ciências da Computação, uma vez que, até o presente momento, quatro salas têm sido suficientes para atender a atual demanda de aluno do Curso de Licenciatura em Pedagogia.

13.2 ESPAÇO DE TRABALHO PARA DOCENTES EM TEMPO INTEGRAL

As salas destinadas aos docentes em tempo integral são espaços que desempenham um papel fundamental no ambiente acadêmico, pois servem como espaços de trabalho onde professores podem preparar aulas, realizar pesquisas, interagir com seus pares com os alunos, além de conduzir atividades administrativas relacionadas ao ensino, pesquisa e extensão. Esses espaços são projetados para atender às múltiplas demandas e necessidades dos docentes, garantindo que possam desempenhar suas funções de forma adequada e qualificada.

As salas oferecem um ambiente funcional e contam com a disposição de móveis, como mesas de trabalho, cadeiras giratórias, além de armários para armazenamento de materiais e equipamentos pessoais. A iluminação, ventilação e acústica também são fatores importantes a serem considerados que garantem um ambiente de trabalho funcional e adequado às demandas docentes. A maioria das salas dispõem de janelas para aproveitar a iluminação natural, bem como possuem condicionadores de ar em funcionamento.

Além disso, a maioria dessas salas são equipadas com recursos de tecnologia da informação e comunicação básicos, como computadores com acesso à internet, facilitando a organização do trabalho docente, além da comunicação dos mesmos com os seus pares, estudantes, funcionários, entre outros. Ademais, as salas destinadas aos docentes em tempo integral são projetadas de forma a promover a interação e colaboração entre os professores e a comunidade acadêmica. Por esse motivo, são compartilhadas por dois ou três docentes.

Por fim, vale destacar que parte dessas salas são acessíveis aos docentes, incluindo aqueles com mobilidade reduzida. Por isso, contam com rampas de acesso, elevador e banheiros adaptados, e dispõem de móveis e equipamentos que garantem a acessibilidade dos usuários.

13.3 SALA DE AULA

A sala de aula está vinculada à atividade fim da Instituição. Nesse sentido, as salas de aulas que atendem ao curso de Licenciatura em Pedagogia obedecem a um projeto padrão. Especificamente, o curso de Licenciatura em Pedagogia conta com 4 (quatro) salas de aula, com o quantitativo de 40 (quarenta) lugares disponíveis para os discentes. As salas são amplas, iluminadas, em sua maioria climatizadas. No que se refere ao mobiliário, materiais e recursos disponíveis nas salas de aula, as mesmas dispõem de mapas da América do Sul dispostos nas paredes, lousa, armário móvel de aço, birô, cadeiras para os estudantes e professores, TV de tela plana e acesso à internet. Destacamos que o número de salas, até o presente momento, é suficiente para atendimento às demandas relativas às aulas do curso de Licenciatura em Pedagogia.

13.4 ACESSO DOS ESTUDANTES A EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA

Os estudantes de Licenciatura em Pedagogia têm acesso gratuito em tempo integral aos equipamentos de informática disponíveis na universidade, especialmente no Bloco B. Uma vez que o prédio também atende ao curso de Ciências da Computação, o Bloco possui 4 (quatro) laboratórios de informática de excelência, dedicados para atividades de ensino, com computadores recém-adquiridos/ atualizados em 2023, totalizando 120 computadores, além de 1 (um) laboratório de informática com 24 máquinas, para acesso geral dos estudantes. A configuração das máquinas é a seguinte - Desktop Lenovo ThinkCentre M75s: Processador AMD Ryzen 5 Pro 5650G / Memória 16GB DDR4 / SSD 256GB + HD 1TB / Vídeo dedicado 4GB / Monitor Lenovo ThinkVision T23Í-20 / Teclado USB / Mouse USB / Windows 10 Professional 64 Bits.

A rede interna da UFAPE possui um backbone de 10 Gbps, cujo acesso à Internet é realizado através de um link de 100 Mbps fornecido pela Rede Nacional de Pesquisa (RNP). Ainda disponibiliza no campus acesso Wi-Fi para docentes, discentes e colaboradores, sendo as credenciais de acesso fornecidas pelo Sistema de Informações e Gestão Acadêmica (SIGA).

Há também alguns laboratórios compartilhados e virtuais, possuindo propósito de pesquisa, desenvolvimento e inovação. Entre eles, ressalta-se o Laboratório de Pesquisa e Desenvolvimento BCC Coworking, com financiamento de projetos, diversos softwares registrados, e, marcas e patentes em desenvolvimento. É um laboratório que colabora com diversas áreas do conhecimento, aplicando a ciência da computação na realização de pesquisa, inovação, desenvolvimento e extensão. Estes laboratórios possuem atividades remotas, portanto, utilizam ferramentas específicas para o trabalho colaborativo, como Trello e GitHub Project para gerenciar e acompanhar os projetos, Github, Google Drive e Slack para a gestão dos artefatos e da comunicação da equipe.

13.5 LABORATÓRIOS

13.5.1 Laboratórios didáticos

O Laboratório de Ensino, segundo Projeto Pedagógico do Curso, tem por função:

- i). viabilizar e permitir a socialização das atividades desenvolvidas nas Práticas Curriculares de todas os Componentes Curriculares do curso e
- ii). viabilizar a Instrumentação para o Ensino, com a realização de experiências diversas, dentre elas a confecção de materiais didático-pedagógicos e o desenvolvimento de projetos dos alunos;
- iii). viabilizar a realização de videoconferências;
- iv). Permitir a edição de programas educativos;
- v). permitir o atendimento a pessoas com deficiência e que possuam necessidades educativas especiais, no campo da visão e da audição, sejam alunos ou membros da comunidade.

Esse laboratório foi projetado para possuir instrumentos modernos, contextualizados e pertinentes para as necessidades pedagógicas do curso. Conta também com equipamentos multimidiáticos diversos para o desenvolvimento de pesquisas dos professores, inclusive espaço para videoconferências e instrumentos para

a edição de programas educativos e outros. As dimensões do laboratório são 8,00 x 6,00 m, com capacidade para 26 pessoas, uma porta de entrada e dois janelões. Dispõe de mobiliários, como TV, computador, 4 (quatro) mesas elípticas com cadeiras, 2 (dois) birôs, 1 (um) datashow, 2 (dois) quadros brancos, armários, estantes e alguns materiais didáticos-pedagógicos.

14. REFERÊNCIAS

ALENCAR, Anderson Fernandes de; BRITO, Ana Clara Serpa Toscano de; COSTA, Nadja Gabriely de Oliveira LEONARDO, Taís Melo da Silva; LUNA, Nataly Santana. OS EGRESSOS DO CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA DA UAG/UFRPE DIZEM SUA PALAVRA: A FORMAÇÃO INICIAL EM DEBATE. In: **Educação e desafios do tempo presente**, vol. 2. Curitiba: CRV, 2018.

BARRETTO, E.S.deS. Políticas e práticas de formação de professores da educação básica no Brasil: um panorama nacional. **RBP**. V.27, n1, p. 39- 52, jan./abr. 2011.

BARROS-GOMES et all. Do Antigo Normal Superior à Nova Pedagogia. In: SILVA, A. de F.

A.; MARTINS, M. M.(Orgs). **Identidades na diversidade**: reflexões sobre teorias e práticas na formação de professores. Recife: UFRPE, 2015.

BRASIL. Congresso. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 23 dez. 1996.

BRASIL. Congresso. **Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999**. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 28. abr. 1999

BRASIL, **Lei nº 13.146, de 6 de Julho de 2015**. Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 7 de jul. 2015. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm. Acesso em 09 jun.2024.

BRASIL. Congresso. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, Edição Extra, 26. Jun. 2014. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/113005.htm. Acesso em 09 jun.2024

BRASIL. **Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004**. Regulamenta as Leis nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 3. dez. 2004.

BRASIL. **Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005**. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 23. dez. 2005.

BRASIL. **Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000**. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 19. dez. 2000.

BRASIL. **Lei nº 10.639 de 10 de janeiro de 2003**. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico- Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 10 de jan. de 2003.

BRASIL. **Lei nº 108619 de 15 de abril de 2004**. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - SINAES e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 15 de abril 2004.

BRASIL. **Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 11 de mar. 2008.

BRASIL. **Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012.** Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno Espectro Autista; e altera o § 3º do art. 98 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 28 de dez. 2012. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112764.htm. Acesso em: 08 jun.2018.

BRASIL. **Lei n. 13.409, de 28 de dezembro de 2016.** Altera a lei n. 12.711, de 29 de agosto de 2012, para dispor sobre a reserva de vagas para pessoas com deficiência nos cursos técnico de nível médio e superior das instituições federais de ensino. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF: 29 dez. 2016.

BRASIL. Ministério da Educação. Câmara de Educação Superior. **Resolução nº 2**, de 18 de junho de 2007. Dispõe sobre a carga horária mínima e procedimentos relativos à integralização e duração dos cursos de graduação, bacharelados, na modalidade presencial. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 19 jun. 2007.

BRASIL. Ministério da Educação. Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior. **Resolução nº 01**, de 17 de Junho de 2010. Normatiza o Núcleo Docente Estruturante e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 27 jul. 2010.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Parecer nº 261, de 9 de novembro de 2006.** Dispõe sobre procedimentos a serem adotados quanto ao conceito de hora-aula e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 25 jun. 2007.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Resolução nº 1**, de 16 de maio de 2006. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia, licenciatura. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 22 jun. 2004.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Resolução nº 3**, de 03 de jul. de 2007. Dispõe sobre procedimentos a serem adotados quanto ao conceito de hora-aula, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 03 jul. 2007.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Resolução nº 2**, de 19 de jun. de 2007. Dispõe sobre carga horária mínima e procedimentos relativos à integralização e duração dos cursos de graduação, bacharelados, na modalidade presencial. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 19 jun. 2007.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Resolução nº 1**, de 17 de junho de 2004. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 22 jun. 2004. Seção 1, p. 11.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Resolução nº 1**, de 30 de maio de 2012. Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação em Direitos

Humanos. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 30 mai. 2012.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Resolução nº 2**, de 01 de julho de 2015. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior e para a formação continuada. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 3 jul. 2015. Seção 1, p. 8-12.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Resolução nº 2**, de 15 de junho de 2012. Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 15 jun. 2012.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008**. Dispõe sobre o estágio de estudantes; altera a redação do art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 26 set. 2008.

BRASIL. **Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS)**. Disponível em: <https://www.estrategiaods.org.br/conheca-os-ods/> Acesso em: 30 ago. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei nº 13.174, de 21 de outubro de 2015**. Insere inciso VIII no art. 43 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir, entre as finalidades da educação superior, seu envolvimento com a educação básica. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 21 de out. 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. **Resolução CNE/CP Nº 2**, de 20 de dezembro de 2019. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação). **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 20 de dez.. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC/SEESP, 2008.

BREZINSKI, Í. **Pedagogia, Pedagogos e Formação de Professores**. Campinas. Papirus. 1996.

FRANCO, M. L. P. B; BALLETTA, A. A. O. Cursos de Pedagogia: o que oferecem e como são avaliados pelos alunos. In: **CP 30**, p. 65-78, set. 1979.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, P; SHOR, I. **Medo e ousadia: o cotidiano do professor**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

FREIRE, P. **Cartas à Guiné-Bissau: registros de uma experiência em processo**. 3. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

FREITAS, H. C. L. de. Formação de Professores no Brasil: 10 anos de embate entre projetos de formação. In: **Educ. Soc.**, Campinas, vol. 23, n. 80, setembro/2002, p. 136- 167.

GADOTTI, M.; PINO, I. R. A Redefinição do Curso de Pedagogia: ideias diretrizes. In: **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília, DF, v. 63, n. 144, p. 59-66, mai./ago. 1979.

SANTIAGO, M.E. O projeto político pedagógico enquanto mecanismo de gestão democrática. In: MACHADO, L.B; SANTIAGO, M.E. (orgs.). **Políticas e gestão da educação básica**. Ed. Universitária UFPE, Recife, 2012.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão**: o paradigma do século 21. Revista Inclusão. ano I, n. 1, p. 19-23, out, 2005.

SOUZA, J.F.de. **Prática Pedagógica e Formação de Professores**. Editora Universitária UFPE: Recife, 2009.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AGRESTE DE PERNAMBUCO. Conselho Superior Pro Tempore. **Resolução 018/2020**, 21 de dezembro de 2020. Institui a Comissão de Ética, dispõe sobre sua composição e dá outras providências. Garanhuns, 2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AGRESTE DE PERNAMBUCO. Conselho Superior Pro Tempore. **Resolução 002/2021**, 22 de março de 2021. Dispõe sobre a criação do Núcleo de Inovação Tecnológica e Empreendedorismo (NITE) e trata de sua estrutura e organização. Garanhuns, 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AGRESTE DE PERNAMBUCO. Conselho Superior Pro Tempore. **Resolução 004/2021**, 06 de abril de 2021. Dispõe sobre a autorização para que a Fade/UFPE possa celebrar parcerias/convênios e prestar apoio às atividades de ensino, pesquisa, extensão e desenvolvimento institucional. Garanhuns, 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AGRESTE DE PERNAMBUCO. Conselho Superior Pro Tempore. **Resolução 006/2021**, 23 de abril de 2021. Dispõe sobre a criação da “Casa UFAPE de Extensão e Cultura” e dá outras providências. Garanhuns, 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AGRESTE DE PERNAMBUCO. Conselho Superior Pro Tempore. **Resolução 007/2021**, 22 de abril de 2021. Aprova o Estatuto da UFAPE. Garanhuns, 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AGRESTE DE PERNAMBUCO. Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão Pro Tempore. **Resolução Nº 002/2021**, 08 de novembro de 2021. Dispõe sobre as normas para Projeto de Ensino coordenado por professores e técnicos. Garanhuns, 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AGRESTE DE PERNAMBUCO. Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão Pro Tempore. **Resolução 002/2022**, 21 de abril de 2022. Estabelece a Política Institucional de Inovação Empreendedora. Garanhuns, 2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AGRESTE DE PERNAMBUCO. Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão Pro Tempore. **Resolução 005/2022**, 27 de junho de 2022. Dispõe sobre a criação e implementação do Programa de Tutoria. Garanhuns, 2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AGRESTE DE PERNAMBUCO. Conselho de Ensino,

Pesquisa e Extensão Pro Tempore. **Resolução 006/2022**, 06 de julho de 2022. Dispõe sobre a Política de Extensão e dá outras providências. Garanhuns, 2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AGRESTE DE PERNAMBUCO. Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão Pro Tempore. **Resolução 007/2022**, 22 de agosto de 2022. Dispõe sobre a Integralização das Atividades de Extensão como componente curricular dos Cursos de Graduação. Garanhuns, 2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AGRESTE DE PERNAMBUCO. Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão Pro Tempore. **Resolução 008/2022**, 25 de agosto de 2022. Dispõe sobre a criação e implementação do Programa de Atividades de Vivência Interdisciplinar – PAVI. Garanhuns, 2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AGRESTE DE PERNAMBUCO. Conselho Superior Pro Tempore. **Resolução 003/2022**, 26 de agosto de 2022. Aprova normas para o Programa de Inclusão Digital para discentes da graduação presencial da UFAPE e dar outras providências.. Garanhuns, 2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AGRESTE DE PERNAMBUCO. Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão Pro Tempore. **Resolução 002/2023**, 28 de fevereiro de 2023. Dispõe sobre a criação e implementação do Programa de Monitoria. Garanhuns, 2023.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AGRESTE DE PERNAMBUCO. Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão Pro Tempore. **Resolução 003/2023**, 16 de março de 2023. Dispõe sobre a autorização e a utilização de recursos digitais para as defesas de TCC e ESO realizados de forma presencial, SEM a necessidade de alteração dos Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPC).. Garanhuns, 2023.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AGRESTE DE PERNAMBUCO. Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão Pro Tempore. **Resolução 004/2023**, 20 de março de 2023 Dispõe sobre a criação e implementação de normas para Estágio Obrigatório (EO), Estágio Não Obrigatório (ENO), ajuda de custo e equiparação de estágio obrigatório nos cursos de graduação. Garanhuns, 2023

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AGRESTE DE PERNAMBUCO. Conselho Superior Pro Tempore. **Resolução 002/2023**, 20 de abril de 2023. Aprova o Regimento Geral da UFAPE. Garanhuns, 2023.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AGRESTE DE PERNAMBUCO. Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão Pro Tempore. **Resolução 007/2023**, 05 de setembro de 2023. Dispõe sobre a organização, atribuições e consulta do colegiado e comissões ordinárias dos cursos de graduação. Garanhuns, 2023

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AGRESTE DE PERNAMBUCO. Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão Pro Tempore. **Resolução 008/2023**, 19 de dezembro de 2023. Institui a Política de Assistência Estudantil. Garanhuns, 2023

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AGRESTE DE PERNAMBUCO. Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão Pro Tempore. **Resolução 009/2023**, 19 de dezembro de 2023 Dispõe sobre a criação e implementação de normas para o aproveitamento de atividades laborais para fins de dispensa de carga horária, parcial ou total, do(s) componente(s) curricular(es) de

estágio obrigatório dos cursos de graduação. Garanhuns, 2023

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AGRESTE DE PERNAMBUCO. Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão Pro Tempore. **Resolução 010/2023**, 19 de dezembro de 2023. Regulamenta a participação de estudantes de graduação no Programa ANDIFES de Mobilidade. Garanhuns, 2023

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AGRESTE DE PERNAMBUCO. Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão Pro Tempore. **Resolução 011/2023**, 19 de dezembro de 2023. Dispõe sobre a expedição de diploma e estabelecer os procedimentos para o depósito legal de trabalhos de conclusão dos cursos de Graduação. Garanhuns, 2023

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AGRESTE DE PERNAMBUCO. Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão Pro Tempore. **Resolução 012/2023**, 19 de dezembro de 2023. Dispõe sobre a colação de grau requisitos para solicitação de antecipação da colação de grau Garanhuns, 2023.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AGRESTE DE PERNAMBUCO. Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão Pro Tempore. **Resolução 013/2023**, 19 de dezembro de 2023. Dispõe sobre a Política de Arte e Cultura e dá outras providências. Garanhuns, 2023

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AGRESTE DE PERNAMBUCO. Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão Pro Tempore. **Resolução 003/2024**, 19 de fevereiro de 2024. Dispõe sobre a política e normas de admissão temporária do Programa de Professores (as) Visitantes brasileiros (as) e estrangeiros (as). Garanhuns, 2024.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AGRESTE DE PERNAMBUCO. Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão Pro Tempore. **Resolução 008/2024**, 19 de julho de 2024. Dispõe sobre o cômputo das Atividades Curriculares Complementares e Atividades Curriculares de Extensão dos cursos de graduação da Universidade Federal do Agreste de Pernambuco. Garanhuns, 2024.

PELIZZARI, Adriana; KRIEGE, Maria de Lurdes; BARON, Márcia Pirib; FINK, Nely Teresinha Lubi; DOROCINSKI, Solange Inês. **TEORIA DA APRENDIZAGEM SIGNIFICATIVA SEGUNDO AUSUBEL.** Disponível em https://rfp.sesc.com.br/moodle/pluginfile.php/2423/mod_resource/content/1/Teoria_aprendizagem_significativa.pdf

11. ANEXOS E APÊNDICES

Apêndice A - Regulamento para a elaboração e defesa do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) do Curso de Licenciatura em Pedagogia da UFAPE

CAPÍTULO I

DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Art. 1º A elaboração e defesa de um Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) define-se como uma atividade obrigatória, do Curso de Licenciatura em Pedagogia da UFAPE, que busca de forma contínua a formação prática-teórica.

Art. 2º O TCC de Pedagogia tem como objetivos:

- I - Sistematizar e interpretar conhecimentos adquiridos e vivências ao longo do curso; II - Proporcionar aproximação com a metodologia de pesquisa, seus procedimentos básicos, técnicas e normas de elaboração e apresentação de trabalhos científicos;
- III - Despertar o interesse pela pesquisa, estimulando o espírito investigativo e a construção do conhecimento, de forma individual e coletiva;
- IV - Desenvolver habilidades de análise, interpretação, compreensão de fatos e fenômenos, de expressão oral e escrita, que possibilitem a fundamentação de ideias e propostas;
- V - Desenvolver a capacidade de mobilizar conhecimentos durante a execução do trabalho científico; VI - Propiciar a inter-relação de conteúdos das disciplinas estudadas com experiências cotidianas, dentro ou fora da instituição.
- VII - Socializar as pesquisas e os seus resultados com o público interessado.

Art. 3º O TCC deverá ser desenvolvido individualmente pelo estudante.

Parágrafo único. As áreas contempladas pelo TCC deverão corresponder àquelas ligadas à Educação. **Art. 4º** O TCC deverá ser redigido na forma de:

- I - Monografia
- II - Artigo científico

Art. 5º A monografia deve possuir as seguintes características:

- I - Conter até 60 (sessenta) páginas;
- II - Contemplar os elementos pré-textuais, textuais e pós-textuais exigidos como obrigatórios pela respectiva norma da ABNT (NBR 14724).
- III - A formatação da monografia deverá respeitar as normas da ABNT vigentes e as orientações dos setores administrativos cabíveis na ocasião.

Art. 6º O artigo científico deve possuir as seguintes características:

- I - Conter de 20 (vinte) a 25 (vinte e cinco) páginas.
- II - Contemplar os elementos pré-textuais, textuais e pós-textuais exigidos como obrigatórios pela respectiva norma da ABNT (NBR 6022).
- III - A formatação do artigo deverá respeitar as normas da ABNT vigentes e as orientações dos setores administrativos cabíveis na ocasião.
- IV - Os elementos opcionais não serão contabilizados na contagem total das páginas do trabalho.

CAPÍTULO II

DA ESTRUTURA PARA O DESENVOLVIMENTO DO TCC

Art. 7º A estrutura para o desenvolvimento do TCC compreende:

- I - Professor(a) coordenador(a), responsável pelas disciplinas “Elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso I” (ETCC I) e “Elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso II”

- (ETCC II), ou equivalente na ocasião; II - Professor(a) orientador(a);
- III - Professor(a) coorientador(a) (quando for o caso);
- IV - Aluno(a) autor(a) do TCC.

Art 8º O(A) orientador(a) da elaboração do TCC deverá ser professor(a) vinculado(a) ao Curso de Licenciatura em Pedagogia da UFAPE, efetivo ou substituto, com titulação mínima de especialista.

Parágrafo único. Em caso de o(a) estudante desejar orientação de professor(a) não vinculado ao Curso de Licenciatura em Pedagogia da UFAPE, este deverá solicitar aprovação do CCD, desde que o possível orientador(a) seja professor(a) do quadro efetivo de docentes da UFAPE.

Art 9º Poderão ser coorientadores(as) na elaboração do TCC, desde que formados em licenciatura:

- I - Técnico-administrativos do quadro efetivo de servidores da UFAPE;
- II - Professores(as) de outros cursos do quadro efetivo de servidores da UFAPE;
- III - Professores de outros órgãos de ensino, públicos ou privados, com titulação mínima de especialista.

CAPÍTULO III

DAS ATRIBUIÇÕES

Art. 10 Compete ao Professor Coordenador de TCC:

- I - Orientar os alunos sobre o regulamento que rege o processo de elaboração e defesa de TCC no Curso. II - Acompanhar o desenvolvimento do TCC, mantendo contato regular com os respectivos graduandos(as) e professores(as)-orientadores;
- III - Acompanhar o processo da composição das bancas examinadoras e tornar público o calendário de defesas de TCC para o semestre;
- IV - Inserir no sistema acadêmico vigente a nota da defesa do aluno, que foi atribuída pela banca avaliadora, em tempo hábil, respeitando o calendário acadêmico vigente;

Art. 11 Compete ao Professor(a) Orientador(a) de TCC e ao Coorientador(a), quando aplicável:

- I - Avaliar e validar a proposta de TCC de seus(suas) orientandos(as), entregando o Termo de Compromisso de Orientação (ANEXO A).
- II - Auxiliar o aluno na superação das dificuldades metodológicas e epistemológicas que podem surgir durante o desempenho das atividades.
- III - Definir o encaminhamento ou não dos orientandos às Bancas Examinadoras de TCC (ANEXO B).
- IV - Através de reuniões frequentes, orientar o trabalho do graduando, em relação a sua especialidade, contribuindo com o trabalho do discente.
- V - Entregar ao coordenador de TCC, preferencialmente, até 5 dias antes do prazo final para inserção das notas no sistema acadêmico vigente após a realização de cada banca examinadora, todas as fichas de avaliação

(ANEXO C).

VI - Providenciar a elaboração das declarações de participação em bancas para os membros (ANEXO D).

Art. 12 Compete aos discentes:

I - Entregar ao professor(a) coordenador(a) de TCC, em data definida no período letivo, respeitando um prazo de 30 dias úteis depois do início do 7º período do curso, o Termo de Compromisso de Orientação (ANEXO A) contendo a sua assinatura e de seu orientador, firmando compromisso para orientação no Projeto de Pesquisa;

II - Informar periodicamente ao seu orientador de TCC o andamento do trabalho, apresentando as novas etapas e as correções requisitadas;

III - Comparecer, pontualmente, às reuniões com o orientador, nos dias e horas estipulados; IV - Entregar os documentos das etapas estabelecidas em cronograma nas datas previstas para avaliação. V - Realizar a defesa pública do Trabalho de Conclusão de Curso.

CAPÍTULO IV

DO PLANEJAMENTO DO TCC

Art. 13 Para a elaboração do TCC devem ser observadas as seguintes etapas:

I - Finalização de um projeto de pesquisa e definições sobre a orientação, coorientação no âmbito da disciplina projeto de TCC;

II - Composição da banca examinadora e construção de cronograma para defesa do TCC no âmbito da disciplina ETCC II;

Parágrafo único. Todas as pesquisas envolvendo seres humanos deverão contar com uso do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

CAPÍTULO V

COMPOSIÇÃO DA BANCA EXAMINADORA

Art. 14 Todos os discentes, acompanhados por seus respectivos orientadores, devem submeter e apresentar seus trabalhos a uma Banca Examinadora.

I - A banca examinadora deve ser composta por, no mínimo, três docentes, considerando a presença do(a) orientador(a) do trabalho. Os demais membros deverão ser indicados pelo(a) orientador(a) do trabalho.

II - Recomenda-se que, ao menos, um dos membros da banca, mediante aprovação do(a) orientador(a), seja um docente externo à Instituição.

Parágrafo único. O(A) docente externo(a) deverá ter, no mínimo, o título de especialista.

Art. 15 O(A) professor(a) orientador(a) deverá enviar ofício à Coordenação do curso, com cópia ao(a) professor(a) da disciplina ETCC 2 (ANEXO B), no prazo máximo de

quinze (15) dias antes da data da defesa, considerando o cronograma estabelecido pelo calendário acadêmico e da disciplina ETCC 2, contendo: nome do(a) aluno, título do trabalho, data/hora e local da defesa e composição da banca examinadora, explicitando a titulação de cada um dos componentes.

CAPÍTULO VI

DOS PRAZOS E DA DEFESA DO TCC

Art. 16 O TCC deverá ser entregue à banca examinadora, da forma que a mesma requisitar (impresso ou digital), seguindo o modelo oferecido pelos setores responsáveis, no mínimo quinze (15) dias antes da data marcada para a apresentação do trabalho.

Art. 17 A defesa, perante a banca examinadora, será realizada em sessão pública, nas dependências da UFAPE.

§ 1º A data e a hora da apresentação do TCC serão definidas pelo(a) orientador(a), conforme a disponibilidade dos participantes da banca, considerando o calendário acadêmico e orientações da disciplina ETCC 2.

§ 2º Excepcionalmente, as defesas poderão ocorrer no formato remoto ou híbrido para o membro externo da banca, caso haja impedimento de seu comparecimento às dependências da UFAPE.

§ 3º Este regulamento respeita e se ampara na Resolução (PREG/UFAPE) no 003/2023.

Art. 18 O(A) aluno(a) disporá do tempo mínimo de 15 minutos e máximo de 20 minutos para apresentação do TCC. Além disso, após a apresentação, a banca terá até 30 minutos para arguições (10 minutos para cada membro), podendo ser o tempo redistribuído entre os membros. O(A) aluno(a) deverá responder aos questionamentos e avaliar, junto ao seu orientador(a), as sugestões da Banca Examinadora para a versão final do TCC.

Art. 19 Os membros da banca examinadora devem atribuir nota de avaliação, de 0 (zero) a 10 (dez), ao Trabalho de Conclusão de Curso, levando-se em consideração:

- I - Os aspectos relativos ao conteúdo, considerando a profundidade da pesquisa e referências utilizadas;
- II - Seu aspecto redacional, considerando a linguagem, coerência e coesão textual;
- III - A capacidade de análise e síntese;
- IV - A relevância significativa e científica do tema;
- V - A apresentação do aluno, nos aspectos de clareza, fluência e coerência com o trabalho escrito;
- VI - Metodologia explicitamente detalhada e coerente com o projeto de pesquisa proposto;
- VII - Resultados e conclusões obtidos com a execução do TCC.

Art. 20 A avaliação do TCC será expressa, em resultado final, através de menção “aprovado” ou “reprovado” em ata. Após o cálculo da média aritmética das notas atribuídas pelos membros da Banca Examinadora deverá ser encaminhado ao coordenador da disciplina ETTC2, conforme estabelecido no Regimento Geral da UFAPE

no que se refere à defesa de TCC.

§ 1º Será considerado reprovado o aluno que não entregar o TCC ao(à) orientador(a) ou que não comparecer para sua defesa pública, sendo-lhe atribuída a nota 0 (zero) na disciplina de ETCC2.

§ 2º É vedado à banca a divulgação pública da nota do aluno na ocasião da defesa do TCC, sendo o resultado da avaliação expresso apenas conforme as menções previstas no caput.

§ 3º A nota do aluno deverá ser informada ao próprio estudante e ao professor coordenador da disciplina ETCC 2 na ficha de avaliação (ANEXO C).

Art. 21 Comprovada por qualquer um dos membros da banca examinadora a existência de plágio, fraude ou contratação de serviço para elaboração do TCC, o(a) aluno(a) estará automaticamente reprovado na disciplina ETCC 2, sendo-lhe atribuída a nota 0 (zero).

§ 1º É vedada a possibilidade da banca examinadora conceder ao aluno nova oportunidade de realização e defesa do TCC no mesmo semestre.

§ 2º A instauração de procedimento para penalização administrativa (reprovação) do aluno poderá dar-se a partir da informação pelo professor orientador da ocorrência do plágio, fraude ou contratação de serviço para elaboração do TCC, na hipótese de que o TCC não chegue a ser submetido à avaliação da banca examinadora.

§ 3º Da decisão de reprovação por plágio, fraude ou contratação de serviço para elaboração do TCC caberá recurso, por escrito, ao CCD no prazo de 5 (cinco) dias contados da data da reunião da Banca Examinadora.

Parágrafo único. O plágio é crime, conforme definido pelo Código Penal Brasileiro, em seu art. 184, e na Lei nº 10.695, de 1º de julho de 2003.

CAPÍTULO VII

DO DEPÓSITO

Art. 22 O TCC deverá ser depositado no setor responsável na ocasião e conforme suas orientações, no prazo de 30 dias após a data de defesa;

§ 1º Caso o tipo de TCC do(a) aluno(a) seja monografia, deverá procurar a biblioteca da UFAPE, ou equivalente na ocasião, para que geração da Folha Catalográfica do trabalho. Esta deve estar presente na versão final do trabalho;

§ 2º Caso o TCC seja em formato de artigo, o(a) aluno(a) deve procurar, junto à biblioteca da UFAPE, orientações sobre o depósito no repositório institucional;

§ 3º Só deverá ser depositada a versão final que considere as solicitações feitas pela banca examinadora do trabalho mediante aprovação do(a) orientador(a);

CAPÍTULO VIII

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 23 Eventuais custos de impressão e apresentação do TCC são de inteira responsabilidade do(a) aluno(a). **Art. 24** Casos omissos deste Regulamento ou extremamente atípicos serão resolvidos pelo CCD do Curso. **Art. 25** Os anexos A, B, C e D são partes integrantes deste regulamento.

Art. 26 Este regulamento entra em vigor a partir da data de aprovação do PPC do Curso de Licenciatura em Pedagogia.

ANEXO A



Ministério da Educação
Universidade Federal do Agreste de Pernambuco
Curso de Licenciatura em Pedagogia
Termo de Compromisso de Orientação
(a ser entregue ao professor da disciplina Projeto de TCC)

Eu, **(nome do/a aluno/a)**, aluno(a) do 7º período do Curso de Licenciatura em

Pedagogia da UFAPE, declaro que no **(primeiro/segundo)** semestre do ano de 202X irei desenvolver o projeto de TCC com o trabalho intitulado **(inserir título do trabalho)**. Para tal, meu orientador(a) será o(a) professor(a) **(nome do/a professor/a orientador/a)**, que também assina este documento, declarando-se ciente e de acordo com a orientação acima referida.

Estou ciente que o desenvolvimento deste trabalho é de responsabilidade exclusivamente minha e que a função do(a) professor(a) orientador(a) é acompanhar os rumos de sua elaboração e do seu desenvolvimento, conforme o art. 11 do regulamento de TCC.

No caso de comprovação de plágio, fraude ou contratação de serviço para elaboração do TCC, estou ciente que serei reprovado(a), sem necessidade de formação de banca.

Declaro também estar ciente do regulamento previsto neste Projeto Pedagógico de Curso que rege o Trabalho de Conclusão do Curso de Licenciatura em Pedagogia da UFAPE.

Assinatura preferencialmente pelo sougov.

Nome do(a) estudante

Assinatura preferencialmente pelo sougov.

Nome do(a) orientador(a)

Garanhuns, XX de XXXXXX de 202X.

ANEXO B - Modelo de ofício para agendamento de defesa de TCC



**Ministério da Educação
Universidade Federal do Agreste de Pernambuco
Curso de Licenciatura em Pedagogia
Agendamento de defesa de TCC**

OFÍCIO Nº 001/202X/COORDENAÇÃO PEDAGOGIA/UFAPE

Garanhuns, xx de xxxxxx de 202X.

À Senhora
Elaine Cristina Nascimento da Silva
Coordenadora do Curso de Licenciatura em Pedagogia
e
Ao(à) Senhor(a)
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
Professor(a) da disciplina ETCC2

Assunto: Comunicação de defesa de TCC de estudante.

Na qualidade de orientadora do trabalho de conclusão de curso (TCC) do(a) aluno(a) **(nome do/a estudante)**, venho por meio deste comunicar o local, data/horário e nomes dos membros da banca examinadora para a apresentação de seu trabalho, intitulado **(título do trabalho)**, conforme informações a seguir:

Estudante	Local ou ferramenta / endereço eletrônico	Data / Horário	Banca examinadora
------------------	--------------------------------------------------	-----------------------	--------------------------

Atenciosamente,
Assinatura preferencialmente pelo sougov.

Nome do(a) orientador(a)

Av. Bom Pastor, s/n - Boa Vista - Garanhuns/PE - Telefone: (87) 3764.5551 CEP 55292-270 – <http://www.ufape.edu.br>

ANEXO C - Ficha de avaliação



Ministério da Educação
Universidade Federal do Agreste de Pernambuco
Curso de Licenciatura em Pedagogia

FICHA DE AVALIAÇÃO

FICHA DE AVALIAÇÃO DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Estudante:

Título do trabalho:

Membros da Banca	Nota da parte escrita (NE) (0,0 a 10,0)	Nota da apresentação oral (NA) (0,0 a 10,0)	Média aritmética

Média Final: ()

Assinatura preferencialmente pelo sougov.

Orientador(a)

Assinatura preferencialmente pelo sougov.

Membro da banca examinadora

Assinatura preferencialmente pelo sougov.

Membro da banca examinadora

Av. Bom Pastor, s/n - Boa Vista - Garanhuns/PE - Telefone: (87) 3764.5551 CEP 55292-270 –
<http://www.ufape.edu.br>

ANEXO D - Modelo de declaração



Ministério da Educação
Universidade Federal do Agreste de Pernambuco
Curso de Licenciatura em Pedagogia

DECLARAÇÃO

Declaro, para os devidos fins, que o(a) docente **XXXXXXX** participou, como orientador(a) / examinador(a), da banca de avaliação do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), intitulado **XXXXXXXXXX**, de autoria do(a) aluno(a) **XXXXXX**, defendido no dia xx de xxxx de 20xx, na Universidade Federal do Agreste de Pernambuco (UFAPE). A Banca Examinadora foi composta ainda pelos docentes: **XXXXXXX** e **XXXXXXX**.

Garanhuns, xx de xxxx de 2024.

Nome do coordenador(a), na ocasião
Coordenador(a) do Curso de Licenciatura em Pedagogia

Av. Bom Pastor, s/n - Boa Vista - Garanhuns/PE - Telefone: (87) 3764.5551 CEP 55292-270 –
<http://www.ufape.edu.br>

ANEXO E - Modelo ata de defesa



Ministério da Educação
Universidade Federal do Agreste de Pernambuco
Curso de Licenciatura em Pedagogia

ATA DE DEFESA DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Matrícula do aluno: nº . (conforme numeração do SIGAA)

Aos xxx dias do mês de xx do ano de dois mil e vinte e xxo, às xx, no LOCAL, na Universidade Federal do Agreste de Pernambuco, sob a presidência do(a) Prof(a). Dr(a). NOME DO ORIENTADOR(A), reuniu-se a Banca Examinadora de Defesa de Trabalho de Conclusão de Curso de autoria de NOME DA ESTUDANTE, aluno(a) do Curso de Licenciatura em Pedagogia desta Universidade com o título: TÍTULO DO TCC. A Banca Examinadora ficou assim constituída: NOME DO ORIENTADOR(A), Presidente da Banca e Orientador(a), EXAMINADOR(A) 1 e EXAMINADOR(A) 2, como examinadores. Após declarada aberta a sessão, o(a) Senhor(a) Presidente passou a palavra ao(à) graduando(a) para a exposição e a seguir aos examinadores para as devidas considerações que se desenvolvem nos termos do Projeto Pedagógico do Curso. Não foram registradas ocorrências. Concluída a defesa, foram realizadas as arguições e as sugestões feitas foram acatadas. Em seguida, procedeu-se ao julgamento do trabalho pelos membros da Banca Examinadora, que consideraram o Trabalho de Conclusão de Curso APROVADO. O(a) discente tem a ciência de que fará jus ao título de Pedagogo(a) somente após a entrega definitiva do TCC com as correções sugeridas pelos membros da banca examinadora em um prazo máximo de 30 (trinta) dias, assim como após o cumprimento das demais exigências institucionais vigentes na ocasião. E, para constar, eu, NOME DO ORIENTADOR(A), Presidente da Banca Examinadora, lavrei a presente ata que, após lida e achada conforme, foi assinada por mim e demais membros da Banca Examinadora.

Garanhuns, (dia, mês e ano)

Nome do(a) orientador(a)
Presidente / Orientador(a)

Nome do(a) examinador(a) 1
Examinador(a)

Nome do(a) examinador(a) 2
Examinador(a)